

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL
DISCIPLINA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À MEDICINA

COMIDA DE POBRE, COMIDA DE RICO

UM ESTUDO SOBRE ALIMENTAÇÃO
NUM BAIRRO POPULAR

TESE DE DOCTORAMENTO

ANA MARIA CANESQUI

CAMPINAS - 1976

BIBLIOTÉCA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

Aos moradores da "Popular" com quem convivi muitas horas, e que me proporcionaram uma experiência de vida parcialmente contida neste trabalho.

PREFÁCIO

Este trabalho baseia-se fundamentalmente na análise da prática alimentar de uma população de um bairro periférico urbano, realizado através de um intenso trabalho de campo. O interesse pelo tema decorreu, por um lado, das minhas atividades profissionais na área da saúde, à qual tenho me dedicado desde o ano de 1966, exercidas na Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Vinculou-se, de outro lado, ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa, parte integrante do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP., que tive oportunidade de frequentar nos anos de 1972 a 1973. As estreitas vinculações existentes entre saúde e alimentação permitiram aliar as perspectivas profissionais e as exigências de um curso de pós-graduação num só projeto, trazendo como resultante este trabalho.

Dovo à Professora Eunice Ribeiro Durham, minha orientadora, a sugestão e o incentivo para investigar este tema. Meus particulares agradecimentos são a ela dirigidos, por sua segura orientação e, mais que isto, pela amizade, sensibilidade e senso crítico que sempre demonstrou.

Sou muito grata aos amigos e companheiros de trabalho Everardo Duarte Nunes e Roginaldo Zaccari de Campos pela presença contínua, apoio, estímulo e sugestões; a todos os colegas e ex-colegas do Departamento de Medicina Preventiva e Social; aos meus colegas e professores, com os quais convivi durante o curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP; aos meus colegas e professores do curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP, pelas críticas e sugestões apresentadas em diversos seminários. Meus particulares agradecimentos à Verena Martinez-Allier pelas valiosas sugestões e observações, aos amigos e colegas Amíza Vergolino e Silva com quem discuti algumas partes deste trabalho, Suely Koffes de Almeida, que ofereceu valiosas sugestões no desenrolar do trabalho de

campo e Manuel Alexandre F. Cunha, que leu e criticou cuidadosamente alguns capítulos.

Agradeço à Ecilda Maria Silva Nunes pela presença amiga, pelo seu trabalho na revisão dos manuscritos; à Maria Madalena M. Oliveira pela colaboração no trabalho de campo, à Yone Morita que muito auxiliou na tabulação dos dados e à Laís Florentino pela amizade e a colaboração em todos os momentos da realização deste trabalho.

Apresento meus agradecimentos ao Alcides Gomes Martins pela dedicação e zelo na datilografia; à Sônia Silva pela revisão bibliográfica; à Maria Lúcia Tojal e Maria Angélica D. Rosalen, pelas providências administrativas.

Expresso ainda a gratidão que devo aos meus familiares, que sempre depositaram toda a sua confiança em mim e nesta tarefa. Aos amigos que me apoiaram e incentivaram, os meus agradecimentos.

INDICE

Pág.

PREFACIO.....	
ÍNDICE DE TABELAS	
INTRODUÇÃO.....	
<u>CAPÍTULO I</u>	
O MUNICÍPIO DE PAULÍNIA	
1. Aspectos históricos e a industrialização.....	1
2. O crescimento populacional.....	6
3. O trabalho da população de Paulínia.....	7
3.1. O emprego agrícola.....	8
3.2. O emprego na indústria.....	8
3.3. O emprego no setor terciário.....	12
4. Os níveis de remuneração obtidos e as vinculações com o mercado de trabalho.....	15
5. O crescimento da cidade e o planejamento urbano..	17
NOTAS DO CAPÍTULO.....	19
 <u>CAPÍTULO II</u>	
A "POPULAR"	
1. A formação da "Popular".....	22
2. Localização espacial e aspectos físicos da área residencial.....	24
3. A avaliação da "Popular".....	27
4. Os moradores da "Popular" frente ao mercado de trabalho e a produção de rendimentos.....	35
5. A diferenciação interna da "Popular", vista pelos moradores e pelos não moradores.....	37
a) Os "pobre".....	46
b) Os "não muito pobre".....	47
c) Os "bem de vida".....	47
6. A casa.....	48
7. O espaço interno das casas.....	55
NOTAS DO CAPÍTULO.....	61

CAPÍTULO III

A AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS

1. Locais de compra.....	72
2. Os comerciantes.....	74
3. O "fregueis".....	76
4. A "compra" dos "pobre", "não muito pobre" e "bem de vida".....	80
5. Empréstimos e ganhos.....	86
6. Plantas e criações nos quintais.....	93
7. Os gastos domésticos e o custo de vida.....	95
NOTAS DO CAPÍTULO.....	105

CAPÍTULO IV

A MESA POPULAR

1. A "comida" nas refeições.....	114
2. As refeições cotidianas.....	120
a) O "café"	123
b) Almoço e Jantar: "comidas" e "misturas".....	128
c) O "lanche".....	137
d) A "comida" das crianças pequenas.....	138
e) A "comida" fora de casa.....	145
3. A dietética popular.....	149
NOTAS DO CAPÍTULO.....	158

CAPÍTULO V

AS REFEIÇÕES NÃO COTIDIANAS

1. "Comida" e "mistura" nos domingos e dias de festa.....	168
2. A "comida" para convidados:.....	174
a. Um almoço inesperado.....	175
b. Um almoço por convite.....	181
c. Um almoço "não especial".....	188
d. Análise.....	194
NOTAS DO CAPÍTULO.....	198

CAPÍTULO VI

O SERVIÇO DA DONA-DE-CASA

1. A divisão do trabalho na prática alimentar.....	200
2. As habilidades das mulheres na cozinha.....	208
3. A aprendizagem da culinária.....	212
4. A qualidade de ser cozinheira.....	218
5. O trabalho doméstico: a dona-de-casa e as demais pessoas da família.....	224
NOTAS DO CAPÍTULO.....	229

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES.....	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	238
ANEXO 1: ROTEIROS 1 e 2.....	246
ANEXO 2: TABELAS.....	252

ÍNDICE DE TABELAS DO TEXTO

	pág.
TABELA 1 - Número de estabelecimento industriais no Município de Paulínia, nos anos de 1968 e 1974, segundo o tamanho das empresas.....	3
TABELA 2 - Número de estabelecimentos comerciais existentes na cidade de Paulínia, nos anos de 1968 e 1974, conforme os ramos de atividade.	5
TABELA 3 - Distribuição da população urbana e rural do Município de Paulínia no período 1960-1973..	6
TABELA 4 - Distribuição da população residente em Paulínia por ocasião do Censo de 1973, ocupada na indústria da construção civil, segundo as categorias profissionais.....	11
TABELA 5 - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, segundo o ramo de atividade no setor terciário.....	13
TABELA 6 - Distribuição da população economicamente ativa, 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, conforme níveis de remuneração obtidos.....	16
TABELA 7 - Combinação de alimentos ingeridos no café da manhã pelos indivíduos pertencentes aos diferentes estratos das famílias da amostra, em 819 refeições individuais, no decorrer da última semana do mês de maio de 1973.....	124
TABELA 8 - Combinação de alimentos ingeridos no almoço e jantar de segunda-feira a sábado pelos indivíduos pertencentes aos diferentes estratos das famílias da amostra no decorrer da última semana do mês de maio de 1973.....	130
TABELA 9 - Consumo "per capita" diário (em gramas) de alguns produtos consumidos pelos diferentes estratos de família da amostra, durante o mês de maio de 1973.....	133

ÍNDICE DE TABELAS DO ANEXO 2

Pág.

TABELA	1A - Distribuição da população residente no Município de Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, segundo o local anterior de residência.....	255
TABELA	2A - Distribuição percentual da população residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, conforme situação do domicílio no município.....	256
TABELA	3A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, segundo os setores de atividade econômica.....	257
TABELA	4A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, sexo e ocupação nos diferentes setores de atividade econômica...	258
TABELA	5A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio e ramo de atividade no setor secundário.....	259
TABELA	6A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, sexo e ramo de atividade de no setor terciário.....	260
TABELA	7A - Distribuição percentual da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, sexo e ramo de atividade no setor terciário.....	261
TABELA	8A - Distribuição das residências do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, segundo o tipo, o valor de venda em UPC e cruzeiros, e metros quadrados de construção.....	262

TABELA	9A - Distribuição da população ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, por ocasião do Censo de 1973, por sexo e o setor de atividade econômica a que se dedica.....	263
TABELA	10A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, por ocasião do Censo de 1973, por sexo e ramo de atividade a que se dedica...	264
TABELA	11A - Gastos médios realizados em alguns itens do consumo da amostra das famílias residentes no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, de acordo com os estratos de rendimentos realizados no mês de maio de 1973.....	265
TABELA	12A - Distribuição dos gastos médios "per capita" realizados na aquisição de alimentos pelos diferentes estratos de famílias da amostra no mês de maio de 1973.....	266
TABELA	13A - Distribuição do consumo "per capita" diário dos diferentes estratos de famílias da amostra no decorrer do mês de maio de 1973.....	267

INDICE DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 1 - Mapa do Município de Paulínia.....	25
FIGURA 2 - Planta do Tipo Habitacional 2/38.....	67
FIGURA 3 - Planta do Tipo Habitacional 2/40.....	68
FIGURA 4 - Planta do Tipo Habitacional 2/44.....	69
FIGURA 5 - Planta do Tipo Habitacional 3/52.....	70
FIGURA 6 - Mapa dos locais de compra das famílias "Po- bre".....	110
FIGURA 7 - Mapa dos locais de compra das famílias "Não muito pobre".....	111
FIGURA 8 - Mapa dos locais de compra das famílias "Bem de vida".....	112
GRÁFICO 1 - Consumo diário "per capita" (em gramas) de Pro- teínas, Carboidratos e Gorduras dos estratos de famílias da amostra, no mês de maio de 1973.	165
ROTEIRO 1 - Orçamento Doméstico.....	246
ROTEIRO 2 - Dados gerais sobre a alimentação.....	248

INTRODUÇÃO

Pode parecer um tanto simples investigar-se a alimentação de uma população assalariada que vive num bairro periférico urbano de uma cidade que se industrializa. À primeira vista tem-se a impressão de que se trata de um tema pouco atraente e corriqueiro, a respeito do qual pouco se tem a dizer. Isto somente ocorreria e seria facilmente esgotável se se pretendesse tratá-lo em si mesmo, isolado das condições existenciais em que vive a população investigada.

A alimentação como tema de estudo tem despertado a atenção de vários autores no Brasil, originando, entre outros, trabalhos como os de Josué de Castro (1965), dedicados basicamente ao problema da "fome"; Bastide (1960), que enfatizou os aspectos da "comida" dos condomblés baianos; Figueiredo (1964) e Cascudo (1968), que se preocuparam com a história da alimentação no Brasil, indicando as influências da "cozinha indígena", "negra" e "portuguesa" no cardápio nacional.

Não se pretende neste trabalho especular a respeito da origem deste ou daquele tipo de dieta, nem tampouco tratar das carências nutricionais, ainda que estas se façam presentes entre as principais causas de muitas doenças que incidem sobre a população brasileira. São inúmeras as investigações que se dedicaram ao diagnóstico da situação alimentar de populações rurais e urbanas, destacando-se os inquéritos empreendidos no período 1950/1966 pela Comissão Nacional de Alimentação (1968) ¹, que indicam "estado de nutrição deficiente em todas as regiões do país, incidindo nos grupos de baixas rendas". Este trabalho indica que "o consumo real de alimentos pelas populações das diversas regiões do país é deficiente, qualitativa e quantitativamente, nos grupos de mais baixo poder aquisitivo e com reduzida capacidade de seleção". As deficiências nutricionais como causas de doenças e mortalidade infantil foram amplamente indicadas por Yunes (1967),

1. Anais da Comissão Nacional de Alimentação (1968:31).

no Município de São Paulo, sendo apontados como fatores responsáveis por este fenômeno a queda do poder aquisitivo da população e a concentração de renda cada vez mais acentuada no país.

A relação entre rendimentos e valor nutricional da dieta foi também investigada pelo Departamento Intersindical de Estatística Econômica (1973)², entre famílias assalariadas paulistas, pondo em evidência que a "alimentação da população trabalhadora de São Paulo apresenta-se insuficiente e inadequada, por não atender às necessidades de cálcio, vitamina A, tiamina, riboflavina e ácido ascórbico". Apesar das famílias situadas nas faixas de renda "média" e "superior" conseguirem preencher os requisitos considerados "ideais" quanto ao consumo de proteína e ferro, como aponta aquele trabalho "são baixas as proporções desses nutrientes de origem animal". A faixa dos assalariados situada no nível "inferior" de rendimentos não consegue alcançar os níveis "ideais" de proteína e ferro. Da mesma forma, a Fundação Getúlio Vargas (1973)³, ao empreender estudos a respeito do nível nutricional de famílias residentes em conjuntos habitacionais ("verticais", blocos de apartamentos, e "horizontais", casas) construídos pelo BNH na cidade do Rio de Janeiro, indica, principalmente para os "horizontais", deficiências no consumo de proteínas, lipídios e sais minerais, cujas causas associam-se às baixas rendas "per capita" obtidas pelas famílias.

Ao lado destes estudos basicamente quantitativos, que associam fatores bio-sociais-econômicos, encontra-se a investigação de Gross (s/d), que considerou as transformações havidas no modo de produção na agricultura do sisal numa região nordestina e o gasto energético humano dos trabalhadores e seus dependentes (não produtivos), demonstrando como os salários auferidos são insuficientes para a manutenção de uma dieta racional, tendo em vista a energia dispendida no trabalho. Enfatiza que os rendimentos reduzem a proporção da disponibili-

2. DIEESE (1973:30-31)

3. Instituto Brasileiro de Economia (1973:151)

dade qualitativa e quantitativa do alimento para os filhos de queles trabalhadores, cujos níveis de crescimento e desenvolvimento não atingem os recomendados pela Nutrição. Esta mesma investigação propõe a contribuição entre a Antropologia e a Nutrição, levantando assim possibilidades de colaboração conjunta do antropólogo e do nutricionista nos trabalhos a respeito da alimentação.

Antecedendo a esta posição, que leva a incluir cientistas sociais na área da Nutrição, encontra-se Pierson (1944)⁴, quando, timidamente, propunha-se a estudar, como sociólogo, o cardápio dos servidores da Limpeza Pública da cidade de São Paulo, vindo, inclusive, a pedir desculpas por "ter efetuado uma investigação numa área de experiência humana que fica fora daquela com que se ocupa especificamente a minha própria disciplina - a Sociologia". Entretanto, Mello e Souza (1954)⁵, no estudo a respeito da "civilização rústica", indicava a necessidade de que os estudos da alimentação realizados por sociólogos "combinem os pontos de vista estatístico (como indicadores do nível de vida), biológico (como qualidade nutritiva, exprimindo uma certa forma de exploração do meio), econômicos (como o tipo de participação nos recursos totais do grupo) e propriamente sócio-culturais (como fator de sociabilidade)⁵.

Ainda que estes autores mencionassem a colaboração da Sociologia e da Antropologia nesta área, pode-se observar a contribuição prestada pela Antropologia ao problema nas clássicas monografias a respeito do estudo de comunidades no Brasil, empreendido principalmente na década de 50.

No entanto, alguns estudos mais recentes não têm fugido à perspectiva de quantificar, buscando correlacionar um conjunto de variáveis sócio-culturais e econômicas como explicativas da "permanência" de certos hábitos alimentares "tradi-

4. Pierson (1944:1-2)

5. Mello e Souza (1954:32)

cionais" nas populações de baixa renda, residentes em áreas urbanas. Pode-se tomar como exemplo o trabalho de Santos (1972) no estudo de escolares numa cidade interiorana paulista, que buscou correlacionar os hábitos alimentares com o "padrão de família, fatores sócio-econômicos, conhecimento sobre nutrição e complexidade da dieta", através do emprego de técnicas estatísticas (escalas de Guttman). Esta autora conclui que "em áreas urbanizadas há diferenciação de complexidade na escala alimentar"; que "os hábitos e padrões dietéticos formados no lar e durante a infância são difíceis de serem alterados dada a relação existente entre esses e o nível de instrução da mãe". Aliás, esta perspectiva de análise está fundamentada na visão de que os hábitos e o consumo alimentar estão relacionados ao "modo de vida (way of life) urbano", em oposição a "modos de vida tradicionais". Estas mesmas formulações encontram-se em investigações empreendidas na América Latina e do Norte por vários autores, tais como: Chassy (1967), Ashmed (1967), Schorr (1972), Sanjur (1969), Sanjur et al. (1970, 1971). Sistemática⁶ mente, elas têm empregado a escala de Guttman e enfatizam que a adoção de uma dieta mais complexa está relacionada a "mudanças na esfera social e econômica e a outros aspectos da vida social".⁶ As crenças e atitudes em relação à alimentação, concebidas por Sanjur (1969) e Sanjur et al. (1971)⁷ como a "ideologia alimentar" e concepções "pré-científicas", a não ver, ao lado de outros indicadores do "estilo de vida", determinavam baixos padrões alimentares e severas "restrições" durante a saúde e a doença, impostas principalmente à criança e à mãe no período de lactação.

✓ Poder-se-ia alongar a apresentação de uma extensa bibliografia que enfatiza, ainda, os estudos nutricionais relacionados ao desenvolvimento físico e mental de crianças, que têm contado com a participação de cientistas sociais, entretanto, não é propósito esgotar a análise bibliográfica,

6. Chassy (1967:4-5)

7. Sanjur et al. (1971:3-4).

achando-a já suficiente para esclarecer a forma como se propõe a abordagem do tema alimentação no presente trabalho.

Em primeiro lugar, a alimentação, como uma atividade vital, imprescindível à sobrevivência humana, não se desvincula da totalidade de vida de uma população, mas é integrante das suas condições de existência, num dado "milieu" social, cujos determinantes últimos, numa sociedade urbano-industrial, relacionam-se às condições e oportunidades de participação numa dada ordem econômica. Seria impossível apreender a alimentação sem estabelecer as ligações com estes determinantes, que em última instância condicionam as possibilidades efetivas de sobrevivência. Estas vinculações são estabelecidas neste trabalho a partir da visão de que o tipo de dieta relaciona-se com a posição estrutural dos sujeitos investigados. Logo, seria impossível entendê-la sem uma apreensão empírica de um conjunto de circunstâncias que envolvem desde o trabalho, o usufruto de um nível de rendimentos que proporcionam a capacidade de manter um dado padrão de consumo que se especifica no próprio habitar, no alimentar-se, no lazer, no vestir, na saúde e em outros sistemas relacionados às condições de vida. Portanto, sem o conhecimento prévio das circunstâncias que envolvem o consumo de alimentos no espaço urbano e que particularmente afetam a existência dos indivíduos, seria difícil a compreensão das práticas alimentares que não só envolvem a obtenção de um certo nível de consumo mas também a maneira como são representadas e idealizadas estas mesmas práticas e aquelas que escapam às possibilidades de serem alcançadas. De outro lado, seria inadequado apreender estas práticas assumindo um ponto de vista "pré-estabelecido", no sentido de tentar buscar nestas práticas alimentares do grupo investigado os níveis de adequação de outros esquemas pertencentes ao próprio universo do pesquisador ou de outras categorias sociais para, a partir deste possível distanciamento, encontrar níveis de ajustamento. Estes poderiam dar-se naquela perspectiva de procurar encontrar estilos de vida "tradicionais" ou "modernos" presen-

ten ou não na prática alimentar dos sujeitos. Contrariamente, esta investigação não se propõe a tal, por julgar-se este ponto de vista extremamente limitante e que só viria trazer um viés analítico à medida em que se tenta estabelecer comparações de práticas que só podem ser comparadas para apontar desigualdades sociais. É a apreensão destas mesmas desigualdades que se propõe buscar neste estudo, a partir da apreensão elaborada pelos próprios sujeitos e principalmente através das formas como expressam as suas condições de existência e como nelas buscam orientar as suas próprias vidas.

Vários limites impõem-se a esta investigação, entre eles a exploração mais aprofundada a respeito dos processos mais amplos relacionados à produção alimentar, aspectos políticos que podem ser dimensionados em investigações específicas. Não houve preocupação em relacionar os fatos ligados ao quadro geral das transformações econômico-sociais que ocorrem em nível nacional. Interessam particularmente as transformações mais próximas, que são percebidas pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa e aqueles mais amplos serão referidos somente à medida em que afetem o comportamento das pessoas que vivem o processo. Outras limitações impõem-se, uma vez que vários setores vivenciais não foram aprofundados, ainda que fossem mencionados nos contatos com a população. Entre esses, os aspectos religiosos, de participação política e comunicação. Deixa de ser elaborado neste trabalho um estudo detalhado a respeito da família, que interessa apenas à medida em que se apresenta como uma unidade de rendimentos e consumo.

A pesquisa: o trabalho de campo, a coleta dos dados. —

Em meados do mês de janeiro de 1973, precisamente dois anos após a implantação do Programa de Saúde⁴ da Comu-

4. Um convênio da UNICAMP/Secretaria da Saúde do Estado e a Prefeitura Municipal de Paulínia, levou a que fosse iniciado aquele programa, de cujas principais atividades (médico-assistenciais e educacionais) incumbia-se basicamente o Departamento de Medicina Preventiva e Social, ao qual profissionalmente estava vinculada.

nidade de Paulínia, iniciou-se esta pesquisa. O fato da investigadora pertencer à equipe do Centro de Saúde de Paulínia favoreceu o estabelecimento de contatos com outras instituições (governamentais e privadas) para a obtenção de um conjunto de informações quantitativas e qualitativas a respeito do Município de Paulínia, sua população e aspectos urbanísticos e que estão presentes no Plano Urbanístico Básico de Desenvolvimento (1968). Além destes dados iniciais, aqueles referentes à população (aspectos demográficos, ocupacionais, educacionais, médico-sanitários) foram obtidos naquele mesmo ano pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social, vindo a constituir o Censo Demográfico e Sanitário (1973), cuja utilização é feita neste trabalho. Paralelamente, outras investigações foram realizadas, entre elas a referente às Noções de Saúde e Doença, cujos dados, coletados junto aos moradores do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, foram utilizados nesta investigação ⁵. Um conjunto de outras informações complementares a respeito das empresas e da mão-de-obra foi obtido, constando de um relatório por mim elaborado (1974).

As impressões transmitidas por todos aqueles que residiam em Paulínia eram de que a cidade "crescia", "progredia" e que "chegava muita gente para trabalhar nas indústrias". Estas mesmas impressões foram encontradas entre os moradores do conjunto habitacional, onde foram coletados os principais dados desta investigação mediante um intenso trabalho de campo que durou até janeiro de 1975. Através de visitas a cada família, realizadas no decorrer da semana ou mesmo nos fins de semana, eram coletadas as informações.

Ressalte-se que, ao longo deste período, algumas interrupções ocorreram, de forma a fracionar o intervalo de tempo considerado em sub-períodos de investigação; entre os meses de agosto e setembro de 1973 e novembro e dezembro de

5. Pesquisa a respeito deste tema, elaborada junto aos moradores de Paulínia, foi realizada pelo Prof. Reginaldo Zaccara de Campos e ainda não publicada.

1974 foram interrompidas as visitas semanais às residências dos moradores. No entanto, estas interrupções temporárias no contato direto com a população encontraram a sua razão de ser no fato de que se buscava, no primeiro sub-período, reelaborar os instrumentos de pesquisa, os roteiros de entrevista, e sistematizar o material coletado. No segundo sub-período buscou-se realizar entrevistas e observações complementares junto a outras fontes de informação (instituições assistenciais, vendedores), com as quais os moradores mantinham contato.

Os primeiros contatos com os moradores do bairro deram-se através de conversas informais à porta de sua casa, ou então com quem passava pela rua, e com quem se procurava conversar. Ainda que este tipo de abordagem proporcionasse um conhecimento de aproximadamente 15 famílias no decorrer de todo o período da investigação, ela não constituiu a única forma pela qual a população foi abordada. Pela natureza de algumas informações quantitativas que se desejava obter a respeito do consumo de alimentos, optou-se pela amostragem aleatória ⁷ de 10,0% das 206 unidades residenciais que correspondem a 20 unidades. No total, contou-se com 126 indivíduos, o que corresponde em média a 6,3 pessoas por domicílio. Das 20 primeiras famílias sorteadas, obteve-se cinco recusas. Um dos motivos alegados foi o fato de mulheres trabalharem fora de casa, outras, ao consultarem os maridos, diziam que eles não lhes poderiam responder às questões, outras, ainda, agressivamente e com desconfiança, questionavam: "prá quê o governo qué sabê como pobre come?; nós come tudo dia arroz e feijão memo". A substituição destas famílias foi feita por aquelas que haviam sido anteriormente sorteadas como amostra de reposição.

Mesmo que as demais famílias prestassem um conjunto de informações a respeito do bairro, das pessoas, e mesmo em torno da alimentação, todas as informações quantitativas e qualitativas obtidas a respeito do consumo restringiram-se às

7. Blalock (1972:554-557).

20 famílias sorteadas. Os dados quantitativos foram obtidos para o mês de maio de 1973, referindo-se basicamente aos gastos efetuados com alimentação, compras de alimentos efetuadas no mês, locais de compra, quantidades, preços dos produtos adquiridos. Tomou-se ainda uma semana do referido mês (de 21 a 27) para a investigação de todas as refeições ingeridas individualmente e diariamente pelas pessoas da família.

Distribuiu-se um caderno a cada família investigada, para que uma das pessoas anotasse aquelas refeições. Geralmente as filhas do casal faziam as anotações, pois estas, na sua maioria, eram alfabetizadas. Alguns homens (marido) também colaboraram. Mais raramente as mulheres (esposa) achavam-se capacitadas para fazer as anotações, e quando esposa e marido tinham baixa escolaridade e os filhos eram ainda pequenos, houve a necessidade de visitar a família diariamente para proceder-se às anotações a respeito dos alimentos ingeridos no dia anterior.

A esta primeira etapa na coleta das principais informações seguiu-se um conjunto de entrevistas, realizadas mediante a aplicação de um roteiro de entrevistas⁸, que foram gravadas somente quando a mulher permitia; por isso anotou-se grande parte das entrevistas. Ressalte-se que elas não foram rigidamente estruturadas, o que ofereceu oportunidades para que os entrevistados falassem o mais livremente possível. Observações participantes foram efetuadas, quando da compra de alimentos e durante as refeições para as quais fui convidada. Outras informações subsidiárias foram coletadas através de técnicas auxiliares, entre elas redação de crianças, versando sobre temas de alimentação ("A alimentação na minha casa", "O que eu gostaria de comer"), obtidas junto às crianças, filhos dos moradores, e que frequentavam o grupo escolar local. A maior parte destas redações, que totalizaram 120, não foi utilizada

8. Ver roteiro 1, Anexo 1.

9. Ver roteiro 2, Anexo 1.

neste trabalho, ficando para uma análise posterior.

Entrevistas foram realizadas com alguns comerciantes (proprietários de sítio, vendedores ambulantes), para obter informações a respeito do abastecimento alimentar e das relações que mantêm com os moradores investigados. Observações e entrevistas foram também realizadas junto a uma instituição de caráter assistencial que fornece alimentos às famílias "necessitadas".

Cabe uma observação final a respeito de como me identifiquei aos moradores. Em todos os contatos estabelecidos apresentei-me como pertencente ao Centro de Saúde local, onde desempenhava funções de pesquisadora, interessada em investigar a alimentação. Esta identificação institucional a princípio apresentou vantagens, decorrentes do fato de que os moradores viam com curiosidade e interesse "o pessoal novo da faculdade", ou "os médicos de Campinas" presentes naquele Centro de Saúde, instituição esta da qual dependiam para receber assistência médica para os seus filhos pequenos. Apesar desta explicação, não raro era categorizada como sendo "gente do governo", "fiscal da COHAB", "assistente social da prefeitura", "vendedora de livro", "professora do grupo escolar", categorização esta que tinha a ver com outras categorias de indivíduos, pertencentes ou não a outras instituições locais, que em determinadas circunstâncias travam relações sociais com os moradores.

Não raro, porém, no decorrer da investigação, o descontentamento dos moradores em relação à instituição de saúde gerava uma atitude negativa a meu respeito, especialmente porque, vendo-me como pertencente àquela instituição, criticavam "as moças que atende mal", ou "os médicos que atende mal" no Centro de Saúde e, assim, algumas mulheres pagavam a verme como importuna.

Mas aquela identificação com uma instituição de saúde deixava também para os moradores a impressão de que eu viesse a ser sempre uma possível fonte de fornecimento de

benefícios (remédios, marcar consulta, "aconselhar" em problemas de saúde), não raro solicitados no decorrer do tempo em que estive em contato com as famílias do Núcleo Habitacional.

À medida que o tempo passava e ampliavam-se os contatos com as diferentes famílias de moradores, ainda que persistisse a noção de que eu pertencia ao Centro de Saúde, outros critérios de classificação a meu respeito foram elaborados pelos moradores, denotando maior familiaridade e aproximação no relacionamento.

Para muitas famílias, passei a ser "amiga", "de casa", e este fato facilitava o estabelecimento de novos contatos com pessoas integrantes da rede de relações sociais daquelas famílias. Ressalte-se que, pela minha própria condição de mulher, os contatos eram mais fáceis com as mulheres do que com os homens. Isto também relacionava-se ao fato de que nos horários das visitas ocorria encontrar as mulheres, que trabalhavam em casa, enquanto que os homens estavam fora de casa, por motivos de trabalho. Mesmo quando eventualmente encontravam-se em casa, o relacionamento comigo era mais distante e formal, além do que falar de coisas como "comida" era assunto para mulher. As relações com homens somente vieram a ser menos formais à medida em que as mulheres passavam a considerar-me sua "amiga" e não raro sollicitavam que eu voltasse nos horários em que suas maridos estivessem presentes. Assim, podia-se com maior facilidade conversar com homens, que aos poucos se tornavam menos formais, inclusive tendo alguns deles substituído o tratamento de "senhora" por "você". Os contatos com os homens progrediram quando passei a frequentar as reuniões noturnas promovidas pelo pessoal do Centro de Saúde (médicos, educador, assistente social) para tratar dos problemas coletivos de saúde. Quando retornavam às suas casas, comentavam os assuntos falados nas reuniões e passavam a pedir a minha opinião a respeito.

Mesmo que as relações pessoais com muitas famílias fossem chegando a um nível amigável, para outras pessoas,

menos familiarizadas comigo, persistiam aquelas idéias de que eu fosse "gente do governo", "Fiscal da COHAB", "agente do ocial da prefeitura", "visitadora do Centro de Saúde" e não raro era vista ainda com muita desconfiança.

Os aspectos apresentados procuraram fornecer ao leitor os objetivos deste trabalho, assim como os procedimentos adotados na coleta dos dados. Resta agora sumariamente apresentar o conteúdo dos diversos capítulos que compõem este trabalho.

O primeiro capítulo trata de uma apresentação geral a respeito do Município de Paulínia, das principais transformações econômicas havidas no local, que trouxeram como consequência um aumento populacional, ampliação do mercado de trabalho, o que conduziu o poder municipal local a ampliar a infra-estrutura urbana, inclusive no que se refere às habitações populares. Este quadro mais amplo fornece subsídios para que se compreenda a inserção da "Popular", um bairro periférico planejado, onde residem os assalariados, a respeito dos quais se fala no segundo capítulo.

Este, especificamente, detém-se nos problemas relacionados às vinculações da população com o mercado de trabalho e à sua forma de obtenção da moradia, proporcionada pela política habitacional. Uma vez "actuando" o problema do habitar, procura-se enfatizar os processos utilizados pelos moradores para poder consumir alimentos. Trata-se, pois, no terceiro capítulo, de demonstrar as articulações que diferentes categorias de moradores, que trabalham e habitam de uma certa forma, estabelecem com a rede de abastecimento alimentar para obtenção de alimentos. Será dimensionada neste capítulo a utilização que fazem do dinheiro para adquirir alimentos, travando relações com os agentes distribuidores, ao mesmo tempo em que é mantida uma rede de relações sociais informais, onde o alimento entra como um dos componentes.

O quarto capítulo dedica-se ao consumo de alimentos no espaço doméstico, de forma a indicar como estão distri-

busões nas refeições diárias e no cardápio das diferentes famílias de moradores. O quinto capítulo dá ênfase à regulamentação do consumo por ocasião de determinadas refeições familiares, quando, eventualmente, contam com a presença de convidados.

O sexto capítulo compreende uma análise dos desempenhos da mulher na casa e na cozinha, bem como a participação de outras pessoas da família nestes tarefas.

As conclusões contidas no sétimo capítulo procuram sintetizar os diversos aspectos, retomando-os em suas dimensões mais amplas.

Em resumo, o trabalho pretende analisar a prática alimentar de uma população, entendida através da obtenção, preparo e consumo dos alimentos, tendo em vista uma análise in terna dos alimentos utilizados, do seu modo de combinação, a sua seleção dentro de um conjunto que consiste nas possibilidades ideais abertas pela sociedade, seleção essa que envolve, de um lado, limitação de ordem econômica e, de outro, valorização e preferências que se estruturam dentro de um sistema de categorias alimentares.

A prática alimentar prende-se, portanto, ao modo de inserção da população na sociedade e em última instância na estrutura produtiva, inserção essa que se manifesta basicamente em termos do nível de rendimento. Essa prática alimentar é pensada e vivida pela população através de uma elaboração cultural criativa e dinâmica que manifesta as suas condições de existência.

Este trabalho não pretende ser representativo do conjunto da população de Paulínia, em termos do padrão adotados com alimentação e quantidades consumidas, desde que se restringe a uma amostra reduzida. Trata-se, pois, de um estudo de caso que procura alcançar a dinâmica do processo através do qual se elabora uma prática alimentar, podendo ser utilizado para explicar outras práticas em outras situações.

Com a utilização de um material bibliográfico, associado ao resultado de dois anos de um convívio intenso com a população, à análise de 150 entrevistas sistemáticas em profundidade, realizadas mediante um roteiro, além de observações de situações particulares, entrevistas com fornecedores e autoridades, acredita-se ter sido possível acumular um material em pírico extremamente rico, que permitiu, no meu entender, o esclarecimento das questões a que a pesquisa se propõe.

CAPÍTULO I

O MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

A tentativa de verificar o consumo alimentar de uma parcela, ainda que reduzida, da população urbana, pressupõe o entendimento das vinculações existentes entre a estrutura produtiva local, o mercado de trabalho e os rendimentos. Isto porque o próprio consumo de alimentos está na dependência direta da capacidade aquisitiva da população para poder participar do mercado de bens. Esta capacidade aquisitiva, por sua vez, relaciona-se com a inserção da população no mercado de trabalho, cujas oportunidades, a nível local, tem evidenciado transformações na estrutura produtiva, basicamente orientada para a industrialização.

Assim sendo, descrever-se-á neste capítulo as características mais importantes do Município, do seu processo de industrialização e urbanização, bem como do mercado de trabalho e aspectos da remuneração da população, elementos estes que fornecerão ao leitor uma visão, ainda que genérica, das transformações mais recentes ocorridas no Município. Por outro lado, a forma como os moradores investigados estão organizados no espaço urbano local (um bairro popular periférico) está relacionada com as modificações havidas na estrutura econômica, demográfica e espacial da cidade como um todo.

1. Aspectos históricos e a industrialização.

Inserido no contexto da região de Campinas, onde se processa, de forma acentuada, a industrialização, o Município de Paulínia situa-se entre aqueles nos quais se observa recentemente a implantação de indústrias modernas relacionadas aos ramos químico e petroquímico (1).

No passado o Município esteve ligado às atividades agrícolas, predominando então as lavouras de café e cana-de-açúcar cultivadas em grandes propriedades. Na segunda década do século XIX ocorreu um processo de divisão parcial das terras formando-se, então, ao lado das grandes propriedades, pequenas fazendas, sítios dedicados às culturas de café, milho, cana-de-açúcar e algodão, trabalhados por colonos ou por peque

nos proprietários e suas famílias. Grande parte deles era de origem alemã e suíça.

Não perdendo as características agrícolas, o Município, na atualidade, apresenta uma estrutura fundiária caracterizada pela alta concentração de terras distribuídas em grandes e médias propriedades dedicadas ao cultivo do algodão, cana-de-açúcar, laranja e pecuária leiteira, ao lado de pequenas propriedades com produção horti-granjeira.

De vila e bairro de Campinas, passou a distrito no ano de 1944, quando se instalou em sua área a Companhia Rhodia Brasileira, empresa agro-industrial, dedicada à produção de álcool, produto subsidiário à produção química de outras empresas do grupo Rhodia, situadas na Grande São Paulo.

Considerada popularmente como a "Mãe de Paulínia", esta empresa empregava grande contingente de mão-de-obra agrícola no cultivo da cana-de-açúcar, destinada à produção de álcool. No ano de 1965, abandonou a produção de álcool para transformar-se em indústria química.

Neste mesmo ano de 1965 o Distrito de Paulínia transformou-se em Município. Esta passagem está relacionada à transformação da empresa Rhodia na medida em que provocou uma elevação na arrecadação de impostos, a qual, por sua vez, permitiu a criação do Município. Conforme indica o Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento (1968) "do orçamento Municipal de 1967, 97,0% das rendas provinham da arrecadação do ICM, incidente sobre a Companhia Rhodia Produtos Químicos e Têxteis S/A."

Ao lado desta grande empresa, desde o início da década de 1960 implantavam-se também no Município pequenas indústrias semi-artesanais dedicadas à produção têxtil, oleira e de móveis. Restritas aos mercados locais e quando muito regionais, estas empresas não apresentam grande desenvolvimento. Em 1974, não empregavam mais que 3,0% da mão-de-obra ativa nas indústrias locais. Pela sua forma de organização tradicional, geralmente familiar, contando com pequeno capital e restrito mercado, elas tendem a desaparecer na atualidade.

Outras indústrias modernas dos ramos de produção de papel e papelão, material de transporte e minerais não metálicos instalaram-se no período 1966-1968. Em 1974, estas empregavam 32,0% da mão-de-obra ativa nas atividades industriais. Sua expansão contínua explica-se tanto pela demanda do complexo industrial da Grande São Paulo como pelas modificações mais recentemente imprimidas no parque industrial de Paulínia pela implantação da Refinaria do Planalto (REFPLAN) (2).

No ano de 1969, o Município foi escolhido como área onde se localizaria a refinaria de petróleo, iniciando-se naquele ano as obras de sua construção. Este fato provocou o deslocamento para a localidade de um grande contingente de mão-de-obra para as atividades de montagem da refinaria.

As transformações ocorridas no setor industrial, no período de 1968-1974, podem ser avaliadas através de alguns dados quantitativos referentes às empresas do Município apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1 - Número de estabelecimentos industriais no Município de Paulínia, nos anos de 1968 e 1974, segundo o tamanho das empresas.

TAMANHO DAS EMPRESAS	ANO	1968 (1)		1974 (2)	
		n	%	n	%
Pequenas		21	87,5	10	45,4
Médias		2	8,4	9	41,0
Grandes		1	4,1	3	13,6
TOTAL		24	100,0	22	100,0

FONTE: (1) S.D. Consultoria de Planejamento Ltda. Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento Paulínia. Prefeitura Municipal de Paulínia, 1968.

(2) Canesqui, A. M. - Relatório de Levantamento das Atividades Econômicas de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social, FCM/UNICAMP, 1974.

O que se nota pelos dados apresentados é o in-

cremento das grandes e médias empresas, categorizadas no grupo das indústrias modernas e dinâmicas dirigidas à produção química e petroquímica, ao lado de outras relacionadas aos ramos da metalurgia, siderurgia, têxtil, material gráfico, material de transporte, produtos farmacêuticos e agro-industriais.

O desenvolvimento do setor industrial proporcionou a expansão da construção civil, estimulada pela implantação da refinaria. Efeitos correlatos fizeram-se sentir na expansão das atividades comerciais relacionadas à distribuição, importação e comércio de petróleo.

Com a expansão industrial, ocorreu também grande incremento do comércio imobiliário devido ao crescimento populacional, desencadeando uma grande especulação imobiliária. Para atender à procura crescente de residências, tem início a abertura de novos loteamentos residenciais.

O aumento das possibilidades de investimento do poder público municipal, gerado pela industrialização, conduziu à expansão dos serviços assistenciais e educacionais para atender às necessidades decorrentes do aumento populacional. Expandiu-se extraordinariamente a rede de ensino municipal de primeiro grau e cursos de alfabetização de adultos, assim como os serviços de assistência médica. Neste particular, além dos serviços públicos municipais e estaduais, expandiu-se também a rede privada de assistência médica proporcionada por algumas empresas a seus trabalhadores e dependentes.

Os dados registrados na Tabela 2 permitem visualizar sinteticamente as principais modificações havidas na composição das atividades do setor terciário, às quais vimos nos referindo. Comparando-se os dados registrados em 1968 (fase anterior à implantação da REPLAN) com os de 1974, algumas transformações importantes já se fazem sentir.

Entre as atividades classificadas como "comércio em geral" estão as empresas dedicadas à comercialização de artigos de uso pessoal e doméstico e as relacionadas ao abastecimento de alimentos. Vale ressaltar, para estas últimas, que

no ano de 1968, das 50 empresas comerciais "em geral", conforme dados da mesma tabela, 33 delas trabalhavam basicamente com gêneros alimentícios. Já em 1974, dos 73 daqueles mesmos estabelecimentos comerciais, 53 eram os que comercializavam alimentos.

TABELA 2 - Número de estabelecimentos comerciais existentes na cidade de Paulínia, nos anos de 1968 e 1974, conforme os ramos de atividade.

RAMOS DE ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	
	1968 (1)	1974 (2)
Comércio em geral	50	73
Estabelecimentos bancários	1	5
Firmas construtoras	1	40
Firmas imobiliárias	1	3
Postos de gasolina	1	7
Firmas distribuidoras de petróleo e derivados	1	31
Oficinas	1	20
Escolas públicas	1	23
Serviços médicos (públicos e privados)	1	7
TOTAL	70	209

FONTE: (1) Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Paulínia, 1974.

(2) S.D. Consultoria de Planejamento Ltda., Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento Paulínia. Prefeitura Municipal de Paulínia, 1968.

A expansão do comércio alimentar se refletiu no período 1968-1974 no aumento do número de lojas, quitandas, mercearias e restaurantes. Um supermercado começou a funcionar em Paulínia no ano de 1971. Ao lado deste ainda persistem os armazéns de secos e molhados que sofreram uma redução quantitativa, de 12 em 1968 para 9 em 1974. Contrariando-se aos armazéns, o número de vendedores ambulantes sofreu um aumento

significativo: de 8 em 1968 passaram a 41 em 1974.

Entre os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios estão alguns pequenos proprietários residentes nos sítios próximos à cidade, juntamente com outros que se dedicam somente a este tipo de comércio e os feirantes. Além dos vendedores que residem no próprio município, há outros procedentes de Campinas e Cosmópolis que abastecem a população local com produtos horti-granjeiros e leite.

2. O Crescimento populacional.

O Município sofreu grandes alterações na relação entre a população urbana e a rural. A Tabela 3 demonstra essas transformações no período 1960-1973, revelando uma crescente urbanização.

TABELA 3 - Distribuição da população urbana e rural do Município de Paulínia no período 1960-1973.

ANOS	URBANO		RURAL		TOTAL
	n	%	n	%	
1960 (1)	911	16,0	4834	84,0	5745
1970 (1)	3673	35,0	7035	65,0	10708
1973 (2)	6758	55,0	5700	45,0	12458

FONTE: (1) IBGE - Censos Demográficos de 1960 e 1970.

(2) Censo Demográfico e Sanitário. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

No período 1960-1970 houve um aumento da população urbana da ordem de 323,0%, sendo o crescimento da população rural de apenas 47,0%. No intervalo dos anos de 1970-1973, a população urbana cresceu em 83,0% e a rural decresceu em 17,0%.

Os dados censitários de 1973 permitem ainda que sejam identificados, através do local de nascimento, da proce-

dência da população e do tempo de residência no Município, algumas características desta urbanização.

De acordo com estes dados, apenas 32,0% da população residente, no ano de 1973, indicou Paulínia como local de nascimento.

Quanto ao local anterior de residência verifica-se que 52,0% da população era natural de outros locais do Estado de São Paulo; 11,0% do Estado de Minas Gerais e cerca de 4,0% de outras Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste)¹.

Considerando o tempo de residência no Município, para os não nascidos em Paulínia, pode-se verificar que mais de 60,0% da população imigrou para Paulínia a partir de 1968, o que coincide com a implantação da REPLAN².

Relacionando os dados acima com outras considerações mencionadas a respeito da industrialização verifica-se que esta vem desempenhando um papel preponderante na modificação da estrutura populacional do Município.

3. O trabalho da população de Paulínia.

A análise, ainda que sumária, das principais características da estrutura ocupacional permite que se tenha uma visão mais completa da estrutura produtiva local. Por outro lado, esta mesma análise torna-se necessária para que o leitor possa entender como a população de um bairro específico, descrito no próximo Capítulo, se insere num contexto mais geral. Isto é importante porque a capacidade de consumo alimentar vincula-se direta ou indiretamente à estrutura ocupacional.

A composição dos três setores de atividades econômicas (primário, secundário e terciário), conforme o Censo

1. Ver Tabela 1A do Anexo 2.

2. Ver Tabela 2A do Anexo 2.

Demográfico e Sanitário (1973), serve de referência para demonstrar a inserção da população do Município no mercado de trabalho³.

Do total da população com idade de 10 anos e mais, 51,0% era economicamente ativa - 78,0% dos homens e 20,0% das mulheres - distribuída pelos diferentes setores econômicos de atividade da seguinte forma: primário 25,0%, secundário 39,0%, e terciário 21,0%. Cabe mencionar que, conforme os dados censitários constantes na Tabela 3A encontram-se na categoria de "não especificados" 13,0% (3).

3.1. O emprego agrícola.

Do total da população residente no Município, 25,0% está empregado na zona rural. Ocupam-se das atividades agrícolas 5,0% dos trabalhadores residentes na zona urbana e quase que 50,0% dos residentes na zona rural. Estes empregos agrícolas concentram-se principalmente nas atividades relacionadas às culturas de cana-de-açúcar e de algodão, horticultura, policultura e avicultura.

Dos trabalhadores residentes na zona urbana que se dedicam às atividades agrícolas, grande maioria o faz na categoria de volantes, especialmente por ocasião das safras de algodão, dos produtos da horticultura e no cultivo da cana-de-açúcar.

3.2. O emprego na indústria.

Na primeira fase da industrialização de Paulínia, a Rhodia, empresa agroindustrial, era o principal empregador do Município. Indústrias tradicionais de pequeno porte forneciam empregos em número reduzido. A partir de 1968 é que se observa a expansão do parque industrial com a implantação de outras empresas intermediárias e modernas, que reduziram a importância das empresas tradicionais.

O setor secundário empregava, em 1973, 39,0% da

3. Todas as Tabelas referentes à estrutura ocupacional (Tabelas 3A, 4A, 5A, 6A, 7A e 8A) encontram-se no Anexo 2.

população economicamente ativa do Município, sendo o responsável pela absorção de 50,0% da população residente na zona urbana e por 27,0% dos residentes na zona rural. A mão-de-obra masculina empregada em atividades industriais distribuía-se pelos seguintes ramos: construção civil e industrial (40,0%); indústria química (20,0%); refinação de petróleo, produção de gás, indústria de pavimentação e petroquímica, incluídas no complexo petrolífero e derivados (13,0%); indústria de papel (11,7%); e indústria de material de transporte (1,5%).

Setores tradicionais representados pelas indústrias têxtil, serralheria e indústria alimentar empregavam apenas 6,8% da população, sendo que as mulheres só encontravam trabalho nas atividades desenvolvidas junto à indústria têxtil.

A grande concentração de mão-de-obra nas atividades de construção civil é explicável pela implantação industrial que vem ocorrendo no Município de Paulínia, onde grandes firmas empreiteiras, contratadas pelas empresas, demandam grande número de operários. Expostos a um mercado de trabalho altamente flutuante, esta categoria de trabalhadores instáveis, desqualificados ou semi-qualificados constituem os pontos de pressão do exército de reserva na força de trabalho.

De um modo geral, o setor secundário proporciona, para a mão-de-obra residente, empregos semi-qualificados e não qualificados, pertencentes ao quadro das ocupações manuais e que requerem, quando muito, o nível de instrução primária. Em menores proporções são absorvidos pelas empresas trabalhadores com funções mais baixas de supervisão e inspeção.

A mão-de-obra altamente qualificada, que desempenha funções de direção superior e intermediária nas empresas, não é recrutada em Paulínia, mas sim noutros centros urbanos maiores, principalmente Campinas, onde geralmente reside (4).

A presença das indústrias químicas que continuam em expansão, ao lado da indústria petroquímica e da refinaria de petróleo, é bastante importante no mercado de trabalho. Embora não tivessem sido computados os empregos da indús-

tria farmacêutica no ano de 1973, devido a implantação posterior à ocasião em que foi realizado o Censo Demográfico e Sanitário, verifica-se que as indústrias químicas ocupam maior quantidade de mão-de-obra que a petroquímica e a refinação de petróleo.

Apesar da importância assumida pela REPLAN no desenvolvimento do Município pelos efeitos gerados na expansão das rendas públicas, no aumento da infra-estrutura viária e urbana, no estímulo às atividades comerciais e no que se relaciona ao mercado de trabalho, grande extensão da população dela não se beneficia diretamente. Por operar com uso intensivo de capital e requerer mão-de-obra especializada para suas atividades, esta empresa não encontra no Município de Paulínia trabalhadores capacitados. Por esta razão, o complexo petroquímico tem menor importância do que a indústria química no mercado de trabalho local.

Vale ressaltar que o mercado de trabalho, na sua maioria dominado pelas grandes e médias empresas, proporciona aos trabalhadores maiores níveis salariais e observância da legislação, ou seja, emprego regular, proteção previdenciária, contrato de trabalho e reconhecimento dos direitos trabalhistas. Estas mesmas condições, entretanto, não são encontradas no ramo da construção civil e nas indústrias semi-artesaniais, onde a própria sobrevivência econômica da empresa está na dependência de uma absoluta exploração de mão-de-obra através da redução dos salários e inobservância das leis trabalhistas com os seus custos e obrigações.

Embora a análise do mercado de trabalho, para ser mais completa, demandasse um estudo das diferentes ocupações do setor industrial, isto não é feito, pelos limites do tema deste trabalho.

No entanto, dada a importância do sub-setor da construção civil na geração de empregos para a população residente em Paulínia (40,0%) e principalmente para os habitantes do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira (15,0%), que será

descrito no Capítulo que se segue, necessário se torna tecer alguns comentários a respeito das categorias ocupacionais que integram este sub-setor.

Os trabalhadores empregados na construção civil podem ser classificados hierarquicamente em quatro categorias ocupacionais: os mestres, os semi-oficiais, seus ajudantes e serventes (Tabela 4). Estas categorias, por sua vez, correspondem a uma escala gradativa de salários. A população recém-imigrada, desqualificada profissionalmente, é absorvida no ponto mais baixo da hierarquia. Como afirma Lemos (1969)⁴ "o servente é uma categoria baixamente remunerada, restrita às tarefas primárias, sempre se vendo como 'ser em transição'; impossibilitado de aumentar o valor da sua força de trabalho, procurando realizar um valor maior para a sua força de trabalho desqualificada, deslocando-se entre os setores e ramos de produção".

TABELA 4 - Distribuição da população residente em Paulínia por ocasião do Censo de 1973, ocupada na indústria da construção civil, segundo as categorias profissionais.

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	n	%
Mestre de obras	5	0,8
Encarregado de obras	5	0,8
Pedreiro	18	30,0
Pintor	18	4,5
Carpinteiro	19	11,1
Armador	15	8,4
Ajudante de carpinteiro e de armador	12	3,5
Servente de pedreiro	41	41,9
TOTAL	103	100,0

FONTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

4. Lemos (1969:19).

Os demais operários: pedreiros, carpinteiros, pintores situam-se entre os semi-qualificados e recebem maiores salários, podendo manter um "nível de vida" que supera levemente ao do ajudante. No topo da estratificação das profissões na construção civil encontram-se os mestres autônomos, posição possível para alguns poucos operários. São estes que desfrutam de melhores condições de remuneração. Esta distribuição pode ser verificada pela Tabela 4.

Paralelamente ao "mercado formal" funciona o "mercado não formalizado", difícil de detectar através dos dados censitários, constituído pelo conjunto de oportunidades de trabalho que englobam as numerosas atividades exercidas por conta própria e de curta duração. Esta categoria sujeita-se a uma baixa remuneração, à instabilidade ocupacional e à desvinculação do sistema previdenciário (5).

3.3. O emprego no setor terciário.

Uma rápida análise da Tabela 3A permite verificar que o setor terciário é aquele que absorve maior número de pessoas (21,0%). Este percentual, entretanto, está próximo do encontrado para o setor primário (25,0%) e mais distante daquele encontrado para o setor secundário (39,0%). Ainda que os dados censitários indicassem porcentagem tão reduzida para o terciário, é possível que a mão-de-obra computada na categoria de "não especificados" (13,0%) (conforme Tabela 4A) concentre-se principalmente no setor terciário. Neste caso tratar-se-ia de sub-setores englobando pequenas empresas que ocupam número bastante reduzido de trabalhadores, mais precisamente que no total, não compreendem mais do que quatro operários (6).

A expansão deste setor relaciona-se aos processos de industrialização e de urbanização da área em estudo que ocorreram nos últimos anos. Procedendo-se a uma reorganização dos dados (7), obteve-se a Tabela 5, que apresenta a distribuição do pessoal ocupado no setor terciário, segundo os ramos de atividades.

TABELA 5 - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, segundo o ramo de atividade no setor terciário.

ATIVIDADES	PESSOAL OCUPADO	
	n	%
Comércio de mercadorias	191	19,9
Serviços	390	40,6
Transporte	113	11,8
Finanças	13	1,4
Atividades Sociais	23	2,4
Atividades Públicas	230	23,9
TOTAL	960	100,0

FONTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

Embora no "comércio de mercadorias" esteja ocupada cerca de 20,0% da mão-de-obra do terciário, somente nas atividades relacionadas ao "comércio de mantimentos, frutas e hortaliças" concentra-se 19,0% da população no setor.

Trata-se de pequenos produtores e ambulantes que vendem seus produtos em pequenos estabelecimentos (bancas e quitandas) ou que circulam pela cidade para a entrega de leite, verduras, frutas e que se categorizam entre os trabalhadores por conta própria.

Outras atividades do "comércio de mercadorias", que têm apresentado grande desenvolvimento após a implantação da REPLAN, é o "comércio de combustível", contando Paulínia em 1974 com 31 firmas distribuidoras de gás. O pessoal ocupado neste sub-setor consiste, em sua maioria, de trabalhadores não-especializados, que executam serviços braçais. Nestas atividades encontra-se empregada 7,0% da população ocupada no terciário, tanto residente na zona urbana como rural.

Nos "serviços" é que se ocupa a maior parte dos trabalhadores no terciário, 40,0%. Subdividindo-se esta categoria, verifica-se que a metade desta população dedica-se aos "serviços domésticos" (23,0%), sendo composta por mulheres tanto da zona urbana como da rural. Neste tipo de atividade encontra-se um excedente da mão-de-obra que busca oportunidades de trabalho, mesmo baixamente remunerado, mas que constitui uma forma da participação feminina no aumento dos rendimentos da família. Os "serviços de limpeza" também absorvem, em parte, a força de trabalho feminino no terciário (7,0%). São firmas que contratam seus serviços com indústrias, cujos pagamentos são efetuados à base do salário mínimo.

A expansão industrial tem gerado também um aumento nos serviços de "transporte rodoviário", assim é que 11,0% dos ocupados no terciário dedicam-se a estas atividades. Aparecem aqui implícitas as categorias profissionais dos motoristas, ajudantes de caminhão, além de alguns autônomos que possuem o seu veículo e trabalham "por conta".

Nas "atividades sociais" estão ocupadas pouco mais de 2,0% das pessoas. Ressalta-se que somente foram aí computadas, através do censo, aquelas que se dedicavam ao ensino público. É de se supor, então, que esta porcentagem seja um pouco mais elevada, desde que o pessoal dedicado às atividades de saúde não está aí incluído, encontrando-se computado na categoria do "executivo municipal". Desta forma, o "executivo municipal" emprega 22,0% das pessoas, o qual, associado à "polícia militar" compõem as "atividades públicas", onde está empregada quase 24,0% dos trabalhadores do terciário (Tabela 1).

As categorias profissionais empregadas no setor público são as mais diversificadas: braçais, operários de empresa pública, vigias, serventes, merendeiras, locais, profissionais liberais (médicos, engenheiros), técnicos especializados, burocratas e outros, que na maioria trabalham na Prefeitura Municipal de Paulínia. Neste setor, a magnitude do emprego, a variedade dos serviços e tarefas a realizar, os critérios de recrutamento e o grau de autonomia relativa da estrutura buro-

crática diferem basicamente do setor privado, não seguindo os mesmos princípios que norteiam a absorção da mão-de-obra na atividade privada.

Concluindo, verifica-se que o terciário em Paulínia ainda é pouco diferenciado, especialmente no que se relaciona ao comércio.

4. Os níveis de remuneração obtidos e as vinculações com o mercado de trabalho.

Do que foi apresentado até o momento sobre o mercado de trabalho de Paulínia não se pode esperar que os níveis de remuneração sejam elevados. Dessa população, cuja maioria é assalariada, com baixa qualificação profissional, pouco mais de 70,0% não chegava a receber dois salários mínimos, mais precisamente, destes, 30,0% recebia abaixo do salário mínimo. Auferia até 3,5 salários mínimos, 17,0% da população. Entre 3,5 a 6,5 salários mínimos, encontravam-se pouco mais de 8,0% dos indivíduos. Mais que 6,5 salários são recebidos por 2,0% da população (Tabela 6).

Assim sendo, a população rural do município tinha em 1973 uma renda "per capita" mensal de CR\$ 83,64, índice este bem abaixo daquele obtido para a população urbana, que era de CR\$ 271,01. O fato dos trabalhadores rurais representarem 25,0% da mão-de-obra utilizada no mercado de trabalho e os baixos níveis de remuneração aos quais habitualmente estão expostos podem explicar, em parte, a alta frequência dos que obtêm rendimentos abaixo do salário mínimo. A esta categoria, possivelmente, associam-se as empregadas domésticas, as profissões menos qualificadas da construção civil, pequenos comerciantes e biscateiros.

Embora não se tenha estudado extensamente a questão dos rendimentos, pode-se concluir que os padrões de remuneração encontrados refletem a estrutura do mercado de trabalho da população, que por sua vez está sujeita ao tipo de industrialização vigente na localidade. Esta orientouse, no momento, para os setores químico e petroquímico que criam empregos qualificados, nível este que não pode ser ocupado pela po-

pulação local, constituída em grande parte de migrantes, anal-fabetos e semi-alfabetizados. Estes últimos têm maiores oportu-nidades de trabalho nas atividades industriais que exigem tam-bém empregos não qualificados e semi-qualificados.

TABELA 6 - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, conforme níveis de remuneração obtidos.

RENDA AUFERIDA EM CR\$	TOTAL	
	n	%
0 - 599	3282	72,3
600 - 1099	774	17,0
1100 - 1599	277	6,1
1600 - 2099	114	2,5
2100 - 2599	9	0,2
2600 - 3099	38	0,8
3100 - 3599	7	0,1
3600 - 4099	17	0,4
4100 - 4599	3	0,1
4600 - 5099	8	0,2
5100 - 5599	3	0,1
5600 e mais	8	0,2
TOTAL	4540	100,0

Fonte: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

Obs.: O salário mínimo local em 1973 era de CR\$ 300,00.

As características anteriormente descritas do processo de industrialização no Município e a preservação da estrutura produtiva rural determinam a existência de uma redu-zida oportunidade de trabalho para a população feminina e jo-vem.

5. O crescimento da cidade e o planejamento urbano.

O processo de industrialização local orientou-se conforme fatores exógenos ao Município e autônomos à dinâmica local. Este provocou modificações populacionais, no mercado de trabalho, na expansão da cidade, conforme mostrou-se anteriormente.

O Poder Público Municipal preocupou-se com o planejamento urbano, formulando um plano diretor especialmente orientado para "... assistir e orientar a implantação dos programas dos agentes exógenos que ele atraiu e canalizou para o Município, controlando seus efeitos, diretos e indiretos no sentido do melhor proveito do Município e maior benefício da população local - presente e futura"⁴.

A técnica do planejamento foi o instrumento básico de diagnósticos, prognósticos e estabelecimento de metas prioritárias e recursos que pudessem assegurar a ação do setor público.

O referido Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento assegurava como áreas prioritárias para um planejamento preliminar os seguintes tópicos:

- "condições de infra-estrutura básica para a exequibilidade e implantação dos programas já referidos de agentes exógenos".

- "condições urbanísticas e habitacionais para o desenvolvimento local e urbano".

- "equipamentos urbanos ou sociais para o crescimento populacional previsto".

A intervenção do Poder Municipal realizou-se na racionalização da expansão da cidade: no aumento da infra-estrutura de serviços de consumo coletivo (rede de abastecimento de água, esgoto, canalização de gás, iluminação pública); na

4. S.D. Consultoria de Planejamento Ltda., Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento Paulínia. Prefeitura Municipal de Paulínia, 1968.

rede de serviços assistenciais - saúde e educação; em habitações populares (construção de 406 moradias); na criação de facilidades para a implantação industrial (desapropriação e venda de terreno para as indústrias, energia elétrica, captação e tratamento de água para consumo industrial); e na expansão dos serviços de comunicação e transporte.

A industrialização trouxe o aumento das rendas municipais, permitindo maiores investimentos do setor público na infra-estrutura de serviços urbanos e estradas, ampliando as condições de comunicação do Município internamente e com outros centros regionais e nacionais que constituem o mercado da produção industrial.

A organização espacial da cidade encontra-se vinculada, portanto, ao processo de industrialização, havendo uma interpenetração das ordens econômica e política que se projetam no espaço urbano e especificamente naquele espaço onde se concentra a população que constituiu o objeto particular da nossa investigação. Esta foi também a população que serviu às formulações do Plano Urbanístico no que concerne à política habitacional, decorrência direta dos problemas de moradias urbanas que se apresentam com a industrialização.

O único conjunto habitacional presente no espaço urbano de Paulínia em 1973 em que esta investigação foi realizada, era o Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira. Somente em meados do ano de 1975 é que foi construído o segundo conjunto habitacional no espaço urbano-periférico de Paulínia, concretizando-se assim a política habitacional formulada pelo Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento. Em respeito do primeiro destes conjuntos habitacionais que trata-se-á no próximo capítulo. Foi junto aos seus habitantes que esta investigação foi realizada, durante os meses de janeiro a setembro de 1973 e de fevereiro a junho de 1974.

NOTAS DO CAPÍTULO I

- (1) Com o decreto nº 48.163 de 3/7/1967 instala-se no Estado de São Paulo a Divisão Administrativa Regional, definindo a 5ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, composta de seis sub-regiões e 27 Municípios, cuja sede é Campinas. O Município de Paulínia, além de situar-se nesta 5ª Região, pertence à sub-região de Campinas.
- (2) Os dados referentes à mão-de-obra empregada nas empresas durante o ano de 1974 foram obtidos através de entrevistas diretas com diretores dos departamentos de pessoal das empresas do Município de Paulínia, constando do "Relatório de Levantamento das Atividades Econômicas de Paulínia". Departamento de Medicina Preventiva e Social, FOM/UNICAMP, 1974 (mimeografado).
- (3) O Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia (1973) da mesma forma que o Censo Demográfico do IBGE (1970) considerou como sendo a "população economicamente ativa aquela com 10 anos e mais de idade que estava trabalhando nos doze meses anteriores à data do Censo, mesmo que na referida data estivessem desempregados, em gozo de licença ou férias, ou presas aguardando julgamento. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos e mais, que na data do Censo estivessem procurando trabalho pela primeira vez.
- (4) As categorias ocupacionais da mão-de-obra na indústria foram mencionadas conforme a classificação de Bologna (1967).
- (5) Conforme tipologia proposta por Machado da Silva (1971:33) o "mercado formal" é identificado pela definição e proteção legal do emprego que oferece, isto é, o emprego regular e permanente, com carteira assinada, reconhecimento legal, direitos trabalhistas e proteção previdenciária, abrangendo as oportunidades oferecidas pelo setor público ou por em-

presas legalmente estabelecidas. O "mercado não formalizado" é constituído pelo conjunto de oportunidades de trabalho oferecidas por pessoas individuais que compram mercado rias ou serviços determinados, geralmente de pequena duração, abrangendo as numerosas atividades exercidas por conta própria.

- (6) Conforme critério de apuração dos dados do Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia (1973), os ramos de atividades dos diferentes sub-setores do primário, do secundário e do terciário que empregavam menos de cinco pessoas foram agrupados na categoria de "não especificados".
- (7) As atividades do setor terciário constantes da Tabela 5, foram agrupadas conforme o critério do IBGE do Censo Demográfico, 1970.

CAPÍTULO II

A "POPULAR"

1. A formação da "Popular".

Dentro das formulações do Plano Urbanístico Básico e de Desenvolvimento (1968), foi definido entre os projetos básicos prioritários o referente ao plano habitacional. Considerando-se que esta investigação situou-se entre os moradores do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, necessário se faz que sejam abordados os principais aspectos referentes a essa área e suas relações com o citado Plano Urbanístico.

Assim sendo, é importante salientar as características de sua população, o espaço físico por ela ocupado, o mercado de trabalho e as representações construídas pelos moradores, assim como as manifestadas pelos outros em relação ao "morar" em um espaço físico e social que é denominado por este grupo como a "Popular".

Tomando inicialmente as disposições daquele Plano Urbanístico, há clara explicitação de que o Plano Habitacional local deveria "teoricamente [...] abranger tanto a população fixa - aquela parte do contingente migratório que vem ao município com vistas a um emprego permanente, quer para operação na Refinaria, na Rhodia, na indústria petroquímica, quer constituindo o grupo de construção da Refinaria e a população flutuante - aquela que chega ao município para tarefas passageiras - ainda que de longa duração (dois ou três anos)".

O poder municipal, reproduzindo os propósitos da política habitacional nacional (1), e atendendo aos problemas urbanos decorrentes da industrialização local propôs-se a: "prestar atendimento às populações que vivem em condições de "sub-habitação", tais como em barracos de barro ou madeira, cômodos de cortiço ou fundo de quintal, além de casas de aluguel muito caro em relação à receita mensal" ¹.

As proposições formuladas pelo Plano Urbanístico efetivaram-se, tendo a Prefeitura Municipal realizado, em março de 1970, um convênio com a Cooperativa de Habitação Popu

1. Jornal A. C. P. Paulínia, 20/09/1969.

lar (COHAB - Campinas), para a construção de 208 moradias destinadas prioritariamente à "população fixa".

As condições de seleção dos candidatos às habitações, fixadas pela COHAB, foram divulgadas pelo jornal local, nos seguintes termos: "não possuir o candidato outra residência"; "ter o chefe da família renda salarial não inferior a CR\$ 200,00 e não superior a três salários mínimos da região"; "ser casado ou arrimo de família"; "não ter antecedentes criminais".

Dadas as características locais imprimidas pela industrialização recente e o aumento populacional via migração, o BNH não fez vigorar, para a população residente em Paulínia, candidata às casas populares, a condição habitual de exigência do tempo mínimo de 2 anos de residência no município. Isto significa que puderam inscrever-se no plano habitacional, ao contrário do ocorrido em outras localidades, moradores recém-chegados à cidade.

Satisfeitos os pré-requisitos fixados pela COHAB e selecionados os candidatos, as moradias populares do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira foram entregues no mês de novembro de 1971. Em 1973, quando foi iniciado o trabalho de campo, residiam no Núcleo 10,0% dos moradores de Paulínia.

A primeira impressão que os conjuntos habitacionais fornecem a qualquer investigador ou observador comum da paisagem urbana de várias cidades brasileiras é de que se apresentam como espaços homogêneos, uniformes, planejados e situados na periferia das cidades.

Essas características gerais estão explícitas na própria consciência dos moradores e transparecem na denominação de "Popular", pois, como afirmava uma entrevistada: "chama Popular prá mór da casa, fizeram essas casa em tudo quanto é lugá..."

Esta forma de habitar comunica, numa primeira aproximação genérica, a posição estrutural desta população.

Deixa também explícita que se trata de uma faixa populacional categorizada em níveis de rendimentos de "dois a cinco salários mínimos", engajada em um determinado "sistema de financiamento" para aquisição do que o governo veicula como a "casa própria".

Para efeitos analíticos, serão abordadas separadamente as diversas dimensões que assume o habitat na "Popular".

2. Localização espacial e aspectos físicos da área residencial.

Implantou-se o Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira a sudoeste da cidade de Paulínia ², localização esta proposta pelo Plano Urbanístico Básico de Desenvolvimento. No conjunto das decisões tomadas em relação ao crescimento urbano, este plano "racionalizou" a expansão da cidade no sentido Norte/Sul, impedindo que tendências espontâneas predominassem. Paulínia crescia naturalmente "ao longo da estrada", direção esta relacionada às suas origens históricas.

Periférica em relação ao centro urbano, ao comércio e à indústria, a "Popular" situa-se nas proximidades de outros bairros operários urbanos (Vila Bressani, Glória São Bento e Conjunto Habitacional Presidente Médici) e da área rural de Paulínia (Sítio do Vedovello, Sítio Caran, Granja Izalte).

A localização do Núcleo Habitacional confere à população um certo sentido de "segregação", tanto espacial como social. A "racionalidade" do planejamento urbano já predeterminara a implantação da população trabalhadora naquele espaço.

Apresenta-se a "Popular" como uma área residencial equipada de uma infra-estrutura de serviços urbanos (água, luz, asfalto, esgoto, limpeza pública), mantendo uma regularidade na ordenação e distribuição das ruas, quadras, espaços vazios e residências.

2. Ver Figura 1 à página seguinte.

Uma escola de primeiro grau - o Grupo Escolar Prefeito Vicente Amatti - foi construída pela Prefeitura Municipal na localidade. É freqüentada pelos filhos dos moradores, durante o período diurno e, no noturno, por jovens e adultos do local, que buscam os cursos de alfabetização de adultos (MOBRAL e ensino Supletivo e Madureza). O Grupo Escolar mantém, para os alunos do diurno, serviço odontológico, merenda escolar, caixa escolar, associação de pais e mestres.

Um edifício destinado a ofícios religiosos ocupa um espaço situado à esquerda e abaixo do Grupo Escolar, encontrando-se nesta mesma área um parque infantil que deixou de funcionar, restando no momento vestígios de balanços e gangorras, onde, hoje, as crianças brincam de bola. À semelhança do parque infantil, o edifício da igreja deixou de cumprir suas funções, tendo sido reformado pela Prefeitura Municipal, destinando-se, a partir de novembro de 1974, ao funcionamento de mais uma classe do MOBRAL (2).

Encontra-se ainda, noutra pequeno espaço livre, uma casa destinada à Administração da COHAB, freqüentada, às vezes, pelos fiscais daquela instituição, denominada pela população como "o escritório dos fiscais".

O único monumento existente é a pedra fundamental da construção das habitações populares, encontrando-se uma placa onde se inscrevem a data de fundação do Núcleo Habitacional, o número de residências e os nomes do prefeito em cuja administração foi construído, do presidente do BNH, do coordenador da COHAB-Campinas, do governador do Estado de São Paulo e do presidente da República.

Uma avenida corta o conjunto habitacional, dividindo-o em dois subconjuntos de quadras. As ruas, que receberam nomes dos estados brasileiros, são arborizadas.

As moradias dispõem-se em lotes padrões de 200 m² (10 x 20), de formato regular, comunicando-se com as ruas através de um pequeno espaço de transição entre o privado e o público. Cercas de madeira separam-nas das ruas, exceção feita

a um certo número de casas que dispõem de muros ou grades, modificações estas acrescentadas pelos moradores às plantas originais das residências.

Um espaço livre interpõe-se entre as cercas, muros ou grades e a casa, geralmente ocupado por jardins e varandas. Outras vezes pode-se observar à frente de algumas casas a redução do espaço ocupado pelo jardim. Este cede lugar ao abrigo para o automóvel, às vezes já adquirido. Outras vezes, porém, existe o abrigo mas não o veículo, que permanece como um projeto idealizado por algumas famílias.

Os fundos das casas dispõem de um terreno livre, na maioria ocupado por plantações (hortas domésticas, árvores frutíferas), encontrando-se, em alguns quintais, aves e animais domésticos (galinhas, pássaros, coelhos, cães e gatos).

As casas apresentam variações quanto ao tamanho, metragem de construção e valor monetário (Tabela 8A), diversificação esta coincidente com o poder aquisitivo dos ocupantes.

Vê-se que este fato determinou uma seleção e uma hierarquia da população residente que, embora pertencendo genericamente à categoria de baixa renda e mantendo a mesma posição de classe frente aos meios de produção, como trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salários, apresenta uma heterogeneidade interna que não é de imediato apreendida pelo observador, a não ser que procure investigá-la cuidadosamente.

A "Popular" não se constitui em um agregado isolado, auto-suficiente e independente da forma como se organiza o espaço urbano de Paulínia. Tendo sido uma área planejada, evidencia-se que esta forma de organização opõe-se a outras existentes nas áreas periféricas urbanas, onde também residem assalariados, cuja implantação caracteriza-se pela ocupação espontânea do espaço físico urbano (3). Na sua lógica de formação, assim como na de outros bairros periféricos urbanos locais, organizou-se conforme as decisões do poder político municipal e econômico nacional.

A industrialização, por sua vez, deslocou um contingente migratório intenso para a cidade de Paulínia. Como essa não se encontrava equipada para arcar com uma população recém-chegada, a solução encontrada foi a de implantar a "Popular". Teoricamente, como ocorreu na implantação de outros Núcleos Habitacionais, a população a ser atendida deveria possuir a capacidade aquisitiva necessária para arcar com os ônus do projeto para ela elaborado.

Assim sendo, o espaço ocupado por esta população foi produto "de um planejamento urbano" e, portanto, da técnica como instrumental capaz de organizar e distribuir a população conforme os interesses e a "racionalidade" da expansão econômica.

3. A avaliação da "Popular".

Os problemas abordados anteriormente demonstram que o aparente isolamento da "Popular" envolve uma estreita vinculação, tanto espacial como social, aos marcos estruturais da sociedade mais ampla, que decidiu a respeito do destino destes agrupamentos populacionais, através de grupos decisórios tanto no nível da organização política e econômica como nacional (4).

A segregação política e social desta população impediu que ela decidisse livremente sobre o seu "destino", o que se reflete na qualidade de vida que tem e/ou leva, ocasionando, ao mesmo tempo, a sua maior dependência do sistema.

É possível entrever aspectos desta dependência através das opiniões formuladas pelos moradores em relação à presença ou ausência de serviços urbanos de consumo coletivo e assistenciais; da distância em relação ao centro urbano, do trabalho e dos serviços; da casa obtida; o entendimento se faz possível à medida em que sejam tomados marcos estruturais.

Os moradores da "Popular" ressentem-se das distâncias e da carência de alguns serviços, reclamando que:

"Tem que andá a pé até a cidade porque gasta muito de condução"; "tem que comê correndo porque a perua da firma passa prá levá no trabalho"; "tem que levá marmita no serviço e comê requentado porque num dá tempo de vortá prá casa prá comê"; "a muié tem que levantá as quatro horas prá fazê comida pró marido levá pró serviço"; "tem que gastá CR\$ 0,50 cada vez que tomá o ônibus prá í pró trabalho."

"Fazê abaixo assinado prá baixá o aluguel", "prá con^o seguir posto do INPS porque tem que ir a pé prá Campinas se quisé consurtá ou interná", "prá prefeitura pagá os funcionários até o dia 25 senão nós paga murta da prestação da casa", "prós lixeiro passá mais tarde porque senão a mulherada recrama que num qué acordá cedo". "Tê que comprá no bar da Vila Bressani que é mais caro porque aqui num tem comércio prá comprinha menor de cumida, um pó de café, um açúcar quando esquece de comprá no supermercado que é muito longe e tem que tomá condução", "num tem telefone público, o que tinha na granja foi tirado e quando tem criança doente de noite tem que í a pé até lá no Pronto Socorro porque depois das onze hora num tem circular e nem telefone prá chamá a ambulância."

As dificuldades impostas aos moradores pela distância do centro, do trabalho ou do serviço obriga-os a dispend^{er} um tempo que não é computado como trabalho, e, entretanto, não se constitui em ócio ou tempo livre, mas é um tempo "forçado", no dizer de Lefrève (1975)³, que tende a ser incrementado para o cidadão das sociedades urbano-industriais.

Aos trabalhadores da "Popular" resta um tempo relativamente escasso para as demais atividades imprescindíveis à organização da vida diária e, inclusive, de lazer (5). A maior parte do seu tempo é consumida pelo trabalho, que ocupa de 40 a 49 horas semanais para 62,0% dos moradores e 50 horas e mais, para 18,0% deles ⁴. Os horários nem sempre são fixos, distribuindo-se muitas vezes irregularmente no decorrer das semanas, devido aos turnos rotativos e às "horas extras" cumpridas nas empresas, durante o dia ou a noite.

3. Lefrève (1975:186).

4. FONTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social - FCM/UNICAMP, 1973.

A população, por outro lado, percebe a sua "segregação", o que se pode apreender através das reivindicações de diversas formas, das tentativas de estigmatização dos "estranhos" como fazedores de desordem na "Popular", arranjos ocupacionais por sexo, que estão implícitos no discurso dos moradores, como será visto a seguir.

A título de ilustração, verificou-se, pela participação dos moradores em reuniões promovidas pela equipe de Educação em Saúde do Centro de Saúde de Paulínia, o interesse que a população local demonstrou quanto à necessidade de "trazê um posto do INPS prá Paulínia". As justificativas eram apontadas explicitamente por eles como uma "comodidade", "um direito", desde que "nóis somo descontado todo o mês no salário e num tem médico do INPS em Paulínia", bem como pela limitação do tempo a ser dispendido no atendimento a esta necessidade de saúde, em detrimento do tempo dispendido no trabalho. Este último apresenta implicações mais significativas para os trabalhadores, pois, associa-se aos gastos a serem efetuados com o transporte, bem como às perdas salariais a que se expõem.

Enfatizando estes aspectos, um morador dizia:

"Nóis tem que í a Campinas se precisá do INPS, tomá duas condução, enfrentá a fila, chegá de madrugada e até levá comida prá fazê consurta. Com isso nóis perde dia de trabalho e às veiz tem que vortá noutro dia prá fazê os exame que o médico pédi e sê atendido. E tem mais, depois vem os remédio que a gente nem sempre pode comprá."

A ausência de outros serviços, tais como parque infantil, creche e policiamento, é expressa pelos moradores como privação:

"Aqui tem muito rôbo"; "as mãe que trabalha ou quer trabalhá num tem com quem deixá as criança"; ou "tem que í até na vila prá levá as criança no parque"; "as patroas num aceita empregada cum criança e o ga^unho é poco e num se pode trabaiá num teno cum quem

deixá as criança pequena"; ou "a fulana precisa trabaiá prá ajudá o marido mais dexa os fio tudo jogado por aí, ficam às vezes sem cumê em casa ou come de quarqué jeito, cumida requentada", ou outras vezes "a fulana é desquitada, a outra viúva e tem que ganhá prá num perdê a casa e as criança de la fica tudo jogada por aí."

A polícia é vista como necessária para proteger os moradores, reprimir "a mulherada sem vergonha que trais home nas casa de noite", "apartá as briga dos de fora que vem aqui prá fazê bagunça e atrapaiá o sossego das família", impedir que haja "roubos nos quintais, de galinhas e roupas", bem como "dos botijões de gás do caminhão que eu trabalho". Este conjunto de opiniões traduzem a importância atribuída à autoridade policial para manutenção da ordem e da moralidade, componentes estes dos valores da própria sociedade, cujos "desvios" têm que ser impedidos ou banidos. A freqüência de conflitos nas relações intervizinhos, gerados por brigas entre crianças, referidas por alguns moradores, obrigando a que se apelasse à polícia, pode manifestar dificuldades maiores na estruturação de relacionamentos inter-pessoais num espaço onde não houve chance de opção para a escolha do local de residência. É possível que, nestas condições, a emergência de conflitos nas relações sociais sejam mais freqüentes que noutras situações de residência.

Por outro lado, sendo a "Popular" vista pela polícia como o lugar onde tem "desordeiros" e "gente de briga", é muito freqüente a presença do jipe preto da polícia circulando pelas ruas. "Até numa festa de casamento", dizia uma entrevistada, "a polícia baixô e levô dois prô xadrez."

Pessoas não residentes na "Popular" por vezes são vistas como elementos que perturbam a ordem que se quer mantida. Isto porque são elementos que provocam brigas, geralmente em torno de casos amorosos com viúvas, casados e desquitadas. Para estes casos houve ocasiões em que se apelou à polícia.

As necessidades de recursos assistenciais, ante

riormente mencionados, relacionam-se mais proximamente às aspirações das mulheres que desejam ingressar no mercado de trabalho ou que nele já se encontram, levadas pela necessidade de aumentar os rendimentos familiares. O problema de "com quem" deixar as crianças torna-se um obstáculo à mulher que queira ingressar ou que já esteja no mercado de trabalho, transformando-se num problema coletivo à medida em que aumenta o número de mulheres que necessitam trabalhar e não dispõem de serviços assistenciais para o cuidado de seus filhos, ainda que temporiamente.

Esta ocorrência relaciona-se à própria situação dos trabalhadores na sociedade industrial, no tangente ao trabalho, salários pagos e consumo, condicionando a vida do trabalhador à dependência estreita do seu rendimento individual e familiar como o único instrumento capaz de permitir-lhe o acesso aos bens de consumo indispensáveis à sobrevivência. Ainda há que considerar que o consumo destes bens é incrementado pelas novas necessidades geradas pela própria sociedade industrial.

Além destes aspectos vinculados ao sistema productivo, há a considerar que, frente à inexistência de uma infra-estrutura de serviços urbanos, os moradores dos bairros periféricos passam a reivindicá-los do poder público municipal, utilizando-se de organizações formais (6). Na existências destas, comunicam-se com aquele poder através de "abaixo-assinados", que constituem a forma de expressão e reivindicação dos moradores do conjunto habitacional em estudo. (A)

As reivindicações baseiam-se em "necessidades" que visam, explicitamente, ao maior conforto individual e coletivo. Não se deve esquecer também que elas fazem parte de um sistema de significações e representações do espaço físico tanto quanto do espaço social urbano, onde se espera obter melhores condições de vida, maiores facilidades de recursos e possibilidades de habitar em melhores condições ambientais.

São estas reivindicações populares por vezes canalizadas por instituições do poder municipal e por algumas or (A)

ganizações sociais, cujo intuito explícito é permitir a participação da população na administração, oferecendo-lhe a oportunidade de formular as suas queixas. Assim, a administração pública estabelece contato com a população através de agentes promotores do bem-estar social ou de promoção social, pondo em prática uma estratégia político-administrativa repleta de uma ideologia reformista e assistencial. São, pois, tais agentes, pseudo-promotores de mudança, que buscam a pseudo-participação da população, sendo esta por vezes manipulada com intuítos de política partidária e interesses de grupos econômicos inseridos no contexto político-ideológico dos antagonismos de classe. No dizer de Lefrève (1975) a busca deste tipo de participação popular, caracterizada como transitória e imediatista, é um "mito" 5.

Dispondo os habitantes da "Popular" de uma infra-estrutura básica de serviços urbanos de consumo coletivo (água, luz, asfalto, limpeza pública, esgoto), em oposição a outros bairros periféricos da cidade de Paulínia, eles se sentem satisfeitos. Passam a ver esta infra-estrutura urbana local, a casa e o residir na "Popular" como vantagens, o que expressam quando dizem:

"A Popular aqui é boa, é de saúde, é bonita"; "tem muito recurso aqui"; "tem ônibus na porta que passa de meia em meia hora"; "aqui é sossegado de morá, vizinho bão, num tem amolação"; "a casa tem um conforto dentro delas, água, luz, esgoto, banheiro bem arrumadinho". "É bacana aqui, gosto, mais só que precisava um parquinho prá criança". "Gosto daqui é que nem memo na cidade, lá é mais comércio, aqui é mais sossego". "A Popular é mió que a Vila Bressani, num tem asfalto, o aluguel é muito caro". "Aqui é mió que no centro, num tem poluição, tem as árvore que refresca."

A "Popular", sendo lugar "sossegado", isto é, não apresentando o barulho do trânsito da cidade, dos caminhões que passam especialmente no centro (rua comercial) da cidade, é vista como "boa prá morá". Em Paulínia muito se fala da polui

5. Lefrève (1975:213-214).

ção da fumaça produzida pela Petrobrás; o fato da "Popular" estar mais distante do centro faz com que os moradores considerem-na "de saúde" (ar limpo). Ser "de saúde" também significa ter ruas "limpas", asfaltadas. A "saúde" associa-se a valorização do estético proporcionado pela arborização. A limpeza do ar e das ruas, percebida como "saúde" do ambiente, está associada ao belo.

O "vizinho bão" genericamente é visto como sendo o morador, diferenciando-se da categoria "vizinho", ou seja, o que mora na mesma rua ou na casa do lado esquerdo e direito, da frente ou de trás. Nesta última forma de categorizar o "vizinho" o critério de distância espacial fica explícita.

Esta categoria de vizinho, mencionado pela proximidade física, tem um grande significado nas relações sociais estabelecidas entre eles (trocas de objetos, comida e favores).

A avaliação positiva a respeito do morar tem também como referência básica a comparação com moradias anteriores da população, agora localizadas na "Popular". Prende-se, portanto, a uma reconstituição de um passado que inclui frequentemente um processo migratório (7). Isto é claramente expresso quando os moradores falam a respeito da aquisição da casa:

"Nóis andava se bateno, nóis viemo de Minas, morava no João Aranha até seis de janeiro de 1971. Meu marido, desempregado, chegô aqui e arrumô um rancho. Nóis durmia tudo numa cama só. Se vinha chuva o chão ensopava de água. Tinha um prefeito e esse povo discubriu o nosso sofrimento e falô prá í na prefeitura prá vê a casa. Foi de caridade que conseguimos. O marido falô que num tinha morada, que ganhava pouco e viemo prá cá. Nóis num cunhecia ninguém, era estranha aqui."

"Morava em Americana passamo mal lá que só veno... Era a mesma vida de Minas. Uma casinha de três cômodo, fogão a lenha. O marido trabaiava na olaria, amassava barro, não ganhava nada, nada... Aí viemo prá Paulínia e ficamo morano perto da ponte. Era quatro família, tudo junto e pagava CR\$ 40,00 de aluguel. Prá lavá roupa só tinha três torneira e as mulheres iam prá lá e ficava quase o dia intero lavano roupa. Era uma tristeza."

Estes dois relatos, como outros seguintes, revelam outras condições de moradia em que viviam anteriormente:

"Eu morava num sítio, o marido foi bem dizê o primeiro a fazê a inscrição. A casa do sítio era pequena e durmia tudo junto. Quando saiu a casa achei uma beleza, gostei e gosto daqui. Aqui em baixo é bão de morá, num farta água."

"Morei, nasci e fui criada em Cosmópolis, já faiz sete ano que saí de lá. Morava numa olaria, tinha cinco irmão, quatro mulheres e um homem. Nós quando ajudava meu pai na olaria, era serviço puxado, num era fácil trabaiá na olaria não. Trabaiava de empreitada e eis pagava uma micharia por milhero. A vida lá era pió, o serviço pesado. Agora trabai de faxineira mas o serviço num é tão pesado como era lá. Saí de lá e fomo prá Rhodia, lá meu marido trabaiava na fabricação. Ficamo quatro ano e nove meis lá. Nós morava na colônia do Barrerinho. Eu num trabaiava na Rhodia, só em casa, gostava de lá porque num pagava casa, nem água, nem luz. A dona Carmela (mulher do diretor da firma) ajudava muito os pobre, dava assistência, médico, roupa e quando meu marido ficô doente ela ajudô muito. Quando fiquei sabeno da Popular eu mandei meu marido fazê inscrição. Ele fez, mais queria desisti e eu num deixei ele desisti não, porque falei que a Rhodia podia mandá a gente embora e foi o que aconteceu, veio a poda e a gente veio embora na semana seguinte. Chegemo aqui em Paulínia sem força e a casa que morava era ruim. Quando saiu a Popular fui sorteada. Agora eu acho que aqui é mió que na Rhodia, tenho mais comodidade dentro de casa, água, luz, só que a gente paga. Lá na Rhodia tinha que pegá água na torneira, num tinha banhero em casa, era privada de fossa."

Entretanto, na avaliação das residências manifesta-se também um conjunto de oportunidades e vantagens que os moradores acreditam ter obtido como resultado do seu deslocamento para o espaço urbano. Isto é manifestado quando afirmam: "aqui nós temo melhor condição de vida"; "tivemo oportunidade de comprá a casa"; "aqui as criança pode estudá"; "aqui tem mais conforto, o aluguel das casa Popular é mais barato". Na roça era diferente, "lá trabaiava duro", "nem tinha recurso, era tudo difícil".

É claro que esta reconstituição do passado no momento atual mostra-se reelaborada, tornando-se difícil a com-

preensão do significado da expressão "ter melhorado de vida", muito corrente no discurso dos moradores a respeito da sua vida atual. Este aspecto mereceria maior aprofundamento, porém não constituiu objeto específico desta investigação. No entanto, o "recurso" (serviço médico, transporte, escola) fica bastante nítido como uma das vantagens de morar na cidade e não na "roça".

4. Os moradores da "Popular" frente ao mercado de trabalho e a produção de rendimentos.

Numa caracterização geral dos moradores da "Popular", verifica-se que a sua composição quanto à inserção no mercado de trabalho não foge à estrutura ocupacional encontrada para a população do Município.

Desta forma, os dados censitários de 1973 indicavam que a maioria dos moradores da "Popular" que trabalhavam faziam-no nas atividades industriais (40,0%), no setor terciário (33,0%) e no setor primário (2,0%). São os homens (80,0%), mais que as mulheres (20,0%), que estão inseridos no mercado de trabalho.

Da população que trabalhava nas atividades industriais, 15,0% está ocupada na construção civil, quase 10,0% na indústria de papel, 8,0% nas indústrias têxtil, cerâmica e mecânica. A grande parte desta mão-de-obra industrial é constituída pelos homens (39,0%), sendo que somente 2,0% das mulheres encontram oportunidades de trabalho no setor secundário, junto à indústria têxtil.

O setor terciário ocupa 21,0% da população. Ainda que os dados censitários constantes na Tabela 9A indiquem na categoria de "não especificados" 21,0% dos moradores, é possível que entre eles estejam incluídos trabalhadores que exercem ocupações inespecíficas no setor terciário.

As mulheres têm poucas oportunidades de trabalhar no setor industrial. É no terciário que elas encontram al

guma chance de trabalho, principalmente nos serviços de "limpeza industrial" (pouco mais de 20,0%), trabalhando especialmente após as cinco horas da tarde. O emprego doméstico constitui outra fonte de trabalho para as mais jovens, que antes do casamento trabalham "na casa da patroa", ou "de empregada". Em Paulínia, o emprego doméstico é considerado pelas mulheres como sendo mal remunerado, pois ganhavam em média, em 1973, CR\$ 80,00 mensais. Por este motivo preferem muitas delas trabalhar em Campinas, "quando o pai deixa", porque "lá paga mais, mais tem que dormi no emprego".

As casadas preferem o "serviço de faxina" ou na "tecelagem que paga o salário", podendo assim "ajudá" o marido com o seu trabalho. Uma outra forma das mulheres trabalharem é na "roça", por ocasião das safras de tomate, algodão, laranja e no "corte de cana". Muitas mulheres lançavam-se a este trabalho sob a alegação de que era para "ganhá um dinheirinho mais prá pagá as conta", outras trabalhavam porque "o marido é doente", outras ainda "num precisa, mais trabaia na cata de tomate", conforme era mencionado.

Outras mulheres casadas "costuram em casa", "para fora" e "por dia", na casa de um "tubarão" (dono de indústria residente na chácara), lavavam roupa para os "boões" (trabalhadores ocasionais que vieram trabalhar na construção civil) ou "por dia" na casa de "gente que mora no centro".

Algumas mulheres da "Popular" praticavam o pequeno comércio, vendendo "perucas", "chales de tricô", "toalhas e almofadas de crochê", roupas e amarrinhos (linha, botão, zíper), comércio este praticado na própria casa, às escondidas dos "fiscais", realizado "prá quebrá um galho" para sua receita familiar. Este comércio era justificado também como possibilitando a oferta de "miudezas" às costureiras locais e àquelas interessadas em "coisas de enfeite" (artigos de uso pessoal e de uso doméstico).

Estas atividades têm a ver com as mais oportunidades que o mercado de trabalho local oferece às mulheres.

Relacionam-se, de outro lado, ao fato dos maridos preferirem que suas mulheres permaneçam em casa ao invés de ir trabalhar "na fábrica" ou "de empregada". Este tipo de trabalho autônomo, ainda que praticado com um pequeno capital, deixa entrever tentativas de estabelecer-se por si próprio, no espaço doméstico.

São raros os homens da "Popular" que se estabelecem como autônomos. Alguns, porém, possuíam o seu "caminhão" e, juntamente com algum "sócio", trabalhavam para as firmas construtoras "puxando areia". Neste tipo de trabalho o "ganho" é considerado maior que na "fábrica" (8).

Mesmo que haja mulheres trabalhando em serviços "fora de casa", a maioria o faz "só em casa", cuidando da casa, dos maridos e dos filhos. Declararam-se ser "donas-de-casa" cerca de 60,0% das moradoras.

Diante deste mercado de trabalho, a grande maioria (83,0%) dos moradores da "Popular", em 1973 situava-se na faixa dos que ganhavam mensalmente até dois salários mínimos, 14,0% ganhavam de dois a quatro salários mínimos, e apenas 3,0% percebiam de quatro a seis salários. Obtinham, em média, uma renda "per capita" de CR\$ 148,99 mensais, portanto, abaixo daquela auferida pela população urbana de Paulínia, conforme o indicado no Capítulo I.

5. A diferenciação interna da "Popular", vista pelos moradores e pelos não moradores.

A forma como os moradores definiam a si próprios era como "pobre", "remediado" ou "não muito pobre" e "bem de vida". Os "pobre" viam a si mesmos como "pobre", mas categorizavam outros como estando ainda em "piores" condições que eles próprios, ou seja, os que "mora debaixo da ponte e das árvores", portanto, não têm casa para morar. Entre esses incluem-se as que moram fora da "Popular", noutros bairros da cidade (Santa Terezinha, que tem "barraco") e os que "vive pedindo esmola na rua" (que perambulam a cidade) e os "pobrezinho" que moram no

sítio (trabalhadores de pequenas propriedades, tomando conta da propriedade e ainda exercem certas atividades, carpem, tiram leite das vacas, cuidam de porcos e dos pomares).

Os "pobre" percebiam a sua situação em relação ao trabalho, de quem mantém a casa (o marido), e assim era considerado "pobre" aquele que "num pode escolhê serviço", "ganha poco", "ganha o salário", "trabaia dia e noite", "trabaia na Papelão" ou na "Prefeitura", "num tem ofício". Esta situação relaciona-se à forma como se inserem no mercado de trabalho, obtendo nele baixa remuneração devido à baixa qualificação dos chefes destas famílias.

A insuficiência de remuneração é percebida através da impossibilidade de comprar, inclusive, "comida", "pagá a casa", "ficá com dívida" e necessitar da "ajuda" de parentes, consangüíneos ou afins (algum filho que não mora na casa, mas "está bem de vida" porque tem "emprego bão", do sogro ou do pai que "ajuda" nos casos de doença, do "compadre", que auxilia mensalmente doando alimentos à família). Em caso de "necessidade", ficando o marido desempregado ou ocorrendo casos de doença na família, os "pobre" diziam recorrer às instituições "das católica", porque elas "dão comida" e a "pobreza precisa". Vêem a si mesmos como "apertado", "com dívida", ganhando "só prá pagá o home da venda" e impossibilitados de adquirir "televisão, geladeira, prá num tê mais prestação prá pagá".

Os "pobre" avaliavam outras famílias como estando "melhor de vida" e entre elas situavam as que "tem casa arrumada", "emprego bão" e "bastante gente prá ajudá". Ao contrário, a situação é "pior" se acontece ter "um home trabaiano prá sustentá muito fio" ou se "a pessoa tem um meio de vida, se sacrifica e num consegue o que qué, luta, luta e num atinge." Entre os que são vistos em melhor situação de vida que os "pobre" estão os "remediado", ou seja, os que "tem um meio de vida, emprego bão e pode passá mió."

A condição de possuir emprego estável, melhor remunerado, que ultrapasse o salário mínimo, ou ter na casa um

maior número de pessoas trabalhando permite obter um melhor padrão de consumo, que para os "pobre" significa "ter casa arrumada" (modificada externamente). Se além das condições anteriores relacionadas ao trabalho e remuneração houver maior número de pessoas na casa "ajudano", os "pobre" distinguem ainda os "bem de vida", ou seja, aqueles que "passa mió" e tem a "casa bonita" (modificada externa e internamente e inclusive com mobiliário e eletrodomésticos).

Ser "não muito pobre" ou "remediado" significava que o chefe da casa tinha um emprego relativamente estável ganhando mais que o salário, e mesmo vivendo "apertado" e com "economia", ainda era possível obter mobiliário, alguns eletrodomésticos e modificar parcialmente a aparência externa da casa (construção de muros de tijolos). Esta última passava a ser visível aos olhos de outras categorias como um indicador de uma condição de vida intermediária situada entre os "pobre" e os "bem de vida". Estes últimos, porém, viam esta condição intermediária como sendo "pior" que a sua, pois, no dizer de algumas mulheres "bem de vida", "tem gente aqui na "Popular" que qué fazê o que num pode e vive com dívida."

Os "bem de vida" consideravam ganhar um salário que "dá prá quebrá o galho, mais prá guardá num dá". O marido "tem emprego bão ganha bem, trabaia na Rhodia". Trabalhar na Rhodia ou na Petrobrás, em serviços mais remunerados e relativamente estáveis, tendo acesso aos empréstimos bancários, eram condições avaliadas como sendo "boas". Novamente, poder reformar a casa por fora e por dentro, além de possuir eletrodomésticos e automóvel significava ter uma vida melhor que os demais.

As possibilidades da mulher "bem de vida" poder gastar mais que as "não muito pobre" e as "pobre" eram vistas por estas duas outras categorias de moradoras como sendo ela "gastadeira", adquirindo "tapetes, cortinas", vestindo-se melhor que os outros, usando "até peruca". Estes elementos relacionados à aparência pessoal assumiam importância para as pró-

prias mulheres "bem de vida", que às vezes nas suas conversas mencionavam ter comprado "tinta prô cabelo", "tê experimentado uma peruca que a Aparecida vende", ou "foi na loja na cidade comprá sapato". Questionavam sempre os preços e a variedade dos artigos vendidos pelas lojas de Paulínia, comparativamente com as da "Rua 13 em Campinas". Até o vestido de noiva comprado por Silvana para o casamento foi, nas suas palavras, "o mais bonito da "Popular", nenhuma moça daqui comprô um vestido na casa das noiva em Campinas, custô CR\$ 1.300,00."⁶

Os elementos relacionados à aparência pessoal e à casa tornam-se significativos na avaliação dos moradores, pois funcionam como símbolos da posição e da diferenciação social manifestada na diferenciação interna da "Popular". Da mesma forma estes símbolos associados à linguagem e outros objetos de consumo exprimem diferenças sociais no interior da sociedade mais ampla. A "função expressiva [...] do vestuário e dos enfeites (em virtude de seu elevado rendimento simbólico)", como assinala Bourdieu (1974) torna-os significativos entre os principais elementos do consumo que exprimem as diferenças entre pessoas de um grupo particular ⁷.

O automóvel, ainda que "velho e usado", possuído por alguns "bem de vida", é visto como um símbolo de posição. Isto ficou evidente quando Tereza dizia que a Augusta só possuía a mais que ela "muito fio e um carro véio", sendo ambas vistas pelos demais como "bem de vida".

É interessante assinalar a importância que os moradores atribuem ao fato de quem está "bem de vida" ter "bastante fio prá ajudá", ou "poco fio prá criá". Em oposição, os que estão "pior" não raro eram mencionados como sendo aqueles que "tem muito fio prá criá" ou "um home trabaiano prá cuidá de muito fio."

6. Esta informação quanto ao preço foi obtida em 1976.

7. Bourdieu (1974:18).

No primeiro caso, aquela condição é frequentemente associada pelos moradores à situação dos "bem de vida" ou dos "não muito pobre". Isto porque ter "bastante fio prá ajuda" significa ter filhos considerados aptos para o trabalho e que efetivamente estejam exercendo atividades remuneradas, o que os coloca em situação de contribuir para o orçamento doméstico. A existência de três e até quatro filhos trabalhando em cada unidade familiar significa um número elevado. Se estes filhos conseguem obter "emprego bão", ou seja, ganhando mais que o salário, ou "na fábrica", a situação ainda é considerada como sendo mais favorável. São os casais com mais idade que conseguem preencher esta condição. Correspondem, neste caso, àque las famílias que, de acordo com o estágio de desenvolvimento do ciclo de vida familiar, encontram-se na fase de amadurecimento (9).

Entretanto, esta situação é favorável à família nuclear "bem de vida" transitoriamente, pois à medida que os filhos que hoje "ajuda" saem de casa e vão constituir suas próprias famílias, esta "ajuda" é reduzida. O fato agrava-se principalmente porque, nestas condições, o chefe da família geralmente não possui emprego bem remunerado. É o caso de algumas famílias em que o casal, com mais de cinquenta anos de idade, devido à "ajuda" dos filhos obtinha um padrão diferenciado de consumo em relação às demais categorias de moradores. Esta solução parcial do aumento de rendimentos através do trabalho dos filhos ocasionam futuramente alteração na organização familiar, pois os filhos, ao constituírem as suas próprias famílias deixam a sua família de origem. Esta, por sua vez, pode entrar em um processo de privação econômica. A possibilidade de que a família se torne extensa, a fim de enfrentar as situações de vida, também pode ocorrer. Não raramente, alguns casais nesta situação informavam que a casa "ia ficar no nome do fio". Efetivamente, este, ganhando mais que o pai, tendo um emprego estável, "ajudava bastante a família".

Pôde-se ainda observar algumas famílias onde

predominava a "ajuda" dos filhos solteiros e jovens na manutenção da mãe viúva. Se havia maior número deles trabalhando, a condição destas famílias hoje parceladas era "remediada", opondo-se àquelas em que um só filho ajudava, o que associado ao fato de ter um emprego mal remunerado (servente de pedreiro), colocava a família em pior condição. Observou-se entre uma das famílias "pobre" esta situação.

Na segunda alternativa, quanto ao ter "poco fio prá criá", corresponde àquelas famílias em fase inicial do ciclo de desenvolvimento, nas quais se encontra o homem trabalhando em "emprego bão" e bem remunerado para manter um ou dois filhos no máximo. Nesta situação pode-se observar famílias "bem de vida" nas quais, apesar da idade relativamente jovem dos cônjuges, era freqüente ouvir da mulher não querer mais filhos, inclusive estar "tomando pílulas" ou manifestando claras intenções de "amarrá as trompa", pois a vida já "tá difícil e esta história de muito fio num dá não...". Neste sentido estas opiniões coincidem com as apregoadas pela política controladora da natalidade, segundo a qual o número de filhos "deve ser controlado" para garantir melhores chances de sobrevivência à família. Esta maneira de pensar fica implícita no discurso de algumas mulheres que efetivamente percebem o maior número de filhos como condição desfavorável, especialmente pelos investimentos que futuramente pretendem aplicar na educação dos filhos. Projetam para o futuro dos filhos inclusive possibilidades de que venham a "cursá a faculdade", mencionando por vezes medicina, engenharia. Isto é revelador da aspiração de ascensão social através da instrução.

Uma última observação a respeito do número de filhos corresponde àquelas famílias que se incluem como tendo "muito fio prá criá". Nestas geralmente havia um número entre cinco até oito filhos. Estes eram ainda pequenos e em idade escolar. Estas famílias correspondem ao ciclo familiar em expansão não sendo infreqüente a mulher mencionar que "se vié mais fio a gente cria...". A situação de vida das famílias mais nu-

merasas era apreendida como sendo "pior" quando dependia do trabalho de uma só pessoa (o homem) que ganhava o salário ou era "ajudado" esporadicamente pelo trabalho na roça da mulher e dos filhos em idades de nove a doze anos aproximadamente. Ha via nestas famílias um filho "mais velho" (com 14 - 15 anos de idade) trabalhando para "ajudá". No mais dependiam estritamente do salário mínimo recebido pelo marido. A maioria dos "pobre" encontrava-se nesta situação. Esta, porém, poderia ser "melhorada" quando os filhos pudessem vir a trabalhar para "ajudá" na casa. Logo, o maior número de filhos que no momento era considerado como uma condição desfavorável, era visto como uma esperança de que, quando os filhos crescessem, poderiam trabalhar e "ajudá" a família. Esta forma de ver uma condição futura melhor deixa explícito que o emprego da mão-de-obra da família é uma estratégia para alcançar melhores padrões de consumo que na percepção do grupo é um dos indicadores de estar bem sulcedido.

Esta mesma perspectiva é visualizada também pelos "não muito pobre", cuja situação atualmente difere dos "polbre", uma vez que estas famílias encontram-se em fase de expansão do ciclo familiar, onde ainda o número de dependentes é elevado (entre 5 e 6), mas existem, entre seus membros, os que trabalham, ao lado de crianças que somente estudam. O chefe da família, no entanto, consegue ganhar mais que o salário.

Cabe ainda, assinalar outros aspectos relevantes nesta diferenciação interna dos moradores da "Popular" além dos elementos diferenciadores relacionados às oportunidades ocupacionais e aos salários.

Entre os "pior de vida" eram incluídos aqueles que bebiam, jogavam, eram "mulherengo", e a situação era agravante se a isto associavam as "dívidas" e a condição de pobreza da família. Estes chefes de família eram menosprezados pelos outros, pois além de não "ligá prá muié e prôs fio", "bebe e num dá dinheiro em casa". Outras acusações que revelavam "desvios" do chefe da família, também eram citadas, por exemplo: ser

"preguiçoso", "num qué pegá firme no serviço", "num liga prá nada". A situação daqueles que estão "pior de vida" é sempre apreendida pela incapacidade pessoal do sujeito acusado de não poder superar a situação, por falta de "esforço", que é medido em termos do "sucesso". Este é, principalmente, obtido pelos que possuem melhores empregos e vistos como "trabalador" e "honesto", o que vem a indicar representações sociais em torno do trabalho individual assim como qualidades esperadas dos sujeitos que trabalham.

Mas entre os "pobre" existem os "esforçado" e "honesto", mas que por qualquer "desgraça", doença ou incapacidade do marido, ou mesmo doença de algum filho, são vistos principalmente pelos "bem de vida" e "não muito pobre" como necessitando da "ajuda" das demais famílias da "igreja" e "prefeitura". Neste sentido, em casos de necessidade de alguma família nestas condições, a solidariedade emerge, mas cessa quando a crise familiar passa (doença ou desemprego do marido).

"Mulheres sem vergonha", "que bebe no bar", "bigate", que "traiz home de noite na casa", ao lado de "maconheiro", "muleque sem vergonha", "gente que bebe", são evitadas pelos demais na "Popular", entram na "língua do povo", integrando as "fofocas" e comentários cotidianos. São evitadas as relações com vizinhos que se enquadrem nesses casos, especialmente se forem mulheres que vivem sozinhas por condições de viuvez e desquite. Através deste conjunto de acusações revelam como são identificados certos indivíduos no quadro das relações sociais estabelecidas entre os moradores da "Popular", no qual num outro limite situam outras categorias de indivíduos considerados "gente boa", "honesto", "muié trabalhadeira", "cuida bem dos fio e do marido", "sabe economizá", "é direita" e os homens "bão marido", "trabaladô", "honesto".

A "Popular", no consenso dos não moradores (comerciantes, funcionários da Prefeitura, professoras, pequenos proprietários), é vista como o local onde moram os "pobre" de Paulínia. Reconhecem que entre eles não existem "ricos", mas os

vêm divididos em categorias: os "pobrezinhos que trabalham no sítio; a classe média, constituída por aqueles que trabalham na Rhodia e têm poucos filhos, e os "pobre", que são os trabalhadores por dia, que trabalham na Petrobrás, Ultragás e Papelão." Outros ainda percebem a diferenciação interna da "Popular" através daqueles que são "melhorzinhos, trabalham, tem a casa arrumada, ampliada, com carro na porta", que vivem ao lado de outros que "nem cuidam da família, ganham dinheiro e gastam tudo no bar."

Em resumo, quando os moradores se definem como pertencentes a determinada categoria utilizam critérios onde estão implícitos condição de trabalho, remuneração, número de dependentes (se exercem ou não atividades remuneradas), aspectos mais visíveis do consumo e aqueles relacionados à ordem e à moralidade. Estes critérios são reveladores de que os assalariados residentes na "Popular" não são homogêneos, ainda que ocupem a mesma posição na estrutura social. As categorias formuladas pelos moradores indicam, ao nível do vivido, a existência de elementos particulares significativos e expressivos que comunicam distinções e desigualdades, que são subjetivamente apreendidas por eles.

Estas desigualdades tornam-se principalmente significativas quando se investiga o consumo alimentar, especialmente pela variabilidade interna que estas diferentes categorias apresentam em relação aos rendimentos "per capita". Valendo-se deste critério, ou seja, o obtido pelo somatório da renda individual das pessoas que trabalham em cada unidade familiar (pessoas que habitam a mesma casa, que se definem como pertencentes à "família": pai, mãe e filhos) e dividindo este total de rendimentos familiares pelo número total das pessoas da família obteve-se uma classificação das 20 famílias investigadas, as quais convencionou-se designar pelos mesmos termos empregados pelos moradores: "pobre", "não muito pobre" e "bem de vida". Ressalte-se, portanto, que esta classificação não foi criada "a priori", mas decorreu dos próprios critérios em-

píricos indicados pelos moradores, e que se expressavam claramente em relação à moradia. Tentar verificar como o consumo alimentar se integra em cada uma das categorias sociais tornou-se a principal preocupação desta investigação.

Uma elucidação mais completa das características dessas categorias é obtida através de alguns dados censitários, extraídos do Censo Demográfico e Sanitário (1973) associados às entrevistas realizadas com essas famílias.

a) Os "pobre".

Verifica-se, pois, que as famílias "pobre" são aquelas que possuem em média, 7,1 pessoas, das quais uma ou duas trabalham, obtendo uma renda média familiar de CR\$ 537,00 tendo os seus membros individuais uma renda mensal "per capita" média de CR\$ 89,50. Neste conjunto das famílias, as principais ocupações eram: operários braçais e tecelãs das indústrias, pedreiro e servente de pedreiro da construção civil, vigia e porteiro da Prefeitura, varredor e cobrador de ônibus das empresas de transporte, lavadeira e volantes que trabalham na lavoura.

Os rendimentos individuais nestas famílias atingiam ou ultrapassavam o salário mínimo para aquelas categorias de trabalhadores ligados à indústria, à construção civil e ao executivo municipal. Nas demais categorias ocupacionais, quer ligadas aos serviços da lavoura, nos transportes ou ao emprego doméstico, as remunerações individuais não atingiam o salário mínimo legal.

Por vezes, encontrou-se o chefe da família provendo sozinho a manutenção da família. Em outras, era auxiliado pela mulher e ou filhos menores que na sua maioria trabalhavam na zona rural por ocasião das safras de cana-de-açúcar, de laranja e tomate ou em alguma indústria local, recebendo salário "de menor".

O incremento da renda era feito pelo aumento de horas de trabalho do chefe da família, que se valia das "horas extras" aos domingos e feriados, assim mesmo se os contratantes

tes oferecessem esta oportunidade. Diante da restrição do salário do marido, a "ajuda" de parentes e afins era mencionada, ao lado da "ajuda" institucional.

b) Os "não muito pobre".

Este grupo de famílias era composto em média por 4,1 indivíduos, dos quais 2,7, em média, trabalhavam. As ocupações encontradas consistiam nas seguintes: operários industriais (operador de máquina ou de fabricação, montador); trabalhadores da construção civil (servente, pedreiro); funcionário público municipal (guarda, servente); empregada doméstica, costureira. Esporadicamente algumas mulheres e crianças trabalhavam como volantes na zona rural.

A remuneração individual dos chefes das famílias era mais elevada que no grupo anterior, ainda que as demais pessoas que trabalhavam recebessem remuneração individual que, na maioria das vezes, não atingia o valor do salário mínimo legal. No entanto, o maior número de pessoas no mercado de trabalho tornava possível a obtenção de uma renda familiar média mensal que atingia CR\$ 931,00, sendo a renda "per capita" de CR\$ 116,37. Entre as famílias cujos rendimentos ultrapassavam o teto de dois salários mínimos mensais, contando com a renda do trabalho de um ou dois filhos, era freqüente ouvir que "o salário num dá" e "o que o fio ganha só dá prá ele". Este tipo de família também recebia, por vezes, o auxílio em dinheiro ou em espécie de algum parente.

Mesmo obtendo maiores rendimentos familiares que os "pobre", estas famílias viam-se "endividadas", reclamando da insuficiência de salário, nunca "sobrando" para adquirir o que julgavam necessário, inclusive vestuário e alguns eletrodomésticos.

c) Os "bem de vida".

Algumas diferenças são encontradas em relação ao grupo anterior no que diz respeito à forma como estão inseridas as diferentes pessoas da família no mercado de trabalho,

ainda que as oportunidades junto a este sejam limitadas para os moradores da "Popular" que possuem baixa qualificação profissional. Eram em número de 2,1 em média as pessoas que trabalhavam nestas famílias, em empregos na "fábrica" como operários (soldador, operadores de máquinas, montador), na indústria de tecelagem, serviço de faxina industrial, na construção civil (carpinteiro, marceneiro), no serviço público municipal (porteiro), nos serviços domésticos (empregada doméstica). Ocorre, porém, que na maioria das vezes existe sempre um filho ou o chefe da família trabalhando na "fábrica", onde ganha individualmente mais que três salários mínimos pelo fato de executar serviços que exigem alguma habilidade, tais como "mexer com máquinas", "soldar", ou quando trabalham na construção exercem atividades mais qualificadas, recebendo maiores salários. Se a mulher ou filha "ajudam", também trabalham "na fábrica" e mais raramente nos serviços domésticos.

Estas famílias conseguiam obter uma renda média familiar mensal de CR\$ 1.205,00 e uma renda "per capita" média de CR\$ 135,57 mensais. Segundo algumas entrevistadas, o que a família ganha "dá prá vivê mais mió", apesar de que "num dá prá guardá".

Com estes elementos da diferenciação interna da "Popular", apreendidos pelos moradores, não moradores e pelo observador, pode-se caracterizar as famílias e as categorias nas quais elas se inscrevem. Estas categorias serão retomadas ainda neste capítulo e em todo este trabalho. Conhecidos os moradores, partir-se-á para conhecer a sua habitação, pois além de ser um elemento significativo do esquema classificatório, ela constitui uma particularidade pela forma em que vem sendo adquirida. Além disso, é no seu interior que irão se desenvolver os principais eventos relacionados à alimentação.

6. A casa.

Viu-se anteriormente a importância da casa, percebida entre uma das vantagens de morar na "Popular", e o significado da sua aparência (externa e interna) como um dos sím-

bolos da diferenciação interna dos moradores da "Popular". Necessidade, então, ser tratada com maiores detalhes.

A casa financiada aparece integrada no sistema de uma política econômica e social do governo, ao lado de outras políticas de ajuda, que contam com a participação de iniciativa particular.

Ser contemplado com uma casa é interpretado, pela maioria dos moradores, como possuir "sorte" (ser submetido a sorteio), como também ter recebido os favores e até "a caridade" da Prefeitura, que procurou melhorar as suas condições de vida no local, fornecendo-lhes a habitação. Na política habitacional, o governo acionou uma série de agentes, cada um responsável por um aspecto burocrático-administrativo: financiamento, distribuição de habitações, construção, cobrança das prestações devidas. Este mecanismo imprime a marca de operação do BNH, que transmite suas funções para a iniciativa privada. Torna-se evidente que aos moradores, pouco informados de todo este mecanismo, restam apenas fragmentos que fornecem a percepção parcial do sistema, que é por eles visualizado através dos critérios de seleção, distribuição das residências, das condições e qualidades das habitações que lhes foram entregues para morar, nas quantias desembolsadas para o pagamento do "aluguel" ou "das prestações", nas "murtas" cobradas pela COHAB pelo atraso das "prestações" e nas perdas ou ameaças de "ficá sem a casa."

O caráter assistencial assumido pela Prefeitura, na visão dos moradores, estende-se às demais entidades com as quais mantém relações. Observações feitas junto a eles, ainda que não tenha constituído este aspecto de participação e comunicação social objeto de análise exaustiva neste trabalho, permitiram identificar algumas de suas opiniões em relação ao Sindicato, Centro de Saúde, Sociedade Joana Elizabeth. Seus comentários revelam este caráter assistencial. O primeiro é visto como um órgão que "dá assistência médica", "dá credencial de matrícula", "facilita financiamento". O Centro de Saúde é mencionado

nado como o lugar onde "dá leite", "dá consurta de graça". A Sociedade Joana Elizabeth "ajuda os que chega em Paulínia", "dá comida", "dá roupa". Em oposição, o Grupo Escolar "só reúne a associação de pais e mestres prá pedi dinheiro prá caixa."

A obtenção da casa própria aparece como uma das aspirações das populações trabalhadoras urbanas e concorre, segundo Durhan (1973)⁸, com o ideal de realização de trabalho autônomo. É a habitação um investimento, uma forma de obtenção da segurança econômica, de acumular capital, manifestando também uma necessidade de afirmação e independência. Como indica Lemos (1969)⁹, "De um modo geral aqueles setores do proletariado que não ingressam no sistema de financiamento para a aquisição da casa própria, fazem-no adquirindo um lote e prestações, comprando "aos poucos" o material de construção, mobilizando alheios, não atendendo às exigências legais da prefeitura (registro de plantas, obtenção do "habite-se", pagamento de impostos e taxas), utilizando-se das "horas vagas" e "dias de folga" para construir a casa, soluções estas que reduzem o custo da construção para o operário." (10)

Quando os moradores da "Popular" ingressaram no sistema de financiamento, expuseram-se principalmente a uma seleção, cujo elemento básico foi o rendimento auferido, através do qual foi medida pela COHAB a sua capacidade de pagamento, associando-se a este critério os anteriormente mencionados. Esses requisitos exigem, na prática, que os moradores tenham habilidades para tratar com a "burocracia", "mexê com os papel", "prá fazê inscrição": e que, principalmente, tenham capacidade aquisitiva e trabalho constante para "está em dia com a prestação", "num tê que pagá murta", "num atrasá com as prestação da casa, senão os fiscais da COHAB vem cobrá e avisá que vai sê despejado" e arriscar-se "a perdê a casa porque não paga."

A entrevista a seguir ilustra tais afirmativas:
 "Lidei prá Paulínia tá no caminho de quatro ano. Mi logo que

8. Durhan (1973:179).

9. Lemos (1969:3 e 4).

saiu a Popular. Aí a Prefeitura falô que ia sai a Popular, o fio foi lá, inscreveu nós e pegô a casa. É sorte da gente. Teve gente até do Rio Grande que pegô. Teve muito casulzinho que pegô três quarto e ganhava mais e tem muitos que pegô três quarto e a COHAB tirô a casa, o dinheiro deis num dava má pagá."

P - Como a senhora fez a inscrição?

R - Quando fiz a inscrição punha os número dos apartamento que queria conforme o ganho. Depois chamaro nós e sorteou as casa. Era que nem rifa, tinha as de três quarto num lugar e dois quarto noutro.

P - Se a senhora quiser modificar a casa como ficou?

R - Bão, a casa vem cum uma pranta prá um cômodo e se quisé mudá pode construí sem tirá licença na prefeitura. Mas se quisé mudá a casa intera tem que tirá licença, mais precisa tê dinheiro né, se quisé mudá a casa.

Os melhoramentos realizados nas casas, construção de muros ou colocação de grades, abrigo para o automóvel (aspiração de consumo dos moradores), aumento da cozinha, colocação de azulejos nas paredes desta e dos banheiros, alterações do piso, passando do cimento aos tacos, ampliação de cômodos ou construção de outros no fundo, implicam em investimentos e gastos para melhorar a habitação, sendo estes vistos pelos demais como indicadores de sucesso. As perdas de vidas no abandono das residências, relacionadas ao fato dos moradores não pagar ou atrasar o pagamento das prestações, constituem para eles indicadores do insucesso ocupacional e financeiro, transformando-se tais ocorrências em motivos de conflitos.

A casa é, por vezes, inadequada ao tamanho da família, que idealiza alguns melhoramentos ou troca da residência, como é o caso da Maria: "gostava de aumentá a cozinha, ela é pequena demais queria tê mais um quarto, tive que pô beliche prá criança, tenho familia grande e a casa é pequena. Gostava de trocá a minha com a da Guilhermina, ela num precisa de casa de três quarto, mas num pode fazê isso porque a COHAB num deixa". Noutro momento, Maria expressa que "a única coisa que gostaria

de fazê era mais um quarto e fechá a frente da casa por causa dos cachorro. O vizinho pois uma grade, ela era prá nós, mas é muito larga. Ele pagô CR\$ 650,00 em troco de um serviço que fez prá um home, mas ela é muito larga, passa cachorro, gostava de fazê uma nem que fosse de tijolo..."

As modificações na casa são idealizadas também por outra entrevistada: "Eu num posso reclamá da vida, porque tem tanta gente pió que eu... Mas eu só me sinto mal quando quero fazê as coisa e num posso. Quero reformá a casa intera, fazê muro e cimentá mais num sobra dinheiro, o ordenado é pouco. O marido queria fazê empréstimo no sindicato prá comprá carro e reformá a casa. O sindicato empresta até CR\$ 10.000,00 e vai descontando do salário. Eu num quero o carro, num vô deixá ele comprá, quero reformá a casa."

"A Dona Tereza, alí da rua Goiás", comenta Aparecida, "aumentô a cozinha, pois azulejos nas paredes, abriu um vitrô, ficô uma beleza. Outro dia ela cunvidô eu e a minha fia casada prá fazê pamonha na casa dela. Compramo o mio tudo junto, fizemo a pamonha e repartimo entre nós. Na cozinha dela dá prá fazê isso, é grande, arejada, agora na minha num dá prá fazê isso não. Ela pôde fazê reforma na casa intera, cimentô a frente, feiz um abrigo prô carro, fêz um outro quartinho nos fundo. Elis tão bem de vida, a Dona Tereza gasta muito, compra tudo que vê, cortina, colcha, essas coisa que os caminhão vende na rua."

Os melhoramentos realizados nas habitações ou idealizados pelos moradores implicam na realização de empréstimos bancários. As famílias "bem de vida" que não dispõem de poupança para realizar os melhoramentos valem-se da "Cooperativa de Crédito da Rhodia", do "Sindicato" e, raramente, do "Banco" para realizar empréstimos e obter o material de construção. Para realizá-lo, contratam os serviços de outras pessoas ou valem-se do trabalho dos filhos que são pedreiros.

Todos os fatos relacionados ao pagamento da casa têm grande significado para os moradores, pois pagar em dia

com a prestação da casa, poder pagá-la, significa poder permanecer na "Popular", pagar baixo "aluguel" e até mesmo vir um dia a ser proprietário da casa.

Se, além disto, conseguem melhorar a casa, este fato indica o sucesso das famílias que conseguem realizar os melhoramentos que associam-se também à obtenção de equipamento doméstico melhora em maior número. Neste caso, incluem-se os "bem de vida". Os não "muito pobre", por vezes, modificam a aparência externa da casa ou ampliam a cozinha e adquirem eletrodomésticos e mobiliário. Os "pobre", por sua vez, não conseguem estar em dia com a prestação da casa, dispõem de poucos eletrodomésticos, nunca modificam a aparência da casa e ainda estão mais sujeitos que os demais a serem excluídos da "Popular" por falta de pagamento da casa.

A respeito desses, os "não muito pobre" e os "bem de vida" comentam: "tem muita gente que num paga, mas tem gente que dá um jeito e vai embora antes da COHAB despejá. Uns sai porque num paga, outros porque num dá certo morá noutra lugá." Marta ficou sabendo que "os preto que morava na rua Goiás foi despejado. A velha tinha noventa anos, era poltrazinha e o fio dela trabalhava na roça e sustentava mais três fios pequeno. O outro fio que tinha a casa no nome dele era encostado no INPS e invés de pagá o aluguel da casa, vivia bêbado no bar e num dava o dinheiro pró mãe. Eis ficaram muito tempo sem pagá a casa. O fiscal da COHAB veio cobrá, avisô que eles ia perdê a casa se num pagasse, deu prazo pró eis pagá e num pagaram. Aí então veio a COHAB e pois a mudança deis na rua. Tava pena vô a velha e a menina doente."

Outro caso na rua Bahia foi relatado por uma entrevistada "o marido era um sem-vergonha, tinha outra muié fora da vila e sustentava ela. Deixava a outra na casa com os fio e num podia sustentá duas famia, num pagava o aluguel, tava deveno três mil cruzeiro. A COHAB mandou avisá que ia despejá e ele fugiu de casa, se mandô com a outra muié e dexô tudo aí, a muié e os fio. Eis então perderam a casa, num puderam pa

gá os três mil cruzeiro, a muié foi com os fio morá na casa dos pais dela em Americana. O home então passô a chave da casa prá um conhecido dele e veio e mudô com a família prá casa. Aí veio o fiscal da COHAB e falô que eis num podia entrá assim na casa sem falá com ela e arranjá os papel e acertá a dívida do outro. Eis num tinha dinheiro e sairo da casa. A casa ficô fechada mui to tempo e agora a COHAB pois outra famia no lugá deis e tão pagano os treis mil crizeiro do outro, mais a prestação da casa."

Rosa comentava que "tem sempre fiscal da COHAB por aqui. Outro dia memo viero nas casa prá vê quem tava atrasado e quem tava em dia com o aluguel. Deram um papel prá todo mundo assiná e quem tava atrasado vai sê despejado. Já tem alguma famia que vai sê despejada. Teve uma na rua São Paulo e outra na rua Goiás, mas esta se mandô antes de despejá. Ela cha ma Olivia, é viúva e tem três fio. Ela tava grávida de outro, tava com a casa sem pagá e queria vortá prá casa da mãe. Mas a mãe dela disse que num aceitava ela daquele jeito não. Aí acon teceu que o fiscal da COHAB veio e disse que se num pagasse ia sê despejada. A Olivia então viu que uma vizinha queria a casa dela prá pô a sogra prá morá, pois ela num se dava com a sogra e pediu quinhentos cruzeiro pela casa e dava ela cum tudo dentro. A vizinha aceitô e pois a sogra lá. Veio o fiscal da COHAB e disse que num podia ficá lá que era prá devorvê a casa prá COHAB. Aí a vizinha da Olivia que fez o negócio, entrô pelo ca no, pois teve que ficá sem a casa, com a sogra e sem o dinhei ro. Agora ela falô que por desaforo ia levá a cama e o guarda-roupa prá casa dela. Mais isso num pode não, é roubo. Neste ca so quem saiu bem foi a Olivia, vortô prá casa da mãe com os fios e pegô os CR\$ 500,00 e foi fazê o serviço numa muié."

Estes depoimentos, exemplificam os problemas da categoria de moradores "pobre", que encontram maiores dificuldades para pagar a casa e estão sempre ameaçados de perdê-la (11).

Ainda que muitos destes "pobre" estejam residindo na "Popular", estão sempre ameaçados de despejo pela COHAB

por não cumprirem com as obrigações de pagamento. Ao não cumprimento do dever de pagar só cabe o despejo e conseqüentemente a exclusão da "Popular". Como a "Popular" é vista pelos que ali residem como um lugar onde a ordem e a moralidade devem ser mantidas, os depoimentos anteriores indicam como estão associados, na consciência dos moradores, a incapacidade financeira dos "pobre" e os "desvios" de suas condutas, ou seja, "bêbado", "mulher viúva grávida", "marido sem-vergonha".

A permanência na "Popular", então, significa vantagens imediatas para as que estão "bem de vida", que podem arcar com os encargos da casa e mediatas para as "não muito pobre", que nem sempre se encontram em dia com a prestação da casa. Contrariamente são, mais os "pobre" que efetivamente já vieram a perder a casa. No decorrer da pesquisa, duas dessas famílias foram despejadas pela COHAB, por falta de pagamento. Informando a respeito de onde foram elas residir, os moradores disseram sobre a "velhinha de noventa anos", "o fio armô um barraquinho prá mãe e prá criança e tão morano lá na Santa Terzinha".

Pelos depoimentos recolhidos pode-se verificar que nem sempre a casa é percebida como uma propriedade, mas como um bem fornecido pelo governo, onde se paga baixo "aluguel". Nesse sentido, torna-se explícito de que a casa é propriedade do governo, cedida à população. Noutros casos, verifica-se que ela é um bem que "no final vai sê da gente", mas os moradores não sabem exatamente o preço que pagarão pela casa. Outras vezes, como foi visto, o risco da perda é um fator de ameaça constante, pois esta população, vulnerável às políticas empresariais que atingem o mercado de trabalho está freqüentemente sujeita às flutuações de emprego.

7. O espaço interno das casas.

Desde que a COHAB selecionou as famílias de acordo com o montante de rendimentos do chefe, pode-se notar uma relação entre o tipo de casa, os seus melhoramentos externos e internos, o equipamento doméstico (mobiliário, objetos de uti-

lidade doméstica) e as categorias de moradores nelas residentes.

Os "pobre" residem nas casas "geminadas", na designação da COHAB aquelas com dois quartos e 38 metros quadrados de construção, e nas 2/40, que possuem dois quartos e quarenta metros quadrados de construção, pelas quais as famílias pagaram, em 1973, respectivamente, CR\$ 74,00 e CR\$ 94,00 mensais. São estas, como mostra a Tabela 8A, as de mais baixa custo e, conseqüentemente de menor tamanho ¹⁰.

Nenhum melhoramento externo e interno era observado nestas casas, porque no dizer das entrevistadas o "salário num dá". As famílias que residiam nas casas "geminadas" queriam "morá em casa separada", o que indica o desejo de manter uma maior privacidade em suas casas, pois, sendo "geminadas", inexistia um espaço que separe uma casa da outra. Entretanto, para os moradores de ambos os tipos de casa a colocação de muros e o aumento da cozinha eram igualmente idealizados.

Nas salas destas casas podia-se observar a presença de móveis usados, geralmente sofás de plástico, duas poltronas ou simplesmente uma mesa com ou sem cadeiras, cômodas e até mesmo camas. Algumas vezes, nas paredes havia fotografias de parentes ou imagens de santos e latas com plantas dependuradas.

Os quartos eram ocupados por camas de armar, também chamadas pelos moradores de "cama de vento", ou por camas e beliches, nem sempre em número suficiente para todas as pessoas da família. Mesas e cômodas repletas de roupa por vezes substituíam guarda-roupas. O espaço reduzido dos quartos fazia com que, às vezes, as famílias mais numerosas se utilizassem da sala como dormitório. Outras vezes o quarto era também utilizado para o armazenamento de alimentos, guardados em sacos.

Na cozinha havia fogão a gás, armários e velhos de madeira, nos quais eram guardadas panelas de alumínio.

10. Vide figuras 2 e 3 às páginas 67 e 68 no final deste capítulo.

tas vazias de óleo e massa de tomate, eram utilizadas no lugar de panelas ou como xícaras.

Os eletrodomésticos possuídos por estas famílias eram ferro elétrico e aparelho de rádio. No geral, estas famílias tinham como maior aspiração obter aparelho de televisão e geladeira.

As casas ocupadas pelos moradores "não muito pobre" eram aquelas 2/44 e 3/52, ou seja, na denominação da COHAB, aquelas casas que possuem respectivamente dois quartos, com 44 m² de construção e aquelas de três quartos com 52 m² de construção, pelas quais as famílias pagavam, em 1973, respectivamente, CR\$ 118,00 e CR\$ 149,00 ¹¹.

Ao observar algumas destas casas podia-se notar entre elas modificações externas (grades, muros), e internas (pintura nova nas paredes), muito embora as maiores modificações permanecessem como projeto futuro.

Contrariamente às "geminadas", estas casas são separadas umas das outras, possuem varandas à entrada e maior espaço para o jardim. Nas salas destas casas, em geral, observa-se sofá e duas poltronas de plástico, geralmente coloridas, mesa com televisão, geladeira e enceradeira, outras vezes uma cristaleira de vidro transparente, deixando à vista pratos de "colorex", aparelhos de chá, caneca de "chopp", ficando sobre ela o liquidificador. Pequenas mesas estavam nas laterais ou no centro da sala; em cima delas eram colocados vasos de flores de plástico e cinzeiros. Em algumas casas, além das mesas colocadas num dos cantos da sala existiam grandes "bichos de pelúcia" servindo como objetos de adorno. Nas paredes havia fotografias de santos ou fotos de casamento do casal ou de algumas das filhas. Nas janelas eram colocadas cortinas e, no piso das salas, tapetes grandes ou pequenas passadeiras.

Nos quartos estavam camas de casal, de solteiro ou beliches recobertos com colcha de chenille, guarda-roupas e

11. Vide figuras 4 e 5 às páginas 69 e 70 no final deste capítulo.

cômodas e a máquina de costura.

Quando a família possuía menor número de pessoas e morava nas casas de três quartos, um deles servia de sala de refeição. Nesta podia ver-se uma mesa fórmica com quatro cadeiras, "buffet" e a máquina de costura.

Nas cozinhas observa-se a presença do fogão a gás, armários de fórmica ou madeira nas paredes, pequenas mesas com bancos ou duas cadeiras. Sob a pia, havia armários de madeira, fechados com cortina ou porta, onde geralmente eram guardados os alimentos em latas e as panelas.

Algumas casas dispunham de panneliro pendurado nas paredes, sob os quais pendiam panelas de alumínio. A panela de pressão, que quase todos possuíam, "era pró cozinhá o feijão mais depressa".

Entre os eletrodomésticos existentes estavam o liquidificador (geralmente estragado e não consertado, conforme diziam, por não ter dinheiro), o ferro elétrico, chuveiro, rádio, televisão, geladeira, ebulidor e enceradeira.

Permanecia como aspiração de muitas destas famílias modificar o mobiliário da casa, no sentido de trocar o velho pelo novo e mais moderno, obter bateadeira de bolo e os "jogos de jantar 'Colorex'" ou de louça, as "baterias de alumínio 'Rochedo'". Através destas aspirações apreende-se o jogo das necessidades criadas pela sociedade de consumo e que vêm aumentar a aspiração destes consumidores. Substituir o velho pelo novo, o que é desigual pelo padronizado, o que é fracionado pelo completo, reproduz, nestas aspirações, o princípio da rotinização do trabalho e da produção em série. Noutros termos, reproduzir no espaço privado o que ocorre no espaço coletivo.

Ser "bem de vida" não significava ocupar casas diferentes daquelas onde moravam os "não muito pobre", pois estas duas categorias podem morar tanto nas casas de dois quartos com 44 m² de construção como nas de três quartos com 52 m² de construção. O que ocorre é que os "bem de vida", dispendo

de maior renda familiar e "per capita" que as anteriores, investem mais frequentemente na habitação, modificando a sua aparência externa e interna, bem como adquirindo equipamentos domésticos mais "modernos", maior diversificação de eletrodomésticos e até mesmo automóvel. Seu padrão de consumo comunica aos demais um maior sucesso econômico, ao mesmo tempo em que realizam as suas idealizações de consumir com maior facilidade que as demais.

Numa destas casas, apenas para exemplificar, a mais bonita da "Popular", no dizer das entrevistadas, podia-se observar que o espaço interno da sala era de maior dimensão, pois incorporava a área da varanda à sala, que era fechada por uma porta de vidro e cortina. Tapetes cobriam o piso, que por sua vez já era de taco coberto por sinteco. As paredes da sala traziam papel colorido com desenhos dourados, eram enfeitadas com fotografias dos filhos e a figura de um santo. O mobiliário consistia da poltrona e duas cadeiras de plástico colorido, uma estante na lateral, onde se viam coleções de canecas de "chopp", bichos de pelúcia e uma mesa com televisão.

Nas casas dos "bem de vida" geralmente havia televisão, geladeira, liquidificador, ferro elétrico, chuveiro, enceradeira e rádio. Por vezes existia aparelho de som e gravador, preferência dos filhos jovens. O mobiliário das salas e dos quartos (camas de casal e solteiro recobertas por colcha de chenile, guarda-roupa, cômodas) era sempre mais completo e novo. Na cozinha via-se o fogão a gás, mesa pequena com cadeiras ou bancos, armários de madeira ou de fórmica, fixos nas paredes e pia com armário fechado em baixo.

Quando a cozinha era ampliada, via-se a mesa fórmica com quatro cadeiras, armário de aço "Fiel" numa das laterais, e geladeira. Entre os objetos de cozinha estavam pratos, talheres, xícaras, copos, panelas de alumínio e de pressão, chaleiras, escorredor de macarrão e outros objetos de plástico e jogos de latas para guardar mantimentos.

Ao observar as formas como as diferentes catego

rias de moradores "habitam", depreende-se a heterogeneidade entre eles, que se projeta no espaço interno e externo das casas. Por um lado, esta heterogeneidade já é construída "a priori" pelos agentes financeiros distribuidores das residências, mas de outro ela depende da forma como as diferentes famílias se organizam para obter um determinado nível de rendimentos e poder, assim, realizar os seus projetos idealizados de consumo.

Na prática, os projetos frente ao "habitar" somente são realizados plenamente pelas famílias "bem de vida" que, por sua vez, tornam-se modelos de aspiração a serem imitados pelos demais. Este aspecto ficou muito evidente no decorrer deste tópico quando genericamente detectava-se a aspiração dos "pobre", dos "não muito pobre" e dos "bem de vida", que igualmente desejam aumentar a cozinha porque ela é sempre muito pequena. Entretanto, o que ficou evidente é que nem todas as famílias conseguem ampliá-la, ficando esta como uma idealização efetiva para os "pobre", como realização parcial para algumas famílias "não muito pobre" e finalmente como realização efetiva para os "bem de vida".

O mesmo raciocínio é válido para as demais modificações externas e internas da casa e para os equipamentos domésticos (eletrodomésticos, mobiliário e objetos).

É evidente, porém, que as aspirações não se fecham exclusivamente no círculo dos moradores da "Popular", porque enquanto objetivadas em "necessidades" geradas pela sociedade de consumo são infinitas e assim mesmo os "bem de vida" não deixam de tomar como modelos a aspiração da classe média, por exemplo, adquirir um automóvel ou uma televisão a cores, entre outros.

Ao mencionar a forma de inserção desta população no mercado de trabalho e os rendimentos individuais e familiares usufruídos, ficou evidente uma heterogeneidade interna. Diretamente vinculado à somatória dos rendimentos familiares, situa-se o consumo da habitação e inclusive as possibilidades efetivas das famílias de habitar determinados tipos de casa, de conseguir obter a própria casa e poder, enfim, residir na "Popular". (12)

NOTAS DO CAPÍTULO II

(1) O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado pela Lei Federal nº 4380, de 21 de agosto de 1964, que regulamentou o Plano Nacional de Habitação. A proposta governamental visava "a coordenação da ação dos órgãos públicos e orientação da iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e financiamento da casa própria; orientação, disciplina e controle do setor financeiro de habitação". No artigo 4 da referida Lei fica explícito que "a construção de conjuntos habitacionais destina-se à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas". (Folha de São Paulo, SP. 19/12/1974). A política habitacional, em última instância, visava à correção do déficit habitacional, e, nesse sentido, os comentários de Oliveira (1972) dirigem-se ao fato de que as propostas formuladas são soluções de mercado, além de ser o déficit habitacional um conceito ideológico, pois "a rigor significa dizer que há gente que não tem onde morar: ora, isto é quase impossível, pois a população sempre dá jeito".

(2) Foi relatado por um dos moradores que "no começo da "Popular" vinha o pastor, o padre e os crente fazê reza na igreja, pois a prefeitura disse que era igreja ecumênica. Aconteceu que a criançada pedrejou a igreja e acabô cum tudo, aí a prefeitura mandô fechá. Hoje o padre reza missa nos terceiro domingo no Grupo e os que são de outra religião vai cada um na sua igreja na vila".

Os dados censitários informam que 85,0% da população residente é católica, 0,01% é espírita e os demais não declararam pertencer a nenhuma religião. (Censo Demográfico e Sanitário, Departamento de Medicina Preventiva e Social, FCM/UNICAMP, 1973).

- (3) Magalhães, et al.(s/d:108)propõem uma tipologia das áreas residenciais da cidade da seguinte forma: "favela", "vila", "bairro espontâneo", "planejado", "interiorizado", "exteriorizado", "centro", entre outros, através dos quais analisam o habitar no espaço urbano, nos aspectos da organização espacial e das relações sociais internas e externas às áreas investigadas. Para os propósitos desta investigação foram utilizadas algumas características propostas por estes autores a respeito dos "bairros planejados", ou seja: "regularidade, uniformidade, isolamento, área artificial, sublimação pela casa própria", etc.
- (4) Para estudar as cidades e os bairros, a metodologia criada por Lefèbvre (1975:214)leva em consideração a importância das relações entre o espaço físico e social, chamando a atenção de que o habitar é "um fato antropológico, no sentido de que o homem enquanto espécie sempre teve uma habitação", que se transforma como "o modo de produção, com as relações, com as estruturas e supra-estruturas". Trata a maneira de habitar como uma linguagem repleta de significações, bem como os objetos (a casa, a cidade, a aglomeração) como sistemas parciais que têm sentido no conjunto do "texto social".
- (5) Algumas observações sobre o lazer foram realizadas e pode-se verificar que os homens preenchem o seu tempo de ócio com programas de televisão (Sílvio Santos, Chacrinha, Jogos de Futebol). Participam também de torneios de futebol inter-bairros, aos domingos. Às vezes, nesses dias, em companhia da mulher e filhos, visitam parentes. Juntamente com amigos, frequentam bares, praticam a pesca no rio Atibaia. Os jovens, além dos programas de televisão, leituras de revistas "Capricho" e outras histórias românticas em quadrinhos, frequentam bailes no clube da vila (Paulínia), nadam na Esportiva, fazem piqueniques, ensaiam na escola de samba na época do carnaval. Principalmente no

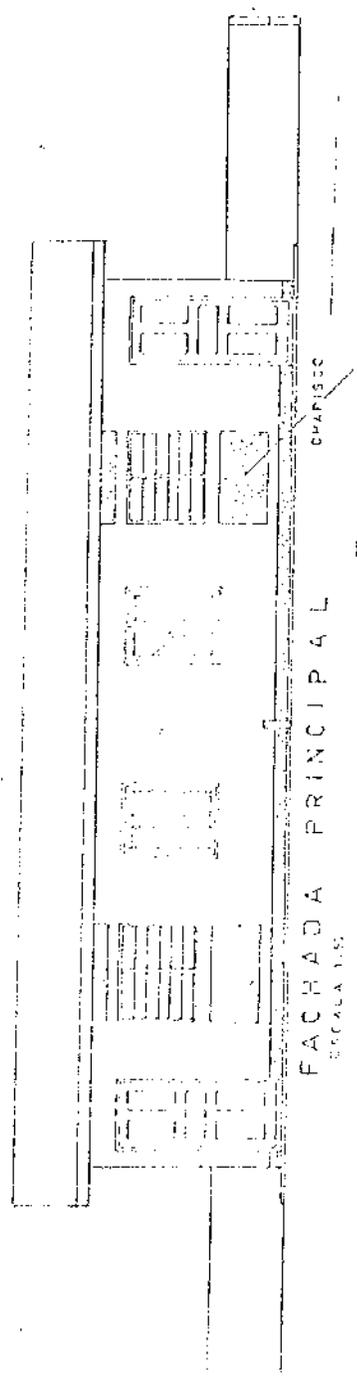
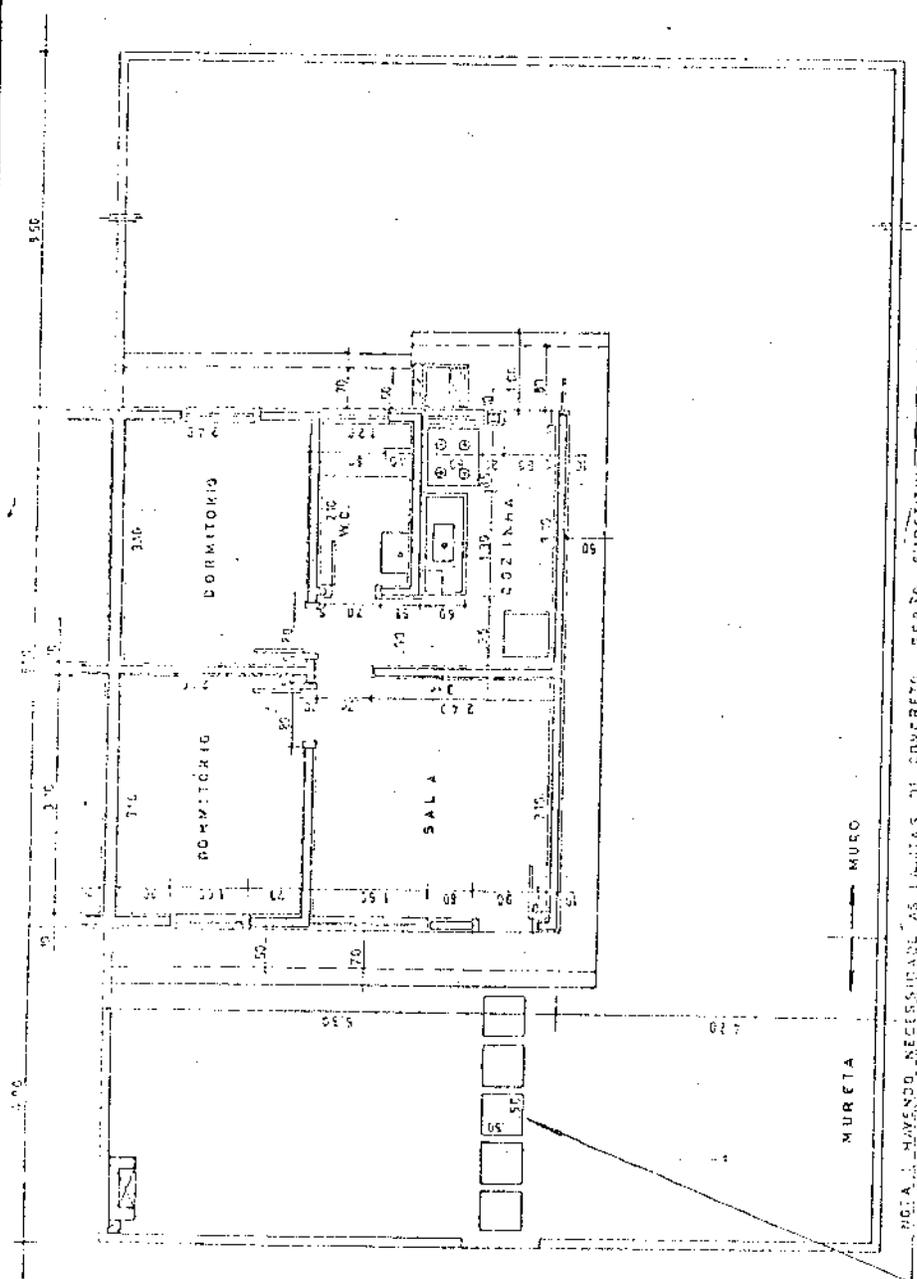
sábado e domingo à noite saem para "paquerar", e "namorar". As mulheres casadas freqüentemente limitam-se às atividades domésticas no lar, às vezes participam das reuniões promovidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) para o ensino de culinária, crochê, tricô, ministradas no grupo escolar. Vão a passeios com os maridos, assistem programas de televisão, mais freqüentemente as novelas das sete horas e das oito. É comum, à tarde, conversarem nas esquinas ou nas portas com algumas vizinhas. As crianças brincam no meio das ruas (de "amarelinha", "bola", "corrida", "bolinha de gude"), nas casas dos vizinhos, com outros amigos, e nadam na lagoa perto da "Popular".

- (6) Pode-se observar não somente a constituição como o funcionamento de Sociedades Amigos de Bairros em algumas áreas periféricas de São Paulo (São Miguel Paulista, Ermelindo Matarazzo, Bairro Ubirajara, Favela do Jaguaré), bem como Campinas (Bairro São Bernardo, Bairro Jardim dos Oliveiras), onde as reivindicações feitas às autoridades municipais referiam-se às necessidades de provimento de água, luz, esgoto, asfalto, escolas, parques infantis, etc.
- (7) Por ocasião do Censo de 1973, 74,4% da população residente no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira não havia nascido no Município de Paulínia, sendo que, desse total, 65,5% haviam nascido em outras localidades do Estado de São Paulo e 27,6% no Estado de Minas Gerais. Pastante diminutas eram as porcentagens dos que haviam nascido em outras regiões do Brasil. Quanto ao tempo de residência no Município de Paulínia, 62,6% estavam residindo há menos de 5 anos; de 6 a 10 anos, 19,1% e há mais de 11 anos, 18,3%. O fato da maior parte da população do Núcleo estar residindo no Município há menos de 5 anos, revela que esta constitui a "população fixa", mão-de-obra para a indústria.

- (8) Observou-se que, no total da população economicamente ativa, 2,0% eram trabalhadores por conta própria.
- (9) Para os propósitos desta investigação elaborou-se uma adaptação dos conceitos a respeito das fases do ciclo de vida familiar propostos por Fortes(1958:1-14). Desta forma considerou-se o ciclo de desenvolvimento familiar em três estágios: inicial, composto pelo casal jovem, sem filhos, ou com filhos em idade não superior a dois anos; em expansão, casal com filhos pequenos e em idade escolar, com intenções e possibilidades declaradas de ainda virem a ter mais filhos; em amadurecimento, casal sem intenções de reproduzir, ou devido à idade não poderiam mais reproduzir, que contassem com filhos em idade de trabalhar, bem como entre estes (os mais velhos) já tivessem deixado a família de origem para constituir a sua própria, ou por qualquer motivo fosse viver separado.
- (10) Oliveira (1972:31-32) comenta que a forma de construção de moradia pelo próprio trabalhador representa "super-trabalho". Nesta última perspectiva, o referido autor menciona que "embora aparentemente esse bem (a habitação) não seja desapropriado pelo setor privado de produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos para com a habitação são um componente importante para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticos de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem como o processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho."
- (11) Conforme dados da COHAB-Campinas, no período compreendido entre 1971-1974 onze casas foram desocupadas por "despejo" no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira.

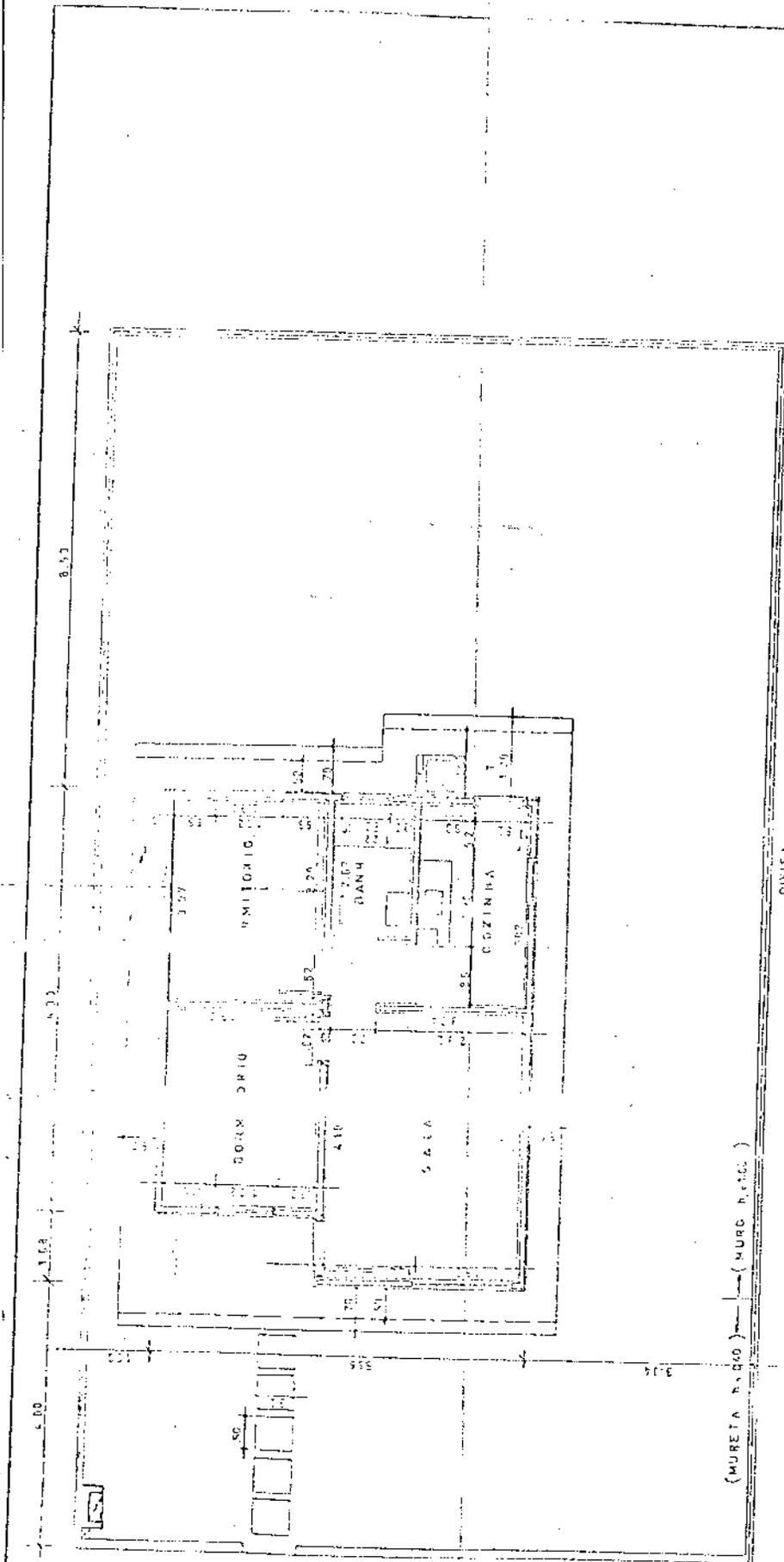
- (12) Bolaffi (1971:21-22) ao investigar três conjuntos habitacionais indica que a população residente "é uma população relativamente próspera, satisfeita em processo de ascensão social, consciente e ciosa desta mesma ascensão. Em outras palavras, a maioria dos habitantes dos conjuntos estudados, corresponde àquela parcela da população brasileira que nos últimos dez anos ingressou no setor de consumo da massa da economia brasileira." Reconhece o autor noutra instância do seu trabalho "a grande desproporção entre o valor do mercado dos imóveis e os preços pelos quais foram vendidos é tão alta que, nas faixas "populares" com rendas de cinco a dez salários mínimos, mesmo as famílias que possuem renda suficiente para amortizar a dívida assumida, estão se recusando a pagar." De todas as reformulações recentes pelas quais vem passando o BNH "a única que aparentemente tem contribuído para diminuir a proporção dos mutuários inadimplentes foi aquela que elevou os tetos de financiamento e que, "ipso facto", tende a fazer da classe média a maior beneficiária do Plano." Frente ao problema da queda dos salários reais, para as classes de baixas rendas (2 a 5 salários mínimos), o caso da "Popular", as possibilidades inclusive de permanecer no Plano são reduzidas.

TIPO - FIGURA 2
HABITACIONAL
C.P. - 20 - 2/38

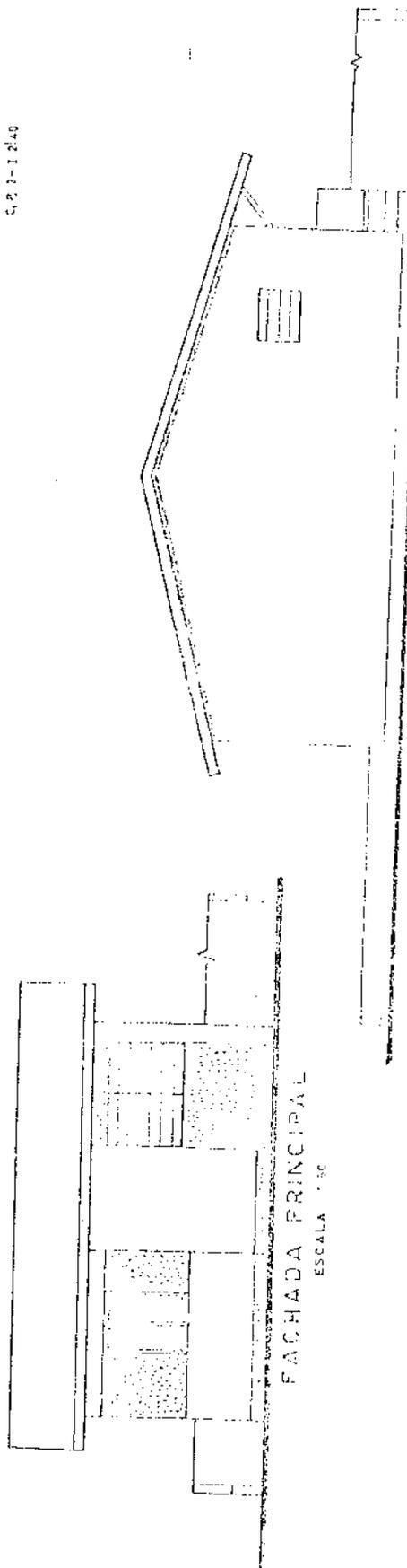


TIPO-FIGURA 3
HABITACIONAL

C.P. 3-1240

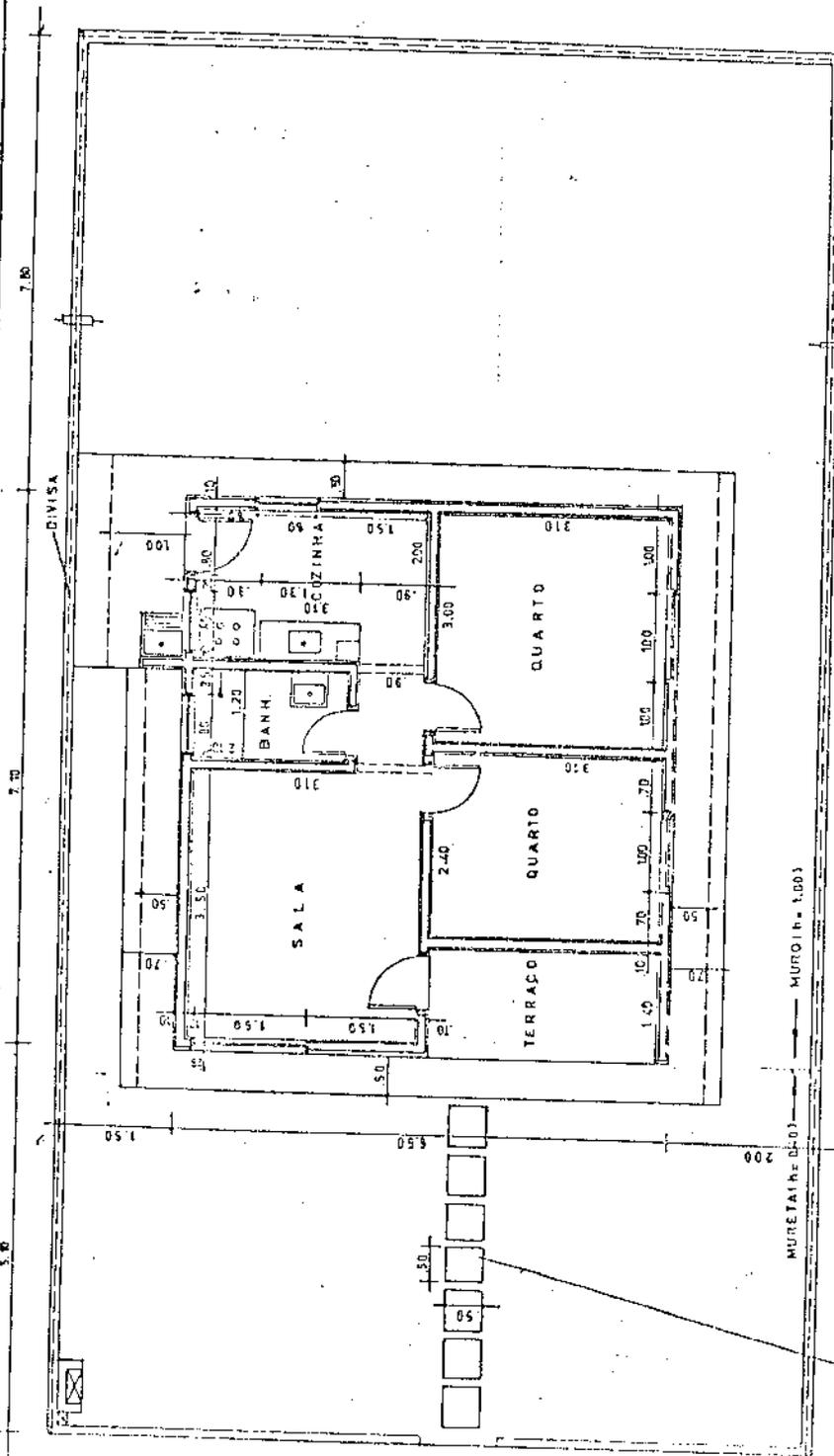


DIVISA

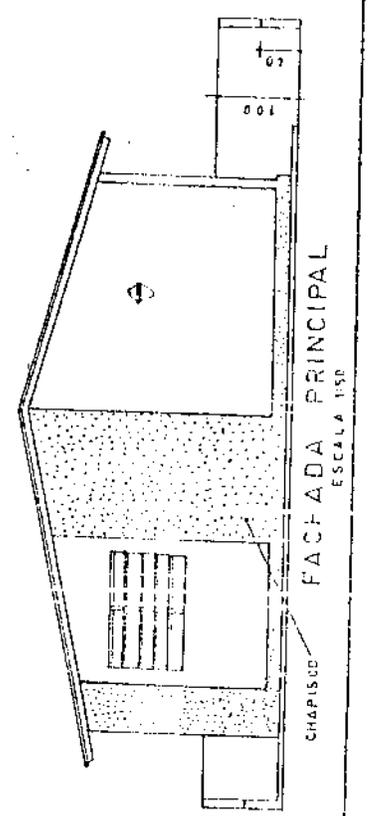
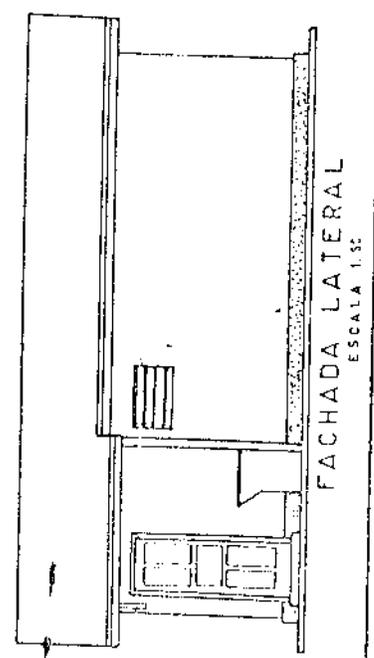


FACHADA PRINCIPAL
ESCALA 1:50

TIPO-FIGURA 4
HABITACIONAL
C.P. 1-1-3/44

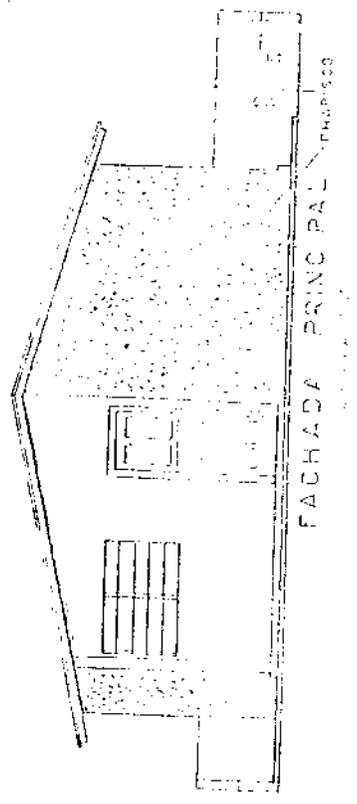
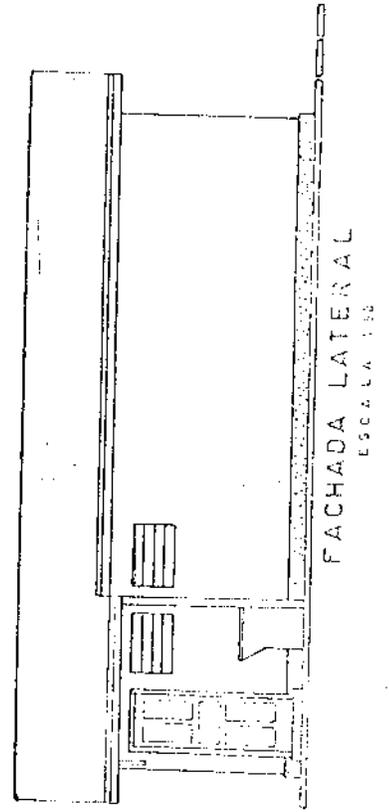
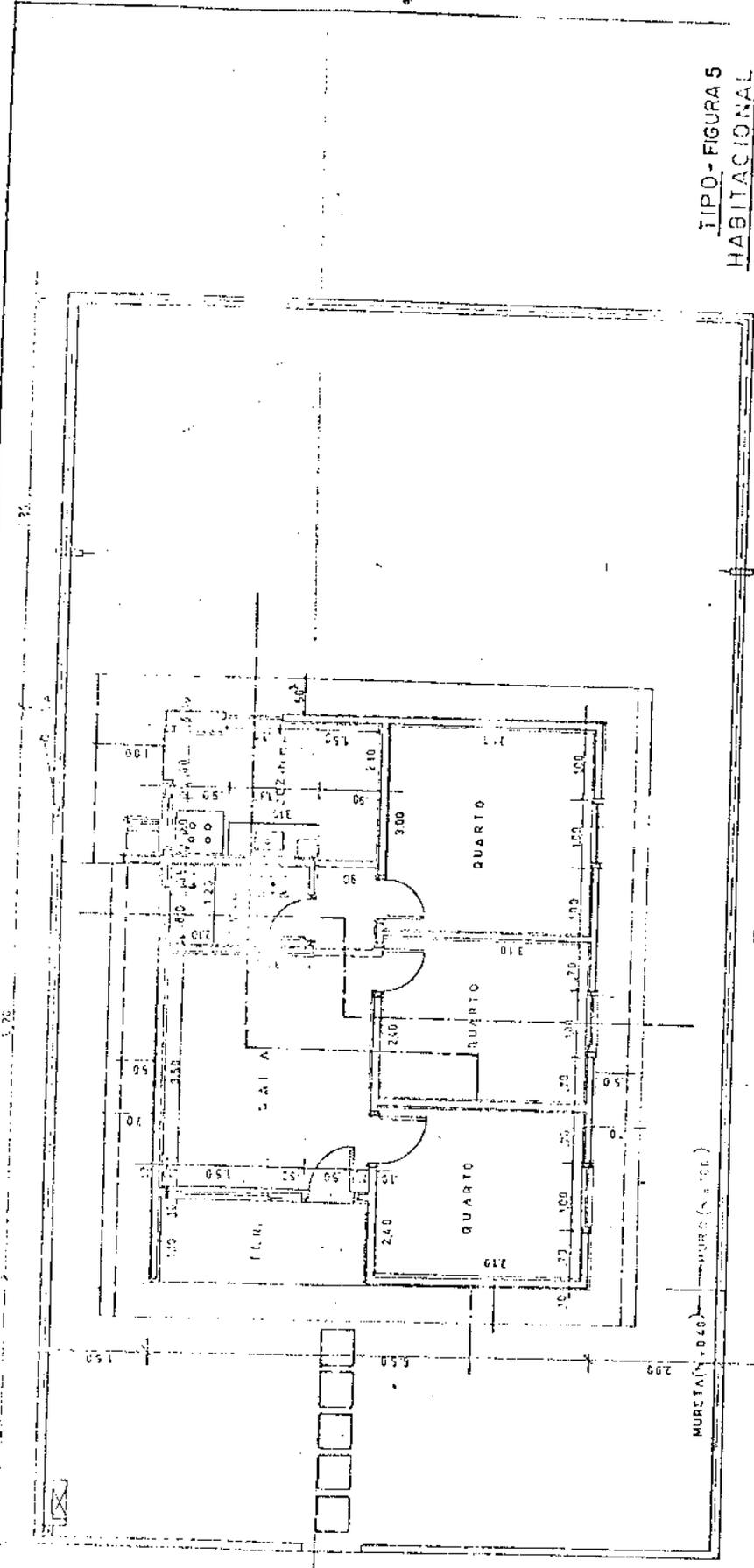


NOTA: HAVENDO NECESSIDADE AS LAJOTAS DE CONCRETO SERÃO SUBSTITUÍDAS POR ESCOGAS



TIPO - FIGURA 5
HABITACIONAL

CP-1-1-3/52



CAPÍTULO III

A AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS

No primeiro capítulo deste trabalho foram feitas referências às fontes de abastecimento alimentar no espaço urbano de Paulínia, o que ofereceu ao leitor uma noção geral destas atividades comerciais. No decorrer do capítulo anterior foi mencionada a ausência de comércio na "Populosa", o que obriga seus moradores a deslocar-se a pé ou de ônibus para o centro da cidade, em busca da "mercadoria" que necessitam adquirir.

Neste capítulo, com base nas informações prestadas pelos entrevistados das vinte famílias investigadas, proceder-se-á à verificação de como ocorre a aquisição dos alimentos e as relações de compra. Serão também considerados os "empréstimos" e a "ajuda" entre os moradores, que, ao lado da "compra", configuram o quadro das relações sociais em torno da obtenção dos alimentos. Neste quadro há aspectos que permitem visualizar o grupo estudado na dinâmica de suas relações e que será vista a partir do momento em que ele interage para solucionar um problema de existência.

1. Os locais de compra.

Algumas definições iniciais são necessárias para que se compreenda como se estruturam as relações na aquisição dos alimentos. Para os moradores, a "mercadoria" era o conjunto de bens considerados como sendo de maior necessidade (roupa, calçado, açúcar, sal, óleo e, às vezes, cereais), comprados de uma só vez no comércio e que exigiam o gasto de maior quantidade de dinheiro. Este termo, com esta conotação, tem relação com a vivência anterior na zona rural, pois a mercadoria consistia especificamente no que não era produzido e conseqüentemente necessitava ser adquirido no armazém. No contexto atual, a "mercadoria", no conceito dos moradores, possui um significado específico, incluindo especialmente o "mantimento" (arroz, feijão, batata, sal, açúcar, óleo, cebola, macarrão), que são adquiridos tanto no armazém como no supermercado, de uma só vez, para cobrir as necessidades mensais de cada família. Ao lado do "mantimento", estão incluídos na "mercadoria" os produ

tos de limpeza da casa, adquiridos para o mês, ou seja: sabão, sapóleo, bom-bril. A "compra" designava também os "mantimentos" e as "coisas prá casa", de que se necessitava mensalmente. Assim, observando a "compra" efetuadas pelas famílias no mês de maio de 1973, verificava-se que nela estavam incluídos: arroz, feijão, açúcar, sal, macarrão, maisena, aveia, carne de arroz, carne seca, farinhas (milho, trigo, mandioca), fubá, facata, margarina, óleo, banha, pó de café, chá, cebola, alho, pó royal, "latarias" 1 e "conservas" 2.

Para efetuar a "compra", o homem, a mulher ou algum filho dirigiam-se aos armazéns localizados em outros bairros não considerados centrais, mas que dispunham de um pequeno comércio descentralizado, ou supermercado que ficava num dos bairros de "casas bonitas" de Paulínia. Aqueles que trabalhavam na Rhodia efetuavam a "compra" na Cooperativa da Rhodia. Outras famílias valiam-se dos armazéns localizados na Campina que faziam entrega mensal da "mercadoria" na casa, o que ao ver de algumas pessoas era uma "comodidade", pois evitava que o comprador se deslocasse a pé ou de ônibus para outros locais da cidade.

Ainda que o ideal fosse sempre poder adquirir tudo de uma só vez, para evitar a todo momento ir à cidade e gastar passagem de ônibus, pelo fato de algumas famílias efetuarem os seus pagamentos no final da semana as "compras" de "mantimentos" realizavam-se "aos pouquinho", geralmente no sábado. Esta forma de adquirir é considerada também mais "econômica", "mais fácil para o controle dos gastos".

Ao lado da "compra" considerada mais volumosa, mais dispendiosa e de "mais necessidade", estão as de "menos necessidade", adquiridas "na porta", quando se tinha dinheiro, dos vendedores ambulantes. Entre elas estão o pão de leite, "veg

1. "Latarias" - inclui palmito, ervilha e sardinhas.

2. "Conservas" - inclui doces, salsicha, mortadela, molhos prontos (para maionese ou de carne).

adura" 3, frutas, peixe, bebidas. Ovos e frango eram comprados na granja e as "miudezas" (pó de café, açúcar, doces), ou seja, "comprinha" de coisas que faltavam no decorrer da semana ou do mês, eram adquiridas no bar da vila. As "besteiras que as criança pede" (sorvete, pirulito, pipoca, balas) eram compradas no bar ou nos caminhões que ficavam parados na porta da escola ou circulavam nas ruas da "Popular".

Integravam as outras "compra" aquelas efetuadas nos açougues (toucinho, carne, linguiça "pura" e "mista"), localizados no centro comercial de Paulínia.

2. Os comerciantes.

Constata-se entre os moradores da "Popular" a existência de uma hierarquização construída em relação aos diversos tipos de comerciantes com quem travam relações. No nível mais alto desta hierarquia está o dono do supermercado, "o mais rico", que é um ex-proprietário de um armazém. Para os moradores, esta forma de organização do comércio é vista como "mais prática", "mais fácil de comprá", ainda que "só venda à vista". Além disso, como afirmam, "os preço é tabelado" e "vende mais barato que no armazém". Num segundo nível, estão os "dono de armazém". São considerados "rico", "tem dinheiro" e na maioria das vezes são responsabilizados pelo aumento do preço da "mercadoria". Para os moradores, muitas vezes esses comerciantes "esconde a mercadoria prá ganhá mais", "cobra juro" e, portanto, são tidos como exploradores e "doidos por dinheiro".

-
3. "Verdura" - as informantes consideram-na as que possuem folhas verdes (couve, almeirão, alface, agrião, repolho, chicória e outras ainda que desprovidas de folhas: pimentão, abobrinha, berinjela, pepino. A categoria "legume" é pouco empregada, no entanto, são entendidos como tais: tomate, batata, mandioquinha, cenoura, vagem, feijão, chuchu, milho, beterraba. Ao falarem dessas, as mulheres referem-se genericamente às "verduras". Obtinha-se a diferença entre "verdura" e "legume" somente quando insistia-se em perguntar-lhes o que era entendido por legume. Logo manter-se-á o termo "verdura", sem levar em consideração esta distinção com o "legume" por ser o primeiro mais correntemente empregado.

Os dois "donos do açougue" da cidade de Paulínia são proprietários de terras. Ambos são vistos como sendo "rico", "tem sítio", "Gáxixe", "caminhonete" e suas propriedades situam-se num dos limites da "Popular". Um deles, além de ser "rico", é "doido por miú, num pode vê saia" e não raro "tira umas casquinha com as miú danada da Popular". Não raro mencionavam estar "desgostosos" com a "política do governo" em relação ao preço da carne, quem estava sendo "prejudicado" eram os "pequeno" e não os "grande produtores de rebanho". "O povo andava reclamando, mas pobre, esses aí da Popular, já não comam muita carne e agora menos ainda."

"Mais ou menos" está o dono do Bar Jumbo, localizado na avenida principal que dá acesso, para quem vem da cidade, à "Popular". Este bar era dirigido por seu proprietário e sua família, residentes na Vila Bressani, pretendendo ele ampliar o "negócio e transformá-lo em mercearia", para assim vender, além de "bebidas, doces e as miudeza", outros gêneros, entre eles "mantimento, "latarias".

Ao lado do proprietário do bar está o dono da granja, "que tem um lote bão de terra", situado na mesma avenida do Bar, onde possui "uns barracão prá criá galinha". Vendem-nas juntamente com os ovos aos moradores, mas, "como o negócio dele num vai muito bem, diz o povo que a granja vai fechá e o dono vai alugá os barracão prôs dois mil peão que vem trabaiá na Petrobrás".

O mais "pobre" destes é o dono da "barraquinha de fruta". Vende lá uns tomates, mandioca, bananas, laranjas marchas e anda em dificuldades com o imposto da Prefeitura, não sabe se "o negócio vai prá frente".

Há também uma hierarquia entre os vendedores ambulantes, uns são considerados "ricos", é o caso do "leiteiro" que é proprietário de um sítio; o "padeiro", proprietário de uma padaria local, que envia o seu empregado para distribuir o pão. Os "verdureiros", que vendem frutas e "verduras", são vários: um deles, o mais "pobre", no dizer dos moradores, "chega

com uma carrocinha puxada a cavalo, vendendo jabuticaba, mandioca, uns pezinho de arface, trazidos do sítio". Outro "também "pobre" vende "produtos de segunda e mais baratos", adquiridos no CEASA em Campinas. O "Zé, paquerador das moça", vem de Cosmópolis, possui um caminhão próprio, "tá bem de vida", adquire seus produtos dos sitiantes e no CEASA, vende para toda a "redondeza" (cidades e bairros próximos); outro ainda procede de Campinas, vende produtos "mais caros" e de "primeira", possui também veículo próprio. O "peixeiro", que não tem muito "conhecimento" com os moradores, possui uma perua "Kombi" própria e abastece-se também em Campinas; o "caminhão de bebidas" é propriedade da firma "Vannucci", localizada em Campinas.

Resta ainda lembrar entre os vendedores ambulantes os "biscateiros" (sorveteiro, pipoqueiro), muito apreciados pelas crianças, que ora estacionavam seus carrinhos à porta da escola, ou então anunciavam os seus produtos pelas ruas da "Popular"; alguns desses vendedores eram moradores locais.

3. O "fregueis".

Em algumas unidades distribuidoras de alimentos são notadas transformações ou intenções dos seus proprietários em modificar o seu sistema de venda, diversificar a oferta e "selecionar" mais a "freguesia". Isto já ficou claro quanto ao supermercado, que era um armazém, e hoje só vende à vista; suas instalações foram ampliadas e uma grande variedade de produtos passou a ser vendida.

Nos armazéns cujos donos são bem sucedidos, pretendiam cessar a venda a crédito, diversificar a venda de produtos, porque sentem-se ameaçados pela concorrência. Outros ainda, principalmente os que possuem menor freguesia, vendem a crédito, inclusive para manter um maior número de compradores.

Os moradores da "Popular", que nem sempre podem adquirir à vista no supermercado, preferem comprar nos armazéns, ou junto aos vendedores ambulantes (leiteiro, padeiro, verdureiro) que concedem crédito, abrindo "caderneta", e assim

vão "marcando as conta", que os vendedores esperam ser pagas no final do mês. Os açougues e a granja, de outro lado, nunca vendem a crédito e, assim, os moradores compram nestes locais somente quando dispõem de dinheiro.

As informantes consideram-se "fregueis" ou "não fregueis" destes diferentes comerciantes, conforme possam adquirir ou não a "mercadoria" e as demais "compra" de um só fornecedor. O termo "fregueis" é empregado biunivocamente, isto é, designa tanto o comprador como o comerciante ou o vendedor ambulante de quem compram os produtos. Dizem os informantes: "nóis tem freguesia com ele", ou "ele é fregueis nosso".

Os moradores, especialmente os residentes há mais tempo em Paulínia, definem-se como sendo "conhecido" e "fregueis" de algum dono de armazém. Por aí vê-se que a questão de estabelecimento da relação de "freguesia" está estritamente relacionada ao problema do crédito e distingue os diferentes tipos de fornecedores. Ser "conhecido" e "fregueis" oferece a vantagem de poder obter facilidades de crédito, especialmente naquele espaço urbano que se industrializa, onde as relações de compra e venda estão se tornando mais pessoais e institucionalizadas, deixando de ter expressão as relações face a face, quando o crédito é ainda concedido pela identificação e confiança pessoal.

Mesmo que as relações "fregueis" - comerciante ("conhecido") aparentem menos formalidade no tratamento pessoal e possam oferecer vantagens para a obtenção de crédito, trata-se sempre de uma relação assimétrica e não isenta de tensão potencial. A posição do "fregueis" é geralmente de dependência, e se está endividado e demora para pagar a dívida, o comerciante sempre exerce pressões, exigindo o pagamento, não tendo "paciência de esperá", na afirmação dos entrevistados, chegando até a cortar o crédito, que é tido como uma concessão de "favor". De outro lado, o comerciante manipula esta cordialidade e informalidade nas suas relações com o "fregueis" objetivando mantê-lo como comprador. O "bom fregueis" é aquele que

paga em dia as suas dívidas. Se isso não ocorre, mesmo sendo "conhecido", ele passa a ser considerado um "mau pagador" e "não de confiança", o que redundava no corte do crédito.

O fato de comprar "fiado" coloca o comprador sempre na dependência do armazém, que tem garantida para si uma "freguesia" fixa. Dessa forma, o comerciante mantém o monopólio de compras de seu devedor, além de obter "juros" sobre as contas atrasadas, o que ocorre frequentemente em relação às famílias endividadas. De outro lado, alguns fregueses atribuem vantagens ao crédito, o que lhes garante o abastecimento alimentar, especialmente no caso de ganhar pouco e não dispor de dinheiro no final do mês. Caso o freguês demore para pagar a dívida, o comerciante "fica cobrando toda hora" ou "atende de cara feia", no dizer das entrevistadas endividadas.

Os armazéns são avaliados como locais onde são vendidos produtos estragados, não oferecendo ao comprador oportunidade de escolher produtos mais "baratos" (1). Contrariamente, ao supermercado são atribuídas vantagens, pois "pode escolhê o que quer", "vê se tá estragado", "tem bastante coisa pra escolhê" e, inclusive, adquirir "mais barato". Os preços no supermercado local eram considerados "mais caros" que os de Campinas, mas, devido à distância e às dificuldades de deslocamento, nem sempre os moradores podiam fazer as suas compras em Campinas. O supermercado local somente é acessível àquelas famílias que possuem mais dinheiro e compram à vista, evitando, com isto, "dívidas".

Da mesma forma, os vendedores ambulantes vendem a crédito, mas a um preço mais elevado, a exemplo do "leiteiro", que vendia leite a CR\$ 1,50, enquanto que a lico vendia a CR\$ 1,00. Os verdureiros "mais pobre vende mais barato, mas os produtos são podre, outros ainda vendem produtos caros, mas de boa qualidade". Não raro muitos moradores ficavam endividados com as diferentes categorias de vendedores ambulantes, o que levou um dos padeiros, procedente de uma cidade vizinha, a vender o seu caminhão "porque os outros devia pra ele e num pagava".

As relações estabelecidas com os comerciantes, de um modo geral, não são desprovidas de conflitos; de parte do comerciante, ele sempre pressiona quem está endividado, ameaçando cortar o crédito, e principalmente os "pobre" buscam controlar as suas compras para não aumentarem as dívidas. Alguns desistem de suas férias para recebê-las em dinheiro e poder, assim, pagar as dívidas ao comerciante. Outros, que se vêem em condições de livrar-se do crédito por "ter arranjado um emprego bão", onde se ganha mais, tão logo possam, tratam de cortar relações com o comerciante, o que é feito com algum "bate-boca". Outras mulheres acusam o leiteiro de vender "leite sujo", cortando com ele a freguesia, alegando ser este o motivo, mas passam a adquirir o "leite da Leco", à vista, no bar.

Aqueles que dispõem de menos dinheiro em casa, não raro sentem-se irritados, protestando contra os vendedores ambulantes que anunciam barulhentosamente os seus produtos, despertando a "vontade das criança", que muitas vezes não pode ser atendida pela mãe. Como dizia uma entrevistada: "tem caninhão por aqui. Me dá até reiva, a gente num tem nenhum tostão em casa e os home fica gritano que tem uva, banana. Outro dia veio um home e a menina pediu, era CR\$ 4,00 o quilo de uva, aí eu pedi prá ele vendê um cachinho, me deu até reiva, eu falei prá ele assim, será que o senhor num sabe que criança fica com vontade e a gente num tem tostão em casa? Aí ele vendeu o cachinho de uva por CR\$ 1,00."

A "vontade da criança" é manipulada por estes vendedores através do seu sistema informal de propaganda. Não podendo ser ela atendida, mesmo que ele venda "fiado", a sua presença insistente e constante na "Popular" torna-se motivo de desagrado, o que vem reafirmar a condição de carência para muitos dos moradores da "Popular". Esta mesma condição revela-se para uma mulher "bem de vida", que, no supermercado, ainda que suas crianças insistentemente pedissem "Danoní", "queijo", "massa pronta", ressentia-se de não poder adquirir tais coisas.

4. A "Compra" dos "pobre", "não muito pobre" e "bem de vida".

As formas de vender a crédito e à vista estão relacionadas à diferencial disponibilidade de dinheiro das famílias, constituindo, para elas, um elemento importante na escolha do local de suas compras.

Este fato, relacionado à forma de venda, acrescenta um dado complementar às investigações quantitativas feitas junto às famílias assalariadas paulistas. Estas investigações acentuam a preferência destas famílias pelos armazéns e feiras, colocando o supermercado em posição desfavorável quanto à venda de produtos alimentícios a este tipo de população (2). Ainda que em Paulínia a feira funcione aos domingos, no centro da cidade, esta é raramente freqüentada pelos moradores da "Popular", que afirmam que nela são vendidos produtos a preço mais "caro". Mesmo que a constatação quanto ao preço dos produtos da feira não fosse feita neste trabalho, observou-se que esta, efetivamente, só vende à vista e, assim, pode-se afirmar que a preferência por certos locais de compra relaciona-se tanto ao montante de dinheiro disponível, que torna possível ou não a obtenção de uma certa quantidade de "mercadorias", como às formas de venda.

Dentro deste quadro existem marcadas diferenças no consumo alimentar, que dependem basicamente do nível de rendimentos das famílias.

Os "pobre"⁴, que ganham menos, compram nos armazéns (locais ou de Campinas) porque eles vendem fiado. Desta forma adquirem os produtos mais "caros", ficam sempre endividados, pagam "juros" e a mulher procura controlar o "pedido"⁵ para não gastar muito. Idealizam adquirir no supermercado, à vista, mas o "salário nunca dá". Mencionavam comprar os produtos — "os de mais precisão" (arroz, feijão, batata, pó de café,

4. Vide Figura 6 a respeito dos locais de compra destas famílias, à página 110 no final deste capítulo.

5. No entender das informantes, o "pedido" é a relação de compras mensais enviado ao armazém.

açúcar, farinha, cebola, alho, sal), mas raramente adquiriam "os de menos precisão" (frutas, "verduras", ovos, carne, leite, pão), nunca adquirindo os "de luxo" (bebida, "conserva" e "lactaria"), considerando-os mais caros e que "pobre pode passá sem eles".

Os critérios de necessidade assimilados relacionavam-se com as possibilidades de aquisição que os seus ganhos proporcionavam e não com o valor nutritivo que atribuíam ao leite, ovos, carne, "verduras", reconhecidos como "forte", mas que não podem ser adquiridos "porque o dinheiro num dá".

Este grupo de famílias gasta 50,0% da renda "per capita"⁶ em "comida". Considerando somente estes gastos, 32,0% deles são feitos na aquisição da "mercadoria", distribuindo-se em: arroz (26,0%), feijão (quase 20,0%), óleos e gorduras (14,0%), batata (quase 8,0%), açúcar (pouco mais de 5,0%), café e chá (quase 5,0%), macarrão (4,0%), outros (massa de tomate, alho, cebola, maisena, 20,0%).

Na expressão de uma informante, "é com a mercadoria que nós gasta, chega a 400 conto por mês, tá tudo caro e difícil, támo deveno prô home do armazém". Outras informavam que "o salário nunca dá, vai quase tudo na compra". Esta afirmação indica o consumo integral do salário na "mercadoria", restando apenas 18,0% da renda média "per capita" para os gastos com ovos, leite, carne, pão, frutas, verduras, que, em realidade, exceto o pão, constituem os alimentos que têm maior valor nutritivo. Entre estes gastos destaca-se o realizado com leite ("em pó" e "em saquinho"), 9,0% "per capita" mensal, sendo adquirido, conforme dizem as entrevistadas, "por causa das criança pequena", ainda que seja reconhecido que "até gente grande deve tomá leite"; no entanto, devido ao preço, somente "os pequenino toma, quando já pega numa idade já dô comida". Apesar

6. Os dados relacionados aos gastos médios mensais "per capita" dos diferentes estratos de famílias encontram-se na Tabela 11A, no anexo 2.

do preço do leite, que é considerado "caro", vê-se que as quantidades de dinheiro que os "pobre" gastam na aquisição deste produto, não são insignificantes quando comparadas com os gastos pelos demais grupos de famílias. Isto revela que mesmo diante da escassez do salário procura-se, na medida das possibilidades, atender às necessidades das "crianças pequenas". O Centro de Saúde é sempre mencionado como o local onde estas famílias vão em busca do leite, porque "ganha de graça".

Com a carne gastavam em média pouco mais de 6,0% da renda "per capita", o que equivale a CR\$ 3,70. Por este dado vê-se que "é difícil comprar carne, já pensô a CR\$ 10,00 o quilo de carne de segunda?". É insignificante a aquisição de ovos (1,0% da renda "per capita"). Ainda que o ovo seja considerado "mais barato" que a carne e com igual capacidade nutritiva, estas famílias não chegaram a adquirir no mês considerado sequer uma dúzia deles. Frutas e verduras são consideradas "caras"; quando adquiridas é "aos poucos", não chegando à dúzia. É sempre "CR\$ 1,00 de laranja" ou mesmo "de jabuticaba", que certa família adquiriu para ser distribuída para dez pessoas.

Apesar do crédito concedido pelos vendedores ambulantes, os "pobre", quando adquirem frutas e verduras fazem-no daqueles que vêm do sítio, que vendem mais "barato". Na maioria das vezes ganham frutas e verduras de algum "conhecido", que toma conta do sítio, com os quais mantêm "amizade". Não raro pôde-se observar algumas mulheres "pobre" indo visitar um e outro "conhecido" e na volta trazendo sacos de laranja, por ele doado, às escondidas do proprietário, que geralmente residia em Campinas.

Os "não muito pobre"⁷, que dispunham de mais dinheiro, compravam à vista no supermercado, logo que recebiam o pagamento. Quando, porém, estavam "apertado" e já no final do mês, não tendo "nada em casa", recorriam ao armazém, onde uma

7. Vide Figura 7 a respeito dos locais de compra destas famílias à página 111 no final deste capítulo.

"conta corrente" estava aberta.

No supermercado escolhem o preço, mas acabam por trazer para casa "alguma coisinha a mais". Através das marcas dos produtos adquiridos por este grupo de famílias, nota-se maior diversificação, em relação aos "pobre" que compram no armazém. Apenas a título de exemplo, verifica-se que as famílias "não muito pobre" adquirem tanto o arroz de "primeira" (aquele que é melhor e "rende mais"), como o de "segunda" (que cresce na panela). Observa-se que vários tipos são adquiridos: o "solto", "saco", "Agulha", "Amarelão", "Cateto" vendido em pacote. Os "pobre" compram somente o de "segunda" (quebradinho) e o "solto".

Os "não muito pobre" gastavam 56,0% da sua renda "per capita" em "comida", o que corresponde a CR\$ 65,00 "per capita". Levando em consideração aquele gasto total, vê-se que 73,0% destina-se à compra da "mercadoria" e, neste sentido, este grupo de famílias, somente na aquisição dessa, gastava 13,0% mais que os "pobre". Além dos produtos incluídos na "mercadoria" adquirida pelos "pobre", os "não muito pobre" incluíam na sua "compra" a carne seca, "conserva" e algumas "latarias" (sardinha, doces), "Toddy", "Nescau", bebidas (refrigerantes) em pequenas quantidades. Ainda que estes itens sejam por eles considerados como de "menas necessidade", são adquiridos em função das crianças.

Na compra da "mercadoria", este grupo despende dentro dos gastos totais com a alimentação as seguintes proporções: arroz (20,0%), feijão (15,0%), batata (quase 9,0%), óleos e gorduras (quase 11,0%), açúcar (quase 5,0%), macarrão (4,0%), farinha (1,0%). Nas demais "compra" (ovos, leite, verdura, fruta e pão) gastam 26,0%, o que significa que este grupo dispõe de 50,0% a mais que os "pobre" para adquirir estes produtos. No entanto, isto representava apenas CR\$ 17,00 "per capita".

Valem-se do crédito fornecido pelos vendedores ambulantes, e, quando é possível, pelo menos uma vez por semana compram frutas e verduras para as crianças. À invés destas,

preferem o leite, a seu ver "necessário" para as crianças pequenas, adquirido, de preferência, do "leiteiro", diariamente ou pelo menos três vezes por semana, o que ocorria nas famílias onde o número de crianças era maior.

Não raro mencionavam ganhar frutos de "conhecido" do sítio, e, quando as mulheres iam à roça trabalhar, ganhavam também "caixa de tomate do japonês".

O maior gasto destas famílias é com carne (14,0%), que é "cara", quando muito comprada no final da semana para "variá a mistura". Ironicamente, afirmava uma entrevistada "a carne tá cara, dá até dor no borso". Substituíam a carne pelos ovos, adquiridos na granja, onde são vendidos a preço "mais barato" que no supermercado.

Os "bem de vida"⁸, de um modo geral preferem adquirir à vista, no supermercado e no armazém. Somente junto aos vendedores ambulantes é que mantêm o crédito. Alegam preferir comprar à vista e não "fiado" para evitar as dívidas. Algumas destas famílias, que possuem o seu próprio veículo, vão comprar no supermercado "Eldorado" em Campinas, onde os produtos são considerados mais baratos. Não raro, ao falarem de suas compras mencionavam "conservas" e "latarias" já adquiridas "pré experimentá". Comprando à vista e buscando os locais onde se vende a menor preço, este grupo, além de dispor de mais dinheiro, tem possibilidades de comprar maiores quantidades de alimentos.

Uma e outra mulher diziam preferir os produtos de melhor qualidade, o macarrão, arroz, feijão, farinha, dando grande importância às marcas; outras, menos exigentes quanto à marca, selecionavam os preços.

Gastavam com o "mantimento" (28,2%) de sua renda "per capita", dos quais 67,0% eram gastos com: feijão (15,0%), arroz (19,0%), óleos e gorduras (quase 12,0%), macarrão (4,0%), açúcar (3,0%), farinha (0,7%), outros ("latarias",

8. Vide Figura 8 a respeito dos locais de compra destas famílias à página 112 no final deste capítulo.

"conservas", caldo Knor, Toddy, Nescau, pimenta do reino), quase 4,0%. Em relação aos "não muito pobre" estas famílias gastavam menos que eles apenas em: batata, açúcar, farinhas e leite. Nos demais itens gastam sempre mais que os outros grupos, ainda que disponham de menor número de pessoas na casa, inclusive de crianças, o que explica o menor gasto efetuado com o leite (7,2%):

Com a carne, leite, ovos, "verduras" e frutas gastam 33,0% da sua renda média "per capita". Entre estes, somente com a carne são efetuados 20,0% dos gastos. Apesar de "cara" adquirem-na com maior frequência: duas vezes por semana, a carne de vaca, os peixes ("fresco" e sardinha), e a carne de porco sob a forma de linguiça. Quando compram as carnes industrializadas (mortadela e salsicha), fazem-no em função das crianças.

De preferência as carnes eram adquiridas no açougue do supermercado, por ser "um pouco mais barato" que nos açougues da cidade. A carne de "primeira" ("alcatre", "patinho", "colchão mole") era preferida à de "segunda" ("costela", "ponta de peito", "capa de filé", "miúdos", "músculo", "coração"); ainda que fosse mais "cara" que a de "segunda", rendia mais.

As famílias deste grupo adquirem à vista, nos açougues da cidade, carne de porco sob as formas de linguiça e e toucinho. Apesar de "cara", tanto quanto as demais carnes, a linguiça é vista como uma alternativa de variar a "mistura", não sendo categorizada como de maior necessidade, sendo também uma comida que se oferece às visitas. O toucinho, como substituto da banha industrializada, é preferido pelo seu sabor.

Não raro, muitas mulheres deste grupo idealizavam poder adquirir sempre carne de "primeira", carnes industrializadas, "conservas", valorizando uma estrutura de consumo mais diversificada, o que, diante do elevado custo de vida, não conseguem obter.

Com ovos gastavam pouco mais de 2,0%, ainda que,

da mesma forma que os "não muito pobre", verduras e frutas sejam pouco adquiridas, sendo consideradas "caras" e "dispensáveis". Mais que o grupo anterior, os "bem de vida" adquirem "latarias" (palmito, ervilhas e doces).

5. Empréstimos e ganhos.

"O povo fala que aqui é a Vila das Canequinha, dos apertado". Assim referia-se Laurinda (mulher desquitada que trabalha para manter a sua família) ao fato de que na "Popular" as mulheres freqüentemente realizavam "empréstimos" de alimentos (arroz, pó de café, óleo, açúcar, feijão), valendo-se de canecas e latas, quando, por qualquer motivo, havia falta deles em casa.

Ressalte-se que nesta investigação os dados relacionados aos empréstimos não foram coletados com o objetivo de detectar o "social network" das famílias, o que possibilitaria obter uma visão mais completa e dinâmica do circuito de trocas que integram as relações sociais concretas dos moradores que habitam a "Popular" (3) e que obviamente extrapolam os próprios limites espaciais da área residencial, pois as relações sociais num espaço urbano são amplas e de múltiplas naturezas. Colocada esta limitação dos procedimentos adotados na coleta dos dados, esclarece-se que as informações foram obtidas pelas entrevistas e observações que puderam ser efetuadas no momento em que eu me encontrava no espaço doméstico. Procurou-se dessa forma captar o conteúdo das relações sociais concretas estabelecidas entre vizinhos e parentes que moravam na "Popular". Nessas condições, a troca de alimentos é um integrante significativo destas relações à medida em que, apesar de serem trocadas coisas concretas, em realidade estão sendo trocadas as relações sociais e os seus significados. Trocam-se coisas (alimentos, favores, serviços, dinheiro) mas são também trocadas amizade, solidariedade, ajuda mútua.

Durante as entrevistas, enquanto me encontrava na casa de algum morador da "Popular", muitas vezes observava

esses "empréstimos". Frequentemente era uma criança (menino ou menina) que chegava, dirigindo-se à dona da casa para pedir: "minha mãe mandô pedi se a senhora tem um pouco de açúcar prá emprestá prá ela, que em casa num tem". Outras vezes era a própria vizinha (da casa do lado) que aparecia e, muito curiosa para saber quem eu era, "batia um papinho" e pedia um pouco de pó de café à dona da casa, que prontamente ia buscar na cozinha e voltava trazendo numa caneca ou xícara o que tinha sido pedido. Numa ocasião, quando eu estava na casa de Joana, ela pediu à filha ainda criança que fosse à casa da Carmela (vizinha que mora na casa ao lado esquerdo da sua) buscar uma "forminha de gelo" para servir-me uma limonada, pois a sua geladeira estava estragada.

E assim, as situações observadas repetir-se-iam, indicando que os "empréstimos" eram realizados entre os vizinhos, ou seja, aqueles que moravam geralmente na mesma rua (na casa do lado esquerdo ou direito, ou na casa da frente) ou ainda noutra rua (na casa atrás da rua). No caso de famílias que tinham parentes (pai, mãe, sogro, sogra, irmão, irmã, cunhado, genro, nora) residindo na "Popular", algumas mulheres mencionavam fazer "empréstimo" somente com eles. Para estas famílias os empréstimos não se restringiam ao espaço físico imediato à residência, pois predominava a relação de parentesco. Assim, referiam-se emprestar dos parentes que moravam "lá ou baixo" ou "lá em cima" (limites da "Popular"), ou então "na rua Minas Gerais", na "Rua Bahia" (mencionavam explicitamente o nome da rua onde estes parentes residiam).

Ao lado dos "empréstimos", ocorriam trocas de serviços e favores entre os vizinhos e parentes residentes na "Popular". Por exemplo, quando "a vizinha, que anda prá í no médico, ou na cidade fazê compra, ou pagá conta, deixava a criança pequena prá outra vizinha tomá conta" (cozinha comida, trocar a roupa, pegá-la no colo quando chora), ou outra vizinha, que trabalhava o dia inteiro, deixava o dinheiro das prestações para pagar o cobrador que passava na casa. No caso de doença e hospitalização da vizinha, a outra encarregava-se de cui-

dar de sua casa, lavando a roupa dos seus filhos e do marido, limpando a sua casa, cuidando das criações e plantas. Era bastante comum aqueles que não possuíam televisão ir à noite à casa da vizinha, para ver novelas ou uma partida de futebol.

Apesar de ocorrerem frequentemente estas situações, os moradores que solicitavam o favor não o consideravam como "amolação", isto no caso de doenças, cuidar das crianças, pagar contas. No entanto, ver televisão na casa da outra já era percebido por quem o solicitava como provocando "amolação" ao vizinho. Por sua vez, quem presta o favor em caso de necessidade, faz questão de anunciar aos demais o fato de estar ajudando o vizinho. Era muito freqüente eu vir a saber da doença de alguém ou da sua hospitalização através da vizinha que estava cuidando da casa da outra. No caso do "ver televisão", não raro quem a possuía mencionava que à noite a sua casa ficava cheia de gente que vinha assistir aos programas. Reclamava-se mais da "criangada" que não parava "quieta", não deixando os adultos assistirem com sossego ao que lhes interessava.

O "empréstimo" significa, para os moradores, a concessão temporária de alguma coisa (dinheiro, alimento, objetos) a alguém que se obriga a restituí-lo num determinado prazo. No caso do dinheiro, fixa-se o prazo de devolução, no caso do alimento fica implícito que ele deverá ser devolvido assim que a vizinha fizer as compras (ou na semana ou no mês), no caso de objetos (travessas, copos) que são emprestados por ocasiões de festas, ou um almoço para convidados, ao término destes, a devolução deve ser imediata (no mesmo dia).

Quanto aos alimentos, vê-se realizar a troca através do "empréstimo", o que implica em reciprocidade e simetria, pois à medida em que é solicitado alimento ele é restituído em alimento, sendo a devolução efetuada nas mesmas quantidades em que foi concedido. Neste sentido, o "empréstimo" diferencia-se da "ajuda" em alimentos, que pressupõe a transferência a alguém que se encontra necessitado, não significando que aquele deva efetuar a devolução com a mesma coisa dada.

Trata-se, pois, de uma relação assimétrica, podendo a restituição consistir de uma palavra de agradecimento ou na prestação de algum favor e serviço quando aquele que prestou a ajuda necessitar.

Uma outra categoria na qual permeia o alimento é o "presente", que corresponde às doações de "cozida" (certos doces, bolo, polenta, verduras, frutas), enviadas ao vizinho com o qual se tem amizade ou a algum parente que mora na "Popular". Estas doações ocorrem quando, no dia-a-dia, prepara-se algum prato diferente na casa ou há no quintal um excedente de verduras e frutas, ou é adquirida maior quantidade de frutas. Como afirmava a Virgínia, "a gente reparte com os outro, quando tem uma coisinha mió em casa".

Ao lado desta ajuda, há, ainda, a institucional, ou seja, aquela que é prestada às famílias "necessitadas", quando há desemprego do marido, doença, ou mesmo para aqueles que se encontram em dificuldades devido às deficiências salariais do chefe da família. São as "católicas", os "crentes" que mais prestam a "ajuda", doando "comidas", roupas e calçados velhos. O Centro de Saúde associa-se a estas instituições, oferecendo não só consulta "de graça", mas doando o leite para as crianças.

Até o momento foram mostrados os elementos principais que permeiam as situações de troca e ajuda, mas como elas se apresentam vinculadas à estratificação interna da "Popular", destaque será dado às relações entre estas situações e as diferentes categorias de moradores.

Os "empréstimo" realizados entre vizinhos e parentes da "Popular" ocorrem sob vários motivos: quando existe a necessidade urgente de algum produto na casa e não se tem tempo de ir ao comércio adquirir; ou quando está faltando comida em casa, especialmente no final do mês, quando também falta o dinheiro, recorre-se ao "empréstimo" como forma temporária de abastecimento.

O primeiro caso era freqüente ocorrer quando a mulher, no momento em que estava preparando a "cozida" ou um

"café", percebia a falta de alguma coisa, quando não havia tempo para ir à cidade ou mesmo ao bar para comprar o que necessitava.

O "empréstimo" implica na obrigação de devolver e, assim, "se empresto uma canequinha de açúcar pago com a mesma coisa", "se empresto um pacote fechado de açúcar, pago com um pacote memo", "se empresto um litro de feijão, quando compro pago cum o litro". Entretanto, existem diferenças entre em prestar com a "canequinha" ou "de pacote", como afirmam. Em geral, as famílias "pobre" valem-se das "canequinha" ou do litro, emprestando dos seus vizinhos "bem de vida" ou mesmo "não muito pobre". Por sua vez, as famílias "não muito pobre" em geral emprestam de outras "não muito pobre" e dos "bem de vida". Entretanto note-se que os "bem de vida" realizam empréstimos com outras famílias "bem de vida", com a característica de que eram trocadas "mercadorias" em quilo ou em pacote fechado.

Verifica-se, assim, que na realização dos empréstimos os "pobre" são os que mais dependem das outras categorias de moradores.

A forma como uma mulher considerada "bem de vida" relatava os "empréstimos" realizados por ela e por outras pessoas de condição inferior à sua pode ser tomada como um exemplo de assimetria e simetria nas relações sociais:

"Eu empresto da vizinha do lado ("bem de vida"). Ela tem o marido que ganha bem, mais elas pede de quilo, troca um quilo de pó de café prá devorvé pacote fechado. Tem outra que o marido num ganha bem, tem um monte de fio prá cuidá ("pobre") e que vive pedindo emprestado prôs outro. Eu logo que mudei prá cá lá veio essa muié pedi coisa emprestada. Ela tinha fama de pedi coisa, pediu uma porção de coisa e quando eu vi que num ia pará mais de pedi então eu falei que meu marido num gostava aí ela parô. Tem outra muié que mora lá em baixo ("pobre") tem tanta mania de pedi emprestado que até do verdureiro a menina quando vai comprá verdura fala prá ele: olha o senhor me empresta um pé de arface que minha mãe vem pegá daqui a pouco?"

Estas afirmações indicam que o "empréstimo" não

se realiza indistintamente entre todas as categorias de vizinhos, simplesmente pelo fato de ser vizinho, mas há seleção me diante a avaliação da sua condição de vida e qualidades.

Ainda que não seja muito frequente, a não devolução do que é emprestado (alimento) é tolerada quando a família é vista como "pobre" e possuindo muitas crianças na casa. Entretanto, se a família além de "pobre" possui alguém doente na casa (o marido inválido, ou algum filho), esta passa a ser ajudada pelas demais "não muito pobre" e "bem de vida". Nestas condições, as relações são sempre assimétricas, e as doações de "comida" realizam-se pelo envio de "sobras" do almoço e do jantar, ou mesmo através da "compra" (um quilo de arroz, um pacote de pó de café), ou das verduras plantadas no quintal.

A Tereza, "bem de vida", afirmava:

"Tem uma vizinha que dá pena, eu dô as sobras prá ela. Todos os dias as criancinha pede. Antes ela recebia ajuda das católica. Ela é crente e aí os crente deram em cima dela. Os crente também ajuda."

Josefina, "não muito pobre", comentava:

"Eu num nego esmola, dô ropa, dô comida, dô dinheiro, dô o que posso. Tem gente aqui que passa necessidade. A Rosa memo é uma delas, mora ali em baixo. Desde que vim prá cá ela já teve duas dieta. Teve uns tempo que o marido dela tava desempregado e as criança passava fome. Aí eu e a minha fia recolhemo cobertô, comida, uma cama e demô prá ela. Nem gás em casa ela tinha, armô um fogãozinho no quintal e cozinhou lá. Teve um dia que a panela virô e ela ficou sem nada prá comê."

O que se observa é que entre os moradores da "Popular" cria-se o que se pode chamar de um "cêrculo de dependência", pois a "ajuda" é vista por eles como um "costume", significando que esta não deve ser negada a quem "necessite". Numa das entrevistas isto ficou claramente mostrado na afirmação:

"Se a Carmela precisá eu num nego, vô na casa dela lavá uma ropa, fazê uma comida, quando vem os parente dela visitá, mas se eu preciso ela me ajuda."

As famílias que recorrem à "ajuda" dos demais moradores, na sua maioria dependem também da ajuda institucional. A Noemi, quando o marido estava desempregado, ia buscar "a compra" com as "católicas"⁹. E assim dava "prá quebrá um galho". Quando o marido "empregô e começô a ganhá" as "católicas cortaram a ajuda". A Rute vai na igreja dos crente, não "pega das católicas" porque os "crente num dexa". Vai também no Centro de Saúde "buscá leite prô pequeno"; ganha por mês quatro latas, mas quando "num dá" tem que comprar.

No entanto, esta ajuda implica em retribuição. O Centro de Saúde exigia das mulheres que recebiam o leite a freqüência às reuniões da puericultura, onde, segundo elas, iam "prá aprendê com as moça o que precisa fazê com as criança pequena". "Até parece que eis pensa que a gente que é pobre num sabe criá os fio e fica dano conseio prá s muié casada que já criô muito fio". A moça da "sociedade vem na casa da gente vê se a ropa tá lavada direito, se tem asseio na casa, se traiz as coisa limpa, se cuida bem das criança, como se pobre fosse sujo e num subesse fazê as coisa direito."

Se não seguem os conselhos da "moça da sociedade", esta "passa esculacho, a gente fica cum vergonha e ela corta a compra", como relatava uma mulher, referindo-se à ameaça constante que a instituição fazia em relação às famílias dependentes. De outro lado, muitas delas afirmavam que "as católicas num sabe que quem tem muita criança prá oiá nem sobra tempo prá nada, prá deixá tudo como elas qué, só se pegá as criança e amarrá no mato. Elas num entende a pobreza, só qué ajudá gente que mora debaixo das ponte e das árvore."

Esta ajuda institucional é prestada com o fim de inculcar novos modelos de comportamento centrados na ordenação das atividades domésticas e na prática de cuidados com os filhos. As insuficiências salariais, ou mesmo o desemprego, geralmente são vistos pelos agentes privados e públicos como displicência individual, que geram a dependência, podendo ser "ne

9. "Católicas" ou "Sociedade" são termos empregados para designar as pessoas que atendem ao público junto à instituição Joana Elizabeth.

lhoradas" mediante o esforço individual e a divulgação que alguns destes agentes fazem a respeito do trabalho individual remunerado como a alternativa que "soluciona" o problema de quem é considerado "pobre". Este discurso é muito pró-rio daqueles agentes institucionais "de caridade", que distribuem alimentos às famílias.

Diante às insuficiências salariais, algumas famílias, principalmente as "não muito pobres", dependem da ajuda de parentes consanguíneos e afins, não residentes na "Popular", e que estão "melhor de vida". Geralmente visam obter dinheiro complementar ao salário que ganham e que se destinam à "compra de mercadoria" ou ao pagamento das prestações da moradia. Da mesma forma, entre as "bem de vida" encontravam-se suas famílias recebendo a ajuda do pai, que era proprietário do imóvel; as casas encontravam-se no nome dele, sendo ele responsável pelo pagamento do "aluguel". No entanto, pôde-se observar que uma das mulheres "bem de vida" prestava a "ajuda" com dinheiro, pois nãois pró aluguel da mãe, que morava na Vila Brasileira.

Pela combinação da rede de relações pessoais interna e externa à "Popular", institucional e informal dos parentes e "conhecidos", as diferentes categorias de famílias obtinham a "ajuda" para complementar o seu abastecimento e auxiliá-las nos seus momentos de crise.

Os "pobres" recebem "de graça" frutas e verduras dos "conhecidos" ("pobrezinho", não proprietário, que mora nos sítios), trocando com estes favores e "ajuda" pelo trabalho realizado através do diário das compras e da limpeza que decorrer do mês de maio de 1973, houve referências aos "pobres". Ao investigá-los, notou-se que as mulheres costumam fazer visitas a essas famílias nos sábados e domingos, para ajudar assim ganhar frutas e verduras para o abastecimento das famílias.

6. Plantas e criações nos quintais.

Além das formas tradicionais de produção, as famílias

aquisição da "comida", há ainda a considerar outras fontes de obtenção, ou seja, a produzida no espaço doméstico, com o cultivo de verduras, frutas e ervas.

A "economia" representada pela possibilidade de deixar de comprar o que é vendido pelos "verdureiros", na realidade exige o dispêndio de energia e gastos adicionais, o que talvez explique porque entre as famílias observadas eram as "não muito pobre" e as "bem de vida", que com freqüência plantavam, e criavam aves e animais domésticos para o consumo (frango e coelho). Os "pobre" raramente tinham horta ou criavam animais, "só um pezinho de machuca", ou "um canteiro de couve", "umas plantinha prá fazê chá prá criança bebê quando tá doente".

A maioria das plantas dos quintais constituía-se de "verduras" (couve, machuca, abóbora), frutas (banana, mexerica, mamão, laranja, limão e abacate), plantas ornamentais (flores, "folhagens", rosários), "temperos" (cebolinha, salsinha, "manjerona", cheiro verde, hortelã e manjeriço) e as ervas das quais eram feitos os chás. Entre estas últimas observava-se uma grande variedade. As mulheres diziam tê-las plantadas em casa para "uma precisão", isto é, quando alguém ficasse doente em casa. Assim, estas ervas eram empregadas como "remédio" nas doenças, geralmente das crianças. As mulheres revelavam um saber a respeito de cada uma das ervas plantadas, indicando as situações ("casos de doenças") que mereciam o emprego do chá. Eram elas empregadas, principalmente, nas "doenças" que não requeriam logo de imediato o médico, entre elas as das crianças ("dor de barriga", "intestino preso", "cólica", "disintéria", "vômitos", "dor de estômago", "lunbriga", "enfriado", "gripe", "bronquite", "peito chiano", "tosse", "dor de garganta", "febre", "nervoso", "grossoiro na pele") e dos adultos ("dor de rim", "tosse", "gripe", "cólica", "dor do estômago", "do fígado") (4).

Estas ervas plantadas nos quintais nunca eram adquiridas no mercado, mas integravam o sistema de trocas. As

mulheres davam umas às outras "mudas" destas plantas, juntamente transmitindo a sua prescrição e utilidade. Circula, pois, nestas relações, um acervo de conhecimento e saber popular a respeito do uso medicinal das ervas. A difusão deste saber também se faz através de outras fontes de prestação de serviços e "ajuda", cujos canais são os "benzedores", aos quais esta população recorre nos seus casos de doença (5). As "virtudes", na expressão de Turner (1974)¹⁰, possuídas pelas ervas medicinais, bem como a sua eficácia, mereceriam um estudo à parte, que envolvesse inclusive os próprios "benzedores", o que no entanto fugiu aos propósitos desta investigação.

O caráter não comercial atribuído a estes "remédios" produzidos no espaço doméstico fica evidente quando uma das mulheres criticamente afirmava que "aqui na cidade é tudo a dinheiro, até limão prá remédio a gente tem de comprar."

Muitas verduras e frutas também eram enviadas de "presente" àquelas vizinhas com as quais se tinha amizade. Não raro diziam que "é costume da gente reparti o que tem em casa com os outro." Nesta forma de redistribuição não importa apenas o que materialmente é distribuído, mas o que ocorre nas relações sociais (solidariedade, ajuda, amizade).

Torna-se difícil computar o valor que estes produtos plantados no quintal representam no orçamento doméstico. Não se deve esquecer que esta forma de cultivar é vista como lazer e vontade de "mexê com a terra". A Noemi, que morou muito tempo na zona rural, dizia: "gosto de plantá prá lembrá a roça", o que aliás é significativo para uma população recém-migrada da zona rural, onde o lote da casa é o único pedaço de terra que possuem na cidade.

7. Os gastos domésticos e o custo de vida.

Ainda que os gastos com a alimentação sejam considerados pelos moradores os mais relevantes no orçamento do-

10. Turner (1974:71-80).

doméstico, é importante que o leitor obtenha uma visão geral da composição dos demais gastos, ainda que este trabalho tenha se baseado apenas nas despesas efetuadas num único mês (maio de 1973). Foram obtidos os gastos médios familiares, efetuados pelos "pobre", os "não muito pobre" e os "bem de vida" com a casa, gás, água, luz, "comida", "prestações" (roupas, calçados, eletrodomésticos, mobiliário, empréstimos bancários, artigos de cama e mesa) e outros (os quais incluem transportes, medicamentos, material de limpeza doméstica, material escolar, higiene pessoal, recreação). Não houve nesta investigação preocupação detalhada com os itens do orçamento doméstico não relacionados à "comida", ainda que os dados descritos na Tabela 11A indiquem sucintamente a média dos gastos realizados pelos diferentes estratos no mês considerado.¹¹

Um breve comentário a respeito dos vários itens do consumo constantes na tabela mencionada seria que as famílias "pobre" gastam maiores proporções do seu orçamento em "comida" (quase 60,0% da renda média familiar), em casa (17,0%), água, luz e gás (9,0%), restando uma parcela reduzida dos rendimentos médios familiares para as "prestações" (4,0%) e para outros gastos (14,0%). As "prestações", quando existentes, estão restritas principalmente ao pagamento do aparelho de rádio.

No dizer de uma das entrevistadas, "nunca fui numa loja aqui, nem roupa prá í na missa eu tenho". A grande maioria destas famílias fica na dependência dos "panhos" de roupas e calçados. Entretanto, idealizam comprar televisão, adquirir roupas, televisão e geladeira.

Os "pobre" dependem da "caixa do grupo" para obtenção de material escolar, do Centro de Saúde e da Prefeitura para obter remédios, consultas e leite "de graça" das "católicas" para obter "comida". Poucos deles saem de casa para passeio. O dinheiro do transporte é "contado", para o marido ir ao serviço. A mulher vai à cidade a pé, para evitar o gasto com o transporte. Caso os filhos eventualmente queiram divertir-se na piscina da Prefeitura, também vão a pé. quando

11. Consulte a Tabela 11A no anexo 2.

do não está fazendo "horas extras", só pode "jogá bola" ou "pescá".

Este grupo de famílias está constantemente endividado, devendo tanto para o "dono do armazém", como para a COHAB, sendo, portanto, vulnerável à perda do crédito que o comerciante, "de favor", concede e à perda da casa, isto é, "a ajuda" prestada pelo "governo".

Para as famílias "pobre" as alternativas de consumo, por definição, já se encontram aquém do mínimo de subsistência. Isto porque na maioria das vezes seus chefes recebem o salário mínimo para manter uma família com um elevado número de dependentes. Este mesmo salário é previsto para a subsistência de um trabalhador e não de sua família (6).

A dependência do crédito e o endividamento crescente, como é óbvio, relaciona-se à incapacidade financeira destas famílias e, de outro lado, ao aumento constante do custo de vida em relação aos salários reais, o que obriga estas famílias a reduzir cada vez mais o seu nível de consumo.

O Epitácio, entre muitos outros que vivem "do salário", explicava esta condição nos seguintes termos "quem ganha bem pode comprá, quem ganha pouco passa fome, porque antes do governo aumentá o salário as coisa já aumentô, e quando chega o salário já num dá mais, prá dá, tem que trabalhá dia e noite."

Os "não muito pobre", proporcionalmente em relação aos "pobre", gastavam menores proporções de suas rendas familiares na comida (pouco mais de 50,0%), na casa (10,0%), água, luz e gás (6,0%). As "prestações", geralmente relativas à compra de móveis, televisão, geladeira, máquina de costura, vestuário, artigos de cama e mesa, somavam 11,0%. Os "empréstimos" em dinheiro realizados por esse grupo de famílias são os obtidos junto aos "parentes", para cobrir despesas com medicamentos e doenças. Eles representam, no conjunto das demais despesas, 3,0% dos rendimentos médios familiares. No geral, efetuavam o pagamento da casa com atraso, tendo assim que

pagar "murta", o que equivale a um acréscimo de R\$ 16,00 mensais. Neste grupo havia famílias com um atraso de quatro a cinco meses no pagamento da "prestação da casa".

Da mesma forma que os "pobre", os "bem de vida" não muito "pobre" valem-se do Centro de Saúde ou do Pronto Socorro Municipal para obter consultas, remédios, ainda que nem todas estas famílias obtivessem leite "de graça". Referem gastos com dentista particular e com medicamentos, efetuados na farmácia. Valem-se do Sindicato para a obtenção de material escolar para as crianças, não sendo incluídos na caixa escolar do grupo local porque "deixa prós outro que precisa mais". Ainda que muitas entrevistadas pertencentes a este grupo mencionassem valer-se do ônibus para ir à cidade ou a Campinas, ao ILLS, e visitar alguns parentes aos domingos, outras diziam andar sempre a pé para economizar.

Mesmo dispondo de mais dinheiro que os "pobre", este grupo de famílias queixava-se do "custo de vida" e muitas das mulheres afirmavam que "com a subida dos preço tem que economizá". Para uma delas, "a força do pobre anda fôrça", para outra, "a força do povo anda pôca e se o governo sum dé um jeito num sei onde vai pará". Diante do aumento dos preços, uma outra entrevistada dizia economizar, deixando "de comprá coisa supérflua, diminui a prestação, deixa a televisão estragada, mais num posso deixá de comprá pão e leite prós crianças".

A preocupação com o mobiliário e o estado da casa e a idealização de adquirir o que é novo persiste constantemente nestas famílias, associada ao fato de querer reformar a casa, vestir melhor e "comprá essas coisa que tem na supermercado", principalmente os produtos industrializados.

Os "bem de vida" gastam menores porcentões dos seus rendimentos familiares em alimentação (27,0%), na casa (7,0%), em água, luz e gás (5,0%), em relação aos demais grupos, no entanto, gastam mais em luz (montante absoluto), pois têm maior número de eletrodomésticos em casa (rádio, aparelho de som, chuveiro, televisão, ferro elétrico, geladeira, liquidificador e

às vezes máquina de lavar roupas). Gastam também mais que os outros grupos nas prestações (quase 15,0%), que são efetuadas para cobrir gastos com vestuário, calçado, mobiliário, colchas, tapetes, cortinas, eletrodomésticos e até com o automóvel. Salta-se que três destas famílias possuíam veículo próprios ainda não quitados.

Os empréstimos em dinheiro, realizados em agências bancárias e junto à Cooperativa da Rhodia, somente foram efetuados por duas famílias deste grupo. O dinheiro obtido destinava-se à reforma da casa ou à realização de festa de casamento da filha. Uma das famílias deste grupo idealizava realizar empréstimo junto ao Sindicato para adquirir automóvel (aspiração do marido) ou para reformar a casa (aspiração da mulher).

Dispõe este grupo de famílias de maior montante de dinheiro (43,0%) para gastar nas demais despesas. Entre elas eram mencionados: gasolina para o automóvel, diversamentos, gastos com dentista e médico particular¹². Quanto à utilização dos serviços de saúde, valem-se ainda do Centro de Saúde e do Pronto Socorro Municipal. Com maior frequência que os demais grupos, as pessoas deste grupo afirmavam valer-se do ônibus para ir à cidade, raramente indo a pé, o que implicava em maiores gastos com transporte. Gastos com farmácias eram constantes e algumas destas famílias dispunham de crédito junto às farmácias locais.

No dizer de uma entrevistada, "graças a Deus nós num tá atrasado com a prestação da casa", outra ainda dizia "nóis num tem dívida, a vida dá prá í levano, se fôr ajuda mais guardá num dá não, nós veve com economia prá ía tê pronta das coisa."

As diferenças no consumo desses três grupos de famílias está relacionado ao montante de rendimento familiar-

12. Uma das famílias deste grupo era associada de uma Cooperativa de Serviços Médicos e Dentários particular com sede em Paulínia. Mencionava a mulher preferir "o médico particular prá num tê que pegá fila no INPS."

homens mais frequentemente queixavam-se do aumento dos preços e da escassez dos seus salários para manter a casa.

Vejamos o que homens e mulheres faziam a respeito do custo de vida.

A Noemi, que mora numa casa "geminação", dizia:

"Tá tudo difícil, mais caro, se num ganha bem, já viu. Tá fartano óleo, num tem toicinho, banha nem nada, precisei até pedir da vizinha. Agora tô cozinhando com um pôco de óleo e banha. O toicinho tá custano doze e quinhento o quilo e o óleo tá a sete cruzero a lata, óleo sorto tá a cinco o litro e tá difícil achá, tem que ficá na fila. Teve gente que até comia cozido na água, fazia arroz doce prá criança. São umas muie que trabaia na Petrobrás e num tem tempo de buscá. Outro dia vi falá na televisão que vai fartá o leite, vai prá dois cruzero nos bar. Prá falá a verdade num sei onde vai pará isso não, o povo tá tudo reclamano."

O João, que é pedreiro, cuja família está "bem de vida" porque os filhos "ajuda", também mencionava:

"Agora tá fartano banha, ela tá cara. Comprava da banha do Rio Grande do Sul que é pura e boa, ela tava custano sete cruzero, agora tá dezesseis e cinquenta. A carne nem se fala, tá cara, a gente compra só um quilo por semana, e de segunda. Agora com a subida dos preço nem isso a gente compra e tem que fazê economia, deixei de comprá carne e economizo na banha. A pobreza desse jeito vai ficá pió ainda. Pobreza sempre teve e rico também, mais a vida sempre foi ruim pró pobre e nunca pró rico. O custo de vida anda aumentano muito, a pobreza desse jeito, num sei o que vai acontecê. O governo tem que tabelá os preço, senão a pobreza num aguenta mais. Um pacote de banha custava, no ano passado, três e cinquenta, hoje custa dezesseis e cinquenta, como falei prá senhora, e uma pessoa ganha dez cruzero por dia, quem ganha salário num dá. Outro dia, fui no bar e o dono falava que os peão tem dinheiro, bebe cerveja, mas só eles bebe, porque os outro vai comprá meio quilo de banha e num pode bebê cerveja. Eu acho, que as coisa sobe tanto porque num planta mais. Antes tinha lavoura, produzia bastante, hoje tem que comprá tudo e ninguém planta mais. Quando eu morava no roça tinha fartura de arroz, feijão, carne. Hoje, num tem fartura de mais nada. Antes tinha crédito, a gente ficava às veiz apertado por causa de doença, mais ia no armazém e mandava marcá e aí quando so-

dia pagava. Hoje num tem crédito, é tudo a dinheiro. Outro dia discuti com o vice-prefeito, ele falô que o povo daqui tava bom porque tinha emprego, mas eu falei prá ele que a vida num tava boa não, tinha em prego, mas o povo não ganhava bem e os preço tão aumentando sempre. Antes tinha fartura, mais tinha muitos mendigo pedindo na rua, hoje num tem mendigo, eis só anda com atestado de pobreza e doença."

O Joaquim sustenta a mulher e o filho, "ganha bem" e é sindicalizado, reclamava:

"Tuxa vida, a coisa num anda boa não, o custo de vida subiu tanto, ouvi dizê que o arroz vai custá cinco cruzeiros e agora custa dois e cinquenta. O óleo tá fartano, eu aqui em casa compro duas lata por mês e mais a banha, mas quem cozinha com óleo tá so freno. O pior é que os comerciante dos armazém explora o povo e a gente vai lá e compra óleo a sete, oito cruzeiro. No supermercado controla a quantidade que vende, é só uma lata prá cada um e o povo reclama. Na segunda guerra mundial fartô açúcar, farinha, gasolina, mais agora porque estourô a guerra no Vietnã ou nos árabes, então subiu o preço da gasolina e agora tá tudo caro. Quem ganha salário que subiu no primeiro de maio (16,0%), tá perdido, vai morrê de fome, pois a gasolina vai subí 30,0%. Os comerciante fala que é por causa do preço da gasolina e do frete que os preço subiu, mais o governo tem culpa, mais num se pode reclamá, senão vai prô xadrez e o pobre vai morrê de fome. Agora o governo tabelô o preço do óleo e os comerciante tinha escondido o produto e agora sortu. O povo tá reclamano memo, mais para a senhora (referindo-se à minha pessoa) num tá nada apertado não, não é? A senhora é do governo e a coisa tá boa prá senhora, mas quem ganha salário tira um e trinta a hora, ou ainda ganho seis e quarenta, pago as conta e assim memo pago apertado, e então, quem ganha salário? Vai morrê de fome."

Os relatos sucedem-se, indicando reclamações frequentes em relação ao custo de vida e ao aumento dos preços, não somente do produto em "crise", mas em quase todos os alimentos que esta população adquire, levando-a à percepção de que o que encarece mais é a alimentação. Isto tem sua razão de ser, pois os gastos com alimentos assumem grandes proporções no orçamento doméstico da maioria destes moradores; além do mais, ela é básica para a sobrevivência. À medida em que esta sobrevivência é afetada, não só pelos salários que ganham,

mas também pelo aumento do custo de vida que sobe desproporcionalmente aos salários, permanece na consciência dos moradores a sua incapacidade de, como "pobres", poder prover a sua sobrevivência, arriscando-se a passar fome, vendo a si mesmos num processo de depauperização crescente, impossibilitados de consumir mais e vir a ganhar maiores salários.

Isto tem a sua razão de ser, especialmente quando se sabe que após 64 assiste-se, no país, ao controle salarial, ao lado do cerceamento da atividade sindical, o que limita sobremaneira a participação dos sindicatos na defesa dos interesses dos assalariados. De outro lado, impossibilitados de consumir mais, são reduzidas as suas expectativas de mobilidade social e de participação na sociedade industrial.

O governo, entidade abstrata, é personificado nas pessoas que ocupam posições junto à Prefeitura local, ou em empregos públicos; é visto pelos moradores como o responsável pelo aumento dos preços, ou quem pode controlá-los e tabelá-los. Permanece, entretanto, uma visão coercitiva do próprio governo, que pode acionar certos mecanismos policiais, caso estas "reclamações" manifestem-se coletivamente. Como muitas vezes fui identificada como "gente do governo", os moradores mostravam-se frequentemente reservados para expressar suas opiniões a respeito do custo de vida, o que foi possível obter com maior fluência do seu discurso nas fases mais adiantadas desta investigação, quando aquela imagem inicial deixou de existir.

Este dado, no entanto, é significativo, pois nas recusas às entrevistas "o governo" era também mencionado como o responsável pelo aumento do custo de vida. Neste sentido, frequentemente perguntava-se "prá que o governo qué que é como pobre come si num vai dá jeito nemo". Novamente a entidade "governo" era identificada com indivíduos vistos como seus representantes, que, ao ver dos entrevistados, eram detentores de autoridade e poder para representá-los e "solucioná" a sua situação, já que estavam desprovidos dos seus canais legais reivindicatórios. Ao lado do "governo" era também visto o "povo" como

ponsíveis pelo aumento dos preços, os comerciantes, ora roben do "mercadoria", escondendo-a e manipulando os seus preços pa ra obterem lucros.

A impossibilidade de consumir mais revela-se concretamente como um possível elemento potencial de ações rei vindicatórias, ainda que essas possam escapar às ações de controle oficial. No caso da "Popular" este potencial foi visto através das "reclamações", que não deixam de ser formas latentes de protesto diante das condições de vida em que os moradores vivem. Elas revelam a consciência da própria depauperização e miséria (7).

NOTAS DO CAPÍTULO III

(1) Verificados os preços de alguns gêneros alimentícios, assinalados pelos informantes, entre os de "maior necessidade". Comparando os preços dos produtos vendidos nos armazéns com aqueles do supermercado local, conclui-se que o supermercado efetivamente vende mais barato.

TABELA 10 - Preços unitários de algumas "mercadorias" vendidas pelos armazéns e supermercado, no mês de maio de 1973.

MERCADORIAS	LOCAIS	ARMAZÉM ¹ (CR\$)	SUPERMERCADO (CR\$)
Arroz		3,00	3,30
Feijão		5,99	5,60
Macarrão		2,20	2,10
Pó de café		7,75	7,15
Óleo		3,63	2,89
Batata		2,10	2,00
Sardinha (lata 250 g.)		2,33	2,50

1. Considerou-se os preços médios unitários dos produtos vendidos nos diferentes armazéns locais.

(2) O Departamento Intersindical de Estatísticas (1974:6-8) ao apresentar os resultados da investigação a respeito do consumo alimentar de 1062 famílias assalariadas paulistas (julho/69 a junho/70) indica as suas fontes de abastecimento alimentar da seguinte forma: "o armazém ainda é a principal fonte de abastecimento dos gêneros alimentícios do trabalhador da cidade de São Paulo" onde são adquiridos (em primeiro lugar) os "cereais" (38,1%), massas e farinhas (36,8%), gorduras e condimentos (32,3%), artigos de sobremesa (33,5%) e em segundo lugar: leite e derivados (25,0%),

bebidas (29,5%), aves e ovos (13,8%)..." "[...] O local de compra mais importante, imediatamente após o armazém é a feira, onde são adquiridos em primeiro lugar: verduras (76,4%), frutas (80,4%), peixes (62,9%), aves e ovos (42,4%), em segundo lugar: gordura e condimentos (22,7%), artigos de sobremesa (27,9%), cereais (13,9%), massas e farinhas (14,8%)." "[...] Finalmente cumpre acentuar a posição desfavorável do supermercado, que apesar de maciça propaganda que faz, não consegue ainda atrair a maior parcela das compras de gêneros alimentícios, pelo menos no que diz respeito à classe trabalhadora". "[...] No supermercado são adquiridas as carnes e derivados."

- (3) Alguns autores tem empregado "social network" (rede de relações sociais) com propósitos técnicos para detectar as ligações entre pessoas e vê-las como estão elas integradas. Esta é a perspectiva de Nadel, citado por Mitchell (1971:5). Outros autores (Barnes, 1954, Bott, 1957) tem utilizado o "social network" com propósitos analíticos. Para uma visão mais completa do tema consulte-se Mitchell (1971:1-50). Em tese de mestrado recentemente defendida Vergolino e Silva (1976:126) emprega este procedimento para analisar as "trocas" entre os membros de uma Federação Umbandista da cidade de Belém.
- (4) Na observação dos quintais das casas dos moradores, procurava-se indagar a respeito das ervas medicinais, solicitando-se a eles que mencionassem a sua utilidade. Assim pode-se obter uma relação das principais ervas com as quais fazia-se chás, utilizado como "remédio" quando alguma pessoa sentia-se doente.

Nome da planta indicado pelos informantes	Denominação científica	Para que serve?
"arruda"	Ruta graveolens	"prá acalmá lumbri-ga das criança"

(Continuação)

"alho"	Allium Sativum	"prá curá resfriado"
"barço"	-	"serve prá passá a grosseira da pele"
"boldo" ou "boldo do chile"	Peumus boldas	"é bão fazê chá prá dor de barriga das criança".
"canela"	Cinnamomum zeylanicum	"prá febre, resfriado chiadeira no peito"
"camomila"	Arthemis nobilis	"prá quando tá resfriado e com febre"
"erva cideira"	Mellissa officinalis	"prás lumbrigas", "resfriado", "tosse" e "nervoso"
"erva doce"	Foeniculum vulgare	"bão prá dor de barriga", "intestino preso" e "febre".
"erva de Santa Maria"	Chenopodium ambrosioides	"prás lumbriga"
"folha de laranja"	Citrus aurantium	"dor de barriga nas criança"
"hortelã"	Mentha viridis	"dor de barriga, vômito" e "tosse"
"losna"	Artemisia absinthium	"prô fígado"
"lirãõ"	Citrus medicus	"prá gripe e resfriado"
"marcelinha"	Achyrocline satureoides	"quando a criança tá vomitando"
"poejo"	Mentha pulegium	"tosse, peito chiano"

Destas plantas são feitos "chás", e algumas delas são misturadas umas com as outras de forma a obter infusões que são também ingeridas. Entre essas estão: arruda com erva-doce e poejo utilizados para desintéria das crianças; hortelã e marcelinha, cujo emprego é para "dor de barriga"; erva-doce e camomila utilizados para "febre" e "resfriado"; marcelinha e canela para

"vômitos" e "dor de garganta"; hortelã e sal "bão prá febre"; hortelã e losna para "desintéria".

- (5) Mediante observações realizadas pode-se detectar que os moradores da "Popular" consultavam "benzedores", ao mesmo tempo que "o médico", "o farmacêutico". Somente no bairro pode-se observar quatro "benzedores", entre estes "espíritas" que diziam frequentar o "centro", mas davam consultas em suas próprias casas. Um breve levantamento preliminar a respeito dos "benzedores" existentes na cidade de Paulínia (1974), obtido através de informantes pode-se arrolar quinze deles.
- (6) O Decreto Lei nº 399 de 30/4/38 que instituiu o salário-mínimo legal no Brasil previa no seu valor a ração - mínima essencial mensal prevista somente para um adulto de 25 anos de idade. A composição desta ração era a seguinte:

Carne bovina fresca...	6.00 kg.
Banha e toucinho.....	0.75 g.
Leite fresco "in natura"	7.50 l.
Farinha de trigo.....	1,50 kg.
Manteiga.....	0,75 g.
Açúcar.....	3.00 kg.
Café em pó.....	0,60 g.
Arroz.....	3,00 kg.
Batata.....	6.00 kg.
Feijão.....	4.50 kg.
Pão.....	6.00 kg.
Banana.....	7.50 kg.
Tomate.....	9.00 kg.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (1975:7) comparando o comportamento da ração essencial mínima no período de dezembro de 1970 a dezembro de 1974 comprovou que os assalariados paulistas, obtiveram neste período um aumento progressivo das suas horas de

trabalho para poderem consumir a ração essencial mínima. O quadro abaixo indica as proporções deste aumento em relação ao ano base dezembro/70 = 100.

ANO	HORAS TRABALHADAS
Dezembro/70	100
Dezembro/71	110
Dezembro/72	128
Dezembro/73	153
Dezembro/74	152

FONTE: DIEESE, S.T. Divulgação 1/75.

É interessante verificar que em dezembro de 73, ano em que obteve-se os dados relacionados ao consumo de alimentos entre os assalariados da "Popular" em Paulínia, os assalariados paulistas estavam incrementando as suas horas de trabalho em 53,0% em relação ao ano base para poder manter a ração-mínima. No entanto, durante o ano de 1974, esta variação sofre uma ligeira redução, ao qual o DIEESE assinala a importância do controle dos preços da carne e o abono de emergência verificado em dezembro de 1974.

Este fato já revela os efeitos da política salarial na queda do poder aquisitivo dos assalariados, tão freqüentemente mencionada nos últimos anos. Este elemento institucional que permeia o nível de consumo dos assalariados tem atingido em maiores proporções as faixas de mais baixos rendimentos.

- (7) Mais recentemente tem-se assistido ações espontâneas reivindicatórias dos trabalhadores, a exemplo dos "quebra-quebra" (Folha de São Paulo, junho 1976) e o protesto das donas-de-casa ocorrido na cidade de São Paulo (Jornal T.V. Globo, julho 1976) que indicam não só a consciência com a miséria, mas, uma forma de reivindicação fora dos canais institucionais indicando novas formas de organização e mobilização das classes trabalhadoras, onde as donas-de-casa possivelmente desempenhem um papel importante.

CAPÍTULO IV

A MESA POPULAR

1. A "comida" nas refeições

A refeição é um momento crucial da prática alimentar, que aqui foi fracionada para fins analíticos. As refeições realizadas no espaço doméstico constituem o principal foco da análise deste Capítulo, onde ainda serão feitas algumas referências às refeições realizadas fora de casa.

A análise aqui proposta será restrita basicamente às informações que as pessoas pertencentes às famílias investigadas prestaram, no decorrer de uma semana do mês de maio de 1973, a respeito da "comida" consumida nas suas refeições diárias. Foi entregue um caderno a cada família, para que uma das pessoas nele anotasse, diariamente, o que foi ingerido individualmente pelos componentes da família (crianças e adultos) em cada refeição do dia, devendo constar também os alimentos ingeridos fora dos horários das refeições e, inclusive, à noite. A estes dados estão associadas outras informações obtidas através de sucessivas entrevistas realizadas no decorrer do período desta investigação. Observações participantes a respeito desta prática foram realizadas apenas nas ocasiões em que fui convidada, por algumas famílias, para almoçar. E assim, mesmo que se optasse pela realização de observações diretas a respeito das refeições familiares, estas não ocorreriam sem que fosse explicitamente formulado um convite e, conseqüentemente, alterações significativas aconteceriam, especialmente a modificação da "comida". Isto sucedia não só pela minha eventual presença nos horários das refeições, mas decorria também da posição social que ocupo: não esperavam que eu fosse comer da mesma "comida" ingerida por eles cotidianamente. Este problema de interferência na coleta de informações foi significativo no observação do preparo da "comida" e do serviço da mulher no espaço da cozinha. Esta é uma área privativa de casa, à qual muito raramente tive acesso, a não ser quando a mulher já possuía maior familiaridade comigo, permitindo que ali penetrasse.

Estes fatos significativos, ocorridos neste investigação, permitiram que fossem feitas observações partici-

pantes a respeito das refeições para convidados, que serão desenvolvidas no capítulo seguinte.

Esta dificuldade encontrada na coleta das informações no espaço doméstico tem a sua razão de ser, relacionando-se à privacidade que é mantida em torno da alimentação e, especificamente, do ato de preparar os alimentos e da refeição. O que se cozinha e o que se come desnuda aos olhos dos outros uma efetiva condição de vida, que não se quer ter revelada inteiramente.

Desta forma, permanece a limitação da observação direta a respeito da refeição, tal como ocorrida no dia a dia na casa, fato este que pode ser apontado como uma falha na coleta dos dados, mas que permanece como um problema a ser superado. Nesta pesquisa procurou-se contorná-lo pela obtenção das informações através do diário e, secundariamente, lançar mão do material complementar obtido através das entrevistas. Estas guardam a característica de uma descrição posterior, vulnerável, portanto, à maior idealização, por parte dos informantes, a respeito da prática alimentar cotidiana.

Cômo constantemente se vem empregando o termo "comida", torna-se necessário explicitar o seu significado. "Comida" possui um significado genérico, a respeito do qual os entrevistados referem "é tudo o que serve prá comê", ou seja, os alimentos em geral, que integram a dieta. O termo "comida", neste sentido genérico, tem como sinônimo o termo "alimento". Ainda que pouco empregado este último termo, era ele identificado com "comida", quando se insistia em obter a diferença entre o que era entendido por "comida" e "alimento". "Alimento", ao invés de sinônimo de "comida", é empregado para designar propriedades nutritivas de certos alimentos específicos (carne, leite, ovos, frutas, verduras) que no dizer das entrevistadas são "alimento forte, que tem vitamina".

Além do significado genérico, "comida" serve para designar as principais refeições: almoço e jantar. Como afirmava uma entrevistada: "pobre num diz armoçá, diz vomo co-

mê". Estas são as refeições consideradas de maior importância no dia, porque nelas são ingeridas "comida de sal" e "comida mais pesada" (arroz, feijão, uma mistura). Opõem-se, pois, ao "café" (café da manhã) e ao "lanche", quando se consome principalmente bebida doce ("café") suplementada basicamente pelo pão; assim, o "café" constitui uma refeição na qual se come "uma coisa mais leve".

O termo "comida" designa ainda o que é ingerido nas refeições. Trata-se, pois, de um conjunto de alimentos que estão ordenados em dois subconjuntos distintos: "comida" e "mistura". "Comida" passa a referir-se especificamente a arroz, feijão e, às vezes, são compreendidos como tal o macarrão e a polenta. A "comida" tem como complemento as "misturas" (carnes, verduras, ovos, mandioca, batata, sendo também incluídos entre essas o macarrão e a polenta). Pode-se ainda inferir as "não comida" (doces, bebidas, frutas).

Decompondo-se a categoria "comida", vê-se que os alimentos constantes são o arroz e o feijão, sendo que o arroz é considerado complemento necessário do feijão e vice-versa. Afirmam as mulheres que "tendo um, o outro num pode fartá". A presença do macarrão e da polenta nesta categoria é ambígua, pois ambos são também "mistura". Macarrão e polenta podem ser preparados sem "molho" e, nesta forma, são designados como "branco" (a). Sob esta forma são ingeridos, nas refeições cotidianas, como "mistura". Contrariamente, nas refeições não cotidianas são acompanhados com o "molho" (de carne, massa de tomate e "temperos"), constituindo "comidas" mais elaboradas.

Entre as "misturas", a mais importante é a carne, considerada "forte", "tem vitamina", "de substância"; no entanto é a mais cara e a menos adquirida. Várias são as categorias de carne (peixe, frango, linguça, porco, carne seca e "conservas"). Quanto às verduras, as mais utilizadas são as de "folha" (alface, couve) e outras "comum" (chuchu, abóbora, tomate, batata, mandioca). Os ovos constituem substitutos da carne, sendo apreciados como "mistura" por serem "forte" e "de

substância".

A "mistura" é sempre complementar à "comida", variando no seu conteúdo, conforme as disponibilidades econômicas dos diferentes estratos de famílias. Esta variação existe em termos de qualidade e quantidade consumidas. Essas categorias de famílias adotam diferentes esquemas substitutivos de "misturas", que serão analisados no decorrer deste capítulo. De outro lado, a variação da "mistura" prende-se ao fato de serem as refeições cotidianas ou não cotidianas.

Variações conjuntas da "comida" e de "mistura", ou somente da "mistura" ocorrem por ocasião das refeições não cotidianas na forma como são elas preparadas, tornando-se mais elaboradas e modificadas na aparência e no paladar.

A utilização do sal ou do açúcar entre os ingredientes que compõem as "comidas" separa-as ainda em "salgadas" e "doces". "Comida" e "mistura", que compõem as principais refeições, são "comidas de sal". Os doces ("feito em casa" ou "comprado pronto"), os "mingaus" (de farinha, leite e açúcar), as "bebidas" (café, leite, chá), adoçadas com açúcar, os refrigerantes (fanta, coca-cola, guaraná), são mencionados como não sendo "comida" e não integram as refeições "de sal" (almoço e jantar). Fazem parte das refeições secundárias ("café da manhã", "lanches"). São também ingeridos "fora de hora", nos intervalos entre as refeições, como "besteira que as crianças pedem" (especialmente doces e refrigerantes). Esta conceituação relaciona-se ao valor nutritivo atribuído pelos moradores às "comida" e às "não comida", afirmando eles que as primeiras "sustentam" mais.

As "bebidas" alcoólicas (pinga, cerveja, vinho, champanhe), ora ingeridas fora de casa, no bar (pinga e cerveja), ora acompanhando as refeições não cotidianas e as festivas (pinga), são preferidas pelos homens.

As "frutas" não são consideradas "comida", mas

são vistas como sendo as "besteira que as crianças pede", integrando, com os doces, a sobremesa ("coisa de rico"), aparecendo somente nas refeições não cotidianas. Esporadicamente as frutas fazem parte dos "lanches" ou são ingeridas, na maioria das vezes, "fora de hora".

Vê-se pelas considerações tecidas ao torno da "comida" que ela não é meramente um termo, mas apresenta significados contextuais diferentes, cuja explicitação foi necessária para oferecer maior entendimento ao leitor, pois no decorrer deste capítulo serão empregados esses termos. "Comida" e "mistura" não são meros termos, mas categorias significativas na prática alimentar dos sujeitos observados. De "mercadoria", "compra" no momento da aquisição, reordenam-se em "comida" e "mistura" no momento das refeições.

Com freqüência vem sendo empregado o termo refeição, tornando-se necessário esclarecer o seu significado. As entrevistadas raramente empregam este termo para designar o ato de alimentar-se. Referem-se às refeições como sendo "comida", e neste sentido, como ficou evidente, às "comidas de sal". Alternativamente referem-se também ao "café", "arroz", "lanche" e "janta", que são servidos em certos horários do dia.

A cronologia diária tem um significado na distribuição das refeições do dia, porque orienta a divisão do tempo pelas diferentes atividades cotidianas, tempo este que se relaciona com o horário de trabalho, atividade de grande importância para esta população trabalhadora, consumindo, na realidade, a maior parte dos tempos individuais no decorrer dos dias. É dentro desta cronologia que se estabelece uma orientação para as quantidades e tipos de alimentos adequados para certos horários e determinadas refeições. Estas, por sua vez, não são de igual importância num mesmo dia, entre os diferentes dias da semana e nos diferentes dias do ano.

Esta mesma divisão do tempo tem importância na diferenciação das "comidas" e "misturas" nas refeições, à medida em que elas passam a ser comemorações festivas de datas de

cunho religioso e social (Natal, Ano Novo), de comemorações familiares como casamentos, batizados e aniversários. Ainda que desprovidas daquele caráter festivo, as refeições no domingo também diferem das realizadas no decorrer dos demais dias da semana.

Esta diferenciação temporal relacionada à realização da refeição e ao seu conteúdo é que conduz à distinção entre refeições cotidianas e não cotidianas. Assim, as primeiras são aquelas que ocorrem no decorrer dos dias da semana (de segunda a sábado), sem que haja nestes dias qualquer uma das ocorrências anteriormente mencionadas. As não cotidianas incluem as refeições do domingo e aquelas destinadas às comemorações de datas festivas coletivas e individuais. Nestas ocasiões, podem ou não participar das refeições, além das pessoas da família residentes na mesma casa, outras pessoas (parentes, amigos) que entram na categoria de convidados.

Dado que a refeição modifica-se também pela presença de convidados, independentemente de alguma ocorrência festiva, definida mais pela natureza das relações sociais estabelecidas entre "os de casa" e "os de fora", trazendo como resultante a modificação das "comidas" e "misturas", esta situação será considerada como integrante das refeições não cotidianas.

As refeições cotidianas são também aquelas que, além de serem realizadas no decorrer dos dias da semana, destinam-se apenas às pessoas da família, constituindo, assim, a "endo-cozinha" assinalada por Levi-Strauss (1968¹), ou seja, "feita para o uso íntimo e destinada a um grupo fechado". Nesta forma, a refeição não cotidiana, ainda que possa manter o caráter de "endo-cozinha" em algumas situações, na realidade define-se mais pela "exo-cozinha", ainda no dizer daquele autor, "aquela que é oferecida a convidados".

1- Levi-Strauss, (1968 :20)

O conteúdo e a variação do cardápio das refeições cotidianas das famílias "pobre", "não muito pobre" e "bem de vida", também serão tratados neste Capítulo. Como existem variações relacionadas à idade quanto ao conteúdo, horários e mesmo ao preparo dos alimentos, estes serão vistas num tópico sobre a "comida" para as "crianças pequenas". O fecho deste Capítulo é feito com o estudo das valorações atribuídas às "comidas" através das categorias expressas pelos indivíduos e que não estão desvinculadas de todo de suas práticas existenciais. Neste sentido, avança-se uma perspectiva, pois o valor não se restringe aos alimentos em si mesmos, mas está relacionado às próprias condições de vida dos indivíduos.

2. As refeições cotidianas

No dia a dia, as famílias realizam, basicamente, três refeições, conforme as palavras das entrevistadas: o "café", ingerido individualmente pela manhã, entre seis e sete horas, o "armoço", preparado para as pessoas da família, ingerido entre onze e doze horas pelos que se encontram na casa ou por aqueles que chegam do serviço, e a "janta", também preparada para todas as pessoas da família, que é servida entre dezoto e dezenove horas.

Nos intervalos entre estas refeições, há, habitualmente, os "lanches", feitos pelas crianças que se encontram na escola ou pelas pessoas que trabalham, nos seus próprios locais de trabalho, e, às vezes, pelas mulheres que permanecem em casa.

Independentemente das refeições propriamente ditas, por vezes as pessoas das famílias ingerem alimentos fora de hora, "uma besteira qualquer" que as crianças pedem e, mesmo entre as famílias "pobre", come-se mais amiúde "prá matá a fome".

As mais importantes refeições do dia são o "armoço" e a "janta". A primeira tem horário relativamente elásti

co devido ao trabalho, fora de casa, dos homens ou das mulheres, e até mesmo pelos horários das crianças que estão na escola. A regularidade dos horários é mais frequente em relação ao "café", ingerido pelos homens antes de deixarem a casa para o trabalho, ou quando chegam pela manhã em casa, após o trabalho de noite na fábrica, pelas mulheres que ficam em casa, por aquelas que saem para trabalhar, pelas crianças que vão à escola ou que permanecem em casa com as mães. Às vezes são os homens que preparam o "café", outras vezes são as mulheres que levantam mais cedo e preparam, juntamente, o "café" e o "armoço" para o marido levar na "marmitta" para o serviço.

Do "armoço" participam mais as mulheres que permanecem no lar e as crianças que chegam da escola. A maioria dos homens que trabalham estão ausentes para o almoço; os que trabalham nas firmas construtoras não têm possibilidade de retornar, pois além de ficarem distantes da "Popular", as firmas construtoras não fornecem transportes coletivos para os seus empregados. Esses trabalhadores levam a "marmitta" ou o "cardi-rão" preparados bem cedo pela mulher e, nos seus locais de trabalho, almoçam a comida fria ou "requeitada". As crianças e as mulheres, que nos períodos de safra trabalham na zona rural, levam as suas "marmittas" para o serviço.

Muitas vezes os homens queixavam-se de ter que comer "comida fria" ou "requeitada" no local de trabalho, alegando que "faz mal"; outros eram indiferentes a isto, embora não achassem agradável comer desta forma. Alguns deles, que trabalhavam junto aos fornos, valiam-se do calor destes para aquecer suas "marmittas". Outros, que trabalhavam no centro da cidade, recebiam, às vezes, "marmittas" que as mulheres levavam ao seu local de trabalho.

Os homens que trabalhavam nas firmas maiores que fornecem transportes coletivos aos empregados, recebiam para o almoço. Se ganhavam mais, valiam-se dos restaurantes das próprias firmas.

A inconstância da presença das pessoas de profis-

lia, por ocasião da maior parte das refeições cotidianas, e as irregularidades de horários tornam quase impossível à família reunir-se para comer. Em parte, isto também ocorre por razões relacionadas ao espaço da cozinha, que obedece ao padrão comum das construções das casas da "Popular", sendo de dimensões reduzidas, não proporcionando condições para que a família, mesmo que queira, se reúna. Outras vezes, são as próprias restrições financeiras que impedem que as famílias dispõemam de mobiliário suficiente, mesa por exemplo, para poder reunir as pessoas nas refeições.

Um relato de uma criança ilustra este fato: "lá em casa não tem mesa. Só tem uma pequena e meu pai e minha mãe armoça arroz-feijão. Quando tomo café, só como um pedaço de pão".

Ressaltadas estas condições materiais, além das relacionadas às inconstâncias de horários, no dia a dia as pessoas costumavam tomar as refeições, no espaço doméstico, separadamente. Frases como estas ilustram o fato: "aquí em casa cada um tira a comida na hora que qué e que vem. Tudo mundo come separado"; "os que vão prá escola chega ao meio-dia, os que trabalha chega às onze, aí nós armoça"; "os que come na mesa come na mesa, os que num cabe come na sala".

Quando o espaço permite, isto é, se as famílias dispõem de casas com maior número de cômodos (um deles servindo de sala de refeição) ou possuem cozinha amplias, as entrevistadas mencionavam reunir-se para o almoço, quando os maridos e os filhos não estão trabalhando (às vezes aos domingos). Isto ocorria mais frequentemente entre algumas famílias "não muito pobre" e outras "bem de vida". Este mesmo fato também ocorria quando, mantidas as condições de infra-estrutura material e espacial, houvesse na casa a presença de convidados (parentes e amigos) para participar das refeições. O mesmo sucedia nas ocasiões de festa (batizado, casamento, 2.ª vez no Natal e Ano Novo), quando "arrumá a mesa" de determinar que tomar, "estendê a toalha, pô bastante copo, garfo e prato na mesa" e

"servi comida mió" tornava-se necessário. Nestas últimas ocasiões, geralmente o quintal era o local utilizado para a refeição.

No dia a dia, porém, nem sempre a mesa é arrumada; cada um que chega serve-se diretamente das panelas, no fogão, indo comer à mesa, se esta existe; comem, ainda, de pé, sentados em bancos, cadeiras ou no sofá da sala. A mulher encarrega-se de servir as crianças pequenas, que habitualmente almoçam e jantam antes dos adultos. As demais crianças, chegando da escola, servem-se, também, diretamente das panelas, junto ao fogão.

a. O "Café"

Assim as entrevistadas designavam a primeira refeição do dia, preparada, entre seis e sete horas da manhã, pela mulher que levanta cedo, ou às vezes pelo marido e filhos - que trabalham, e geralmente as crianças que vão para a escola e os que saem para trabalhar ingerem apenas "um pedaço de pão ou um café preto".

Através das anotações feitas individualmente pelas pessoas das famílias investigadas, na semana já mencionada, obteve-se a Tabela 7, referente à composição do "café", mostrando as combinações de alimentos consumidos em 819 cafés da manhã, pelos indivíduos pertencentes às famílias "pobre", "não muito pobre" e "bem de vida".

Atentando-se para o quadro, vê-se que todos os grupos de famílias ingerem pela manhã o café "puro", "simples" e "preto", adoçado com açúcar. No geral, as informantes mencionavam preferir o café com "bastante açúcar", pois "o açúcar - sustenta" e, assim, os homens "aguenta mais prá trabaiá". Mesmo que fosse preparado "fraco", ou "água de batata", como diziam os "pobre" (porque o "café subiu de preço"), é preferido, especialmente pelos homens que trabalham, ao "pão puro" (porque "num sustenta"). O "café puro" é "costume", sendo assim ingerido pela manhã mais pelos "pobre" (54%), e, em menor frequên-

cia, pelos "não muito pobre" (24%). Note-se que são também os "pobre" que mais ingerem o pão "puro" (1%), o que não ocorre nos demais grupos.

Uma entrevistada da família "pobre", que raramente adquiria pão, dizia preferir, após o "café puro", o "pão puro". Em sua casa, diariamente as dez pessoas da família tinham somente "café simples"; ela dizia: "quando tem pão é bom, as crianças num fica logo cum fome". Contrariamente, entre as entrevistadas "não muito pobre" e "bem de vida" era frequente ouvir que o "pão puro num tem graça, é mió pão cum margarina e café preto". Efetivamente, os "não muito pobre", ao invés de "café puro", consomem mais o café-pão (30%), mas os "bem de vida" têm no seu cardápio o café-pão com margarina ou manteiga (24%), mais que o café e pão (11%) e o "café puro" (22%).

A presença ou ausência da margarina, associada ao pão, é um elemento diferenciador dos grupos, não só pelo fato relacionado à frequência diferenciada com que ela aparece utilizada nos diferentes estratos, mas também pelas quantidades adquiridas pelos mesmos estratos. Assim, os "pobre" consumiram, no mês investigado, 0,9 gs. "per capita" diário da margarina, os "não muito pobre" 5,0 gs. e os "bem de vida" 6,0 gs.

Observa-se na Tabela 7 que as combinações que contam com a presença do leite (café-leite; café-leite-pão; café-leite-pão-margarina e ou manteiga) integraram o cardápio dos indivíduos pertencentes às famílias "não muito pobre" (21%); somente 6% dos indivíduos "pobre" contam com a presença do leite. No que se refere às quantidades consumidas "per capita" no dia, os "pobre" consomem 74 gs., os "não muito pobre", 125 gs. e os "bem de vida", 131 gs.

Estas quantidades, que compreendem leite líquido e em pó, revelam o baixo consumo deste produto para todas as famílias, quando a quantidade recomendada é de 500 gs. por dia (1).

O "café" é o produto mais consumido pelas famílias, especialmente no café da manhã, invertendo-se as quanti-

dades "per capita" diária² ingeridas pelos diferentes grupos, pois são os "pobre" que adquirem dele maiores quantidades - (17 gs.), seguidos pelos "não muito pobre" (10 gs.) e pelos - "bem de vida" (11 gs.).

Pode-se ainda assinalar diferenças entre os três grupos de família através das combinações constantes na categoria "outros". Entre eles estão as "sobras" da comida do dia anterior (arroz, feijão, polenta), ingeridas associadas ou não ao "café", ou à "água doce", compondo o cardápio dos indivíduos pertencentes às famílias "pobre" (pouco mais de 15%). Aproveitam estas "sobras", utilizando-as em outras refeições, tornando-as parte de outras combinações que substituem, inclusive, o leite, tido como o ideal de consumo nesta refeição. Vê-se revelada a escassez em que vive este conjunto de famílias, pois a "comida" (arroz, feijão, polenta), que ao ver das entre vistas "sustenta" mais que o "café puro" adoçado e o pão, torna-se a alternativa para "ficá mais sustentado até a hora do almoço".

Em oposição, alguns confeitos preparados em casa (bolo, bolinho) e os adquiridos "pronto" (biscoitos, bolachas), associados ao leite ou ao café, são ingeridos pelos "não muito pobre", especialmente pelas crianças maiores. Alguns produtos industrializados ("Toddy", "Nescau" adicionados ao leite), "conserva" (mortadela) com pão e "vitamina" (preparadas com frutas, leite e açúcar no liquidificador), ou mesmo frutas (banana) foram encontrados no "café" dos "bem de vida".

Ainda que pouco frequentes, estas ocorrências são qualitativamente significativas. Comparativamente aos "pobre", vê-se que os "não muito pobre" e os "bem de vida" empregam, na categoria "outros", produtos que necessitam ser adqui-

2. O consumo "per capita" diário de cada produto mencionado obteve-se pela somatória em gramas dos produtos adquiridos respectivamente pelos estratos de família, divididos pelo número de pessoas presentes em cada estrato, cujo total obtido novamente foi dividido por 31 dias do mês investigado (maio de 1973).

ridos, quer seja para satisfação da "vontade das crianças" ("Today", "Nescau", biscoitos, bolachas), em função destas porque "faz bem" (vitamina, fruta), ou porque os "homens gostam" (bolo, bolinho); o fato é que o emprego destes produtos revela maior diversificação e valor nutritivo do cardápio do "café".

Lortdela e "vitaminas", associadas no pão ou ao café, são ingeridas somente pelas famílias "bem de vida". A inclusão das frutas sob o nome de "vitamina" no cardápio matutino também só é possível se houver o liquidificador em funcionamento, o que efetivamente ocorre neste grupo de famílias, em oposição aos "não muito pobres", que o possuem mas nem sempre em funcionamento, e os "pobres", que não o possuem.

Ainda que as condições relacionadas à infra-estrutura doméstica expliquem parcialmente a não utilização das "vitaminas" entre as famílias "não muito pobres", veja-se a citação de uma entrevistada pertencente a este grupo de famílias: "gostaria de tê-lo um liquidificador pra fazer vitaminas pra crianças, pois vitamina faz bem". Esta idealização encontra-se objetivada na prática alimentar de uma família "bem de vida", pois o Marcolino, que é soldador numa firma de construção civil, ganhava, em 1973, Cr\$1.700,00 mensais, e estudava à noite, na segunda série do ginásio, tecia este comentário: "eu costume de manhã tomá café reforçado com vitamina de mamão, banana e café preto. Aqui em casa eu nem gosto de só café todos os dias pra criança, esse camarada aqui deixa a pessoa nervosa, eu acho que um dia deve tomá café, outro dia vitamina e assim por diante".

A presença da "vitamina", das frutas e de alguns produtos industrializados no "café" deste grupo de famílias revela melhores condições de vida e a valorização das frutas como a cr é s c i m o l e i t e, concebendo como compatíveis de serem misturadas com ele frutas como banana, mamão e laranja.

Mesmo que este aspecto possa ser interpretado como idealização de um cardápio diferente a ser ingerido pela manhã, indica tentativas de a q u e s ã o a p r á t i c a

cas "modernas" e "racionais", difundidas pelos canais de comunicação e pela escola. Como informava o próprio Marcelino, "eu procuro na minha casa tê boa alimentação, comê vitamina, carne. Sô curioso, ouço um programa na rádio Nacional que fala de boa alimentação; se posso, procuro segui, porque a gente precisa comê mió".

Concluindo, vê-se que as famílias investigadas, na sua totalidade, efetivamente empregam mais o "café puro" pela manhã (34%), seguido pelo café-pão (17%), café-pão-margarina ou manteiga (16%) e "outros" (12%). Nas mesmas proporções que a combinação café-pão-margarina ou manteiga, as famílias ingerem as combinações que compreendem o leite (16%), que apareceu com maior frequência associado ao café e pão, e em menores proporções, ao café-pão-margarina ou manteiga. Hentida as diferenciações internas entre os grupos, conclui-se que a combinação de maior complexidade, ou seja, café-leite-pão-margarina ou manteiga, é pouco consumida pelas famílias (6%). Como que algumas delas mencionassem diversificar o cardápio pela inclusão das frutas, como foi visto, esta ocorrência é pouco frequente.

b. Almoço e Jantar: "comidas" e "misturas"

O almoço e o jantar são considerados pelas entrevistadas, como sendo refeições de "sol", e é em virtude do seu conteúdo que pode ser avaliada mais de perto a "cozinha" durante o dia, que no dizer de algumas mulheres, "é um arroz, um feijão, uma verdura", ou "pobre num dia arroz, feijão e costão, e que comida de pobre é uma coadinho fraca".

Sendo refeições de "sol", elas se diferenciam, quanto ao conteúdo, do café da manhã e dos lanches, que são exclusivamente compostos por uma bebida doce complementar ou por pão ou outro alimento. O café da manhã e os lanches são refeições individuais, de menor importância em relação ao almoço e jantar. Estas últimas são refeições coletivas, ou seja, preparadas para todas as pessoas da família, ainda que isso não signifique que sejam ingeridas no mesmo horário e juntamente.

te por todas as pessoas, pelas razões mencionadas anteriormente.

A "comida" (arroz, feijão) e a "mistura" (verdura, carne, ovo, macarrão, polenta, batata) constituem geralmente as refeições cotidianas. Como foi mencionado, os remanescentes das frutas e doces integram a sobremesa.

A análise será ordenada em relação às "comidas" e "misturas" que compuseram o almoço e o jantar das vinte famílias investigadas no decorrer de uma semana. Ressalte-se que foram observados 1404 almoços e jantares individuais descritos na Tabela 8 e que serão consideradas somente as refeições efetuadas de segunda-feira a sábado, uma vez que o domingo, por apresentar variações no cardápio, será discutido no item referente às refeições não cotidianas. As refeições realizadas em casa, que totalizam pouco mais de 3% do total de almoços e jantares, não serão discutidas neste tópico.

Para efeito de síntese, ambas as refeições são tratadas conjuntamente, ainda que existam pequenas diferenças quanto ao conteúdo do cardápio do almoço e do jantar, influenciadas pela presença ou ausência, no caso, dos que trabalham.

Na ordenação dos dados tomou-se como unidade o conjunto de alimentos ingerido por cada membro da família (excluídas as crianças pequenas que comam comidas especiais). Esta opção foi necessária em virtude do próprio caráter das refeições familiares analisadas anteriormente, isto é, pelo fato de se decomporem, no tempo e na combinação de alimentos, em uma sequência de refeições individuais.

Pela observação da Tabela 8 se pode apreciar-se de imediato que as famílias, de um modo geral, podem ser representadas no cardápio do almoço e do jantar: só a "comida" (arroz-feijão); a "comida" e uma "mistura" (batata, macarrão, verdura, carne, ovo, polenta); a "comida" e duas "misturas" (carne-batata, carne-macarrão, carne-ovo, carne-verdura, batata-macarrão e outras associações tais como batata e verdura, ovo, polenta e o arroz-macarrão; arroz-batata, arroz-carne, arroz-

-verdura). As sopas, que aparecem exclusivamente no jantar, podem ou não estar combinadas com a "comida" ou com a "comida" e uma "mistura".

Considerando as diferenças entre as "comidas" e "misturas" dos três estratos de família, vê-se que os "pobres" têm, com maior frequência que os demais, o cardápio reduzido à "comida", isto é, ao arroz e feijão (pouco mais de 15%); para os "não muito pobre" isto ocorre em pouco mais de 3% dos casos e para os "bem de vida" em pouco mais de 1%. A "comida" associada a uma "mistura" aparece no cardápio de 54% dos "pobres", 47% dos "não muito pobres" e em 42% dos "bem de vida". Apesar destas diferenças percentuais entre os grupos, vale assinalar que entre os "pobres" predomina a presença da combinação arroz-feijão-batata (20%), seguida pelo arroz-feijão-carne (18%). Para os "não muito pobre" assume maior importância a carne (29%), seguida da verdura (11%) e da batata (10%). Igualmente, para os "bem de vida" a carne é a mistura ingerida com maior frequência (20%), seguida da verdura (11%) e da batata (6%).

A "comida" seguida de duas "misturas" está presente no cardápio de pouco mais de 8% dos "pobre", constituindo associações de batata com macarrão (quase 4%) ou batata com ovo e/ou polenta (pouco mais de 3%). Já quase 14% dos "não muito pobre" associam a "comida" com carne e verdura (pouco mais de 4%) e batata com ovo ou com polenta (pouco mais de 2%). É menos frequente associarem verdura-ovo e batata-verdura, enquanto que os "pobre" nunca obtêm estas associações. Os "bem de vida" têm frequentemente no seu cardápio duas "misturas" (40%), entre elas a carne e verdura (pouco mais de 11%), seguida pela carne e ovo (quase 5%).

O arroz sem o feijão, mas acompanhado de outras "misturas" (macarrão, batata, verdura, carne, polenta), geralmente associadas duas a duas, é mencionado menos frequentemente pelos três estratos de família. Note-se que os "pobre" - associam, mais que os outros, o arroz e a verdura ou o arroz e o ovo (ambas somam quase 3%).

As sopas são específicas do jantar em todos os grupos. São sopas "ralas" ou "brancas" compostas de macarrão e batata ou mesmo de "sobras" (comidas que restam na panela) de arroz e feijão, são ingeridas pelas famílias "pobre". Contrariamente, as "não muito pobre" já consumiam sopa de "verdures" ou macarrão com caldo "Knor". Os "bem de vida" preparavam sopas com macarrão e "engrossada" com um "pedacinho de carne".

As diferenças no cardápio dos três estratos revelam-se também através das quantidades de "comidas" e "misturas" que compõem o cardápio. A Tabela 9³ sintetiza as estimativas das quantidades "per capita" diárias em gramas, que são consumidas pelos estratos nas suas principais refeições do dia. Os dados foram obtidos através das quantidades dos produtos adquiridos no mês de maio de 1973. Note-se ainda que foram incluídas as gorduras, ainda que elas não sejam classificadas pelas entrevistadas como "comida" ou "mistura", mas pela importância que assumem como componentes dos alimentos preparados. Os informantes referiam-se à comida como "mais temperada" ou "menos temperada" basicamente em termos de maior ou menor quantidade de gordura utilizada. Obviamente, o teor de gordura altera substancialmente o valor alimentício dos produtos ingeridos.

As quantidades consumidas diariamente "per capita" auxiliam a compreensão das diferenças anteriormente assinaladas com relação ao conteúdo do cardápio dos estratos de família. O arroz e feijão são basicamente consumidos por todos os estratos, mas a quantidade varia proporcionalmente ao nível de renda. A quantidade "per capita" de arroz consumido pelos "pobre" é de 160 gs., pelos "não muito pobre" é de 200 gs., e pelos "bem de vida" é de 196 gs. Quanto ao feijão, os "pobre" e "não muito pobre" consomem iguais proporções "per capita" (53gs.) e são os "bem de vida" que obtêm maiores quantidades "per capita" deste produto (62 gs.). As diferenças entre estes grupos quanto ao arroz e ao feijão indicam a obtenção de maiores quantidades de arroz (produto mais barato que o feijão) pelos "pobre" e "não muito pobre", enquanto que os "bem de vida" consomem mais o feijão (produto mais caro que o arroz) ao invés de

3. Estes dados foram extraídos da Tabela 13A. Vide Anexo 2.

arroz. Mesmo quando os "pobre" consomem as mesmas quantidades de feijão que os "não muito pobre", eles investem maiores proporções dos seus gastos "per capita" neste produto que os "não muito pobre".

Quanto às "misturas", vê-se pela Tabela 9 que efetivamente os "pobre" consomem, "per capita", maiores quantidades de batata, o que explica as frequências anteriormente assinaladas a respeito da combinação arroz-feijão-batata que efetivamente é a mais consumida pelos indivíduos deste estrato. Compreende-se por aí que mesmo que os "pobre" tenham no cardápio outras "misturas", inclusive carne, ovo e verduras, as maiores quantidades ingeridas, "per capita" diariamente são de batata, seguida de macarrão (22 gs.). Trata-se, pois, como eles próprios avaliam, de uma "comidinha fraca", "pouco temperada", isto é, com o emprego de menor quantidade de gordura - (27 gs.) e basicamente composta de "comida" (arroz-feijão) e de uma "mistura" (batata-macarrão).

Os "não muito pobre" consomem "per capita" maiores quantidades de verdura (46 gs.) seguida de batata (43gs.), de carne (40 gs.) e macarrão (27 gs.). Apesar dos números indicarem que os indivíduos deste grupo ingeriam carne com maior frequência que verduras e batata, vê-se que as quantidades por eles obtidas "per capita" inverte a ordenação das frequências anteriormente mencionadas. E assim, efetivamente, verdura e batata, e depois a carne são as "misturas" de maior importância para este grupo. O macarrão é mais consumido por este grupo que pelos "pobre", ainda que a frequência com que ele apareça no cardápio cotidiano seja pouco relevante neste grupo. O ovo, consumido também em poucas quantidades (10 gs.) é relevante para este grupo no cardápio do domingo. Menor quantidade de gordura (34 gs.) é empregada na comida, tornando-a "mais temperada" que aquela preparada pelos "pobre".

Os "bem de vida" consomem maior quantidade de carne (78 gs.), de verduras (60 gs.), de macarrão (47 gs.) e menor quantidade de batata (33 gs.) e ovos (16 gs.). Mesmo que

na semana observada o macarrão fosse pouco mencionado, vê-se - que ele constitui uma "mistura" relevante para este grupo, correspondendo à mesma quantidade de batata que "os pobre" consomem, o que leva a pensar que os "bem de vida" a substituem pelo macarrão, que é mais caro. A carne, a mais cara de todas as "misturas", é a mais consumida, estando presente no cardápio - em maior frequência e quantidade. As verduras e ovos, mais que nos outros grupos, constituem "misturas" relevantes para estas famílias, ainda que estes últimos sejam ingeridos com menor frequência nas refeições individuais. Os "bem de vida" empregam - maiores quantidades de gordura (61 gs.) "per capita", ressaltando-se, entre elas, o toucinho e banha vegetal. Desta forma, consomem "comida mais temperada".

As frequências com que são combinados nos cardápios das refeições cotidianas a "comida" e a "mistura", e sua variação tanto em quantidade como em qualidade entre os diferentes estratos de famílias relaciona-se com as diferenças de rendimentos "per capita" existentes entre eles, que por sua vez também determinam as proporções de gastos que elas fazem - com a alimentação. Assim, os "pobre" possuem um cardápio menos diversificado e composto de comida "mais fraca". Em oposição, os "bem de vida" representam o limite máximo de diversificação do cardápio. Os "não muito pobre" têm um cardápio mais diversificado que os "pobre", mas não tanto quanto os "bem de vida", especialmente no que se refere à carne e às verduras.

Foi mencionado no início deste tópico a existência de pequenas diferenças no conteúdo das "misturas" do almoço e do jantar. Foram observadas também algumas diferenças na "mistura" preparada para os homens que levam o maridote para o serviço e para os que ficam em casa. Ovos e carne são mais consumidos pelos homens que trabalham que pelas mulheres e crianças. No dizer de uma entrevistada, "quem trabalha lá que comê mió, um ovo, sardinha, bife. Quem tá fora de casa precisa comê mió de quem tá dentro de casa. Quando eu faço o cozerão dos menino eu ponho um ovo, um arroz, feijão, uma misturinha de mais". Esta afirmação, feita por uma mulher "bem de vida", in-

dica a valorização de "misturas" mais nutritivas para os homens que, sendo aqueles que realizam trabalho mais "pesado" (aquele que exige força) que as mulheres que ficam em casa, necessitam melhor alimentação.

O almoço sempre contém maior diversidade de "misturas", especialmente quando os homens chegam "cum fome em casa" e assim, no dizer das mulheres, é necessário preparar comida "mais pesada", que "sustenta". Quanto ao jantar, observou-se muitas vezes ser idêntico ao almoço, ou constar de sopa e uma mistura ou sanduíches. Estes últimos, preferidos pelas crianças em substituição ao jantar, não são bem aceitos pelos homens, pois eles "num gosta de sanduíche, num sustenta", preferindo "comida" e "mistura" no jantar ou sopa e "mistura".

As frutas são consumidas pelas crianças e mais no almoço que no jantar. Frequentemente ouvia-se, entre as entrevistadas, que a banana é "pesada" por ser ingerida no jantar, fazendo mal às crianças. Quando existem doces para acompanhar a refeição, o que é raro, eles são deixados para as crianças. Os adultos utilizam mais o café adoçado, sendo ele ingerido mais pelos homens que pelas mulheres, principalmente após o almoço. Outras comidas consideradas indigestas e "pesadas" não são usadas no jantar, entre elas a polenta, específica do almoço.

Ainda que algumas destas diferenças assinaladas quanto ao conteúdo do cardápio do almoço e jantar possam estar associadas às condições financeiras das famílias, elas deixam entrever conceitos elaboradas pelas entrevistadas a respeito dos alimentos, de cujo conteúdo tratar-se-á com mais detalhe no último tópico deste trabalho.

As mulheres mostraram-se indiferentes quanto às suas preferências pelas "misturas", preocupando-se muito mais com a qualidade das "comidas" das crianças e dos homens que trabalham no serviço "pesado" do que com o delas próprias, que trabalham em serviço "mais leve". Entretanto, as suas vontades assumem importância e são socialmente aceitas quando estão grávi-

das, oportunidades estas em que elas fazem exigências de consumo, geralmente preferindo produtos mais caros e diferentes dos cotidianamente adquiridos. Pode-se observar entre as famílias "não muito pobre" as exigências de uma mulher no início de gravidez, que no dizer de sua filha só "queria comê coisa cara, coisão, salsicha, massa pronta", deixando o pai desesperado de "tanto gastar". Outras mulheres afirmavam que quando grávidas deveriam "comê mió, coisa mais forte, vitamine pra criança nascê sadia". Embora relacionada às valorizações atribuídas a certos alimentos, as restrições do consumo também se impõem às mulheres, especialmente quando estão na "dieta".

c. O "Lanche"

"Lanche", para os informantes, tanto pode ser o pão e leite ingeridos pelas crianças na escola, às dez ou às catorze horas, como também o sanduíche de pão com mortadela ou margarina, ou ainda o café "simples" e frio, levado ao serviço pelas pessoas que trabalham para ser ingerido nas "horas de folga", à tarde. "Lanche" também é a pequena refeição realizada à tarde, no intervalo entre o almoço e o jantar, pelas mulheres e crianças que ficam em casa e, até mesmo, em uma ocasião que as pessoas da família comam em substituição ao jantar.

Estes diferentes significados do "lanche", referindo-se especificamente a alguns tipos de alimentos ingeridos, estão englobados pelo significado mais geral e amplo do "lanche", no sentido de ser sempre uma pequena refeição secundária em relação ao café da manhã, ao almoço e ao jantar. Se o termo do lanche escolar ser uma refeição feita fora de casa, doméstico, será tratado no item "comida" fora de casa.

No decorrer da semana, os doces "que as crianças pede", e mesmo pão, café e leite, às vezes frutados, são os componentes mais frequentes do "lanche" da tarde. Em algumas ocasiões em que as famílias foram visitadas à tarde, durante a semana, foi possível observar que consumiam o "mingau de leite" muito apreciado pelas crianças, adolescentes e até mesmo pelos

-dultos.

Na composição dos "lanches", as diferenças entre as famílias emergem novamente. Os "pobres" utilizavam apenas o café, pão (simples) ou mesmo as "sobras" do almoço. Os "não muito pobres" utilizavam combinações mais complexas de alimentos: café-leite, café-bolo, café-pão-margarina e os "mingaus".

Bolachas, doces adquiridos pelas crianças no bar, integravam os "lanches" das crianças "bem de vida". Outras vezes mencionavam estas famílias utilizarem as frutas no "lanche" (banana e laranjas) com maior regularidade que as demais famílias.

Não era incomum todas as mulheres visitadas no decorrer desta investigação oferecerem o café "puro", sendo "costume", no dizer delas, ser oferecido ao chegar uma visita em casa. Por vezes as mulheres "bem de vida" serviam, como acompanhamento do café, pão feito em casa ou laranjas. Também mencionavam apreciar "um cafezinho" ingerido pela manhã, no intervalo entre o almoço e o jantar, ou à tarde, após o almoço.

Através das anotações do diário observou-se a presença das "pipocas", ingeridas no período noturno. Isto se explica pela ocasião em que foram os dados coletados. Nas proximidades das festas juninas, "arrebentá pipoca é um costume".

6. A "comida" das crianças pequenas

Específica para um grupo de idade, a "comida" das crianças pequenas integra o cotidiano da alimentação, exigindo, portanto, que seja analisada quanto ao seu conteúdo, uma vez que no conceito de todas as mulheres há oposição entre "comida" de criança e "comida" de gente grande.

"A comida de criança é mais leve, mais fresca e menos temperada, num pode tê muito óleo. A de gente grande é mais forte, mais temperada, tem óleo e tocinho que sustenta - mais", ou ainda "conforme o caso, a comida de criança pequeninho tem diferença, mais de grande não. A diferença é por causa

do leite".

Mas a comida das crianças pequenas não é unífor_me, pois as mulheres classificam a criança pequena em diferentes graus, aos quais correspondem diferentes tipos de dieta. A criança "pequeninha", ou seja, quando conta com até três meses de idade, tem como principal comida o leite "do peito" ou o "mamadeira". Quando está "maiorzinha", ou seja, depois dos três meses, até o limite de um ano, já inicia a ingestão de comida de sal, mais frequentemente o "cardinho de feijão" ou as "sopinhas". Quando está "grande", depois de um ano de idade, começa a comer a mesma comida das pessoas adultas; no dizer das mulheres, "o que nós come elas come". (2).

Mas se as mulheres iniciam, tão logo quanto possam, a dar comida de sal e comida dos adultos às suas crianças, isto está relacionado às suas condições de existência e, principalmente, aos recursos efetivos de que dispõem para proporcionar às crianças uma dieta que julgam ser adequada e de valor nutritivo para elas, ainda que esta mesma dieta possa ser considerada "inadequada" do ponto de vista do saber médico-científico.

Ao expressar-se a respeito de como cuidou da alimentação de seus filhos, uma mulher, dona de casa com 42 anos, cujo marido era carpinteiro numa firma construtora e ganhava Cr\$ 1.000,00 por mês, afirmava:

"Criança com seis meses come uma comida que a gente num come. Mais a gente que é pobre dá caldo de feijão que pega na panela antes de temperar, mistura com a batata e machuchu e dá prá criança. Eu fui criada sem carne, minha mãe cuidô de nós com arroz e batatinha sem muita gordura e poco óleo de alho. O rico tem comida certa prá criança. Eu trabalhei na casa de uma nuié e ela dava essa sopinha prá criança: 200 g. de colchão duro, uma cenoura, uma parte de um chuchú pequeno, uma batata boa, maníquinha, arroz. Cozinha tudo com pouquinho de sal e um dentinho de alho, aí passava na peneira, servia e dava prá criança. Dava sobremesa, uma gelatina, uma fruta, um cardinho de laranja, limão. Come também pirão de batata separado, as três horas dava uma banana amassada. O horário era tudo certo. De manhã ce-

do, mamadeira, as nove hora um suco de laranja, ao meio dia e meia uma sopinha grossa, às três hora uma banana maçã, às seis hora uma janta, sopinha de macarrãozinho bem miudinho, de noite uma mamadeira. Pros meus, eu fazia como minha mãe fazia. Era cardinho de feijão; de três em três horas, uma mamadeira; nove hora, se tinha suco de laranja eu dava, se não, outra mamadeira. Às dez e meia, cardinho de feijão, arroz, batata. Às três horas uma banana. Às seis hora da tarde cardinho de feijão com macarrão, às nove hora a última mamadeira. A mamadeira era de maisena com leite de vaca; os meu tudo foi criado com maisena, nada de creme de arroz, nada muito gordo. O leite era metade de água, metade de leite. Até um ano, um ano e meio, a criança mamava na mamadeira, largava por si, só pensava prá sopinha de pão."

Esta mesma história repete-se quase integralmente quando foi observada a prática alimentar de seis crianças pertencentes às famílias investigadas. Assim, no decorrer de uma semana, pôde-se verificar as crianças "pequeninhas" mamando, quando choravam, no peito ou na mamadeira feita de leite (de vaca, "Ninho" ou "Nestogeno"), acrescido de creme de arroz e principalmente de Maizena. As crianças "maicuzinhas" também mamavam no peito ou nas madeiras, três vezes ao dia, entre seis e sete horas, entre catorze e quinze horas e depois das vinte e uma horas. Pela manhã, entre nove e dez horas, ou às vezes à tarde, estas crianças ingeriam frutas (banana), ou ovo cozido, ou mesmo "mingau de maisena". Por volta do meio dia, e entre dezoito e dezenove horas, as crianças "maicuzinhas" ingeriam "sopinhas" de "cardinho de feijão", de macarrão, batata, chuchu, ou mesmo arroz, cozidos sem carne, somente na água e sal.

As crianças "grandes" recebiam, por volta das -

-
4. As crianças observadas distribuíam-se, quanto ao grupo familiar a que pertenciam e a faixa etária, da seguinte forma: famílias "pobre", duas crianças: sete meses e oito meses; famílias "não muito pobre", três crianças: duas com dois anos e uma com nove meses; famílias "bem de vida", uma criança: com um ano e sete meses de idade.

seis e sete horas e depois das vinte e uma horas, a mamadeira, feita da mesma forma que as mencionadas anteriormente. Caré, leite, pão ou apenas leite, pão ou uma fruta eram ingeridos entre nove e dez horas da manhã e no período da tarde, entre onze e quinze horas. No almoço e no jantar, comiam o mesmo que os adultos, ou seja: arroz, feijão, batata; arroz, feijão, carne ou somente arroz e feijão. Estas crianças, por vezes, comiam um "Delicado", um doce adquirido dos vendedores ambulantes, ou às vezes um guaraná, quando pediam às suas mães.

A propósito, transcrevo integralmente a anotação que um homem (operador da Rhodia, ganhava em 1933, Cr\$1300, mensais, tendo cursado até à quarta série primária) fez no caderno por mim distribuído, a respeito da alimentação de sua única filha de um ano e sete meses de idade:

"Toma de seis a sete mamadeiras de leite "Kinho" por dia. Come de tudo que nós comemos. Toma muito suco de laranja, come banana, maçã, doce, pão, pudim, geléias. Não toma todos os dias e não tem hora certa."

O conteúdo deste "comício" de criança refere-se empregado para as crianças "melorzinhas", pertencentes às famílias "não muito pobre", nos seguintes aspectos: ingerem maior número de mamadeiras no decorrer do dia; a mamadeira não é composta pela "leizena" e sim pelo leite "Kinho"; come o mesmo que os adultos (arroz, feijão, salada e carne), além de sopas de legumes e sucos, ingerem uma maior diversidade de frutas e doces. Em oposição, uma criança da mesma idade que aquela, cujo pai era servente no Grupo Escolar, tinha três irmãos, ganhava Cr\$ 400,00 por mês, e uma outra criança, com um ano e oito meses de idade, sendo o segundo filho do casal, nascido internamente, residindo na mesma casa, ingeriam três mamadeiras por dia, compostas de leite "Kinho" e de creme de arroz, e o mesmo que os adultos (arroz, feijão, batata) e, à tarde, sopa de macarrão ou batata. Não ingeriam, todos os dias, frutas e doces, quando o faziam, a variedade era menor.

Ao falarem a respeito da alimentação de seus filhos, as mulheres manifestam-se favoráveis ao emprego do leite-

materno, alegando ser ele "forte", "sadio", "nascido da gente, do corpo humano", e isso já é "por Deus", "num faz mal a ninguém", ou, "o leite de peito é de graça", "já vem pronto, num tem problema de micróbio".

Relacionavam o fato deste leite ser "forte" ou "fraco" com o tipo de alimentação materna. Desta forma, a mulher, quando em fase de amamentação, tinha necessidade de ingerir alimentos "fortes", entre eles "congica", "polenta", "garrapa", pois estas "comidas" têm a qualidade de "sustentar e aumentar o leite". Outras mulheres pensam ser melhor tomar as "vitaminas" (remédios prescritos pelo médico), porque elas são eficazes para aumentar o leite e também para fortificar.

Mulheres mais idosas lembram ter amamentado - seus filhos, por vezes, até a idade de cinco anos; enquanto dispunham de leite, não se recusavam a continuar amamentando as suas crianças, ainda que grandes.

Embora algumas mulheres mais idosas manifestem-se contrárias aos esquemas artificiais de alimentação, sob a alegação de que "as mães de hoje é tudo fraco, por isso usa mamadeira", outras mencionavam não ter amamentado seus filhos porque não tinham leite; outras, ainda, porque não tinham paciência para deixá-los mamar, sendo-lhes mais fácil e mais prático adotar a alimentação artificial, que no dizer de muitas, "vem lá do hospital, num faz mal prá criança nenhuma".

Ao preparar as mamadeiras, as mulheres empregam o leite de vaca, fervido, acrescentando-lhes parte de água, açúcar e "Maizena", ou o leite em pó industrializado. Ainda que o leite de vaca seja considerado "forte", por "ter vitamina", "puro", por ser natural e não possuir nenhuma mistura que vá alterar a sua composição, ele não é visto pelas mulheres como sendo de melhor qualidade que o leite da mãe. Em relação ao "leite de lata", o leite de vaca é melhor, pois os leites em pó, no dizer de uma mulher, "são uns leite desnatado e tem outras coisas que elas põem, dá disenteria nas crianças, faz elas ficá lumbrigenta, elas fica doente com o leite de lata";

além do mais, são estes leites considerados "muito caros", havendo preferência pelo emprego do leite de vaca.

As famílias "pobre" adquirem o leite em pó ou de vaca estritamente para atender à alimentação das crianças - "pequenininhas" e "maiorzinhas". Por vezes conseguem obter o leite em pó junto ao Centro de Saúde, que distribui o leite para crianças até a idade de um ano. Quando, por algum motivo, não ganham o leite em pó, adquirem o leite de vaca para as crianças "pequenininhas", ainda que o médico tenha recomendado o leite em pó. Nestas famílias, o número de crianças é grande, e as diferenças de idade entre elas são pequenas; em geral, todas as crianças têm vontade de tomar leite. Como as quantidades adquiridas ou ganhas são restritas às crianças "pequenininhas" e "maiorzinhas" até um ano, embora as mães ralhem com os outros filhos pequenos para que não bebam o leite das crianças que dele dependem, os filhos, às escondidas da mãe, ingerem também o leite, ou então, às colheradas, comem o leite em pó da criança "pequenininha"; uma mulher relatava: "é só distribuir e vir às costas, as outra criança vai lá e bebe o leite do nenê".

Embora contrariando as prescrições dos médicos, quanto ao uso diário da "Maizena", as mulheres se descontentam com o leite, alegando que, ao ingerir este "alimento", a criança fica "forte", "gorda", "bonita". Esta aparência "gorda" não só significa para as mulheres que a criança é sadia, como também comunica a valorização da força física, efetiva e necessária para o trabalho, mas que é representada através da apreciação estética da obesidade das crianças e mesmo dos adultos. Sem encontrar algumas exceções neste sentido, entre as mulheres que se consideravam gordas, preocupando-se com os regimes para emagrecimento, expressando nesta preocupação a idealização valorizada pelas classes médias e superiores.

"Maizena"; por outro lado, é exigida para dar maior consistência ao leite em pó, que diluído a parte em maiores proporções de água do que as recomendações, resulta num preparado "ralo, que precisa engrossar", nos juízos das muitas mulheres.

Ao lado da "Maizena", as crianças "pequenininhas e melhorzinhas", nas palavras das mulheres, ingerem o creme de arroz, por ser "fresco", "tem vitamina", "regula o intestino da criança", e a farinha de trigo, que é "forte", "sustenta", "faz bem pro intestino"; o fubá é usado quando a criança "enjoa da maisena", também é "forte", "sustenta", "num prejuízo o intestino".

Café "puro" ou associado ao leite, leite com "Toddy", ou somente leite "puro", integram as mamadeiras das crianças grandes.

Alguns esquemas substitutivos de consumo podem ser apreendidos na utilização destes diferentes produtos que integram as mamadeiras das crianças entre as diferentes famílias. A "Maizena", pelo seu emprego sistemático e em grandes quantidades, contraria as prescrições médicas; segundo foi revelado por todas as mulheres, é substituída pela farinha de trigo, que rende mais que a "Maizena", embora o preço seja quase equivalente. São as famílias "pobre" que buscam neste produto, ou no fubá, a variação do cardápio infantil. As famílias "não muito pobre" substituem a maisena pelo creme de arroz, e as "bem de vida" não acrescentam "Maizena" ao leite, empregando as porções recomendadas de leite em pó para as mamadeiras. Por outro lado, estas famílias acrescentavam "Toddy" ao leite das crianças "melhorzinhas", opondo-se às crianças das famílias "pobre" que só ingeriam café "puro".

Muitas mulheres "não muito pobre" e "bem de vida", entretanto, queriam obter as "comidinhas prontas" propagadas pela televisão, alegando que elas contêm "mais vitaminas" que as "sopinhas" preparadas em casa.

Raramente as mulheres oferecem água e suco de fruta às crianças. "Criança num precise de muita água", afirmavam, "só no calor que precisa de mais por causa do diarreia". Se eventualmente o suco de limão é oferecido à criança, é mais pelo fato de estar disponível porque ganharam a leite de alguma "conhecido" que mora no sítio, ou de alguma vizinha que tem

plantado no quintal, do que pelo reconhecimento de que o limão tem algum valor nutritivo imediato para a criança. Quando as laranjas são adquiridas, delas também não são feitos sucos. Como as quantidades adquiridas são sempre reduzidas, preferem - chupá-las a fazer sucos.

Em lugar dos sucos preferem oferecer às crianças os chás de ervas e plantas produzidas nos quintais, empregadas pelos seus efeitos medicinais, especialmente quando as crianças apresentam alguma queixa. As mulheres demonstram saber a respeito da eficácia dessas ervas na cura de certas moléstias. Difundidas pelos "benzedores", ou prescritas pelas vizinhas, por parentes ou conhecidos, estas ervas integram a categoria de remédios caseiros, ou seja, aqueles que são preparados em casa, no dizer das entrevistadas, opondo-se aos "remédios da farmácia", os produtos farmacêuticos, prescritos pelos médicos.

Estas ervas utilizadas como "remédios", que os moradores consideram eficazes e detentoras de "virtudes" de cura, foram mencionadas no terceiro Capítulo. Sua eficácia mereceria um estudo mais detalhado e aprofundado, que foge aos objetivos deste trabalho.

e. A "comida" fora de casa

No cotidiano, como foi afirmado anteriormente, muitos homens (trabalhadores de construção) e muitas mulheres (as empregadas domésticas e as que trabalham na zona rural) realizam o almoço fora de casa, levando a "marmite".

O acesso aos restaurantes das firmas só é possível aos empregados que têm alguma especialização, assim mesmo estes restaurantes dividem o seu espaço interno, onde são separados a gerência e a diretoria, os técnicos de nível superior e os operários. É com estes últimos que os homens da "Fogolar" têm o seu lugar naqueles restaurantes. Os trabalhadores de construção civil ou industrial, quando não levam a "marmite", vão-se por vezes das pensões no centro da cidade.

O marido de Josefina, que era carpinteiro numa firma construtora, não levava marmita para o serviço. Almoçava diariamente numa pensão no centro da cidade, onde pagava Cr\$17,00 por dia, porque o tempo para almoço era reduzido, vindo almoçar em casa somente aos domingos. O fato dele almoçar fora de casa, reduzia, no dizer de Josefina, a necessidade de adquirir mais "misturas" para os demais que permanecem em casa. Josefina, ao mencionar o fato, relatava: "o marido tá comendo numa pensão, lá ele tem mistura, carne e verdura, se ele come em casa aí eu tenho que comprá verdura, pois ele gosta de mistura e não posso comprá só prá ele, as crianças querem também e fica mais caro."

De outro lado, frente às necessidades de seu próprio trabalho, as mulheres também fazem refeição fora de suas casas, nas casas das "patroas", onde trabalham como empregadas domésticas.

O trabalho nas casas das "patroas", apesar de pouco remunerado, é por elas avaliado positivamente como uma oportunidade de comer melhor, ou seja, "uma comida mais forte e mais temperada". Assim mesmo não deixam de existir queixas em relação a certas "patroas", que ora são "ridículas" e não permitem que a empregada participe do mesmo tipo de alimentação que elas. Em oposição, outras são mais permissivas, e sobre essas afirmavam: "o que o patrão come, a empregada come também".

Muitas vezes alguns trabalhadores (os mais especializados da construção civil, ou seja, os que fazem o trabalho de montagem e soldadores) têm oportunidade de trabalhar sob contrato por determinado tempo, às vezes dois meses, três, noutras localidades, ocasião em que ganham maiores salários, nos quais se referem como "diárias de viagem". Nestas ocasiões por vezes valem-se da "comida" oferecida pelas firmas enquanto trabalham, ou então têm que recorrer aos restaurantes da cidade em que estão radicados temporariamente. Comer em restaurante é visto como uma nova experiência, sendo considerado "bom".

Wenceslau relatava que, quando estivera em Cuba tão trabalhando no forno de uma firma, ganhava Cr\$ 1,00 por ho

ra e pagava Cr\$ 2,00 de refeição. Almoçava no trabalho. "Lá pelas onze horas", dizia, "vinha o marmitex, e tinha arroz, feijão e às vezes um bife e um paõzinho; de tão fino que era o bife punha assim prá cima prá olhá e via o outro lado. Às duas horas serviam um sanduiche com paõzinho, mortadela e queijo, fininhos também. Depois da sete da noite mudava o turno e se o substituto não vinha, então tinha de continuá trabalhando e às nove da noite voltava o marmitex e a turma até rezava antes prá vê se tinha sorte com a comida." Quando saía às sete horas da noite, ia jantar num restaurante em Santos, pagando ele mesmo a refeição. Até às oito horas da noite serviam a refeição comercial, depois era "a la carte". Wenceslau comentava: "eu fazia uma confusão com o cardápio, uma vez veio o garçõ e eu pedi um montõ de coisa, camarão e outros nome que eu num me lembro. Um dia eu pedi macarrão à milanesa, aí o garçõ disse prá mim: -Espera aí moço, assim num pode não. Aí eu parei, pensei e pedi bife, batatinha, arroz e cerveja, aí o garçõ disse que tava bõ. Quando vinha a conta, aí sim..., às veiz eu pagava Cr\$ 17,00 e achava caro."

Apesar do tom pitoresco com que Wenceslau falava desta sua passagem no restaurante, nem sempre os trabalhadores das construções, que realizam viagens em função do trabalho, avaliam-nas como vantajosas, devido aos gastos extras que são obrigados a fazer nos restaurantes para alimentarem-se com uma comida de melhor qualidade que as oferecidas pelas firmas. Mesmo tendo oportunidade de ganhar melhores salários nestas viagens, porque fornecem ajuda de custo e pagam passagens, os trabalhadores mais especializados queixam-se freqüentemente do custo de vida em muitas áreas do país, somente compensando atualmente trabalhar no sul, onde a comida é mais barata. Muitas vezes, retornavam perplexos, pois diziam ver tanta plantação por "este mundo afora", não entendendo porque "tá tudo tão caro".

Este relato ainda deixa entrever as dificuldades da comunicação de um trabalhador, ao defrontar-se com uma situação de refeição que não lhe é familiar, ou seja, uma refeição no restaurante. A forma elaborada de alguns pontos

que lhe foram apresentados no cardápio, causaram-lhe certos embaraços, fazendo com que retorne a solicitar o que é conhecido: bife, batatinha, arroz e cerveja, que na realidade fazem parte do seu universo de conhecimento a respeito das comidas.

A percepção de que existem formas diferentes de comportar-se à mesa fica evidente quando as pessoas expressam que "rico tem uma maneira diferente, pobre tem um jeito mais caipira, comê de quarquê jeito, pobre qué sabê de ficá à vontade". Este fato, como relatado por uma entrevistada, levou-a a sentir-se "envergonhada", quando certa ocasião foi almoçar num restaurante, demonstrando as diferenciações sociais nas "maneiras" de servir-se e de comportar-se à mesa (3).

Esta situação é uma exceção, pois as moradoras da "Popular" somente fazem suas refeições nos restaurantes quando premiadas pelas necessidades do trabalho.

No dia a dia, os homens costumam levar também o "lanche" para o serviço. É sempre um pouco de café "preto", que é tomado frio; os que têm mais recursos levam um "sanduíche" (pão com mortadela) para ser ingerido no intervalo entre o almoço e o jantar, em horários de trabalho. Os "bem de vida" geralmente adquirem um "sanduíche" ou refrigerante em qualquer bar da cidade.

Outra categoria de "lanche" ingerido pelas crianças é o oferecido nas escolas. As crianças da "Popular" que frequentam o grupo local ou os "parquinhos" na cidade costumam comer, em alguns dias da semana, pão e leite e, noutros dias, sopas ou somente pão. Para as crianças "pobres", a "merenda escolar"⁵ constitui a única oportunidade de tomar leite.

5. Termo empregado pelos funcionários administrativos da Prefeitura Municipal de Paulínia, responsáveis pelo Serviço de Alimentação Escolar que controla a "merenda escolar" das escolas municipais.

Algumas observações⁶ a respeito da "merenda escolar" foram realizadas por estudantes de medicina junto aos parques infantis de Paulínia, e quando discutiam os resultados das mesmas, muito admirados informavam ter observado em alguns parques infantis do "centro" da cidade, frequentados por crianças "ricas", a "merenda" composta por sopa com carne. Em oposição, nos parques infantis frequentados pelas crianças "mais pobres" da cidade, inclusive por aquelas residentes na "Popular", a sopa servida somente contava com alguns pedaços de carne, ou seja, "fiapos", na expressão dos alunos, que avidamente as crianças buscavam.

Discriminação social no "lanche"? Diríamos que sim. Ao mesmo tempo pôde-se ouvir as entrevistadas da "Popular" queixarem-se de ter que pagar Cr\$ 1,00 para a escola fornecer sopa aos alunos mais pobres. Eram principalmente as crianças pertencentes às famílias "pobre" e "não muito pobre" da "Popular" que dependiam exclusivamente do "lanche" servido na escola. As "bem de vida" geralmente levavam de suas casas para a escola um pedaço de pão com mortadela ou um "dinheirinho", dando por suas mães, para adquirir um refrigerante, doces, sorvetes e pipocas, no bar, do "sorveteiro" e do "pipoqueiro" que permaneciam à porta da escola.

3. A dietética popular

Apesar das diferenças internas existentes entre as categorias de moradores da "Popular", no que diz respeito ao consumo de alimentos, aos gastos efetuados com a alimentação que estão relacionados aos rendimentos auferidos, não ainda a considerar os significados que os moradores atribuem aos alimentos e à própria alimentação e que são gerais à população estudada.

Muitos inquéritos nutricionais (4) empreendidos por especialistas em nutrição e por cientistas sociais têm enfatizado com frequência que as populações de ci-

6. Estas observações integravam o programa de ensino de Saúde Escolar, no qual tive participação como docente, no ano de 1974.

nos rendimentos, além de não possuírem "hábito" de ingerir certos produtos, possuem conceitos "errôneos" e "distorcidos" a respeito do valor nutritivo dos alimentos e, não raro, apontam estes fatos para explicar a "má nutrição". Não se pretende, neste trabalho, discutir as causas da desnutrição (5) ou apontar os "fatores culturais" que seriam responsabilizados pela inadequação da dieta. O conjunto dos dados que se apresentam assim como as pesquisas citadas na introdução, permitem que parte da constatação de que a desnutrição está basicamente relacionada ao baixo nível de rendimentos e não pode ser explicada como resultado de deficiências culturais.

As análises, que atribuem às populações economicamente desfavorecidas, conceitos "errôneos" a respeito da alimentação e tomam estes "erros" como causa de uma prática alimentar deficiente, revelam um preconceito cientificista. Este preconceito consiste em estabelecer comparações entre um esquema ideal "científico", proposto pelos agentes da moderna nutrição com o esquema formulado pela própria população, mostrando apenas a distância entre um e outro, mas esquecendo que as categorias utilizadas pelos "objetos da pesquisa" prendem-se a uma prática que está efetivamente condicionada às possibilidades reais de manipulação de recursos materiais e simbólicos numa situação de classe específica.

Neste tópico serão investigadas as categorias que os moradores da "Popular" referem para expressar as noções a respeito da alimentação, e que estão relacionadas às suas condições de existência. Para efeito de análise será aqui selecionado um conjunto de categorias, consideradas as de maior importância devido à freqüência com que foram assinaladas pelos moradores e pela sua referência imediata às suas condições concretas de existência. Entre estas encontram-se "leve e fraco", "pesado e leve", "tem vitamina e não tem vitamina". Como se vê, essas categorias aparecem imediatamente como um conjunto de oposições que, no discurso, aparecem freqüentemente referidas a uma outra oposição, esta imediatamente social, que é dada pela distinção entre "comida de pobre" e "comida de rico". Estas ca

tegorias são mais facilmente analisáveis no conjunto deste estudo porquê se prendem explicitamente ao problema do dispêndio de energias no trabalho.

Entretanto, tem-se que excluir da análise outras categorias, talvez igualmente importantes embora não tão freqüentes no discurso tais como: "quente e frio", alimentos que "fazem mal ou fazem bem", assim como diferentes crenças a respeito do valor positivo ou negativo de certas combinações alimentares. Estas categorias, apresentam-se menos estruturadas; há maior variabilidade individual na utilização desta classificação. Sua análise adequada, que certamente mereceria um estudo à parte, exigiria uma coleta de material sistemática voltada para a articulação interna do esquema de classificação, o que não era o objetivo deste trabalho. Por isso, esta análise se limita àquelas categorias indicadas mas, embora parcial, permite apreender certos mecanismos básicos de articulação simbólica da prática alimentar.

As explicações fornecidas pelos moradores a respeito da qualidade da "comida" adquirida e ingerida são integrantes de uma situação de classe que vem sendo dimensionada neste trabalho. Esta situação decorre da inserção no mercado de trabalho, dos salários recebidos, que por sua vez possibilitam a aquisição de um certo tipo de comida, ou seja, como genericamente falam: "comida de pobre". Esta é tipificada como sendo "fraca", "pouco variada", reduzida ao mínimo "arroz, feijão", pouco "temperada", "com uma misturinha".

O significado da "comida" pode ser captado em dois níveis: o primeiro refere-se ao discurso manifesto em torno das "comidas", sua função tal como é por eles explicitada; o segundo refere-se às conexões deste discurso com as representações elaboradas em torno da "comida", que expressam as próprias condições de existência em que vive esta população.

Esta divisão é meramente analítica, referindo-se aos procedimentos adotados na busca dos dados empíricos. Foi solicitando aos moradores que falassem a respeito de cada uma

das "comidas" que se pôde obter aquele primeiro nível. Partiu-se do concreto, dos alimentos integrantes do seu consumo, portanto não houve a preocupação de apresentar previamente uma listagem exaustiva de alimentos para que os informantes emitissem os seus próprios conceitos. Pensa-se, pois, que através do que se encontra próximo e integrado na própria experiência dos entrevistados é que se pode apreender, inclusive, o idealizado. Ao obter aquele primeiro nível manifesto do discurso pode-se perceber que, além dos alimentos em si, os moradores falavam de coisas como o seu corpo, o trabalho, a pobreza. Analisando o conteúdo das referências a respeito da "comida", tornou-se possível entender a sua função, o conhecimento a respeito dos alimentos e as representações em torno da sua condição de existência.

"Comida", na expressão dos moradores, possui uma função bastante ampla, relacionada ao fato de que "é necessária prá vivê". Trata-se, pois de apreensão de uma necessidade orgânica vital. Entretanto, a "comida" possui uma função imediata: "matá a fome", "enchê a barriga", "sustentá o corpo", "dá disposição prá trabaiá, prá cuidá da casa e das criança". Se, ao contrário, não existe "comida", "fica cum fome", "fraco", "indisposto prá trabaiá".

É neste nível mais imediato que se pode apreender a relação existente entre a utilização do corpo, o dispêndio de energia nas atividades cotidianas, especialmente no trabalho, e a necessidade de repor essa energia através da alimentação. Como é óbvio, este fato está informado pela própria condição de classe em que vivem, como trabalhadores que têm somente sua própria força para oferecer no mercado e, assim, poder participar do circuito de trocas e continuar a sobreviver. Desta forma, a idéia de força é expressa através do entendimento da "comida" em relação ao corpo, dela necessitando para estar disposto para o trabalho. Na realidade, este princípio de força que aparece explícito quando os moradores falam do valor dos alimentos oferece uma coerência a todo o conjunto de preferên-

cias por alimentos considerados "forte", "que tem vitamina", "que sustenta", "que fortifica", que "mata a fome", cuja ingestão se supõe outorgar força e energia. Contrariamente, outros alimentos que são "fracos", "num sustenta", "num tem vitamina", quando ingeridos "logo fica com fome", fornecendo a sensação de fraqueza a um organismo que trabalha, são vistos como possuidores de menor capacidade para fazer funcionar o corpo, à medida em que não conferem força.

A "comida forte" implica em duas noções básicas: que "sustenta" e tem sabor marcante. Entre as que "sustenta", encontram-se feijão, carne (de vaca, de porco, de peixe) gordura, óleo e toucinho, leite (natural), açúcar, certas "verduras" (chicórea, almeirão, couve, cenoura, repolho, beterraba, espinafre, brócoli) pão, queijo e algumas frutas (banana), bebidas alcoólicas (pinga, cerveja, vinho). Entre estas "comidas" existem aquelas que sustentam mais e que incorporam a noção de "alimento", ou seja, aquilo que sustenta mais intensamente (carne, ovos, leite). A estas, especificamente, os moradores atribuem qualidades de fortificar o organismo. Em oposição, as demais comidas "fortes", que estão mais frequentemente presentes no cardápio cotidiano, são definidos como tendo propriedades de "sustentá" e "enchê a barriga".

Genericamente, existe a "comida mais forte que a outra", ou seja, aquela que contém maior quantidade de gordura e que os moradores definem como sendo "temperada". Os "molhos", que contêm maior porção de ingredientes, inclusive a carne, fornecem maior sabor à comida, fazem com que algumas "comidas" já consideradas "fortes" tornem-se ainda mais "fortes", entre elas a "polenta com molho", a "polenta com carne". Os mingaus, integrados por um conjunto de alimentos, (leite, açúcar, farinha de trigo) são vistos como "forte" e "que sustenta".

"Comida fraca", por sua vez, incorpora duas noções básicas: que "num sustenta", e "que num tem gosto" (insí-

vida e insossa). A comida que "num sustenta" é preparada com escassa quantidade de gordura e compõe-se basicamente de alimentos também considerados "fraco". Entre esses: arroz, macarrão, algumas "verduras" (chuchu, abóbora, pepino, alface), frutas (laranja, mamão, pera, maçã), doces (confeitos e balas), refrigerantes (guaraná, fanta, maçã).

A noção de "vitamina" é de que "fortifica" o organismo, "faiz bem prá saúde". A maioria dos alimentos "forte", na concepção dos moradores, possui "vitamina". Os alimentos "mais forte" são também os que possuem "mais vitamina". Por oposição, há menos "vitamina" nos alimentos "fraco", exceto nas "verduras" e frutas, indistintamente consideradas como possuidoras de "vitamina", mas não como "comida" que "sustenta", desde que não conseguem saciar a fome, fornecendo ao organismo a sensação "de enchê a barriga". Esta mesma categoria possui, por assim dizer, "eficácia" para curar um organismo debilitado, uma vez que consideram a "vitamina" (enquanto remédio) como restauradora do organismo.

Resta ainda esclarecer as noções de "pesado" e "leve". A primeira relaciona-se à apreensão de atributos de certos alimentos, que pelas sensações que provocam, relacionadas ao aparelho digestivo, são considerados inapropriados ao consumo em determinadas refeições. Entre esses estão a "polenta" e a "banana", impróprios para serem ingeridos à noite. A noção de "pesado" também incorpora os alimentos "forte", como apropriados para fornecer energia ao organismo que trabalha. Os alimentos "leve" incorporam a noção de neutralidade para o organismo, no sentido de que não fazem bem, nem mal, sendo apropriados para pessoas doentes. Neste sentido referem em especial a carne de frango e as sopas de arroz e macarrão.

De um modo geral, observa-se a preferência dos moradores pelos alimentos "forte", "que sustenta", "que tem vitamina", pois são vistos como aqueles que "matam a fome", deixando o organismo com uma sensação mais prolongada de estar alimentado. Em oposição, os alimentos "fraco", que "num susten

ta", estão entre aqueles de menor preferência, ainda que isto não implique em que não sejam adquiridos.

É óbvio que estas categorias não se formam num vazio, nem são formuladas como expressões fechadas em si mesmas, e jamais poderiam ser interpretadas como um sistema que se apresenta ordenado independentemente de uma prática social. Boltanski (1974) procurou esclarecê-las, quando investigou as regras de puericultura em diferentes categorias sociais na França, argumentando as origens históricas destas categorias que se fundamentam na medicina antiga. Elas permanecem, desta forma no presente como "resíduos culturais" daquela mesma medicina. No entanto elas são um conjunto de conhecimentos, um saber que é estruturado como produto de uma dada prática social que se reelabora constantemente. Não se dispõe no momento de todos os elementos que permitiriam afirmar como este saber encontra-se estruturado. Como foi assinalado anteriormente propôs-se analisar neste trabalho um conjunto parcial destas categorias.

Levar em consideração o que os moradores diziam a respeito de cada um dos alimentos anteriormente mencionados levaria a uma exposição exaustiva. Assim, escolheu-se a carne, por eles considerada como o mais "forte" de todos os alimentos, "comida de rico" ainda que ela não integre cotidianamente o cardápio de todas as famílias. A partir do que diziam a respeito da carne, tornou-se possível tentar estabelecer algumas relações significativas entre "comida" e a noção de força que está relacionada à utilização do corpo nas atividades cotidianas. Afirmam que a carne "sustenta", e quando é ingerida "pode passá o dia intero sem comê", pois "aguenta o serviço". Frente a impossibilidade de adquirir carne, devido ao preço elevado, quando o organismo está "fraco", isto é, debilitado, não raro os informantes mencionavam ser ela "remédio", o que se associa, de um lado, ao fato de que os "médico manda a gente comê carne prá num ficá cum fraqueza", e, de outro lado, à sua propriedade de "engrossá o sangue" e combater a "fraqueza". Entendem a anemia como "sangue ralo". A "fraqueza", por

sua vez, é apreendida pela indisposição para o trabalho e pelo cansaço sentido no dia a dia; a recuperação de energias através da "comida" é vista como insuficiente, pois ingerem "comida fraca".

Se a carne não é utilizada frequentemente por esta população, idealizam consumi-la cotidianamente; assim, ela foi tomada como um exemplo extremo a fim de que se verificasse o valor relativo dos demais alimentos "fortes", como o "feijão, couve, chicória, batata, repolho, pão, "mingaus" (leite, açúcar e farinha de trigo), sopas (com carne, verduras, macarrão), bebidas alcólicas (pinga, cerveja), polenta, ovo que, ao ver dos entrevistados não possuem propriedades de "curar", mas de "enchê a barriga", "matá a fome" para "aguentá" um serviço "pesado". Na realidade tais alimentos são mais frequentemente ingeridos por esta população, preferidos principalmente pelos homens que têm a seu encargo o serviço "pesado", que exige maior dispêndio de força. De outro lado, não são valorizados os alimentos "fracos" tais como o arroz, algumas verduras já mencionadas e as frutas, servindo geralmente, "prá enganá o estômago". Com isto não se afirma que estes alimentos não sejam consumidos, mas sim que os reconheceram como insuficientes para fornecer energia. As frutas (laranja, mamão, maçã, pera) os doces (confeitos, balas, pirulitos) e algumas verduras (chuchu, abóbora, alface), bebidas (refrigerantes), são alimentos destinados especialmente às crianças, tendo "vitamina", são considerados como eficazes para o desenvolvimento do organismo, mas sendo "fraco", não "sustenta", são inadequados para os que necessitam trabalhar. - Ainda que "fracos" e para crianças, entre as frutas a maçã e a pera são idealizadas pelas próprias crianças para o seu consumo. Representam estas frutas "coisas de luxo" e de "rico".

O leite, considerado "forte" até mesmo para quem trabalha, é destinado somente às crianças, devido às restrições econômicas que se impõem. Assim mesmo, entre o leite natural (de vaca ou de peito) e o artificial (saquinho, leite em pó) o critério "forte" e "fraco" continua operando. E assim é preferido o leite natural ao artificial por ser ele mais "forte", sustentando mais.

Nesta escala de prioridades entre os que trabalham e os que são dependentes, as mulheres são vistas como as que executam serviços mais "leve" em relação ao trabalho do homem, ficando, por isso numa posição hierarquicamente inferior na distribuição dos alimentos. Decorre daí a prioridade do homem no consumo de "misturas fortes" (ovos, carne, polenta): as mulheres, mesmo quando sentem seu organismo necessitado, colocam suas preferências por alimentos "fortes" como menos importantes em relação às "necessidades" dos homens. Entretanto, quando a mulher está grávida passa a idealizar ou mesmo a exigir "comida forte" tais como: "conservas" (de carne), outras categorias de carne (peixes, salame, comarão), que, além de "forte", são também produtos "caros", não integrantes da dieta corrente. Nesta ocasião suas "vontades" passam a ter prioridade em relação às exigências masculinas. Estas "vontades" idealizadas, que nem sempre podem ser atendidas, passam a ser elaboradas como possíveis "prejuizos" à criança ainda em formação, acreditando, que esta apresente possibilidades de vir a nascer "fraca". Muitas são as explicações, repletas de conteúdos simbólicos, que vêm integrar o discurso a respeito das eventuais doenças posteriores da criança, entre as quais o fato da mãe ter "passado - vontade" de comer algo e não ter sido atendida. Não se pretende entrar em discussões aprofundadas a respeito do patológico, porém ressalte-se que as afirmações anteriores indicam como podem ser interpretadas as deficiências alimentares na reprodução da espécie. Acrescente-se a esta noção a idéia do leite "fraco" (leite materno), quando as mulheres estão "fracas", debilitadas para amamentar os seus filhos, reafirmando a necessidade de ingerir "comida forte", que "sustenta" que tem vitamina para poder "aumentar o leite" e torná-lo "forte". Representa-se, por este lado, a própria debilidade do corpo e a necessidade de aumentar as energias para transferi-las a outros.

No entanto, em outras circunstâncias de doença (física), nas quais se percebe o organismo debilitado, incapaz para o trabalho e sem disposição "prá comê" (6), alguns alimentos "forte" são, ao mesmo tempo, vistos como os que "cura", e

os que devem ser temporariamente evitados, para não agravar a própria doença. A ingestão de "carne", "comida engordurada", "temperada", pode provocar desordens digestivas e intestinais. Para quem se encontra doente, passa a ser prescrita "comida fraca" (sopas de arroz, macarrão, carne de frango), com pouco gordura e sal. Esta "comida fraca" é ingerida apenas transitóriamente, uma vez que é pouco eficaz para a recuperação das forças do organismo, que necessita reintegrar-se às atividades cotidianas. Quando se vai ao médico em caso de doença (infecção), não é incomum observar a preferência dos assalariados por aqueles remédios que "fortificam", entre eles "vitaminas" e "fortificantes", que são vistos como restauradores de energia.

Encontrar-se disposto para trabalhar, ter apetite e comer regularmente, significa "estar bem", do que é derivado basicamente através da reafirmação do uso do corpo com as atividades cotidianas, quando a reposição das energias através dos alimentos torna-se, para esta população, um elemento de capital importância.

Vendo-se como "pobre", com pouca "força" inclusive para obter um melhor padrão alimentar para si e sua família, pois a comida por eles ingerida é "comida de pobre", essencialmente "fraca", representou-se, através destas expressões, a própria condição de vida, como assalariados que dispõem de pouco dinheiro para participar mais amplamente da sociedade de consumo e ter acesso a uma comida que considerem "forte" e capaz de prover-lhes mais energias. Somente os ricos, aqueles que têm dinheiro, conseguem obter a comida "forte", vivendo "despreocupados", podendo satisfazer suas necessidades imediatas.

As categorias da dietética popular aqui tratadas tornam-se a expressão simbólica da posição estrutural desta população, uma vez que a comida ocupa um lugar privilegiado na reprodução da força de trabalho.

A comida que "rico" come todo dia é representada pelo "pobre", e conforme as palavras de alguns informantes, é "comida variada", "duas, três, mistura", "carne tudo o que",

"verdura, carne e sobremesa", "comida de boa qualidade". Além de ser cara, é vista como sendo supérflua, o que se expressa através da sobremesa, que para o "pobre" é "besteira"; no entanto, idealizam comê-la. As "comidas do rico" significam, ainda, ideal de consumo, sendo algumas delas (carnes, "lotarias", "conservas", "molhos", doces) valorizados não somente pelo seu conteúdo nutritivo, por serem "fortes", mas também porque o seu consumo passa a ser símbolo de uma posição idealizada. A "comida de rico" ultrapassa, inclusive, o próprio conteúdo explícito em termos de alimentação, revelando diferenças de posição na estrutura social, ao mesmo tempo em que esta "comida", que os "pobres" não podem consumir, vem confirmar a própria condição em que vivem.

Os projetos idealizados para comer melhor concretizam-se parcialmente através das tentativas de aproximar o consumo, especialmente nas refeições não cotidianas, quando se tem a presença de convidados, o que será tratado logo a seguir.

Existe, ainda, desigualdade interna entre as diferentes categorias de moradores do "Popular", da mesma forma que há desigualdade da totalidade desta população em relação à categoria social dos "ricos", sendo esta a forma pela qual os moradores basicamente estabelecem a ordenação bipolar do universo social.

NOTAS DO CAPÍTULO IV

- (1) Conforme DIEESE, (1973:23) "[...] numa ração balanceada devem ser consumidas, diariamente, 500 g. de leite e de produtos derivados, por pessoa". Quanto ao consumo médio diário de leite e derivados "per capita", foi encontrado para a população paulista variações entre os diferentes estratos de rendimento quanto ao consumo deste produto. No estrato de renda inferior assinalou-se um consumo médio diário "per capita" de leite e derivados de 163,5 g., comparando com 281,4 g. no estrato superior, esse último assim mesmo insuficiente para o atendimento das necessidades nutritivas. Na pesquisa realizada em Paulínia, além de ser deficiente o consumo "per capita" de leite, notou-se a quase completa ausência de consumo de queijo e outros derivados do leite. Somente o grupo dos "bem de vida" é que consomem queijo, mesmo assim, é o "ralado" que se emprega no processo culinário.
- (2) Boltanski (1972:132-134) referindo-se às representações que as classes populares fazem da infância assinala: "parecen tentados a ver en el niño lo hombre pequeño en cuerpo pero muy distinto del adulto en espíritu [...]", "para los miembros de las clases populares, las nuevas reglas de alimentación confirmó la proximidad física del niño y del adulto. Desde que el niño se alimenta como un adulto empieza a decirse que ya se parece más a un "hombrecito" por el cuerpo que tiene, que sabe ponerse en pie mas de priesa que antes, que es más espabilado y mas fuerte. Pero en su espíritu sigue siendo un niño, es decir en primer lugar un ser irresponsable y dependiente". [...] As "nuevas reglas de alimentación" são para o autor os regimes recomendados na atualidade pelos médicos, que difundem que a alimentação infantil deve ser variada. Isto viria de encontro "a la moral de la necesidad propia de las clases bajas... que el niño se acostumbre a comer de todo, es la primera lección que recibe de sus padres el hijo del pueblo"...

- (3) Neste mesmo sentido observou-se as relações entre uma garçõnete e dois mulatos, vestidos com roupas simples, que almoçavam num domingo na lanchonete de um grande supermercado campineiro. Comiam frango à passarinho com farofa, arroz e bebiam cerveja. Sentados à vontade num banquinho, comiam com as mãos os pedaços de frango deixando os ossos fora do prato, espalhados sobre a pequena toalha azul. Ao deixarem o restaurante, veio a garçõnete para retirar os pratos. Ela olhou para mim comentando: "Olha aí o que eles fazem"... Comentário algum foi feito, por ela, à saída do casal de estrangeiros, com roupas sofisticadas que esteve sentado ao meu lado esquerdo, e que deixou os pratos usados com os garfos e facas alinhados dentro do mesmo, sem conter nenhum vestígio de alimentos fora dele.
- (4) Vale ressaltar que em um dos Anais da Comissão Nacional de Alimentação (Ministério da Saúde, 1968:15) encontram-se as seguintes afirmações: "a ignorância sobre o valor dos alimentos e as necessidades orgânicas, assim como, conservação, manipulação e preparo, constitui uma das causas de desnutrição, no que tange à sua aquisição e utilização, resultando daí o inadequado emprego do orçamento familiar e também o vulto dos desperdícios, que se verifica em quase todos os lares" [...]. "A ignorância sobre fatos da alimentação, aliada a maus hábitos, decorrentes do uso tradicional de alimentos pobres em valor nutritivo, [...] completam o cenário em que a subnutrição e as infecções mantêm o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, [...]". O importante é assinalar que afirmativas desta natureza consideram os fatores culturais como agentes causais da subnutrição, ao invés de considerá-los como integrantes de uma situação dada, na qual aparecem como expressões de um conjunto de elaborações e representações relacionadas às diferentes condições existenciais geradas pelo sistema produtivo vigente. Da mesma forma, o fenômeno do "subdesenvolvimento" não pode ser explicado isoladamente como um "ciclo vicioso" que se esgota em si mesmo dentro de uma interpretação dualista em que o polo oposto é o "desenvolvimento".

(5) Sem a pretensão de empreender uma análise exaustiva a respeito do conteúdo nutricional da dieta das famílias investigadas pode-se obter o cálculo do consumo médio "per capita" diário de alguns nutrientes: proteínas, carboidratos, gorduras e o total de calorias consumido por cada um dos grupos de famílias ⁸. Para a obtenção deste cálculo considerou-se o consumo médio "per capita" diário de cada produto, em cada estrato de família, não levando em consideração as variáveis como peso, altura, idade, o que proporcionaria cálculos mais precisos, conforme metodologias propostas para inquéritos nutricionais ⁹. De outro lado, para elaborar estes cálculos com maior precisão seria necessário que se contasse com um instrumental mais acurado na obtenção dos próprios dados do consumo, tendo o cuidado de pesar os alimentos, calculando "perdas" no processo culinário, além de observar as demais variáveis mencionadas. Como não foi possível assim proceder e por fugir aos objetivos desta investigação propôs-se apresentar, apenas a título de ilustração, uma avaliação aproximada do consumo de nutrientes.

Para o estabelecimento destes cálculos baseou-se numa tabela de composição nutritiva de composição de alguns alimentos de consumo habitual no Chile ¹⁰. A fim de estabelecer comparações entre as quantidades de calorias e nutrientes consumidos e as necessidades teoricamente estabelecidas, utilizou-se a Tabela do INCAP, convertida à temperatura ambiente de 20° C ¹¹. Segundo estes dados um adulto equivalente ¹² ("homem adulto de 25 anos de idade, 68 quilos de

8. Contou-se, para o estabelecimento destes cálculos com a assessoria de um médico, Dr. Juan Zamorano Soto.

9. OPS. (1969:17-20), Jelliffe (1968:291).

10. Universidad de Chile. Escuela de Salubridad. Cátedra de Alimentación. Tabla de Composición de algunos Alimentos de Consumo Habitual en Chile, Publ. 235, 1967.

11. Conforme DIEESE (1973:11).

12. DIEESE (1973:9).

peso, gozando de boa saúde, possuindo capacidade física), necessitaria consumir 3.040.0 calorias diárias e 65 g. de proteína. Inexistem nesta tabela cálculos referentes ao consumo de carboidratos e gorduras.

Desta forma, para os diferentes grupos de famílias investigadas obteve-se os resultados ¹³ quanto ao consumo médio diário "per capita" de proteínas, carboidratos e gorduras. Esses resultados indicam deficiências no consumo "per capita" de proteínas para todos os grupos, quando comparados com as quantidades recomendadas. Entretanto, são os "pobre" que consomem menores quantidades de proteína (36 g) cujas principais fontes são o feijão e o arroz; os "não muito pobre" obtém (49 g.), cujas fontes, da mesma forma que para o grupo anterior, são o arroz e o feijão. Finalmente, os "bem de vida" consomem maiores quantidades, 60.5 g., cujas principais fontes são a carne, o feijão, o arroz e as gorduras de origem animal.

Quanto às calorias, os três grupos situam-se abaixo das necessidades requeridas. Os "pobre" consomem diariamente, em média, 1.622 calorias, os "não muito pobre", 2.421 calorias e os "bem de vida", 2.533 calorias "per capita".

- (6) Boltanski (1975:70) investigando as noções de saúde e doença em diferentes categorias sociais na França refere-se às "classes populares" para as quais a enfermidade aparece fundamentalmente associada à sensação de "debilidade". Conseqüentemente, diante do médico, estas pessoas queixam-se da falta de forças. Na expressão do autor, para as pessoas das "classes populares" [...] "la enfermedad es lo que quita fuerzas al enfermo, lo que le impide "vivir normalmente" y hacer un uso (sobre todo profesional) habitual y común del cuerpo".

Koos (1960:9-14) nos EE.UU. procurou relacionar classe so-

13. Ver Gráfico 1 à página 165.

cial com as atitudes dos indivíduos diante da doença e a escolha de tratamento médico. Identificou que 57,0% das pessoas de classe alta afirmam que a "perda de apetite" era um problema médico; 50,0% das pessoas da classe média disseram requerer isso atendimento médico; porém, somente 20,0% dos indivíduos de classe baixa mencionavam que a perda de apetite merecia atendimento médico. Este último dado deixa explícito ainda que referente a outro contexto, reafirma condições de carência de uma população cujo sintoma "perda de apetite" pela possível familiaridade com ele não é reconhecido como necessidade de busca de atendimento médico.

Ainda que preliminares os resultados da investigação já mencionada na Introdução deste trabalho a respeito das noções de saúde e doença obtida para os moradores da "Popular" pôde-se verificar que relacionada à noção de saúde en contra-se o fato de "comer bem", "não necessitar de remédio para viver". À noção de doença associa a idéia de "não poder comer de tudo", "quando não tem disposição para o trabalho". Logo vê-se que o fato de alimentar integra estas noções.

CAPÍTULO V

AS REFEIÇÕES NÃO COTIDIANAS

Como ficou definido no capítulo anterior, as refeições não cotidianas são aquelas que se realizam no domingo e nos dias de festa (Natal, Ano Novo, batizado, casamento, aniversário das crianças). O almoço constitui a principal refeição destes dias, que podem ser marcados exclusivamente pela alteração do cardápio, sem que haja a presença de convidados (parentes, amigos), não residentes na casa; ou são duplamente marcados pela alteração do cardápio e pela presença de convidados. Pode ainda acontecer que haja almoços especialmente oferecidos para convidados, no decorrer da semana.

Neste capítulo, dar-se-á ênfase ao almoço de domingo, realizado com a presença das pessoas que habitam a mesma casa, cujas informações a respeito do cardápio foram obtidas através daquelas anotações que as pessoas das diferentes famílias fizeram no diário, associando-as aos dados obtidos através de entrevistas. Estes últimos dados também possibilitaram a caracterização das refeições ocorridas nos dias de festa.

A fim de ilustrar e analisar as refeições especialmente preparadas para convidados, num dos tópicos será feita a análise de situações sociais de almoços para os quais fui a pessoa convidada. Ainda que observações participantes fossem também elaboradas por ocasião de uma festa de casamento e almoços nos domingos e por ocasião de um batizado, deixo de transcrevê-las, não somente para evitar a extensão do tópico, mas também por uma opção de tentar caracterizar mais de perto a refeição familiar que contava apenas com a presença de um convidado. Esta situação, ainda que restrita, oferece vantagens para a obtenção de mais detalhes das ocorrências, desde que a complexidade de eventos é menor, em oposição a situações que contam com a presença de um número maior de convidados. De outro lado, as situações observadas ocorreram com famílias de cada um dos estratos que vêm sendo considerados no decorrer desta apresentação, o que facilitará ao leitor uma visão dinâmica da heterogeneidade interna das famílias da "Popular".

1. "Comida" e "mistura" nos domingos e dias de festa.

No almoço do domingo encontra-se presente a maior parte das pessoas da família, embora, por vezes, os homens estejam fazendo as "horas extras" nas fábricas onde trabalham.

Aos domingos, as pessoas geralmente almoçam no mesmo horário e, quando existe espaço na casa, é estendida a toalha à mesa, e nela são arranjados os pratos e talheres. Neste sentido, afirmava uma mulher:

"nos domingos eu arrumo a mesa na hora do almoço, pur que aí a gente põe umas coisa mais diferente: macarõnada, carne, arroz, salada mista e aí é chato ficá tirano antes. No domingo ponho a toalha na mesa, ponho os prato, talher prá cada um, nos outro dia cada um vem e tira no fogão, come tudo separado." Nem sempre isto ocorre nas famílias que não possuem a cozinha ampliada, pois no dizer de outra entrevistada "no domingo é a mesma coisa, ninguém come junto. Só no Natal é que nós come junto, os que tão dentro de casa. O marido sempre sai de domingo prá passé e a cozinha é pequena e num dá nunca prá comê junto."

Apesar das situações particulares de cada família, o domingo constitui uma oportunidade para que se realize o almoço no mesmo horário, pois genericamente deixam de existir neste dia as atividades das crianças na escola e as interferências do horário de trabalho das pessoas da família nos acontecimentos rotineiros da casa. Assim, o comer junto no domingo opõe-se ao comer separado nos demais dias da semana. Mas comer junto, ou seja, no mesmo horário, opõe-se ao comer junto à mesa nos dias de Natal e Ano Novo. Nestas ocasiões algumas famílias deixam suas casas para juntar-se aos parentes (pais, sogros, genros, noras, filhos e filhas) residentes ou não na "Popular", ou em Paulínia, para, com eles, fazerem o almoço.

No decorrer da semana investigada, pôde-se observar, através das anotações, que, em geral, no domingo todas as famílias fazem as mesmas refeições que nos demais dias da semana. Excetuaram-se duas famílias (uma pertencente ao grupo

dos "não muito pobre" e outra do grupo dos "bem de vida") que não jantaram, tendo substituído esta refeição pelo lanche. No mais, todas as famílias fazem o "café", almoço e jantar, sendo o cardápio do almoço mais diversificado que o do jantar.

Um conjunto de combinações de "comidas" e "misturas" integra as refeições de "sábado" do domingo, variando na qualidade em relação aos demais da semana. Desta forma, as carnes são mais consumidas no almoço do domingo que nos demais dias da semana, obtendo-se um aumento percentual de 40,0% em relação à frequência com que é consumida no almoço e no jantar das refeições cotidianas. Quanto ao macarrão e às frutas, observa-se, em relação aos demais dias da semana, um aumento de 100,0%. As frutas integram a sobremesa no domingo. São mantidas igualmente no domingo e nos demais dias da semana as mesmas proporções do consumo de arroz, feijão e verduras. Reduzem-se, porém, as proporções do consumo de batata (-100,0%) e dos ovos (-75,0%).

Em relação ao "café", não foi encontrada alteração no domingo. Nos "lanches" feitos em casa, no domingo é maior o consumo de doces e bebidas (refrigerantes) que nos demais dias da semana.

No dizer de algumas mulheres, a comida do domingo não é igual à de todos os dias porque:

"No dia de semana faço arroz com feijão e uma mistura, agora no domingo então faço macarronada." "Tudo o dia é um arroz, feijão e de tarde uma sopa. Nos domingos faço uma carne enrolada, um bife, mais num é a mesma coisa tudo o domingo." "No domingo é polenta, todo o dia é um arroz, feijão, uma mistura." "No dia de semana eu faço um arroz, feijão, uma comida mais simples, no domingo faço uma carne, bife, macarronadinha, arroz com ervilha, salada mista." "No domingo é diferente, uma vez frango, uma vez carne de vaca, às vezes macarronada, uma carne enrolada, um bife." "No domingo faço macarronada, dia de semana num faiz porque a gente num tem tempo. Faço macarronada com molho, compro molho feito e a gente aumenta com massa de tomate."

Esta variação, entretanto, não ocorre para to

das as famílias. Algumas mulheres "pobre", muito laconicamente, informavam: "Em casa, no domingo é tudo a mesma coisa", embora "os outros têm coisa boa, um frango, macarronada", mas "aqui em casa não tem diferença, no domingo e dia de semana é tudo igual", ou simplesmente, "é tudo igual."

Como as famílias não são homogêneas entre si quanto aos seus rendimentos, vejamos as diferenças entre elas quanto às "comidas" e "misturas" que fizeram parte do cardápio do almoço e jantar do domingo na semana investigada.

O cardápio dos "pobres" apresentou, no domingo, a mesma combinação de "comidas" (arroz-feijão) e "misturas" (verdura, batata) que havia nos dias de semana. Apenas uma família preparou a "macarronada com molho de carne" e as demais consumiam "macarrão branco", do mesmo modo como é preparado nos demais dias da semana. Entre os "não muito pobres" houve uma tendência para a inclusão da carne como "mistura". Embora entre as "misturas" fossem mencionadas carne, ovo e verdura, predominou a carne, ingerida por 30,0% dos indivíduos. Entre as carnes destacaram-se a de vaca, peixe e lingüiça. A macarronada com molho de carne era preparada por 50,0% das famílias. Refrigerantes (guaraná, maçã, coca-cola) acompanharam também o almoço de algumas famílias.

Os "bem de vida", além do arroz e feijão tiveram "misturas" (carne, verdura, ovo) e macarronada, polenta e nhoque que consistiam na "comida", juntamente com o arroz; os "molhos" de carne acompanhavam aquelas "comidas". Refrigerantes e frutas fizeram parte das refeições de 60,0% das famílias deste grupo.

Ainda que algumas famílias não diversificassem o seu cardápio no domingo, este é o dia em que são idealizadas comidas diferentes. Na prática, as variações do cardápio estão limitadas pelas impossibilidades econômicas de efetua-las. Isto foi notado principalmente entre as famílias que ganhavam menos e tinham um número maior de pessoas, pois variar o cardápio implica em adquirir alimentos mais caros e mais

elaborados que devem ser distribuídos para mais pessoas, o que obviamente significa efetuar maiores gastos. Entre os "pobre", a diversificação do cardápio é quase impossível; somente é possível fazê-la por ocasião do pagamento. Mesmo que os "não muito pobre" e "bem de vida" consigam diversificar o cardápio, isto só ocorre com maior frequência naquelas famílias que possuem um número menor de pessoas. Um caso limite extremo, entre as "bem de vida", é a família de Tereza, que possui apenas três pessoas. Como o marido ganhava CR\$ 1.300,00 mensais em 1973, esta família apresenta a maior renda "per capita" de toda a população estudada. Neste caso, o cardápio, mesmo nos dias da semana, era composto principalmente de arroz, feijão e carne. No seu dizer, esta última "nunca pode fartá aqui em casa" e no domingo ela preparou "arroz, nhoque com molho de carne e carne enrolada". Este fato foi também observado entre aquelas famílias que variavam o cardápio no domingo, ainda que pertencessem a diferentes estratos de renda, o que indica uma variabilidade interna nestes mesmos estratos.

Vale ainda assinalar que o domingo é uma oportunidade também para variar especialmente as formas de preparo das comidas. Consumir diferentemente neste dia é buscar romper com o cotidiano, e por "costume" como informavam, é uma oportunidade da maioria da família, que não se encontra trabalhando, poder tomar as suas refeições em casa, ainda que as alternativas de consumir quantidades e qualidades de diferentes "comidas" não sejam muito amplas para todas as famílias dos trabalhadores.

Resta ainda comentar brevemente as variações do cardápio do Natal e Ano Novo, ocasiões em que, como foi mencionado no capítulo anterior, algumas famílias se deslocam para as casas de parentes para com eles fazerem a refeição (almoço) em conjunto. Nestas ocasiões as mulheres cozinham em conjunto nas casas de seus parentes, levando de suas casas algumas comidas para integrarem o almoço. Predominavam nestes dias as carnes (vaca, frango, porco), as verduras (salada mista, maionese), macarronada, polenta com molho, farofas. Carac

terizava-se este cardápio pela presença de vários pratos à mesa, acompanhados pelas bebidas (cerveja, "batidas", refrigerantes, vinho e às vezes champanhe).

Assim descreviam algumas mulheres a comida do Natal:

"Eu e minha mãe cozinhamo sozinha no dia de Natal. Fizemo frango e leitoa assada, macarronada, arroz de forno. De bebida teve vinho, meu marido nunca fica sem vinho." "No Natal compramo frango e fizemo frito, gosto de frango bem frito; carne de gado que fizemo assada e de bebida tinha vinho e maçã." "No Natal num fiz nada aqui, fui prá casa da minha nora. Levei tudo prá lá. Fizemo frango, macarronada, leitoa assada, frango assado, ensopado, tinha maionese, arroz, tinha bastante coisa. De bebidas tinha pinga, vinho, guaraná, champanhe."

Nem sempre as famílias comemoram o Natal. Para Josefina, ("não muito pobre") e sua família, por exemplo, no Natal a comida foi a mesma coisa do domingo, pois o marido estava desempregado. Ganhou de presente um dinheiro da sogra e utilizou-o para pagar as dívidas. Da mesma forma para Epitácio, que ganha o salário mínimo: na sua casa "num teve comida diferente". Na sua expressão, ele "tava apertado".

As festas de casamento, em geral, consistem de um almoço restrito a certas categorias de convidados (padrinhos e parentes da noiva e do noivo), oferecido na casa da noiva, logo após o casamento civil. No final da tarde, após o casamento religioso, o ideal é oferecer, para maior número de convidados, um churrasco acompanhado de chopp, refrigerantes, salgados e bolo. Isto sempre é realizado quando a família dispõe de maiores recursos econômicos. No almoço de casamento, o cardápio varia, compondo-se basicamente de carnes (frango e vaca), "maioneses", "saladas mistas", "arroz de forno", bebidas (vinho, cerveja, refrigerantes) e a sobremesa (doce preparados em casa ou compotas adquiridas).

Como afirmava Josefina ("não muito pobre"), "no almoço do casamento da minha fia o povo comeu até enjoá, tinha uma bacia de maionese, sobró prá semana inteira, deram até banho de chopp no noivo. Minha fia fez um bolo grande, umas

bala, mais foi tudo muito simples, de noite num teve nada."

Por ocasião da festa de casamento da filha do Julião ("bem de vida"), no almoço dos "padrinhos" foram servidos: "maionese", "arroz de forno", "carne de vaca e de frango" e "bebida à vontade". "Na festa, a noite, teve churrasco, chopp, guaraná, sanduiche de carne, salgadinho e bolo que custô CR\$ 600,00." Apesar de ter realizado a festa com a presença de muitos convidados, ele achava "mais prático convidá menos gente e ir num restaurante."

Através destes depoimentos vê-se que há diferenças entre as festas de casamento dos "não muito pobre" e dos "bem de vida". Estes últimos geralmente realizavam empréstimos em dinheiro nas instituições bancárias para realizar a festa para um número maior de convidados, além do almoço restrito para os "padrinhos". Os "não muito pobre", no geral, realizam somente o almoço. Entre os "pobre", apesar de não ter ocorrido nenhum casamento por ocasião da pesquisa, e porque estas famílias possuem ainda os filhos pequenos diziam que "pobre num faiz festa, só os que pode fazê, faiz". Os "pobre" também não realizavam nenhuma comemoração de aniversário dos seus filhos, embora fosse verificada esta mesma ocorrência entre os "bem de vida", desde que "tá tudo caro", no dizer de algumas informantes.

Por ocasião das festas a comida transforma-se, tornando mais abundante e qualitativamente melhor, compondo-se daqueles alimentos "mais forte", especialmente de carne, servida ao lado de outros pratos elaborados e simultaneamente compostos por um conjunto de ingredientes, "molhos", "tempero". São as festas que marcam a maximização do consumo, podendo ser vista através delas a idealização do consumo do grupo, ainda que a comida servida nas festas esteja circunscrita às possibilidades individuais de cada família. No entanto parece haver uma regularidade da comida que é oferecida para um maior número de pessoas, circunscrevendo-se a certos tipos de pratos e formas de preparo. A respeito destas últimas tratar-se-á de dimensioná-las no próximo capítulo.

2. A "comida" para convidados.

A estratégia de apresentar neste tópico três situações sociais de almoços realizados, por convite, com três famílias diferentes, tem a sua razão de ser, ainda que elas possam parecer exaustivas ao leitor (1).

Foi afirmado anteriormente ter sido difícil observar as refeições cotidianas da família, sem que houvesse alteração do cardápio, quando se estava presente nos horários das refeições. Este fato foi apresentado como justificativa quanto ao tipo de dado utilizado na apresentação das refeições cotidianas. O convite formulado pelas famílias ofereceu-me oportunidade para analisar as refeições para convidados.

Mesmo que o fato da alteração do cardápio fosse observado quando estive presente na casa, era quase uma generalidade a afirmação entre as entrevistadas de que se oferecia uma "comida diferente"; "umas coisinha mió"; "tenho guardado uma lataria quarqué, sardinha, palmito, prá quando chegá uma visita." Isto implica que a comida oferecida aos convidados é uma "comida" especial, ainda que possa apresentar semelhanças com a preparada nos domingos e nos dias de festa.

A refeição para convidados é um momento significativo da prática alimentar, através da qual se expressam relações sociais; é também uma oportunidade para observar o ideal do consumo alimentar. Pode-se, assim, tomar a refeição, para efeito de análise, como uma situação social particular interacional, onde é possível explorar particularidades das relações sociais de algumas pessoas da família com o convidado e entre estas mesmas pessoas. A "comida" permeia estas relações, assumindo um significado social diverso daquele existente nas refeições cotidianas. Torna-se assim, parafraseando Mauss (1974)¹, uma "dádiva" que é oferecida a alguém que se quer homenagear. É óbvio que esta situação particular não está isolada de todo um contexto social.

1. Mauss, (1974:40-48).

a. Situação 1: Um almoço inesperado.

Há seis meses eu vinha visitando a família de Epitácio, um preto de 37 anos de idade, servente de pedreiro na Companhia Rhodia, onde ganhava, em 1973, o salário mínimo. Catarina, a mulher, também preta, de 34 anos, só trabalhava em casa. Tinham oito filhos; o mais velho, com 15 anos de idade, estudava e trabalhava na indústria de papel, exercendo a atividade de varredor, ganhando CR\$ 150,00 por mês. Os demais, com as idades de 13, 11, 9 e 7 anos estavam na escola e não trabalhavam. As outras crianças com as idades de 5, 2 anos, e 2 meses ficavam em casa com a mãe.

Morava esta família numa casa "geminada", localizada próxima do "escritório dos fiscais" da COHAB, situada na parte mais periférica da "Popular", nas vizinhanças dos sítios circundantes.

Era vista pelos demais moradores como sendo "pobre", mas o "preto", no dizer de Henriqueta ("bem de vida"), era "home bão, se dá bem com a muié, os fio gosta muito dele, ele conversa muito com as criança."

Cheguei a casa numa quarta-feira às dez horas da manhã; Epitácio estava tomando conta do filho caçula, pois naquele dia estava completando as duas "folgas" que tivera no serviço, para compensar duas noites trabalhadas durante a semana. Catarina encontrava-se na cozinha. Da sala ouvia-se o barulho que fazia ao lavar objetos. Os filhos maiores estavam na escola e os dois pequenos brincavam no chão. Epitácio, que permaneceu na sala, conversava a respeito do seu trabalho, dos "apertos", do dinheiro e dos parentes que moravam em Minas. Catarina chegou-se à conversa e ambos comentavam da sua vida conjugal, que julgavam boa, "nóis se dá bem", contrariamente às observações de Epitácio quanto a outros "colegas casado" que "veve mal com a muié."

Epitácio deixara a sala, saindo com o filho no colo para ir conversar com o vizinho da casa ao lado, pegada à sua. Observava-se que a proximidade entre estas casas "gemi

nadas" permitia que as pessoas conversassem sem ter que deixar o espaço do jardim. Da sala podia-se ouvi-lo comentar com o vizinho a respeito do seu trabalho na fábrica, onde a seu ver "trabaiá muito e os outro ganha nas custa" dele. Catarina deixou a sala, dirigiu-se novamente à cozinha, indo preparar um "cafezinho". Retornou trazendo um bule com o "café", que foi servido numa xícara colocada num prato de plástico. Era um café feito com pouca quantidade de pó, ralo e muito adoçado (para o meu gosto).

Intencionalmente, aguardava um convite para o almoço. Decorrida aproximadamente uma hora desde que cheguei, Catarina formulou o seu convite: "Eu pus algumas coisinha no feijão, umas batatinha e orelha de porco e se a senhora num importá ficá prá armoçá..." Com um pouco de relutância aceitei o convite. Epitácio deixou a casa, dirigiu-se ao bar "perto da Popular", distante da residência uns quinhentos metros, e retornou trazendo um pão e quatro ovos.

As doze e trinta horas Catarina convidou-me para entrar na cozinha, para almoçar. Foi esta a primeira vez que tive acesso àquele espaço da casa. Um armário velho com vidro na frente, um fogão a gás, um banquinho, era o mobiliário presente na cozinha. Pratos de plástico, copos de vidro, latas de massa de tomate vazias e canecas estavam na parte superior do armário. Catarina dizia que havia ganho o armário de uma tia, mas "ele veio cheio de baratinha que tava atrás do vidro. Eu num tirei porque num queria quebrá o vidro, aí elas espalharo nas parede da cozinha e foi até prôs quarto, já pus Sheltox e num adiantô, chamei até o benzedô, o Barbeiro, prá benzê as baratas, mais elas num sumiro. Eu ficava até contente com a limpeza que ficava sem as barata na cozinha."

Uma bacia de plástico, uma lata de óleo com o coador de pano suspenso por um suporte, uma chaleira de alumínio encontravam-se, sujos, sobre a pia. No fogão de quatro bocas, marca "Continental", viam-se três panelas de alumínio. Uma delas (a maior) continha arroz, a de tamanho médio, macar

rão com molho de tomate e na menor estava o feijão, ao qual Catarina referia-se como "preto e velho". Na frigideira observavam-se três ovos fritos partidos ao meio.

"A senhora hoje vai comê comida de pobre, num é?", comentava Catarina. "Eu tenho vergonha, nem conte prá suas amigas que a senhora comeu aqui hoje." Neste momento intervém Epitácio, afirmando: "Tenho um irmão que num toma café na minha casa, de tanta vergonha."

Catarina ofereceu-me um prato de plástico vermelho com uma colher, sugerindo que me servisse junto ao fogão, comentando: "num tenho mesa prá comê, sinto até vergonha, mais a senhora num vai repará." Epitácio pede licença para ir tomar banho, pois entraria no serviço às quatorze horas, deixando o almoço para depois do banho. Catarina permaneceu de pé junto ao fogão, afirmando já ter comido "comida requeentada e num tava cum fome naquela hora". Insistia para que eu me servisse. Sentei-me no único banquinho existente na cozinha e comi: arroz, feijão, macarrão e ovo. Terminei de almoçar, mas ela ainda insistia para que eu me servisse mais. Já satisfeita, dirigi-me à sala, a convite de Catarina.

Neste ínterim, chegaram da escola as crianças, que percebi envergonhadas com a minha presença. Aguardaram o almoço, que posteriormente foi servido pela mãe. Esta primeiramente serviu as duas crianças de menos idade, que, com um prato de plástico na mão, contendo arroz e metade de um ovo frito, dirigiram-se à soleira da porta da cozinha para almoçar. A seguir Catarina colocou, numa marmita de alumínio, arroz, feijão, macarrão e deu-a a um dos filhos que chegou da escola. O outro entretinha-se, na sala, com as fotografias da família, tiradas por mim.

Epitácio, que já havia tomado o seu banho, dirigiu-se à cozinha para servir-se junto ao fogão. Sentou-se no banquinho, exclamando e sorrindo: "Agora é a minha vez de comê. Hoje eu num comi nada cedo". Dirigindo-se a mim, prosseguiu: "Lá no serviço eu como comida requeentada, quando tra-

baio de noite. Eu e o meu colega p_omo as marm_ita perto do for_o no prá esquentá. Isso é lá pelas treis hora da madrugada. O fiscal passa e fala prá nós que se ele fô comê naquela hora comida daquele jeito ele até vomita. Eu ainda vô levá a minha marm_ita prô serviço hoje e vô jantá lá." Almoçava arroz, feijão, macarrão e ovo, servidos num prato fundo, de louça. Valia-se de uma colher, comia apressadamente.

Catarina insistia em não almoçar. Permanecia andando entre a cozinha e a sala, trazendo o filho caçula no colo. Por vezes chegava perto de Epitácio, que almoçava, e es_te dava comida de seu prato ao filho.

Logo depois deixei a casa, agradecendo pelo al_moço. Epitácio e Catarina acompanharam-me até à porta, para despedir-se, convidando-me para voltar quando quisesse.

COMENTÁRIO

Sendo "pobre", esta família residia numa casa "geminada", conforme denominação da COHAB. Era uma casa bastante simples, relativamente suja e desarrumada, havendo, na sala, roupas espalhadas pela mesa, com um mobiliário bastante precário e velho. Obtinha esta família uma renda familiar de CR\$ 463,00 mensais, e uma renda "per capita" de CR\$ 51,44, que se situava entre as mais baixas da "Popular". Estes rendimentos eram proporcionados pelo trabalho, na construção civil, do chefe da família, que, por sua vez, era "ajudado" pelo trabalho do filho, que recebia metade do salário mínimo.

Para esta família, eu era considerada uma "v_isita", que freqüentava regularmente a sua casa para obter informações a respeito da sua alimentação. Eu era vista por eles como "rica", "da cidade", "de fora" (pois, residia em Campinas) e, "trabalhava no Centro de Saúde". Na ocasião eu não era esperada para almoçar, mas mesmo assim, devido à minha presença no horário da refeição, o convite foi formulado, pois eu era uma pessoa "de fora". Nesta condição, achavam difícil que eu, estando na "Popular" no horário de refeição, tivesse

que dirigir-me a Campinas para ainda ir almoçar "muito tarde". A formulação do convite deu-se também pelo fato de que me conheciam há um certo tempo e já havia, inclusive prestado alguma "ajuda" a eles. Certa vez Catarina pediu-me algumas roupas "velhas" para si e para suas crianças, o que foi atendido. Logo, o almoço não era somente uma oferta gratuita, pois, para eles, poderiam obter "ajuda" e favores meus, quando necessitassem.

Diferenças de classe social, cor, sexo e estado civil marcavam estas relações, especialmente as primeiras constantes nas interações mantidas com eles. Tratando-se de uma situação interacional específica, vale ainda ressaltar o significado do convite, na perspectiva de "fachada social", proposta por Goffman (1975)²(2). Desta forma, ao fazerem o convite esperavam, inicialmente, uma recusa, pois convidar uma pessoa inesperada, pertencente a uma outra categoria social, significava ter que manipular rapidamente o "equipamento de sinais expressivos", no caso a comida, para manter aquela fachada social. Como o convite foi aceito, uma série de tentativas imediatamente foi mobilizada para melhorar o "equipamento de sinais", que já era limitado pelas próprias condições econômicas da família. Por sua vez, este equipamento não se adequava ao que era visto como ideal para ser oferecido a um convidado e aquilo que efetivamente dispunham no momento para ser oferecido. Numa outra ocasião, a Catarina informara que a comida para uma visita deveria ser "macarronada, salada, doce, pois prá quem chega tem que dá uma coisinha sempre mió." Ainda que o considerado ideal para se oferecer ao convidado não pudesse ser atingido no momento, a ida de Eptácio ao bar, para adquirir "pão e os ovos" para o almoço, indicou a preocupação com a "melhoria do equipamento de sinais", para não revelar por completo a comida consumida cotidianamente.

À ação imediata de Eptácio associa-se a expressão de como foi formulado o convite por Catarina, que é reveladora das tentativas de controle da situação. Assim, a

2. Goffman (1975:29)

expressão "eu pus umas orelhas de porco no feijão", indicava que o acréscimo de algo mais à comida tornava-se significativo para ser oferecida a alguém que fosse almoçar na família. Como o "equipamento de sinais" é limitado pela própria condição de pobreza em que vive esta família, uma vez aceito o convite a "vergonha" emerge pelo fato de que não é possível obter algo melhor para ser oferecido, especialmente reconhecendo a pessoa como pertencente a outra categoria social. No primeiro lugar, envergonhavam-se da "comida" apresentada, que é vista como sendo de "pobre", ou seja, pouco variada; em segundo lugar, envergonhavam-se da ausência de certos objetos que não podem adquirir e, finalmente, da sujeira do ambiente, realçada através das baratas.

Em decorrência da própria aceitação do convite, rompeu-se com elementos da fachada, passando a mulher a justificar-se, pedindo desculpas pela aparência da casa que idealmente gostaria de mostrar limpa e arrumada a quem chega. A ausência do que se desejava, implica comunicar desonra, sujeira que não se quer ter revelada aos olhos de um visitante. Esta era a preocupação constante de Catarina no momento em que eu tive acesso a uma área doméstica de grande importância, cujo controle e cuidado é atribuição feminina. A limpeza necessária, aos olhos de Catarina, aparentar limpeza pois através dela transmitiria uma imagem das suas qualidades como dona-de-casa, naquele momento da interação.

O cenário das interações entre a mulher, o marido e eu, que era até aquele momento a sala, onde poderia manter maior controle da "fachada social" e, inclusive, da informação a respeito da "comida", deixou de ser eficaz à medida em que penetrei nos "bastidores", na expressão de Goffman (1975) (3), ou seja, a cozinha, vendo com maior nitidez a própria "comida", a precariedade do ambiente, a "sujeira", o comportamento das pessoas, pondo em evidência a própria condição de carência em que viviam, desnudando por completo a situação, da qual se envergonhavam.

b. Situação 2: Um almoço por convite.

As relações com Josefina tiveram início quando eu me encontrava na casa de Carmela, a vizinha residente na casa situada logo à direita da sua. Ambas as casas situavam-se numa das principais artérias da "Popular", tendo à frente o Grupo Escolar. Há aproximadamente cinco meses vinha visitando a família, realizando, principalmente com Josefina e suas filhas, entrevistas em torno da alimentação. Um certo dia, após ter-me visto almoçando na casa de Carmela, decidiu formular-me também um convite. Muito espontaneamente, quando estava em sua casa, disse-me que era para vir numa quinta-feira, entre onze e doze horas, para almoçar com ela.

A sua casa é uma daquelas que a COHAB classifica como sendo do tipo 2/44. À entrada vê-se um pequeno jardim, com flores plantadas, a cerca original da planta, uma pequena varanda. No interior, uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro. Nos fundos, um quintal com algumas plantações e animais domésticos.

Juca, o dono da casa, naquele dia estava trabalhando, como sempre faz, numa firma de construção civil, onde era marceneiro. Recebia, em 1973, CR\$ 950,00 mensais. Josefina, com 48 anos, era um ano mais nova que o marido, somente trabalhou quando solteira e na ocasião trabalhava em casa. O casal tem sete filhos, dos quais duas estão casadas, residindo no "centro" de Paulínia. Uma delas casou-se recentemente, com um "genro pretinho", conforme dizia Josefina, que "é muito trabalhador" e "atencioso" com ela. A outra filha está casada com o "genro rico", que só chega à porta da casa de Josefina para buscar a mulher, quando esta vem visitá-la. Um filho solteiro, na época com 17 anos, era "atendedor" no posto de abastecimento da Petrobrás, onde ganhava CR\$ 200,00 mensais. Outra filha, com 13 anos de idade, há pouco havia "repetido de ano", deixando de estudar, e estava à procura de emprego "no comércio", onde não era fácil obter trabalho. Os demais filhos, respectivamente nas idades de 12, 9 e 6 anos, estã

vam somente estudando no grupo escolar, sendo que a "caçula" en contrava-se no pré-primário.

Josefina julga-se "pobre", mas os outros definem a sua família como sendo "remediada". No dizer da vizinha, o "marido dela tem ofício e ganha mais que o salário". Além do mais, Josefina "é gente boa", "toma sempre conta do meu filho quando eu preciso, é pessoa que a gente pode contar nos casos de precisão". A outra vizinha residente na casa situada à esquerda da sua, sempre comentava que Josefina "é que nem minha mãe, ajuda, dá conselho, ela é muito boa".

Cheguei à sua residência, no dia marcado, por volta das onze horas e trinta minutos. Encontrei Josefina à porta da casa de Carmela, olhando um pouco aflita de um lado para outro. Ao ver-me, imediatamente comentou: "eu achava que você num vinha, que tinha até esquecido. Eu já tava falando pra Carmela, será que ela vem mesmo? Mas Carmela me garantiu que você vinha". Parei para conversar com as duas e logo a seguir Josefina deixou-me a sós com Carmela, saindo às pressas para sua casa, comentando que "ia dá uma espiada na polenta".

Logo mais dirigi-me à casa de Josefina. Ao entrar na sala, vieram cumprimentar-me as duas filhas casadas, que ficaram conversando comigo a respeito do trabalho dos seus maridos, ou interrogavam-me sobre a pesquisa, o Centro de Saúde, falavam dos médicos e enfermeiras que atendiam. Júlia (a filha casada com o "genro rico") deixou-me a sós com Virgínia (a casada com o "genro pretinho") indo, a chamado da mãe, à cozinha. Da sala ouvia-se as idas e vindas de ambas e o chiado das panelas que ferviam no fogão. As crianças que não estavam na escola vieram falar comigo, mostravam-me os seus cadernos e desenhos e continuaram, muito à vontade, brincando na frente da casa, com outras crianças vizinhas.

Decorrida aproximadamente meia hora, Josefina convidou-me para ir à cozinha almoçar. Foi esta a primeira vez que tive acesso àquele espaço da casa. Havia uma mesa coberta por uma toalha amarela, três pratos de "Colo ex" (bolo:

rasos e um fundo), garfos e facas de alumínio estavam ao lado dos pratos. No centro da mesa encontrava-se, numa forma de alumínio, a "maionese", composta de vagem, batatinha, cebola e chuchu, coberta por molho. No fogão a gás, de marca "Continental", via-se uma grande panela de alumínio, onde estava a polenta; noutra panela um pouco menor via-se o molho, que Josefina mexia de vez em quando, com uma colher. Na terceira panela, de tamanho mediano, estava o arroz, e numa ainda menor, o feijão.

Sentei-me junto à mesa, enquanto Josefina dava os últimos retoques à comida. Comentava que só ela, Virgínia e eu iríamos almoçar, uma vez que já dera comida às crianças; Júlia, que estava fazendo regime para emagrecer, já havia almoçado em sua casa.

Tecia comentários a respeito da polenta, afirmando que 'o marido gosta muito', mas não da forma como fizera hoje. "Ele gosta que põe a polenta na forma e vai põe uma camada de molho, outra de polenta com queijo e outra de molho, num pode fartá tamém a azeitona. Eu manero um pouco a azeitona, guardo na geladeira porque assim conserva mió e só ponho ela no macarrão, no domingo. Aqui em casa todo o mundo gosta da azeitona no macarrão. Hoje você pode comer bastante, fiz a polenta com bastante molho, pois tem dia que farta molho, hoje não. Hoje comprei carne da boa, da melhor, de primeira, e misturei a carne no molho com bastante tomate. Cozineei o tomate, num passei no liquidificador porque tá estragado, mas passei na penera. Depois pus numa panela com óleo, o "língua", que é bão prá molho e maionese, pus uns dentinhos de alho, cebola, manjerona que é umas folhinhas boas prá dá gosto bão na carne do molho. Tenho destas folhinhas no quintal (trova-se algumas para que eu as visse). Pronto o molho, ponho a carne cozida, massa de tomate, hoje pus uma lata inteira de massa!"

Dizia-me que "bati a maionese na mão, pui ovo e quando já tava durinha pinguei umas gotinhas de vinagre. Tem maionese comprada, mas é mais fácil fazê em casa. Num gosto

de comida comprada. O marido uma vez comprô uma carne com farofa, arroz, "strogonoff" e frango. Nós morava ainda em São Paulo, eu num achei bão o "strogonoff". Gosto mais de uma maionese, de uma macarronada feita em casa. Eu num sei cozinhá, mais prefiro da minha comida."

Quando Josefina terminou o preparo das comidas, colocou a polenta numa tijela de "Pirex", e, em seguida, despejou o molho de carne sobre a polenta, colocando este prato no centro da mesa. Ao lado deste ficou a "maionese", que, em relação à polenta, era mais abundante. Em menor quantidade foi servido o feijão, na própria panela de alumínio onde havia sido "temperado". Numa outra travessa de "Colorex", de tamanho regular, foi servido o arroz; numa pequena garrafa de plástico havia molho de pimenta, em torno do qual Josefina tecia comentários, dizendo que ela mesma o havia preparado, valendo-se de "duas qualidade de pimenta, a chifre de viado e pimenta do reino, que misturadas no liquidificador com sal e tomate ficava uma delícia."

A disposição das pessoas junto à mesa era a seguinte: eu permaneci numa das laterais da mesa retangular, Virgínia ocupava a outra lateral, à minha frente; Josefina, ficou entre Virgínia e eu. Júlia, sentada em um banco, ficou fora da mesa, perto da porta da cozinha, justificando não almoçar porque estava fazendo regime para emagrecer, somente comendo aquilo que o "médico manda", ou seja "carne e verdura cozida."

Josefina pediu que eu me servisse em primeiro lugar, a seguir a filha serviu-se de polenta em pouca quantidade e só comeu isto. Josefina usava um prato fundo e garfo, serviu-se primeiramente de arroz em grande quantidade, depois da polenta com molho. Repetiu o arroz com molho e serviu-se uma única vez de maionese, em menor quantidade.

Constantemente ela insistia para que eu comesse mais. Embora já houvesse repetido por duas vezes todos os pratos, ela dizia que eu estava "comendo pouco".

Enquanto ainda almoçávamos, as crianças circulavam pela cozinha, dirigindo-se ao quintal. Josefina comentava comigo: "as criança num tão nem aí que você tá aqui", frisando que elas estavam à vontade. Num certo momento, ela chamou a neta, ainda pequena, servindo-lhe num prato polenta com arroz. Esta dirigiu-se à sala e foi almoçar lá. A seguir, pegando um prato fundo, colocou nele uma certa quantidade de polenta com molho, cobriu-o com um guardanapo, chamou uma das suas filhas menores, que no momento brincava na sala, mandando que ela fosse levar aquele prato para a Carmela. Comentava comigo que "a polenta que a Carmela fais é diferente. Lá na nação dela³ ela fais polenta feito o nosso cuscuz. Põe a água com o sal, joga o fubá e depois põe no vapor prá cozinhá. Fica uma polenta diferente. Agora isso prá ela é cuscuz, mas aqui põe muita coisa no cuscuz, galinha, palmito, azeitona, sardinha e deixa cozinhá na cuscuzeira ou no vapor. Agora a pipoca da Carmelita também é diferente, eis pega areia do rio bem branquinha põe numa panela e põe a pipoca em cima, aí ela estora e depois passa numa peneira e a areia cai, e come. Fica bonita e branquinha. Tenho muita amizade com a Carmela ela é sozinha aqui, quando ela precisa eu ajudo ela."

Virgínia por vezes intervinha na conversa, mas permaneceu calada no decorrer do almoço. Quando todos haviam terminado de almoçar, Josefina retirou os pratos, deixando apenas o meu. Ofereceu-me laranjas, que foi buscar na geladeira, na sala. Descascou-as junto à pia, deixando cair as cascas dentro desta. Serviu-me laranjas, distribuiu-as também às crianças e somente Júlia recusou-as, sob o pretexto de que "laranja gelada dói os dente." Servidas as laranjas, Josefina preparou um café adoçado, servindo-me uma grande xícara sobre um prato de louça, tomando-o também ela e as filhas.

Deixamos o recinto da cozinha, a convite de Josefina, e dirigimo-nos à sala, onde a conversa girava em torno do trabalho do seu marido, que pretendia mudar-se para São

3. Carmela é procedente da Bahia.

Paulo, onde se ganhava mais. Ambas as filhas, descontentes com a possível mudança da mãe, diziam ir visitá-la quando lá estivesse.

Permaneci na casa por mais uma meia hora, agradei pelo almoço, tendo Júlia me convidado para voltar no dia do aniversário de sua mãe, quando então ela iria preparar-me um almoço.

COMENTÁRIO

Esta família, classificada entre as "não muito pobre", não havia conseguido realizar nenhuma modificação na aparência externa da casa, mas idealizava colocar grades de ferro na sua frente, bem como ampliar a cozinha. Obtinham uma renda "per capita" mensal de CR\$ 164,20 ainda que vivessen fazendo economia, planejando aumentar os rendimentos familiares através do ingresso de uma das filhas jovens no mercado de trabalho.

Josefina, suas filhas casadas e as crianças eram as pessoas com quem mais freqüentemente eu me relacionava. O Juca nunca estava em casa nos horários em que eu ia visitar a família. Assim mesmo, eu o conhecia, já tendo sido a ele apresentada por Josefina, que dizia ser eu sua "amiga, fazia pesquisa prá vê o que pobre come", além do mais, "trabalhava no Centro de Saúde", "morava em Campinas". Via-me também como sendo "rica", trabalhando em "serviço folgado". Para ela, eu pertencia a outra categoria social, era mulher que trabalhava, ganhava bem e possuía veículo próprio. É interessante assinalar que as informações a meu respeito não só foram transmitidas por mim no decorrer das interações com Josefina e sua família, mas também pela vizinha, com a qual eu já havia participado de um almoço. Assim, o convite para o almoço foi formulado não somente em decorrência do fato de querer que alguém, que é visto como pertencente a outra categoria social, viesse a ser recebido na casa de quem se vê como "pobre", dele desejando obter favores. Significava também que ela o de

ve a mesma oportunidade que um outro igual (a vizinha) tivera para convidar-me para almoçar em sua casa. Como assinala Goffman (1975)⁴ [...] "assim quando os inferiores acolhem com a máxima generosidade de visitantes superiores, o desejo egoísta de conquistar favores pode não ser o motivo principal. O inferior pode estar tentando, com muito tato, colocar o superior à vontade, simulando o tipo de mundo que se julga que o superior considera natural."

A informação complementar a meu respeito, inclusive a forma como eu me comportara no almoço com a vizinha, era importante para que Josefina pudesse obter para si uma definição mais acurada da minha própria condição social, permitindo-lhe antecipadamente controlar tanto os aspectos "cênicos" (aparência da sala) e o "equipamento expressivo" (comida).

Quanto ao primeiro aspecto ficou muito evidente a transformação ocorrida no ambiente da sala, área à qual sempre tive acesso, que naquele dia encontrava-se mais arrumada e limpa que nos demais dias em que estive lá. Pode notar, sobre a cristaleira, a bateadeira de bolo, antes guardada, e o liquidificador, que se apresentava vestido com uma boneca de plástico de flores azuis. Tornavam-se significativas para Josefina as minhas observações elogiosas feitas a respeito do ambiente. Vê-se por aí que era esperado que eu observasse aquelas modificações do "cenário". De outro lado, a elaboração do cardápio e a demonstração das suas habilidades de cozinheira indicavam a importância de maximizar o consumo, ao mesmo tempo que significava o máximo de cortesia que poderia fazer, dentro de sua capacidade econômica, buscando adequar o "equipamento de sinais" (a comida) às expectativas elaboradas a respeito do convidado. É óbvio que esta adequação estava circunscrita ao que é o ideal dentro dos moldes da categoria social a que pertence. Ao lado da "comida", os objetos utilizados (pratos e travessas de "Pirex", que antes estavam guardados na cristaleira), juntamente com a mesa recoberta com a

4. Goffman (1975:26-27)

toalha, indicavam que a anfitriã marcava a presença de visitas da forma que pensava ser adequada.

Ao serem manipulados por Josefina os diferentes elementos da fachada social, pode-se ainda interpretá-los na perspectiva de Goffman (1975)⁵ como a representação elaborada pelo ator por "desempenhos idealizados" e a sua aspiração de ascensão social à medida em que busca expressar através de quem se quer ter como convidado e da comida que lhe é oferecida, o que aspira a ser e, inclusive, a consumir.

Nesta situação encontrou-se mais evidentemente a demonstração, para outros, das qualidades e desempenhos da mulher na casa. Esperava-se com freqüência que eu as observasse e elogiasse. Assim, na perspectiva de quem recebia estes comentários elogiosos, eles confirmavam o sucesso obtido por ela a respeito do que havia sido preparado para receber-me.

c. Situação 3: Um almoço "não especial".

Há quase dois anos a família de Tereza era por mim visitada, e várias vezes almoçara com a família. Certo dia encontrou-me na "Popular", parou para conversar comigo e como há um certo tempo eu não estava freqüentando a sua casa, convidou-me para ir almoçar numa sexta-feira.

A família de Tereza ocupava uma das casas de tipo 3/52 m², conforme designação da COHAB. Na frente havia uma grande grade de ferro, o abrigo para o automóvel, o jardim parcialmente cimentado, entremeado com pequenos canteiros de flores. A cozinha já estava ampliada e outras reformas (no piso, pintura) haviam sido feitas na casa inteira. Três quartos, sala, cozinha e banheiro eram os cômodos da casa. O quintal, grande parte dele cimentado, tinha como complementar um "quartinho de fundo", denominado "quarto de despejo".

5. Goffman 1975:40-53. Ao referir-se aos "desempenhos idealizados", o autor propõe que... "na maioria das sociedades parece haver um sistema principal ou geral de estratificação e em muitas sociedades estratificadas existe a idealização dos estratos superiores e uma certa aspiração, por parte dos que ocupam posições inferiores, de ascender às mais elevadas."

Esta família era vista pela vizinhança como sendo "bem de vida", o "marido ganha bem" e a casa dela "tem de tudo dentro".

O marido de Tereza tinha 48 anos de idade era operário na Cia. Rhodia, ganhava, em 1973, CR\$ 1.300,00 mensais. O único filho do casal, com 13 anos de idade, estudava no ginásio e trabalhava, meio período por dia, na padaria, onde recebia CR\$ 100,00 mensais. Tereza somente trabalhava em casa, às vezes, a seu dizer "gosto de ir catá tomate na roça prá distraí."

Cheguei a casa na sexta-feira, por volta das onze horas e trinta min., conforme o combinado anteriormente com Tereza. Encontrei-a no portão da casa, aguardando por mim. Indicava para que eu estacionasse o carro na frente de sua casa. Cumprimentou-me logo, dizendo que não havia preparado "nada especial", pois eu era "de casa". Fêz-me entrar pelo quintal, dizendo: "ocê num repara nisso porque é de casa."

Do quintal tive acesso imediato à cozinha, onde permaneci sentada junto à mesa fórmica, enquanto Tereza lavava alguns objetos sujos. No fogão, marca "Dako", estavam quatro panelas de alumínio, fechadas com a tampa. O almoço já estava pronto e Tereza dizia aguardar o marido, que em breve chegaria do trabalho.

Enquanto isto, Tereza tecia comentários a respeito das reuniões noturnas que o pessoal do Centro de Saúde vinha realizando com os moradores e estava contente de ter participado da comissão dos moradores que foi conversar com o prefeito a respeito de assuntos do bairro. Frisava que nunca havia antes conversado "com gente importante, num sei me comportá, mais eu sô eu mesma em qualquer lugar." Prosseguia comentando não saber receber ninguém em casa, porque "nem sei como servi, mas sei que ocê é de casa e num vai repará." Dizia ter uma cunhada "que é de classe média", mas que sente-se até mal quando ela vem à sua casa, pois "repara em tudo", afirmando que sentia-se mais à vontade comigo do que com a cunhada, por

que "eu sei que ocê num repara nas coisa". Relembrava os tempos em que residia na Rhodia, onde ela e o marido iam ao cinema e "os mais graduado ia bem vestido, as muié pintada, e passava perto da gente nem cumprimentava. Um dia, eu peguei e pus um vestido do mió que eu tinha, pentiei o cabelo, pintei a cara e fui prô cinema. Aí o pessoal passô perto de mim e me cumprimentô."

Neste ínterim chegou o marido, que cumprimentou-me, sentando-se à mesa, perguntando a Tereza se o almoço já estava pronto. Respondendo afirmativamente, Tereza estendeu uma toalha na mesa, tendo colocado quatro pratos de "Colorex" (dois fundos e dois rasos), espalhando garfos e facas num dos cantos da mesa. Dirigiu-se ao fogão, trouxe as panelas, desculpando-se que na sua casa não servia comida em travessas. Como dizia, "vai nas panela memo, eu sei que ocê num repara, é de casa."

Numa das panelas grandes estava o arroz; no caldeirão, o feijão; o frango assado foi retirado do forno, indo à mesa na forma de alumínio onde foi preparado. A maionese (com batatas, cenoura, azeitona, tomate, alface, palmito) foi trazida da geladeira numa grande travessa de "Colorex". "A maionese num tá muito boa não", comentava, "é por causa do óleo" (na ocasião o óleo estava racionado e Tereza adquirira o óleo "solto").

Chegando a casa, o filho do casal dirigiu-se à cozinha, cumprimentando-me, e sentou-se. Desta forma, as pessoas ficaram assim distribuídas: nas laterais menores permaneceram o filho e Tereza e, nas maiores, o marido e eu.

Primeiramente Tereza serviu o marido, colocando em seu prato o feijão, seguido de uma maior quantidade de arroz. O marido serviu-se do frango, juntamente com a maionese. Comia lentamente, usando uma colher e um prato fundo. Utilizava-se das mãos para comer o frango.

Tereza pediu que eu me servisse: "Põe bastante comida no seu prato". Ofereceu-me uma faca, dizendo: "Outro dia

eu tive uma discussão com um amigo por causa da faca, ele falava que num sabe comê com faca, só come com as mão, tamém num sei, é mais gostoso comê frango com a mão."

O filho serviu-se a seguir e só comeu frango, valendo-se das mãos também. "Ele só come galinha, dizia Tereza, não gosta de arroz e feijão, às veiz nós come comida e ele só come mingau (leite com farinha); no domingo ele comeu sozinho um frango quasi intero. Aqui em casa num pode fartá carne, todo o mundo come, se num come até dói o estômago e a gente se sente mal."

Tereza colocou em seu prato uma pequena quantidade de arroz, serviu-se de maionese, frango e feijão, em menor quantidade. Comia vagarosamente. "Aqui em casa eu num gosto de discussão na hora da comida, eu num deixo o marido ficá bravo com o menino. Se ele num vai bem na escola e se o pai começa a falá com ele e repreende na hora da comida, eu mando logo pará a discussão prô menino num ficá nervoso quando come."

O marido era quem menos conversava comigo, teceu alguns comentários a respeito das reuniões dos moradores, afirmando que "o povo daqui é desanimado"; por vezes, quando interrogado por mim, falava do seu trabalho. Às vezes tirava comida do seu prato, dando-a ao gato e ao cachorro que estavam ao lado da mesa.

João (o filho) pouco falou no decorrer da refeição. Levantou-se logo da mesa, dizendo ir à escola, pedindo dinheiro à mãe para comprar lanche, que ela forneceu, não sem replicar: "ocê num comeu nada e agora qué lanche na escola, ocê só gosta de comê porcaria." Virou-se para mim, dizendo que "ele é muito bãozinho, num faiz nada se eu num dô orde." João despediu-se e saiu.

A refeição continuava, o marido serviu-se novamente de arroz, feijão e frango; Tereza não repetiu, pois diz estar fazendo regime para emagrecer. "Se eu fico nervosa, eu

como, se eu fico doente eu como. Eu agora tô com oitenta e quatro quilos. É mais fácil emagrecê quando eu tô calma. Uma vizinha mandô eu tomá chá de marangá depois da comida, é amargo. Fui na farmácia e o farmacêutico me deu Moderex e Lasix prá tomá com suco de laranja. Mas eu parei, fiquei sem sono. Num tem jeito, dizem que é das glândula a gordura..."

Quando todos terminaram de almoçar, Tereza retirou os pratos, travessas e panelas da mesa, colocando-as sobre a pia e no fogão. Foi à geladeira, de onde trouxe seis laranjas, que foram espalhadas sobre a mesa. Ofereceu-me uma delas descascada, a outra deu ao marido. No entanto, chupava a sua sem descascar, tendo antes amassado a laranja entre as mãos, fazendo um pequeno orifício na sua parte superior, chupando-a desta forma.

A conversa ainda era monopolizada por Tereza, que falava agora das suas doenças, e Roque permanecia calado. Logo pediu licença para sair, dirigindo-se à sala, dizendo que ia sair um pouco, convidando-me para retornar à sua casa.

Permaneci por algum tempo conversando com Tereza, que me ofereceu um café adoçado que se encontrava na garrafa térmica sobre o armário. Serviu-o numa grande xícara "Colorex", colocada sobre um pires.

Logo mais, deixei a casa, saindo pela porta que dava acesso ao quintal, conforme indicado por Tereza. Agrade-ci pelo almoço, despedi-me de Tereza, que me acompanhou até ao portão, dizendo-me que voltasse sempre à sua casa.

COMENTÁRIO

Sendo "bem de vida", esta família, além de ocupar uma das casas com maior espaço interno, já havia realizado melhoramentos na sua aparência externa e interna. Frequentemente notava-se que a casa estava bem arrumada, limpa, o mobiliário era novo e "moderno", preferindo a mulher certas marcas e qualidades de equipamentos domésticos revelados através da marca "Dako" do fogão, "Fiel" do armário de aço e o tipo

"fórmica" da mesa e cadeiras da cozinha. Obtinha esta família uma renda familiar mensal de CR\$ 1.400,00, o que equivalia a uma renda "per capita" de CR\$ 466,66 mensais, situando-se entre as mais elevadas da "Popular".

Para Tereza, a dona da casa, eu era vista como sendo sua "amiga", que trabalhava com "os médicos da faculdade", era "de fora", estava "bem de vida", embora trabalhasse, mas ganhava bom salário. Para ela era importante eu ter automóvel, estar em contato com os médicos e poderia eventualmente oferecer-lhe vantagens de atendimento médico junto ao Centro de Saúde, desde que as "suas doenças" causavam-lhe grandes preocupações. Para o marido, eu era "gente do governo", via-me com certa reserva, mas aceitava-me porque eu era "amiga" da sua mulher. Mas, sendo eu mulher e solteira, mantinha uma certa distância no seu relacionamento comigo.

Apesar da amizade que Tereza dizia ter por mim, convidar-me para almoçar em sua casa significava obter maior aproximação com pessoas do Centro de Saúde, que Tereza considerava "gente importante". Logo, "amizade" e posição social do convidado eram elementos significativos na definição da situação e das ocorrências posteriormente encenadas.

Sendo categorizada como "de casa", uma maior informalidade era mantida nas relações de Tereza comigo, expressando-se pelo acesso imediato que me foi permitido à área dos "bastidores" (a cozinha), o principal "cenário" onde ocorreram as interações nesta situação. Este "cenário" comunicava expressivamente a condição social desta família, e por ele Tereza indicava a consecução de um projeto idealizado não somente por ela, mas pelas demais mulheres da "Popular", ou seja, obter maior espaço da cozinha e equipá-la o melhor possível. Ainda que mantivesse um relacionamento amistoso comigo, a assimetria na relação era mantida, não somente pelo fato de pertencermos a categorias sociais diferentes, mas também revelava-se à medida em que se via incapaz de manipular adequadamente outros "equipamentos expressivos" referentes à "fachada

peçoal", que incluem, na expressão de Goffman (1975), a "aparência" e "maneira". A respeito da aparência pessoal, Tereza manifestava a sua opinião quando revelava uma experiência anterior frente a outras categorias de indivíduos julgados superiores, percebendo com isto a importância desempenhada pelo vestuário, pinturas no rosto, o penteado e a moda na apresentação frente a outros atores. Este elementos comunicam expressivamente a posição social do sujeito.

Ainda que afirmasse que eu "não reparava" por ser recebida na cozinha e dissesse sentir-se à vontade com a minha presença mais do que com a cunhada, as desculpas que pedia quando expunha à minha observação a forma como servia a mesa (colocando as panelas), e como se servia da comida (não sabendo fazer uso da faca), revelam a importância que ela julgava que eu atribuisse à sua maneira de apresentar-se, ainda que fosse numa área dos "bastidores". A sua incapacidade de manipular gestos e "maneiras" poderia confirmar a sua condição social, dificultando-lhe controlar todos os elementos da "fachada social" que em parte ela buscava controlar, oferecendo inclusive ao observador um "cenário", um equipamento expressivo (comida) que julgava adequado ser exposto a um convidado. Não podendo controlar todos os elementos da fachada, justifica-se, manipulando a sua condição de minha amiga, diante da qual põe-se à vontade, mas escusando-se por não poder ser o que é idealizado alcançar em termos de condição social. Mais explicitamente, ser capaz de equipar-se de outros símbolos expressivos (gestos e maneiras), que informam a condição social do sujeito.

d. Análise.

Nas refeições cotidianas predomina o consumo de alimentos considerados básicos e essenciais para a manutenção da família. Pode-se afirmar que, nestas condições, o alimento restringe-se estritamente ao seu significado de nutrir, alimentar, refazer forças que são consumidas cotidianamente. Na própria forma adotada para a refeição, quando cada um "come separado", manifesta-se uma atividade individualizada, in-

dependente do fato de que a refeição tenha sido preparada para todas as pessoas da família.

As refeições não cotidianas, e especialmente as anteriormente apresentadas, assumem um significado diferente, ainda que condições circunstanciais possam interferir na apropriação e adequação do "equipamento expressivo", entre elas as restrições econômicas das famílias. Esse significado pode ser dimensionado em dois aspectos básicos: o primeiro envolve as relações com os "de fora", não residentes no espaço físico imediato (na casa, na "Popular", na cidade de Paulínia) e com pessoas socialmente distantes, pertencentes a outra categoria social. O segundo aspecto refere-se ao conteúdo e significado da "comida" que é oferecida.

Levando em consideração ambos os aspectos, as situações sociais anteriormente relatadas deixaram explícitas as diferenças de posição social entre os elementos que interagiam, sendo eu particularmente categorizada como "de fora", uma "visita", uma "convidada", uma "amiga" e "de casa". Na verdade, esta categorização que indicava maior ou menor familiaridade, amizade e aproximação com a mulher (dona-de-casa), não significava que deixassem de considerar-me, neste contexto, uma pessoa de outra categoria social.

Isto ficou evidente quando manipulavam as impressões e os elementos da fachada social, mesmo não sendo homogêneas, comparativamente, as possibilidades de ser e outro doador. Nesta heterogeneidade encontra-se o significado social do alimento por ocasião das refeições para convidados, onde passa a ser alguma coisa que é oferecida e doada, ultrapassando a própria função cotidiana de nutrir. Se as condições do doador são precárias, o fato de procurar, mesmo que de improviso, uma "comida" diferente para oferecer a quem chega indica o significado da oferta e doação de alimentos não cotidianamente consumidos.

A própria apresentação da "comida", os artifí-

cios que a cercam, "molhos", a mesa arrumada, a toalha, o uso de pratos "Colorex" e de talheres (garfos e facas), mesmo não constituindo uma regularidade em todas as situações, revela-ram o aspecto não estritamente alimentar da refeição, mas a busca de embelezar o ambiente e o equipamento expressivo, na tentativa de mostrar a quem é recebido que não se trata de uma ocorrência cotidiana, além do que é uma forma de apresentar-se à "maneira de gente rica".

O doador, por outro lado, busca demonstrar que é efetivamente capaz de oferecer alimentos, comunicando a quem recebe que ele não é tão "pobre" que não tenha nada a oferecer. Neste sentido, busca-se dar o que há de melhor, e, inclusive, os alimentos "mais ricos", mais elaborados, de qualidade superior e mais caros. Quem doa está tentando expressar a sua capacidade, demonstrando amizade, poder, simpatia, ao mesmo tempo que procura ocultar a sua própria pobreza.

Outro aspecto a ser dimensionado refere-se às relações mantidas entre as diferentes pessoas da família nas situações observadas. Pôde-se notar que a mulher centralizou as ações, pois não apenas preparou os alimentos, mas também coube a ela formular o convite. Este aspecto provavelmente prendeu-se ao fato de ser eu própria mulher, relacionando-me, na maior parte do tempo que permanecia nas casas, com as mulheres, dado que os homens muito raramente dispunham de tempo para conversar comigo, durante o dia, pois se encontravam trabalhando. As situações de refeição que foram relatadas indicaram tanto a ausência masculina na casa, como, quando estavam presentes (o que ficou mais evidente na terceira situação relatada), o maior distanciamento da figura masculina em relação à minha própria pessoa.

O fato da mulher desempenhar a maior parte das atividades realizadas na casa e na cozinha levou à investigação mais detalhada das suas tarefas domésticas, que serão objeto de análise do próximo capítulo.

Embora portanto a refeição não cotidiana ultrapasse a função cotidiana de nutrir, na verdade ela reincorpora e reafirma que o alimento a ser exercido é basicamente o "rico", o "forte", isto é, aquele que "alimenta" e "fortifica".

NOTAS DO CAPÍTULO V

- (1) As situações sociais apresentadas têm o caráter meramente ilustrativo visando colocar o leitor em contato com o material de campo. Não se pretende com aquela apresentação empreender uma análise situacional tal como propõe Van Velsen (1967:140-141).
- (2) Goffman (1975:29) explicita que: "venho usando o termo "representação" para referir-me a toda atividade de um indivíduo que se passa por um período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar fachada (o grifo é meu) a parte de desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação" [...]
- (3) Goffman (1975:31) define os aspectos "cênicos da fachada" ou seja "a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos de pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana..." O "cenário" é um dos itens do "equipamento expressivo". Considera ainda o autor como um outro item deste equipamento a "fachada pessoal" que se divide em "aparência"... "aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator" e a "maneira" ou seja "aqueles estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima."

CAPÍTULO VI

O SERVIÇO DA DONA-DE-CASA

Neste capítulo, o enfoque principal está voltado para uma análise do trabalho da mulher com relação às suas atividades na cozinha, que envolvem o preparo dos alimentos, quando as mulheres põem em prática as suas habilidades e conhecimentos que, por sua vez, foram adquiridos, através da sua socialização, num certo meio social. Estas mulheres, ao transmitirem os seus conhecimentos, evidenciam "habitus" próprios da classe a que pertencem, diferentes dos apresentados pelas outras classes sociais.

De outro lado, serão abordadas as tarefas da mulher na cozinha, para, em confronto com os desempenhos dos homens, dimensionar aspectos da divisão sexual do trabalho.

1. A divisão do trabalho na produção alimentar.

"Cozinhá é coisa da muié", ou "é a muié que controla o fogão", diziam as entrevistadas. As crianças, através de suas redações, deixaram também evidente que eram as suas mães que compravam as verduras, o leite e as frutas dos verdurheiros, ou traziam a "compra" do supermercado; elas faziam o café pela manhã, o almoço e o jantar, cozinhavam as comidas diariamente, ainda que, muitas vezes, não pudessem preparar ou comprar certas "comidas" porque eram "caras".

A insuficiência de condições financeiras está sempre presente, de modo a impor limitação constante quanto à disponibilidade de dinheiro para adquirir inclusive alimentos. A expressão "controle do fogão", como acima mencionada, segue "pari passu" a noção de fazer economia na cozinha controlar os gastos de alimentos, e mesmo "um abusá" para não "descontrolá" o orçamento.

As diferentes atividades das mulheres na cozinha e no espaço doméstico estão relacionadas à divisão sexual do trabalho na organização familiar, cabendo ao homem manter a família, trabalhando fora, e, à mulher, cuidar pela casa, pelo marido e pelos filhos (1). Ainda que algumas mulheres traba-

lhem fora para "ajudá o marido", ou mesmo, na ausência deste, para "sustentá" a família, ou ainda que as filhas mais jovens trabalhem para "ajudá na casa", permanece constante o fato da mulher executar os serviços domésticos e, assim, entre elas as relacionadas à aquisição, preparo e distribuição dos alimentos. Estes diferentes momentos do consumo alimentar envolvem uma série de tarefas que estão relacionadas diretamente à cozinha, desde que para cozinhar pressupõe-se que um conjunto de outras atividades já tenha sido desempenhado por alguém.

A compra dos alimentos envolve dois níveis de participação das diferentes pessoas da família: o primeiro refere-se à participação dos homens (marido e filhos) e das mulheres (esposa e filhas) no relacionado ao dinheiro que é gasto na aquisição dos alimentos; o segundo refere-se à participação das diferentes pessoas nas atividades de comprar (ir às unidades comerciais, pagar e trazer as "mercadorias" para a casa).

A forma como as diferentes pessoas participam não é igual em todas as famílias. Quando nas famílias somente o homem (marido) trabalha é freqüente que ele forneça o dinheiro à mulher (esposa) e esta, juntamente com as filhas e os filhos menores, encarreguem-se de comprar a "despesa" mensal ou semanal e pagá-la. Nesta situação também é possível o homem (marido) encarregar-se da "despesa" do armazém ou do supermercado, indo ele próprio comprar os "alimentos" e pagá-los, e a mulher (esposa) juntamente com os filhos (homens, mulheres, adolescentes e crianças) comprar e pagar somente alguns alimentos complementares à "despesa", que eventualmente faltam no decorrer do mês.

Quando um maior número de pessoas trabalha na casa (marido, filhos e filhas) é comum observar a mulher (esposa), que só trabalha "em casa", controlando o dinheiro da casa e ela mesma encarregando-se de efetuar a "despesa" e o (marido, filhas e filhos) auxiliam na aquisição das compras complementares, ou seja, quando passam na cidade, ao virem do trabalho, compram nos diferentes estabelecimentos comerciais uma e outra

"mercadoria" que está em falta. É comum observar as crianças menores sendo enviadas por suas mães ao "bar perto da vila" para comprar e pagar alguma "miudeza" (pó de café, açúcar, óleo).

No entanto, pode ocorrer na situação anteriormente mencionada que o homem (marido) efetue a "despesa" mensal indo ele próprio comprar e pagar com o seu próprio dinheiro, ficando então o dinheiro recebido pelos filhos e filhas para o pagamento das "prestações". Da mesma forma, nesta situação as mulheres (esposa e filhas) e os homens (filhos) participam da compra das despesas menores, quer indo à cidade ou utilizando do seu dinheiro para a aquisição de outros produtos (carne, ovos, leite, pão).

Com referência às atividades do preparo dos alimentos, tais como limpar, descascar, escolher, cozinhar as comidas, deixá-las prontas e até mesmo servi-las, e lavar, limpar os utensílios, equipamentos e o espaço da cozinha, os homens (marido e filhos) eventualmente delas participam quando inexitem filhas na casa para executá-las.

Na ocorrência de doenças das mulheres, os maridos, eventualmente, participam das tarefas da cozinha, podendo também fazê-lo quando, devido à idade, os filhos ainda dependem dos cuidados dos pais. Mesmo nestes casos, se houver filhas na idade de assumir tarefas domésticas ou a possibilidade de contar com a colaboração de vizinhos ou parentes, os homens eximem-se de tais tarefas.

"Na minha casa, em caso de necessidade, a gente deixa ele trabalhá na cozinha; se num for preciso ele num vai para a cozinha" (Só existem crianças pequenas na casa).

"Quando fui internada, o meu marido tinha que se virá, até cozinava prá ele, mas lavá roupa ele num fazia, a vizinha vinha aqui ajudá" (Só existem crianças pequenas na casa).

"Quando fui internada no hospital, o Roque (filho) fez todo o serviço da casa; ele tomô conta da casa, cozinava, só num lavô roupa, isto a vizinha que fazia" (Não existem outras mulheres na casa, as filhas são casadas).

"Quando ele (referindo-se ao marido) tinha os filhos pequenos ajudava, fazia bolo. Agora tem quem faiz" (Duas filhas são casadas, as demais são ainda crianças).

"O meu marido outro dia, quando eu tava doente, foi fazê comida, olha aí, quebrô até o cabo da panela" (Só existe um filho adolescente na casa).

"Se tô doente, a menina faiz todo o serviço da casa: cozinha, varre, limpa, lava roupa, ele sempre me ajuda" (Há duas adolescentes na casa).

Estes depoimentos indicam exceção nos papéis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres na organização familiar e conseqüentemente nas tarefas domésticas atribuídas a cada um deles. A ruptura das normas societárias em relação à divisão sexual do trabalho faz-se circunstancialmente e, mesmo quando os homens precisam executar determinadas tarefas domésticas, espera-se que eles as façam em caráter transitório.

Por outro lado, estes mesmos depoimentos deixam evidente o limite máximo que se estabelece para os homens, quando eles excepcionalmente executam os serviços domésticos: o "lavá roupa", que é tarefa exclusivamente feminina. Vale ressaltar que esta tarefa, mesmo quando executada pelas mulheres com o objetivo de receber remuneração, é das menos remuneradas, colocando-se entre as de menor prestígio. "Lavadeira" chega a ser até um termo pejorativo. Contrariamente, ser cozinheira implica ganhar mais e ter maior qualificação.

Mesmo que os homens venham a cozinhar, o comentário de que "ele é um coitado", como expressou uma entrevistada, é revelador de que se o marido cotidianamente, sem um motivo aparente, participa da cozinha, isto compromete a imagem de sua masculinidade. Da mesma forma, se a mulher não "cuida bem do marido e dos filhos", "num limpa a casa", "num sabe cozinhá", "deixa o marido trabaiá em casa", é definida pelos demais como "descuidadosa", "suja", "num liga prô marido e prôs filho", "deixa tudo largado", "num é muié boa", o que significa que dela é esperado que desempenhe os papéis tradicionais femininos.

Os conteúdos dos comentários e "fofocas" indicam regras gerais que governam os desempenhos femininos e masculinos.

Constante é o fato dos homens (marido e filhos) não participarem habitualmente das tarefas domésticas. As próprias mulheres eram, por vezes, taxativas nas suas afirmações, dizendo que: "aqui em casa os homens precisam trabalhar, tem quem faz"; outras referiam não ser bem visto pelos demais que os homens trabalhassem, o que vem a demonstrar os valores grupais, com frases como esta, "é feio homem trabalhar em casa, serviço de casa é de mulher". Uma outra mulher, que já trabalhara na zona rural, não opinava com tanta rigidez a respeito do trabalho do homem na casa: "o que é que tem os homens trabalhando em casa se a gente trabalha em serviço de homem? Eu, quando tava na roça, carpiava café, algodão, arroz, fazia serviço de homem. Na panha de algodão vai homem, vai mulher". Mas uma outra mulher que tem os filhos ainda pequenos, e conta com a colaboração do marido no cuidado das crianças e da casa, afirmava:

"Eu faço o que é mais necessário, comida, trato das crianças, dou banho. O meu marido é um coitado de bô, num bebe, num faz bagunça; mais se fôr preciso ele ir pro fogão, num faz nada, fica até sem tomar café. Limpá a casa, dá banho numa criança ele faz, mas cozinhá não."

Mesmo que o marido e a mulher trabalhem, inexigite a redistribuição nas tarefas domésticas, cabendo à mulher, além de trabalhar fora, desempenhar os serviços da casa. No dizer de uma das entrevistadas, referindo-se à vizinha do lado, que trabalha fora: "Ela chega em casa tarde e ainda vai fazer janta e até lavar roupa. No outro dia ela levanta cedo, faz o almoço pro marido levar pro serviço, deixa tudo pronto pro crianças. É uma coitada!..."

A comida das crianças "pequenas" (mamadeiras, sopas) é sempre preparada pelas mulheres ou pelas filhas adolescentes que não trabalham fora de casa. Entretanto, estas comidas são feitas separadamente daquelas dos adultos, não só pelo fato das crianças comerem em horários diferentes, como também

Por se utilizarem de vasilhames diferentes daqueles dos adultos. Por vezes, o "mingau de Maizena" das crianças "pequenas", que irá compor as mamadeiras, é preparado uma só vez no dia, isto é, pela manhã. Esta porção ou permanece numa vasilha em cima da pia, coberta por um pano, no decorrer do dia ou, às vezes, quando a geladeira está presente, é aí guardada e assim ministrada às crianças na hora em que têm fome. No entanto, as sopinhas geralmente são preparadas juntamente com o almoço e o jantar dos adultos. O leite das crianças "pequenas", que vai integrar as mamadeiras, é fervido pela manhã e igualmente armazenado em algum vasilhame sobre a pia ou é guardado na geladeira.

São sempre as mulheres ou as filhas que dão a comida às crianças, ainda que os homens (mãcidos) possam vir auxiliá-las a tomar conta da criança, ou seja, tomá-la no colo, com ela passear pela casa e muito raramente banhá-la. Geralmente os filhos maiores só tomam conta da criança "pequena" no período em que a mãe está ocupada com algum outro trabalho na casa.

No que se refere à comida dos homens que saem para trabalhar logo pela manhã, levando as suas ferramentas para o serviço, quem as prepara são as mulheres (esposas) que levam tam às cinco horas para fazerem o almoço. Ainda que os homens retornem à casa para almoçar, às vezes as mulheres levantam-se pela manhã para fazer o café para o marido e os filhos. Excepcionalmente, o próprio marido ou os filhos preparam para si o café, ou uma das filhas que também levanta cedo para trabalhar executa tal tarefa.

Quando os homens retornam à casa para almoçar, a mulher já preparou a comida para servi-la no mesmo dia, tendo iniciado esta atividade por volta das dez horas, quando já saiu da casa, limpou-a e lavou roupa. No decorrer da refeição são sempre as mulheres servem os seus maridos e filhos, embora porque muitos deles chegam em horários diferentes, cada um se servindo nas panelas junto ao fogão. Quando almoça à noite, o que é raro, pois o espaço da cozinha é reduzido, o homem costuma

tindo que as pessoas da família se reunam, é mais comum cada um se servir. As mulheres sempre preparam os pratos das crianças "maiores" e estas juntamente com os adultos comem no sofá das salas, ou ainda sentadas pelo chão. Entretanto, as "pequenas", na maioria das vezes, são alimentadas pelos adultos que, com as mãos dão-lhes da mesma comida dos seus próprios pratos. Desta forma, a expressão muito corrente entre as entrevistadas "as crianças pequenas come a mesma comida que nós come" atinge a sua ênfase máxima, revelada através da maneira como os pais alimentam seus filhos "pequenos".

Após o almoço, os homens que vieram almoçar em casa retornam ao trabalho, e a mulher, sozinha ou com a ajuda de alguma filha, dedica-se à limpeza da cozinha e dos diferentes objetos utilizados numa atividade designada por elas como "arrumá a cozinha". No período das quatorze às dezesseis horas as mulheres se dizem mais folgadas, tanto assim que era neste período que se dispunham com maior freqüência a serem entrevistadas, afirmando que pela manhã, ou depois das quatro horas encontravam-se sempre com muito trabalho em casa e era difícil atender alguém. Por vezes ainda pela manhã, além dos serviços domésticos, tinham que sair para levar um filho ao médico.

A tarde era sempre mais "folgado". Neste período saíam de casa para visitar algum parente, ou mesmo iam à cidade fazer uma compra. A partir das quatro horas já davam início ao preparo do jantar, aguardando a chegada dos filhos ou do marido. Entretanto, pelo fato de que estes chegavam em horários diferentes, nem sempre elas os esperavam para jantar juntos.

Após o jantar, deixam não "arrumá a cozinha", deixando esta tarefa para o dia seguinte. Atraídas pelas novelas das sete horas, as mulheres juntamente com os filhos "pequenos" e filhas, nas próprias casas ou na dos vizinhos, assistiam à televisão.

Os homens, geralmente cansados do trabalho, quando não faziam turnos nas fábricas, permaneciam em casa, isto

é, os "bons maridos", que no dizer das mulheres que não "farrava" e "num bebia"; outros, porém, saíam em companhia dos amigos, retornando tarde da noite. O mesmo ocorria com muitas mulheres "faladas", de "poco juízo" que faziam bagunça na "Popular", ocasionando brigas, tendo que vir a polícia para reprimí-las.

Na opinião das mulheres, os serviços mais pesados da casa são lavar o chão, encerrar e lavar roupa, por demandarem maior esforço e tempo, embora não sejam feitos cotidianamente. Cozinhar, entretanto, na opinião delas exige "muita limpeza e ordem", além de ter que saber preparar as comidas, o que implica em conhecimento e habilidades.

Nas tarefas domésticas, ainda que haja a participação dos homens na aquisição dos alimentos e esporadicamente no preparo das comidas, observa-se que há na divisão sexual do trabalho uma alta segregação de papéis conjugais, no sentido em que Bott (1971) indicou ¹.

Frente a uma atividade coletiva familiar, que é o consumo alimentar, vimos, no decorrer desta exposição, que existe segregação dos papéis femininos e masculinos, muito embora na organização das diferentes atividades concernentes ao abastecimento alimentar, ao preparo dos alimentos e à distribuição destes possam ocorrer, entre o casal e outras pessoas da família, três modos de organização das atividades, ou seja: complementar, independente ou conjunta (2).

Desta forma, no que se relaciona à atividade de aquisição dos alimentos existe a complementaridade entre as atividades dos homens, mulheres e filhos de ambos os sexos. No desempenho desta tarefa não há rigidez na divisão dos papéis conjugais, porque tanto os homens como as mulheres podem travar relações sociais com as diferentes categorias de vendedo-

1. "highly segregated conjugal role relationship is defined as one in which husband and wife have a relatively large proportion of complementary and independent activities and a relatively small proportion of joint activities", Bott, 1971:55.

res (fixos e ambulantes), mais próximos e distantes da "Popular". Assim, tanto os homens que vêm do trabalho, ao passarem pela cidade, realizam as compras "por ser mais fácil" e terem mais força para carregar a "mercadoria", como as mulheres, por disporem de maior tempo que eles, podem igualmente realizar as compras.

O caráter de independência sugerido pela afirmação de que somente os homens faziam a "despesa" mensal de alimentos não se verifica na prática. Se as compras são realizadas por marido e mulher juntos, vários fatores levam a que um e outro realize tal tarefa: localização do comércio, distante da "Popular", dispêndio de tempo e dinheiro para chegar ao centro, entre outros.

No preparo das refeições fica evidente a independência das atividades dos homens e mulheres, ainda que ocasionalmente os homens possam executá-las, como foi apontado no caso de doença das mulheres. O mesmo é extensivo para as demais tarefas na cozinha, ou seja: lavar, limpar alimentos, objetos e louças.

2. As habilidades das mulheres na cozinha.

No preparo das refeições cotidianas, as mulheres dispõem, geralmente, uma hora ou uma hora e meia para preparar "uma comida simples", no dizer delas, que muitas vezes circunscreve-se ao "arroz, feijão, uma batatinha, salada simples"; "arroz, feijão, uma misturinha" ou "comida de pobre, arroz, feijão e uma mistura".

A "comida simples", que compõe o almoço e jantar, é constituída por alimentos que são preparados sob a forma de "cozidos" ("refogado" e "ensopado", "fervido" e "frito"), com o emprego de poucos ingredientes (molhos e temperos). Apresenta-se, pois, sob forma menos elaborada que no domingo e dias de festa.

No cotidiano, as mulheres informam preferir as "comidas" cozidas, porque "rende mais", entre elas a "batata

ensopada", "carne ensopada" acompanhada ou não pela "batata", o "macarrão ensopado", verdura "abafadinha" ou "afogada", a polenta "branca" (sem molho) ou "simples", as "sopas" preparadas com feijão, arroz, macarrão, verdura e batata cozidas com ou sem a presença da carne, que na maioria das vezes é substituída pelo caldo "Knor".

O cozido apresenta algumas variantes: o "afogado" ou "abafadinho" procedimento este referente ao preparo das "verduras" que não exigem o emprego da água, sendo cozidas no seu próprio vapor; o ensopado, quando é necessário acrescentar maior quantidade de água, que se transforma em caldo "ralo" ou "grosso", e finalmente o "refogado", que é uma combinação do frito e do cozido, acrescentando-se uma quantidade de água suficiente para cozer principalmente o arroz, feijão, carne e às vezes a batata. Os "temperos" (óleo, gordura, sal, cebola, e outros) estão presentes nestes procedimentos culinários.

As "frituras", sempre feitas com o óleo, são também empregadas no dia a dia pelas mulheres, ainda que muitas delas afirmassem que "num faiz muita fritura prá economizá óleo que tá caro". Esta modalidade constitui, no cotidiano, o procedimento culinário mais freqüentemente empregado como alternativa ao "cozido". As mulheres fritam a "batatinha", a "mandioca", "polenta", às vezes o "macarrão" e mais raramente a "carne" de vaca que se transforma em "bife simples" e o "peixe frito".

O leite, quando adquirido, é fervido, sob a alegação de "que é prá matá os micróbio", ainda que muitas vezes não achem necessário "fervê o leite de saquinho", porque já vem "pronto". Variantes do "fervido" são as infusões, o chá e o café, ingeridos como bebidas. Geralmente servem o café "ralo", feito com pouca quantidade de "pó", alegando economia. Entretanto, o açúcar é acrescentado em grandes quantidades ao café e mesmo ao leite, porque ele "sustenta".

As verduras são preparadas "cruas", após serem lavadas, descascadas e picadas, ou somente lavadas e picadas,

para o que algumas mulheres afirmavam valer-se de grande quantidade de água. Outras acreditavam "que lavá verdura com muita água tira a vitamina dela". No dia a dia, as "verduras" cruas transformam-se em "saladas simples", com a presença de uma só qualidade de "verdura" ou em "saladas mistas", combinando-se várias qualidades delas, cruas e cozidas (batata, tomate, alface, repolho). Também no preparo dessas saladas são usados os "temperos".

Às vezes as mulheres mencionavam o aproveitamento das "sobras de comida", preparando com elas "bolinhos de arroz, machuchu", pela mistura de farinha e alguns "temperos", para depois fritá-los.

Raramente faziam doces e, quando acontecia fazê-los, era "prá matá a vontade das criança" e, assim, preparavam "arroz doce", "doce de tomate", "doce de abóbora", sendo estes dois últimos feitos principalmente quando traziam os ingredientes dos sítios onde iam trabalhar, ou mesmo quando os ganhavam de algum "conhecido que mora na roça". Aquelas que dispunham de maiores recursos financeiros, principalmente as "bem de vida", por vezes assavam pão em casa ou preparavam "bolo simples" para serem servidos no "lanche". Entretanto, a maioria das mulheres informavam não utilizar o forno "prá nem gastá gás que tá muito caro", outras efetivamente afirmavam não saber preparar "bolo" nem "pão".

Ainda que no processo culinário as mulheres empreguem generalizadamente os mesmos procedimentos, ao preparar "comidas" para as refeições não cotidianas adotam procedimentos mais elaborados, que exigem maior tempo para o preparo e também maiores gastos em dinheiro. Entre os pratos preferidos para aquelas ocasiões estão a "macarronada", também designada por "macarrão enxuto" ², a "maionese", o "frango assado" e "frito", o "rizoto de frango", "arroz temperado" e a "palenta com molho".

2. Segundo informação das entrevistadas, este é um termo empregado pelos mineiros para referir-se à macarronada.

Os "molhos", preparados com maior quantidade de ingredientes, inclusive alguns adquiridos "pronto" (molho de carne), são incorporados aos diferentes "temperos" (sal, salsinha, gordura, massa de tomate, tomate) para formar "molho grosso", que é acrescentado à "macarronada" e à "polenta", principalmente.

O assado e o frito, empregados para as carnes, especialmente nos dias de festa, são formas pelas quais muitas mulheres que estão "bem de vida" costumam prepará-las. Entretanto, os "pobre", como informavam, nunca empregavam o assado, o que pressupõe, a seu ver, adquirir carne de melhor qualidade, saber utilizar o forno e gastar muito gás. Para elas, a carne frita, especialmente o frango e mesmo o bife à milanesa, são as formas de preparo das "comidas" para as festas ou outras refeições não cotidianas.

As "verduras", que habitualmente são preparadas sob a forma de saladas, nas refeições não cotidianas apresentam-se sob a forma de maionese, composta por "verduras" cozidas, cruas e "latarias" (ervilha, palmito) e ovo. Tanto as mulheres preparam a maionese "em casa", batendo o molho a mão ou com o liquidificador, como adquirem-no já pronto. Ambiguamente, valorizam tanto o "molho de maionese" industrializado, por ter "mais gosto", como o "feito em casa", atribuindo a este também mais sabor. Entretanto, parece existir preferência de utilização pelo produto industrializado, por ser este considerado "mais prático".

O emprego de maior número de produtos enlatados no preparo mais elaborado das refeições não cotidianas revela a valorização pelo artificial, como também as tentativas de buscar diversificação do consumo e inserção na ordem moderna de produção.

Enquanto que, no cotidiano, as filhas, quando se encontram em casa, ajudam suas mães no preparo das "comidas", quando se trata de preparar "comida" para receber convidados, ou nos dias de festa (Natal, Ano Novo), as famílias que

dispõem de maiores recursos financeiros recebem ajuda das vizinhas, principalmente se a dona da casa não sabe preparar pratos mais elaborados. Da mesma forma, quando ocorre aniversário de alguma criança e a família dispõe de condições econômicas para comemorá-lo, as mulheres (donas da casa), contam com a ajuda de alguma vizinha que sabe "fazê bolo de aniversário" e "balas". Esta prestação de ajuda não remunerada integra a troca de favores e serviços assinalada no terceiro capítulo. Outras vezes, principalmente por ocasião de casamentos, os "bolos" são preparados por alguma "doceira" residente na "Popular", que recebe remuneração por este trabalho.

Concluindo, pode-se afirmar que o emprego das habilidades das mulheres nas suas práticas culinárias cotidianas e não cotidianas circunscreve-se às suas condições de existência, ainda que muitas delas idealizem poder "fazê comida gostosa", "pô bastante tempero", "fazê arroz, feijão, frango, pato, carne bem feitinha", "fazê bolo, essas coisa diferente que só rico come".

3. A aprendizagem da culinária.

A manutenção da atribuição feminina nas tarefas da cozinha manifesta-se também no processo de socialização das mulheres no espaço doméstico, que pode ser visto em dois sentidos: na aprendizagem que as mulheres, hoje casadas e mães de família, tiveram no seu passado, mesmo vivendo em diferentes condições de existência no espaço rural ou urbano, e no ensino, na atualidade, das tarefas culinárias, para as suas filhas, de este tipo de produção de mulheres no espaço doméstico. Na análise expressa que uma visão coletiva dos papéis tradicionais femininos, apesar das modificações que se processam na estrutura produtiva e que se revelam muitas vezes ambíguas na opinião e práticas das mulheres frente ao trabalho em casa e fora dela, elementos estes que serão tratados posteriormente.

Esta socialização de papéis femininos é realizada pelos desempenhados na casa ou na cozinha realizada também na escola frequentada pelas crianças, filhas das mães, e em

e das entidades assistenciais públicas e privadas, especificamente para as mulheres da "Popular". Este último aspecto é revelador de diferenças de classe social, conforme foi mencionado em capítulo anterior.

A ilustração referente à aprendizagem que as mulheres tiveram das tarefas culinárias pode ser obtida pelos depoimentos a respeito das experiências progressas de vida de algumas delas, atualmente donas-de-casa, nos seguintes termos:

"Eu aprendi a cozinhar com minha madrinha, ia aprendendo a trabalhar com ela. Meu padrinho era administrador e minha madrinha trabalhava em casa, hoje na minha casa eu faço tudo" (Mulher de 40 anos, nascida na zona rural, casada, mãe de 7 filhos).

"Eu aprendi a cozinhar desde a idade de nove anos, a minha mãe faleceu quando eu tinha onze anos e aí eu precisei fazer todo o serviço da casa. Tinha dois homens mais velhos que eu e como minha mãe estava doente, meu pai quem ensinava a gente em casa" (Mulher de 53 anos, casada, mãe de 9 filhos).

"Nós morava na roça, lá desde pequena carpiava café, arroz, trabalhava muito. Nós tudo saía cedo de casa, homem e mulher trabalhava. Chegava tarde em casa e ainda eu ia ajudar a minha mãe" (Mulher de 50 anos, nascida na zona rural, mãe de 8 filhos).

"Aprendi com minha mãe a cozinhar. Era nove mulheres e dois homens. Trabalhava tudo na roça, nós plantava algodão, carpiava, trabalhava tudo no suor quente. Eu peguei a trabalhar com dez anos na roça. Em casa minha mãe fazia tudo, nós ajudava quando ela estava doente, mas aprendi um pouco das coisas com ela, eu ia ver ela fazer" (Mulher de 43 anos, nascida na zona rural, mãe de 10 filhos).

Mesmo que a aprendizagem se faça no espaço doméstico, os depoimentos seguintes já revelam alterações nas condições existenciais, espaciais e de trabalho nas experiências de vida das mulheres.

"Sempre trabalhei em casa de família, aprendi a cozinhar lá. Antes ajudava a minha mãe na casa, varria, limpava, mas desde onze anos comecei a trabalhar de empregada aí aprendi a cozinhar, mais foi com quinze anos que eu sabia mesmo cozinhar" (Mulher de 28 anos, nascida na zona urbana, mãe de 3 filhos).

"Eu trabaiiei com uma mulher que era cabeleireira e lá eu cozinhava, fazia tudo o serviço, mas quando entrei lá ela me ensinô fazê tudo do gosto dela, cada um tem um modo né. Lá era tudo por medida né e num instantinho peguei. Num era comida de luxo. Também ela num era rica era uma mulher que trabaiava, tava fazeno casa, a comida dela era sempre arroz, feijão com bife, uma salada de pepino né, bolo ela gostava que fizesse, num era comida muito fina né" (Mulher de 54 anos, nascida na zona rural, mãe de 4 filhos).

"Quando eu tava com treze ano, eu fui trabaiá de empregada e tava nessa casa precisano de uma cozinheira e eu fui direto prá cozinha. Eu já sabia fazê arroz e feijão, uma verdurinha; minha mãe já tinha me ensinado" (Mulher de 38 anos, nascida na zona urbana, mãe de 5 filhos).

Através destes últimos depoimentos, vê-se uma outra dimensão que ultrapassa a simples aprendizagem das tarefas culinárias e a socialização da mulher nestes papéis nos seus respectivos espaços domésticos.

Ao valerem-se das suas habilidades culinárias adquiridas nos espaços domésticos estruturalmente diferentes com o objetivo de receber remuneração, trabalhando como empregadas domésticas para outras categorias sociais, passam por um processo de reaprendizagem de habilidades e práticas que se configuram diferentemente das suas. Isto nada mais é que o confronto entre "habitus" diferenciais de classe social (3), que pode ser apreendido através das formas de preparo dos alimentos, dos horários das refeições e dos tipos de alimentos disponíveis para o consumo.

Nas experiências de vida atuais é frequente observar no dia a dia que as filhas solteiras, principalmente as adolescentes, auxiliam as mães nas tarefas da cozinha. Se são ainda crianças, executam apenas algumas tarefas como limpar a cozinha, lavar pratos; se são adolescentes já participam do preparo dos alimentos, cozendo certas comidas. Isto torna-se mais enfático quando a mãe trabalha fora.

Premidas pelas necessidades aparentes ou efetivas, imediatas ou não, pelas obrigações e deveres estabelecidos, permanece constante o fato, tanto na prática como ideolo-

gicamente, da produção de mulheres para serem futuras donas-de-casa.

Vejamos este aspecto em relação ao ensino que as mães fazem às suas filhas através das suas práticas cotidianas:

"Tu ensino as menina cozinhá; elas já sabe fazê e se eu precisá elas faiz; lava roupa e tudo. Chê elas faz, nós toma sempre chá mate, mingau, café, ajuda na cozinha. Mas elas são criança ainda e eu tenho medo que elas queime no fogão. Teve um menina que tava fazeno café, a água do bulidor tava fervendo e caiu no umbigo dela e ela morreu, por isso tenho medo"

"Arrumá a cozinha a Maria (a filha) faiz. Eu gosto de ensiná ela arrumá, elas precisa aprendê. Assim, arrumá quintal, escolhê feijão, escolhê uma verdura, enxugá uma louça, varré quintal"

"As menina aqui na minha casa trabalha, hoje memo foi a Rosa que feiz o arroz. Elas sempre arruma a cozinha logo cedo, mas comida elas fazem, elas precisa ir tomando responsabilidade"

As tarefas desempenhadas pelas mulheres na cozinha demonstram haver necessidade de aquisição de um conjunto de conhecimentos práticos a respeito do uso do aparato material (objetos) e matérias primas (alimentos e ingredientes) no processo culinário.

A aprendizagem da culinária é adquirida nesta população através das práticas cotidianas na cozinha, pela transmissão oral e informal através da relação mãe-filha no espaço doméstico. Esta relação, no entanto, não se faz independentemente das posições das mulheres na família, da hierarquia de deveres e obrigações existentes entre todos os membros da família e da divisão sexual do trabalho.

Intervêm ainda nesta relação os tipos de habilidades adquiridas pelas mães no seu passado e que são transmitidas às filhas, sendo por estas reinterpretadas e modificadas frente às oportunidades de travar relações sociais mais diversificadas no espaço urbano, entre elas as ocorrências do emprego como domésticas.

Influenciam ainda na aprendizagem destas habilida-

dades os canais de comunicação, revistas femininas e os agentes institucionais. Entre esses últimos encontramos os ginásios profissionalizantes que têm em seu currículo o ensino das "artes domésticas", cujas metas de ensino visam especialmente à profissionalização mais imediata das categorias de baixas rendas.

Os agentes promocionais assistenciais públicos e privados que se preocupam com as condições de vida das categorias de baixas rendas, incluindo a alimentação, encarregam-se também da transmissão de habilidades e conhecimentos julgados necessários para estas donas-de-casa. Para muitos destes agentes o fato da população "pobre" alimentar-se mal prende-se também à inabilidade das mulheres em cozinhar e à ausência de "hábitos" de utilizar alimentos mais "nutritivos". Esta forma distorcida de apreciar as condições de vida dos "pobres" deixa de lado a avaliação de suas reais condições de existência.

O "curso de culinária", ministrado pelos agentes assistenciais (funcionária da prefeitura), no ano de 1972 às mulheres da "Popular", foi avaliado por uma das que o frequentaram da seguinte forma:

"Achei bõo o curso, aprendi a fazê pãozinho, nhoque de mandioca, bolo salgado, bolo recambole, pastel de chuchu, o de carne eu já sabia, torta de banana, até uma outra comida que nós feiz com camarão que eu num sei nem o nome. Na minha casa eu faço pãozinho, torta de banana, pudim de pão, nhoque de mandioca, batata, batatinha. Mais agora do fazê, num fiz mais nada do que aprendi lá. Num faço coisa mais difícil porque as coisa tá mais cara. Até o gás subiu e se a gente faiz muita coisa o bujão num dá nem prá vinte dias. Nós aprendemo bolo comum, bolo de aniversário. Ia umas oito muié. Mas ela pedia todo o material prá comida, nós levava, cada dia uma levava as coisa, mas no fim ela levava tudo que nós fazia lá pró povo da prefeitura comê. Aí muitas muié ficava cum raiva e num foi mais no curso. Eu gostei do curso porque aprendi as coisa, a dona Rosa foi muito boa prá nós, quando cheguei de Minas nós tava muito ruim de vida e ela e a muié do prefeito levô médico, enxoval, roupa de frio prá criança."

Outro curso de culinária foi ministrado às mulheres pela "irmã" e pelas "mulheres católicas" de uma associa

ção de caridade local. Dizia uma das frequentadoras:

"Eu fui no curso de culinária no grupo escolar, era às quinta-feira à noite, assim a gente podia conhecê muita gente. Toda quinta-feira aprendia uma receita nova. A irmã da prefeitura, e as duas outras da igreja pediam prá gente levá um dia margarina, ôvo e aí fazia a receita e nós comia. Aprendi a fazê bolo, bolinho, torta, mas é difícil fazê em casa, tá tudo caro. Agora acabou o curso de culinária e elas tão ensinando tricô, crochê e fizeram umas reuniões na casa da dona Guilhermina que mora na rua Goiás (na "Popular"), mas nisso eu num interesse não, já sei fazê essas coisa. As mié católica ajuda as famílias mais pobre, dão comida prá elas, só as que precisa mesmo."

Este ensino, tão distante das condições existenciais destas mulheres, parece deixar para elas apenas e ilusão de uma prática alimentar diferente daquela que efetivamente vivenciam dentro das suas disponibilidades de recursos. Fica apenas, o ver-se como "cozinheira", como afirmava uma mulher, após ter frequentado um destes cursos, sentindo-se então apta para trabalhar como empregada doméstica na casa de "rico". Mas, como a maioria das mulheres ainda não pretende explicitamente trabalhar para fora, tais cursos parecem confirmar para elas a idéia de que "rico come comida diferente" e pobre só "come arroz e feijão", porque pobre "num pode comprá tudo o que vê". Esta mesma distância entre as práticas alimentares diferenciais de classes sociais revela-se também através do "desinteresse" das mulheres da "Popular" que frequentavam os cursos de culinária, a elas atribuído pelos agentes promocionais.

Por outro lado, na capacitação culinária destas mulheres, estes cursos também tentam inculcar novas regras de higiene alimentar, tais como: "que a mulher na cozinha deve lavar as mãos", "ter tudo limpo", "deve amarrar um lenço na cabeça para cozinhar", "deve usar avental", "deve lavar bem os alimentos", "deve comprar alimentos ricos em proteínas", "deve comer frutas, carnes e verduras" e assim por diante, na presunção de que tais hábitos inexistem entre elas.

Não somente os agentes promocionais reconhecem o malogro das tentativas de transmitir noções sobre o valor

dietético dos alimentos e práticas de culinária entre as classes populares. No dizer de uma nutricionista que trabalhou um longo período de tempo entre populações residentes em bairros periféricos, os seus cursos sempre falharam porque, nas suas próprias palavras - "eu dava um curso para as mães pobres, organizado em duas partes: uma teórica para ensinar noções a respeito do valor nutritivo dos alimentos que elas nunca sabem e uma prática para ensinar a cozinhar. Tive que cancelar a parte teórica e iniciar pela parte prática. Elas não entendem nada sobre o que é vitaminas e proteínas".

Este conteúdo de ensino não se distancia daquele transmitido às crianças procedentes destas famílias na escola, no decorrer da "Semana da Alimentação" ³. Além das regras de higiene, o conteúdo do ensino transmite às crianças noções a respeito do valor nutritivo dos alimentos, segundo os princípios da "dietética científica".

Estratégias de classe podem ser aprendidas nestas tentativas de transmitir habilidades e conhecimentos nutricionais às mulheres de trabalhadores. Não só para capacitá-las mas também dentro de uma perspectiva reformista buscam empreender uma missão civilizatória" na expressão de Boltovskoi (1974). De outro lado, os agentes desta capacitação das mulheres e das crianças de classe baixa buscam ordenar suas vidas privadas dentro dos procedimentos cultivados e adotados por outras classes sociais.

4. A qualidade de ser cozinheira.

A auto-avaliação feita pelas mulheres quanto ao desempenho de tarefas na cozinha revela que ser uma cozinheira implica não somente em possuir conhecimentos e habilidades, mas principalmente ter condições objetivas que permitam preparar outras comidas diferentes daquelas que efetivamente podem pre-

3. Uma semana do mês de setembro é dedicada ao ensino da alimentação em todas as escolas Municipais e Estaduais locais. Cartazes são espalhados pelas paredes da escola, mostrando crianças saudáveis, sorridentes e felizes, sugerindo que elas são assim porque estão bem alimentadas.

parar. Este aspecto fica muito evidente nos depoimentos de algumas mulheres entrevistadas, quando afirmam que:

"Eu num sô cozinheira, faço comida de pobre, num sei fazê muito. Faço arroz, feijão, macarronada, bife à milanesa simples. Aprendi com minha mãe. Assado, bolinho de arroz, croquete num gosto de fazê. Croquete nunca faço aqui em casa. No restaurante eu fazia, na minha casa num faço. ... seu pulenteira, gosto muito de fazê polenta. Ponho água prá fervê -, dissolve o fubá na água fervendo, vou mexendo até ficá no ponto. Ponho gordura, sal, deixo trinta minutos no fogo e vô mexendo até ficá bon...". "eu num sei cozinhá, mas prefiro da minha comida, faço arroz, feijão, uma mistura, batata frita, verdura nos dia da semana e macarrão, risoto, carne no domingo. Só isso nemo, num dá prá fazê muito. Só de vez em quando faço um doce de abóbora, de arroz. Num sei fazê bolo, só de fubá. Sei fazê um sargado, torta, frango cheio, mais é difícil..."

"Adoro fazê comida, aprendi com as patroas, minha mãe num tinha marido e tinha que trabalhá muito. De dez ano prá cima trabalhei com as patroas. Aprendi também com a dona Rosa da prefeitura que deu o curso de culinária, aprendi fazê sargado, camarão, pudim de pão. Em casa faço um pãozinho, torta de banana, nhoque de mandioca, pudim de pão, batata, batatinha. Se eu num tivesse criança eu ia trabalhá de cozinheira..."

A comida que efetivamente as mulheres podem preparar é a "comida de pobre", cuja especificidade ficou muito evidente através de toda a apresentação elaborada neste capítulo. Ainda que preparem algumas "misturas" mais elaboradas para romper a rotina do cotidiano, estas estão sempre circunscritas a um cardápio relativamente pouco variado, e cujo preparo demanda, principalmente, um maior dispêndio de tempo de trabalho e gasto em dinheiro.

As mesmas condições objetivas de existência impedem que se considerem cozinheiras, porque o ser cozinheira, para elas, implica em estar apta para prestar trabalho remunerado como doméstica e, mesmo, ter condições para poder preparar uma comida diferente daquela que prepara em suas casas.

Por vezes, orgulhosamente, as mulheres vinham mostrar os seus livros de receita (entre eles a "Bona Bomba"),

ganhos de algum filho ou genro que estavam "bem de vida", afirmando, entretanto, que nunca haviam posto em prática qualquer uma das receitas indicadas, simplesmente porque eram "difíceis" e "caras". Esta forma de apropriar-se do livro e não do seu conteúdo revela a impossibilidade de praticar uma culinária mais elaborada, ao mesmo tempo em que deixa entrever a aspiração por parte das mulheres em geral de elaborar outras comidas, "nem que fosse prá experimentá", como era afirmado por muitas delas.

Ao falarem sobre as suas diferentes tarefas domésticas, especialmente as relacionadas à cozinha, as mulheres expressavam alguns preceitos higiênicos e estéticos que apareciam como motivação eficaz para os atos de limpeza. As categorias higiênicas e estéticas apareciam indissolúvelmente ligadas. Assim a limpeza comunicava uma aparência "agradável" e "bela" da casa expressando-se no "brilho" do chão e das panelas. Estes elementos entravam frequentemente nas avaliações que as mulheres faziam a respeito de suas próprias qualidades, bem como daquelas das demais mulheres a respeito do ser dona-de-casa. Assim, positivamente eram consideradas "boas donas-de-casa" aquelas que eram: "limpas", "caprichosas", "cuidadoras", "que têm a casa asseada", "cozinha limpa", em "ordem", com fogões, pia e panelas "limpos" e "brilhantes".

A limpeza, no conceito das mulheres, é uma tarefa rotineira realizada em relação ao espaço interno e externo da casa, consistindo em varrer, tirar o pó, espanar, passar pano molhado no chão. Neste sentido, "limpeza" é uma tarefa menos complexa que a "faxina", que é uma "limpeza mais demorada e maior", não realizada diariamente, mas quinzenalmente ou uma vez por mês, consistindo em encerar e lavar o chão, vidros, janelas, remover tapetes e móveis do lugar. A limpeza específica em relação à cozinha é uma ação que pressupõe valer-se de quantidade abundante de água da torneira para lavar os alimentos antes de cozê-los, a fim de remover a "sujeira" e os micróbios. Consiste também em "repassar" (tornar a lavar com água) as panelas que estavam guardadas, antes de levá-las ao fogão.

Além de serem lavadas com água, as comidas são picadas, separadas, descascadas para serem cozidas. As comidas das crianças não só são cozidas em separado da dos adultos, como também, especificamente, as mamadeiras têm que ser "escaradas" (lavadas com água quente) ou fervidas "prá nu dá diabinha". Estes cuidados em relação às comidas e objetos infantis são justificados pela recomendação médica.

A limpeza ainda consiste em utilizar-se de água, sabão, bom-bril e sapóleo para lavar o fogão, a pia, as panelas e deixá-los brilhando, embora nem sempre, para muitas mulheres, seja possível deixá-los assim, porque lhes faltam recursos financeiros para adquirir materiais de limpeza. No dizer de uma delas:

"Eu num limpo as minha coisa como deve ser, com "Vim" e detergente, só compro quando sai o pagamento. Minha irmã tem essas coisa e a casa dela é mais limpa, a gente num tem essas coisa. Fogão se a gente num limpa com detergente num tem brilho."

Vê-se que atribuem a certos produtos industrializados a propriedade de dar odor de limpeza ao ambiente. De outro lado, através da valorização do "brilho", os conceitos de estética e limpeza fundem-se, não havendo uma rígida distinção entre ambos. O "brilho" comunica, assim, a máxima qualidade de limpeza, tornando-se uma categoria estética.

Panelas e fogão, para estarem "bon apert", supõe-se estarem brilhando, mas a pia, se não está brilhando, ainda que não brilhante, mas contendo resíduos de comida e sujeira, pode "criá doença micróbio". Neste sentido, a limpeza representa um valor positivo para evitar a doença e consequentemente manter a saúde (3).

Além da limpeza referia-se a colocação de toalhas e objetos específicos do espaço doméstico, a manutenção na cozinha depende principalmente da utilização da água. Utilizar-se de água em abundância ou "rapassá" os objetos para lavar é o suficiente para obter comidas limpas e "assim enlaxar" a cozinha.

Apesar de algumas mulheres referirem ter o hábito de ferver alguns objetos (mamadeiras) de uso infantil uma vez ao dia, nem sempre esta prática é generalizada. Este fato, associado à ingestão da água sem filtrar, revela que a água, sendo limpa, ou seja, não tendo "micróbio" visível, é suficiente também para limpar indistintamente a casa e os objetos.

Ao lavarem as mamadeiras das crianças com água fervida uma vez ao dia, justificando que com isto elas ficam "limpas", contrariamente ao recomendado pelos médicos que mandam esterilizá-las, pode-se entender, através desta forma de limpar valendo-se da água fervida, a reinterpretação que elas dão à prática de esterilização difundida pelos médicos. Isto equivale interpretar a esterilização através da lógica de limpeza que possuem.

Opondo-se à limpeza, encontra-se a sujeira da casa, que se revela aos olhos das mulheres entrevistadas através da "poeira dos móveis", "chão sem varrer", "cozinha desarrumada", "pia cheia de prato e panela sem lavar", "panela suja, cheia de cascão". Muitas mulheres são consideradas pelas outras como sendo "descuidadas", "sem capricho", "porcas", "quando cozinha arroz sem escolhê, nem lava as comida", "passa pano no chão e depois lava o pano na panela de cosinhá", "mistura o tanque com a pia", "deixa as coisa destampada e cai mosca dentro", "dá mamadeira sem lavar prá crianças".

A sujeira é essencialmente a "desordem": como afirma Douglas (1976) "não há sujeira absoluta: ela existe nos olhos de quem a vê"⁴. Este aspecto fica muito evidente nas palavras de algumas mulheres ao se referirem à aparência que uma casa ou cozinha deve comunicar aos olhos dos demais: "a cozinha precisa ficá arrumada, num ficá suja, pois se chegá uma pessoa, repara, e vai falá, que eu é descuidada, porca, bostrangolada. Arrumá prá quando os outro chegá e num dá, ou senpre tenho o costume de num deixá de noite a cozinha desarrumada, é feio", ou, "quando vô numa casa e vejo roupa suja, cozinha desarrumada eu reparo". (4)

4. Douglas (1976: 12).

Torna-se significativa a expressão empregada por uma das entrevistadas de que "pobreza num é defeito, mais sujeira é", e "a limpeza eu acho que num custa nada, só um pouquinho de boa vontade", porque a pobreza é vista como uma condição que não é superada apenas com o esforço individual, enquanto que a sujeira é um defeito superável pela mulher na casa. Desta forma, à medida em que não são observadas certas regras de higiene, a conduta de quem as viola passa a ser julgada pelas demais pessoas com expressões desqualificativas (mulher "porca", "suja", "desordeira", "num liga prô filho, prô marido, prá casa"), da mesma forma que não cuidar da limpeza da cozinha ou dos alimentos pode também causar doença. Neste sentido, a doença surge como decorrência quase automática da violação da regra de higiene (5). Como afirmou uma entrevistada, anteriormente, "pia suja cria micróbio, doença", e a maneira de evitá-la é procedendo à limpeza que é a forma de assepsia adotada pelas mulheres.

Limpeza está associada à ordem e às qualidades da dona-de-casa e sujeira à desordem e aos defeitos da dona-de-casa. Esta ordem (arranjo do espaço doméstico e de quem dele participa), que é tão valorizada e admirada pelas mulheres nas suas práticas domésticas, comunica uma imagem e uma virtude do lar que se quer ter mantida aos olhos dos demais. Desordem e sujeira são também vícios e, quando presentes em alguma casa, são objeto de comentários. As mulheres não ordeiras estão deixando de cumprir o seu dever de dona-de-casa, mostrando-se "sujas", "desordeiras", "desleixadas", ou seja, fora dos limites da ordem e limpeza definidos socialmente como inerentes ao desempenho dos deveres femininos frente à família. Neste mesmo sentido os homens também são considerados "maus maridos", "desordeiros", "sem vergonha", "bêbados", "malherengos", ou irresponsáveis quando deixam de cumprir os seus deveres para com a casa, a mulher e os filhos. Frequentemente estas acusações estão associadas a motivos de ordem financeira, especialmente quando alguns homens deixam de pagar as prestações da casa, chegando por vezes a perdê-la, fato este que deixa ex

plícito que as regras morais por vezes não só os desempenhos das mulheres frente à casa, como também as transações económicas pelas quais os homens, mais que as mulheres, são responsáveis devido a sua posição de mantenedor da família.

Para finalizar este tópico, ainda se deve fazer referência a respeito da ordem e desordem, limpeza e sujeira, que conduzem a estabelecer relações mais positivas entre os membros, como sugere Douglas (1976)⁵, ficando muito evidente a importância da ordem e beleza do espaço doméstico também é objeto de admiração. Assim, nas palavras de uma mulher, "chego numa casa bem limpa e que tem tudo a sua disposição, acho bonito", noutros termos a ordem e beleza da casa também se associadas também às possibilidades económicas de possuir um conjunto de objetos, móveis, aparelhos eletrodomésticos, etc., que comuniquem ao expectador o êxito económico dos indivíduos que os possuem.

2. O trabalho doméstico: a dona-de-casa e as tarefas dentro da família.

O conjunto das atividades das mulheres dentro da família e as variações discutidas nos dois itens anteriores relacionam-se nos demais desempenhos da dona-de-casa que não foram explorados devido à limitação do objetivo deste trabalho. Este tipo de "trabalho" ou "serviço de casa", como se costuma nas entrevistadas, opõe-se ao "trabalho na fábrica", "trabalho na prefeitura", ou simplesmente ao "serviço fora de casa".

Nisto tudo reside o conjunto das atividades domésticas, entre serviço fora de casa, serviço doméstico, trabalho sexual, trabalho de homem - trabalho de mulher, trabalho remunerado - não remunerado, que se integram no contexto da organização familiar e social que determina o seu funcionamento. No nível das experiências concretas das mulheres, as diferenças são observadas, e estão refletidas nas organizações das representações sociais. Isto fica evidente quando se assiste a uma série de alterações na percepção social das atividades domésticas.

5. Douglas (1976: 117-140).

da permanecem certos valores societários dominantes em relação aos desempenhos femininos e masculinos. O desempenho das mulheres como donas-de-casa e as valorizações detectadas neste grupo de famílias demonstram esta ocorrência.

Mesmo sem ter explorado a visão masculina a respeito da dona-de-casa, o que permanece como uma limitação deste trabalho, fica a hipótese de que as valorizações das mulheres a respeito do desempenho de seus papéis mantêm uma interdependência com as valorizações dos homens em relação aos desempenhos femininos. Ambas, porém, estão integradas no mesmo código societário.

Frente aos fatos de trabalhar em casa ou para fora, este último pouco frequente nesta população⁶, o conjunto das mulheres, com raras exceções, valoriza o fato de permanecer em casa. Na expressão de uma delas, "trabalhar fora só se ela (a mulher) precisá memo eu tô de acordo; se o marido dá tudo, é besteira". No entanto, a vizinha de Sebastiana, que tem o marido inválido, é por ela admirada, pois "tem o marido doente, trabaia prá fora, faiz todo o serviço de casa sozinha, sai cedo e deixa a comida feita, num sei como ela aguenta ainda os chingos do marido". Mas a Raquel, que é desquitada, diz: "é bão a mulher trabalhar fora, ela fica independente, aprende a se virá. Eu era uma cega quando o meu marido me deixou, não quis ficar dependendo de meu pai, agora eu já sei me virar". Apesar da grande maioria das mulheres ser de opinião contrária ao trabalho fora de casa, por vezes esta posição torna-se ambígua, quando uma mulher que trabalha é admirada por outras que não o fazem.

Mesmo que os homens executem algumas tarefas domésticas, como cuidar do quintal, das plantas, fazer consertos, ou mesmo fazer compras, a visão que as mulheres têm a respeito do trabalho do homem é que a ele cabe "ganhar prá sustentá a família" e, se não o faz, são considerados como sendo "vaçaban-dos", "maus maridos", "irresponsáveis", "num gosta de pegar firme", "num liga prá mulher e pros filhos".

6. Foi visto no capítulo referente à "População" que 60,0% das mulheres trabalham fora, as demais são donas-de-casa.

Uma das entrevistadas relatou um fato ocorrido com sua irmã, residente na "Popular". "O marido dela", dizia "nun queria sabê de pegá firme, num parava os serviço nenhum. As criança já tavam até passano fome e ele num deixava ela trabaiá. Ela falava prá ele ficá num serviço e não num adiantava, ele num queria sabê. Um dia ela pegô e disse que ia passar uma lição nele. Saiu de casa, foi na companhia etrobrá, fez ficha e conseguiu emprego. Começô a ganhá CR\$ 10,00 por mês e aí comprava as coisas prá casa. Ele ficô com vergonha e arrunô um emprego ganhando mais de CR\$ 1.000,00 e agora num deixô mais o serviço."

Através deste relato transparece o valor do trabalho masculino na manutenção da casa, realizando-se, não ser quando o marido é um ausente na casa, não cabe à mulher sustentar e manter os filhos. No entanto, o trabalho da mulher para fora tem um valor complementar ao do homem, aparecendo sob o caráter de cooperação ou da "ajuda", com significado de complementação do salário do marido.

As categorias êmicas "sustento" e "ajuda", sempre presentes nos relatos das entrevistadas quando eram interrogadas quanto a quem cabe fazer o serviço de casa, podem ser também dimensionadas quanto ao dispêndio dos salários recebidos por homens e mulheres nos gastos domésticos. Na maioria das vezes o salário recebido pelos homens e mulheres é investido prioritariamente na alimentação e habitação, itens estes básicos do consumo para este grupo de trabalhadoras e, secundariamente, nas "prestações", que englobam gastos com variação imobiliária e artigos domésticos.

Mesmo que haja a participação da mulher na vida familiar, a concepção de que o seu trabalho representa constitui uma "ajuda" ao marido permanece. Neste sentido, a redistribuição do seu salário parece fazer-se mais em relação às "prestações" e à complementação da alimentação, quando o salário do marido não é suficiente. A responsabilidade para com a "prestação da casa" é competência regular. Vê-se, portanto,

mente como são acusados os homens quando deixam de assumir esta responsabilidade; o mesmo é válido parcialmente em relação à alimentação.

A categoria "ajuda" aparece também valorizada na participação dos filhos na renda familiar, embora na maioria das vezes, ao referirem-se ao trabalho dos filhos, os entrevistados afirmam que eles "fazem prá eles, quasi num ajuda" trabalham para a aquisição de roupas e calçados. No entanto, espera-se das filhas que revertam os seus salários para o orçamento da família, empregando-o principalmente na alimentação e nas "prestações".

Aparecida tem uma filha que é acrosoça, "ganha bem, ela ajuda em casa, paga as compras e dá roupa prá crianças". "Certa vez a fia deixô de ajudá porque a Aparecida", no dizer da vizinha, "tava levando outro homem em casa e a fia já tava desconfiada que isto acontecia e pegô a mãe com o homem em casa. Deu uma briga danada e a fia disse que num ia mais ajudá a mãe. De agora em diante ela tinha que trabalhá, se quisesse dinheiro. Aí a Aparecida, coitada, doente como está, sem costume de trabalhá foi procurá serviço de faxina na Petrobrás".

"Minha fia trabalhava de empregada em Campinas; ela ajuda em casa todo o meis", dizia outra entrevistada.

Não se pretende com isto afirmar que não haja a contribuição dos filhos do sexo masculino nos rendimentos familiares, mas parece haver uma maior obrigatoriedade em relação às mulheres do que aos homens. O trabalho dos filhos, se jovens principalmente, é visto mais como uma necessidade imperiosa para que eles venham a assumir, posteriormente, a manutenção de sua família, visão esta que se incorpora à necessidade de adquirir experiências no mundo fora do lar e que se socialize, portanto, no seu papel de homem, futuro chefe de família.

Aos filhos solteiros do sexo masculino, mesmo quando efetivamente contribuem na renda familiar, é facultado que permaneçam com parte da renda para "um cigarro", "um cinema", "um divertimento", "prá comprá roupa e sapato".

No entanto, da parte do dinheiro que fica para as mulheres é permitido que o utilizem na compra de roupas, ou nos gastos com dentista. Se ambos estão próximos ao casamento, a ausência ou redução da participação nos rendimentos domésticos é tolerada para os homens porque "eis precisa guardá dinheiro prá comprá os móveis", e, para as mulheres, "para o enxoval".

Se a mulher está prestes a fazer um "bon casamento", "porque o noivo é trabalhô", "ganha bem", então ela pretende parar de trabalhar "porque nua vai precisá", ou mesmo "porque o noivo num qué que ela trabaje de empregada" ou na fábrica.

Estas reflexões em torno das categorias "ajuda" e "sustento", a partir das vivências dos entrevistados e frente à utilização diferencial dos salários dos filhos e filhas, deixam implícito o significado do trabalho feminino e masculino na divisão social e sexual do trabalho. Poder-se-ia ainda, explorar mais amplamente os valores que a sociedade inclusiva mantém em relação ao trabalho masculino e feminino noutros setores de atividade.

NOTAS DO CAPÍTULO VI

- (1) Numa discussão a respeito do trabalho feminino na zona rural, Martinez - Alier (1975:73) afirma que "tem sido argumentado com frequência que é a introdução maciça das mulheres na produção social que levará a uma redefinição de papéis sexuais tradicionalmente assimétricos, e de organização familiar. Ainda que a longo prazo isso possa ser verdadeiro, no momento em que as mudanças nos padrões ocupacionais ocorrem, os valores tradicionais com respeito aos papéis sexuais relacionados com o papel particular que ela tem na família, parecem ter uma influência importante na escolha, desempenho e avaliação social do trabalho das mulheres. Ao mesmo tempo, entretanto, a nova situação do trabalho também parece colocar um desafio para a antiga organização familiar."
- (2) Estes três tipos de organização das atividades familiares são definidas por Bott (1971:55) da seguinte forma: "...in complementary organization the activities of husband and wife are different and separate but fitted together to form a whole. In independent organization activities are carried out separately by husband and wife without reference to each other, in so far as this is possible. In joint organization activities are carried out by husband and wife together or the same activity is carried out by either partner at different times."
- (3) Bourdieu (1972: 178-179) define "habitus" como "um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e, torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados."

- (4) A noção de "micróbio", corrente entre as entrevistadas é que ele causa doenças. Geralmente o "micróbio" está presente na água suja e podem ser visíveis, assemelhando-se ao inseto ou a resíduos que permanecem nas águas provenientes de cisternas. "Micróbio" também é confundido com as moscas que cercam as habitações. Albanez - Novion (1967: 2-3) identificou numa população periférica de Brasília a noção de "micróbio" relacionada à transmissão de parasito se intestinal. No dizer de Boltanski (1969:111-112) "al parecer, el pensamiento popular no puede manejar durante mucho tiempo esos seres abstractos invisibles, intocables que son los "microbios" sin intentar materializarlos, dar les un cuerpo y una naturaleza familiar."
- (5) Boltanski (1974:114-115) ao analisar a transmissão das regras de puericultura, vale-se das concepções de Durkheim a respeito das regras morais e técnicas. Retomando essas concepções, Boltanski apresenta: "sin embargo en la realidad todo parece indicar que los sujetos sociales no siempre hacen la distinción culta introducida por Durkheim entre las reglas de higiene (particularmente las que conciernen a los niños pequeños) y las reglas morales, porque esta distinción para ser establecida exige una percepción racional del factor de eficacia de la regla y un uso familiar del principio de causalidad. Transmitidas como reglas morales, con autoridad, en cierta forma por sí mismas y separadas de los conocimientos que las justifican, las reglas de puericultura muchas veces se equiparon explicita o implícitamente con las reglas morales."
- (6) Como assinala ainda Douglas (1974:50), "A poluição para nós é um assunto de estética, higiene ou etiqueta, que somente se torna grave na medida em que cria um embaraço social." E assim, noutro trecho assinala [...] "nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou idéia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais".

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Ao ser tomada a alimentação como fulcro deste trabalho, a idéia principal foi não dissociá-la das condições de existência em que vive a população investigada. Torna-se, portanto, imprescindível que nestas conclusões sejam retomados e analisados os aspectos que informam sobre as condições de vida e que delineiam o quadro mais amplo no qual a alimentação se insere.

Estas mesmas condições de vida manifestam-se através de uma carência estrutural que se tornou muito explícita através da própria forma como os moradores se auto-definem, ou seja, como "pobre", "que ganha pouco" e que "come comida de pobre". Estes aspectos têm a sua razão de ser, desde que se trata de uma população basicamente trabalhadora e assalariada, cuja única mercadoria que tem a vender é a sua própria força física para obter recursos para sua sobrevivência. Os elementos institucionais já determinam os limites dos seus rendimentos, e obviamente, do seu consumo, ainda que a própria sociedade apregoe a chamada "liberdade" dos sujeitos participarem de uma dada ordem produtiva. No entanto, como assinala Baudrillard (1975) essa mesma "liberdade" é meramente formal, uma vez que a seletividade econômica se impõe numa sociedade capitalista. Esta seletividade, que é estrutural, manifesta-se com maior intensidade quando se assiste no país a um fenômeno de acumulação crescente ao lado de um rígido controle de parte da política salarial, cujos resultados têm sido o empobrecimento cada vez mais crescente das populações de baixos rendimentos. Nestas condições define-se um campo de carência estrutural cada vez mais amplo, não se tratando de um problema exclusivo da população investigada.

Ficou muito explícito no decorrer deste trabalho que para entender à "comida de pobre" foi necessário apontar as características do espaço onde estão inseridos os personagens que falam da sua própria "comida", desde que, para ob-

tê-la, eles dependem da forma como está organizado o mercado de trabalho local e das oportunidades de emprego por ele oferecidas, para poder usufruir um determinado nível de rendimentos. Este próprio mercado de trabalho apresenta as suas limitações para o tipo de mão-de-obra que habita a "Popular", que não tem oportunidades, no momento, de acesso aos serviços melhor remunerados. Este mercado de trabalho, gerado pela implantação industrial "moderna", demanda uma mão-de-obra qualificada, abrindo escassas perspectivas para os habitantes da "Popular".

A "Popular", cujos moradores constituem a mão-de-obra não qualificada da indústria, foi implantada na cidade de Paulínia com diferenciações estabelecidas "a priori" pelos agentes governamentais e privados, através de uma política habitacional. A casa, em processo de aquisição, é basicamente apreendida por eles como uma "ajuda do governo". A própria oportunidade de obtê-la é atribuída ao fator "sorte", o que explica pelo fato de terem sido favorecidos no sorteio a que se submeteram.

O conjunto habitacional apresenta-se para eles como uma "solução" satisfatória para o problema da moradia, ficando satisfeitos por poder adquirir a "casa própria". A aquisição da casa significa tentativas de uma trajetória social ascendente, buscada também através de melhores empregos e remunerações. Pôde-se através da aparência externa e interna da casa, tal como é apreendida pelos moradores, obter indicações de uma desigualdade interna entre eles, desigualdade esta também imprimida pelos agentes financiadores da política habitacional.

Se, por um lado, existe uma homogeneidade entre os moradores da "Popular", que se explica pela posição que ocupam diante dos meios de produção, de outro lado há uma heterogeneidade interna entre esses moradores, que se manifesta à forma pela qual eles se inserem no mercado de trabalho, não conseguem obter o nível de remuneração que lhes detém a sua capacidade aquisitiva e de consumo.

Esta desigualdade interna, apreendida através do consumo alimentar (gastos, quantidade e qualidade de alimentos adquiridos e consumidos), foi um elemento importante nesta investigação. Primeiramente porque ela permitiu identificar algumas características das famílias, especialmente no que se refere ao número de pessoas ativas e dependentes, a fase do ciclo de vida familiar em que elas se encontravam, os rendimentos auferidos individualmente por um ou mais de seus membros, as ocupações das diferentes pessoas pertencentes a estas famílias, o que veio trazer esclarecimentos das bases imediatas daquela diferenciação interna, já apontadas pelos próprios moradores. Em segundo lugar, permitiu que se comprovasse a relação estreita existente entre o consumo de alimentos e os rendimentos obtidos. Tratando-se de uma população homogênea do ponto de vista estrutural, que genericamente recebem baixos rendimentos, pôde-se apreender, pela comparação entre as diferentes categorias ("pobre", "não muito pobre", e "bem de vida"), que a elevação dos rendimentos é acompanhada por uma melhoria no consumo alimentar, desde que os "bem de vida" constituem aqueles que dispõem de melhor nível de consumo, opondo-se aos "pobre", que vivem nos limites extremos da carência, que se revela em todos os sentidos.

Este fato vem comprovar que, internamente, a categoria "pobre" (aqui tomada no sentido pelo qual os moradores se auto-define) comporta alternativas desiguais para um e outro, o que vem a diferenciar a própria "comida de pobre". Esta desigualdade que ocorre no interior da categoria "pobre" define uma carência desigual e permite afirmar que os "fatores culturais" não constituem entraves para a obtenção de um certo nível de consumo alimentar por parte das populações de baixos rendimentos. Contrariamente, ela reafirma que as possibilidades de consumir, ainda que desiguais, se explicitam pela inserção na estrutura produtiva, em níveis de rendimentos.

Já foi assinalado no decorrer deste trabalho que, em muitas investigações empreendidas por cientistas sociais e

por especialistas em nutrição, encontra-se formulado este viés analítico, que resulta de uma excessiva autonomia atribuída aos componentes culturais da vida social. A cultura, traduzida por variáveis denominadas "fatores culturais", é tratada no campo da nutrição como um conjunto de "tabus", "hábitos" e "crenças alimentares" obstativos ao consumo e que seguem "pari passu" outros "fatores sociais" também tomados como autônomos e não raro relacionados aos "fatores culturais". Ambos convertem-se em explicações da não inserção de camadas de baixas rendas nos "padrões modernos" ou no "way of life" tomados como indicadores da "urbanização" e "industrialização". Estas últimas também são tratadas como "variáveis" autônomas que atuam uma sobre a outra, criando obstáculos à mudança dos próprios "hábitos" alimentares dos sujeitos inscritos no contexto urbano-industrial.

É a "teoria da modernização" que informa a abordagem mencionada, onde os fenômenos culturais aparecem atuando como "padrões tradicionais" dos quais se supõe serem portadores determinados grupos e categorias de indivíduos, que apresentam "hábitos", "comportamentos" e "atitudes" defasados em relação às tendências dinâmicas da sociedade, inclusive em termos de consumo. Não é incomum os cientistas sociais e especialistas em nutrição avaliarem aqueles indivíduos ou grupos como possuidores de hábitos alimentares "errôneos", por um apego a concepções "tradicionais", "pró-científicas", a determinados "padrões culturais" do "passado".

O fato de não consumir o que é oferecido pelas sociedades desenvolvidas é explicado por avaliações de caráter normativo, ou seja, que certos indivíduos ou grupos são detentores de procedimentos "errôneos", e não pelas possibilidades reais de participar de uma dada ordem produtiva.

A "cultura", assim apreendida, aparece como um produto e se abandona à explicação do modo pelo qual é produzida, perdendo-se assim toda a possibilidade de uma análise fru-

tífera da dinâmica cultural". Esta afirmação de Durhan(1976:3), que leva em conta a dinâmica cultural, ou seja, "processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas, que são simultaneamente condições e produto desta prática", vem elucidar mais claramente a perspectiva adotada neste trabalho. Ao analisar algumas categorias alimentares expressas pelos moradores, elas não foram tomadas como uma realidade em si, mas, ao contrário, como elaboradas e reelaboradas na prática alimentar, que se ordena dentro das possibilidades reais impostas pela sociedade.

A própria ordenação bipolar do universo social é apreendida através da "comida do rico" e "comida de pobre", que revela a percepção que os moradores têm a respeito da sua carência e das deficiências de sua alimentação. Ao mesmo tempo, apercebem-se dos limites mais amplos que restringem, por assim dizer, as suas possibilidades existenciais. A idealização da "comida de rico" é o reconhecimento da oposição estrutural "rico/pobre", e a reafirmação da condição da sua inferioridade, e da situação de carência, cada vez mais acentuada, em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES CITADAS

- AHMED, M.J.M. & VAN VEN, G.A. A sociological approach to a dietary survey and food habits study in an Andean community. Tropical and Geographical Medicine, Amsterdam, 20, 1968.
- BASTIDE, Roger. A cozinha dos domos: alimentação e candomblés. Rio de Janeiro, SARE, 1960. (Coleção Tese e debate alimentar, 11).
- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa, Setenta, 1975.
- BLALOCK, Hubert M. Social Statistics. London, International Student Edition, 1972.
- BOLAFFI, Gabriel. Aspectos sócio-econômicos do planejamento nacional de habitação. São Paulo, 1972. Tese (doutoramento) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- BOLOGNA, Italo. Formação da mão-de-obra industrial: o caso brasileiro. In: _____, Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BOLTANSKI, Luc. Puericultura y moral de clase. Barcelona, Laia, 1974.
- _____. Los usos sociales del cuerpo. Buenos Aires, Periferia, 1975. (Colección Salud, política y sociedad).
- BOTT, Elizabeth. Family and social network. 2.ª ed. London, Tavistock, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1974.

BRASIL. Fundação IBGE. Censo demográfico, 1970.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Economia. Pesquisa sobre o consumo alimentar. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 3 v.

CAMPINAS, Universidade Estadual. Faculdade de Ciências Médicas. Departamento de Medicina Preventiva e Social. Censo demográfico e sanitário do município de Paulínia, 1973.

CANESQUI, A.M. Levantamento dos recursos humanos para a saúde e da mão-de-obra industrial. Campinas, UNICAMP, Fac. de Ciên. Méd., Dep. de Medic. Preventiva e Social, 1974. mimeo.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. São Paulo, Brasiliense, 1965.

_____. Geopolítica da fome. São Paulo, Brasiliense, 1965.

CHASSY, Judith Price et alli. The application of social science research methods to the study of food habits and food consumption in a industrializing area. N.Y. American Journal of Clinical Nutrition, 20, Jan. 1967.

DIVULGAÇÃO. São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, 1975. nº 1.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo, Perspectiva, 1976.

DURHAN, Eunice Ribeiro. A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1973.

_____. A dinâmica cultural na sociedade moderna. Comunicação apresentada à 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência. Brasília. Julho 1976. mimeo.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. Rio de Janeiro, Forense, 1970.

- FIGUEIREDO, Guilherme. Comidas, meu Santo! Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- FOIHA DE SÃO PAULO, 19 dez. 1974.
- FORTES, M. Introduction. In: GOODY, J., ed. The developmental cycle in domestic groups. Cambridge, Cambridge University press, 1958.
- GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1975.
- GROSS, Daniel & UNDERWOOD, A. Barbara. Technological change and caloric cost sisal agriculture in Northeastern Brazil. S.n.t.
- IBÁÑEZ NOVION, M.A. O ciclo da lombriga (ascaris lumbricoides); uma nota em etnoparasitologia. Brasília, 1976. (Pesquisa antropológica, 8).
- JELLIFFE, D.B. Evaluación del estado de nutrición de la comunidad; con especial referencia a las encuestas en las regiones en desarrollo. Ginebra, OMS, 1968.
- JELLIFFE, D.B. & JELLIFFE, E.F. Impact during the industrial revolution and now; the urban avalanche and child nutrition. Journal American Dietetic Association, Chicago, 57, aug. 1970.
- JORNAL, A.C.P., Paulínia, 20 set. 1968.
- KOOS, E. The Health of Regionville - what the people thought and did about it. Columbia Univ. Press, New Jersey, 1964.
- LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. 3. ed. Barcelona, Península, 1975.
- LILOS, Carlos. A casa popular. São Paulo, USP, 1967.
- LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo, Nacional e EDUSP, 1970.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. São Paulo, Documentos, 1968.
- MAGALHÃES et alli. Um projeto como sistema de relações em pré-síntese à improvisação social e às significações não constituídas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, s.d.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do comitê de bairro. Debate & Crítica, São Paulo, 5, mar. 1975.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo, 1975.
- MEDINA, Carlos Alberto de. Família e mudança. Terópolia, Vozes, 1974.
- NEELO E SOUZA, Antônio Cândido. Parceiros do Rio Anita. São Paulo, Duas Cidades, 1971.
- HITCHELL, J. Clyde. The concept and use of social networks. in: _____ . Social networks in urban cities. London, Manchester University press, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira; crítica à análise dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, 2, out. 1972.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE SALUD. Organización Mundial de Salud. Actividad de nutrición en el nivel local de un servicio general de salud. Washington, 1969. Publicación científica, 169.
- PIERSON, Donald. Hábitos alimentares dos servidores sanitários da Limpeza Pública. Sociologia, São Paulo, 6, 1972.
- REALIDADE, São Paulo, nov. 1972.
- RIO DE JANEIRO. Ministério da Saúde. Diagnóstico da alimentação alimentar no Brasil. in: Anais da Comissão Nacional de Alimentação, 3, 1968.

SANJUR, D.M. A socio-cultural approach to the study of infant feeding practices and weaning habits in Mexican community. S.n.t.

SANJUR, D.M. & SCOLIA, A.D. Food habits of low-income children in Northern New York. Journal of Nutrition Education, Berkeley, 2, 1971.

SANJUR, D.M. et alii. Infant feeding and weaning practices in a rural preindustrial setting; a sociocultural approach. Acta Paediatrica Scandinavica, Stockholm, 1970. Supplement 200.

SANTIAGO. Universidad de Chile. Escuela de Salubridad. Catedra de Alimentación. Tabla de composición de algunos alimentos de consumos habitual en Chile, 1967. (Publicación 235).

SANTOS, Avany Corrêa dos. Fatores sociais relacionados com os hábitos de consumo alimentar do escolar de Piracicaba, USP. ESALQ, 1972. Tese (doutoramento) Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, 1972.

SÃO PAULO. Departamento Interindustrial de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Família assalariada; padrão e custo de vida. Estudos Sócio-Econômicos, 2, 1974.

_____. Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo. Estudos Sócio-Econômicos, 1, 1973.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Diagnóstico da 5ª Região Administrativa do governo do Estado de São Paulo, 1972.

SCHORR, Berenice Chase et alii. Ten-age Food Habits. Journal of the American. N.Y. Dietetic Association, 69, 1972.

S.D. CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO UDA., Jorge Wilhelm Arquite-
tos Associados. Plano urbanístico de desenvolvimento.
Paulínia, 1968.

SILVA, Anaíza Vergolino. O tambor das flôres. Campinas, UNICAMP, 1976. Tese (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, L.A. Machado. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Rio de Janeiro, 1971. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TURNER, Victor - O Processo Ritual. R.J., Vozes, 1974.

VAN VELSEN, J. The extended-case method and situational analysis. In: EPSTEIN, A.L. The craft of social anthropology. London, Tavistock, 1967.

YOUNG, F. W. & YOUNG, R. C. A study of industrial and community change in rural Mexico. In: SOUTHWESTERN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION MEETING, 1959.

YUNES, J. Diagnóstico da situação de saúde no município de São Paulo. Revista Hospital das Clínicas, São Paulo, 25, 1970.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

ABELL, H.C. The use of a scale analysis in a study of the differential adoption of Housemaking Practices. Rural Sociology, 1967.

ARENSBERG, Conrad. & KIMBAL, Solon. Relações de crédito na Irlanda rural. In: DAVIS, Sheldon H., org. Antropologia do direito; estudo comparativo de categorias de dívida e contrato. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

BOHANNAN, Paul. A categoria Injô na sociedade Tiv. In: DAVIS, Sheldon H., org. Antropologia do direito; estudo comparativo de categoria de dívida e contrato. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

BRITO, Jolumá. História da cidade de Paulínia. São Paulo 1972.

- CAMILLO, E.C. Subsídios para a constatação da existência de correlação entre nutrição e desenvolvimento sócio-econômico. Anais da Comissão Nacional de Alimentação, Rio de Janeiro, 4, 5, 1970.
- CARDOSO, F.H. As tradições do desenvolvimento associado. Estudos CEBRAP, São Paulo, 8, 1974.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. História da alimentação no Brasil. São Paulo, Nacional, 1968. 2v.
- CASTRO, A.B. & LESSA, A. Introdução à economia; uma abordagem estruturalista. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense, 1968.
- CASTRO, Josué de. Ensaio de Biologia Social. São Paulo, Brasiliense, 1965.
- _____, Ensaio de Geografia Humana. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____, O Livro Negro da Fome. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- EISENSTADT, S.N. Modernização: Protesto e Mudança. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Lisboa, Presença, 1975.
- EPSTEIN, T.S. The data of economics in anthropological analysis. In: _____. The craft of social anthropology. London, Tavistock, 1967.
- GODELIER, Maurice. Antropologia econômica. In: _____. Antropologia, ciências das sociedades primitivas. Lisboa, Setenta, 1971.
- HAGEN, Everett. O processo de mudança. In: Sociologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- HOSELITZ, Bert. Os principais conceitos da análise das repercussões sociais da evolução técnica. In: Sociologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- JELIN, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional; o caso de Salvador, estado da Bahia, Brasil. Estudos CEBRAP, São Paulo, 9, 1974.

- KOWARICK, L.F. Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina; uma contribuição teórica. Estudos CEBRAP, São Paulo, 8, 1974.
- LEACH, Edmund. As idéias de Lévi-Strauss. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LESER, Walter S. Crescimento da população e nível de saúde na cidade de São Paulo. Problemas Brasileiros. Out. 1974.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade Industrial no Brasil.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonauts of the Western Pacific. London. Routledge and Kegan Paul, 1922.
- MARX, Karl. O capital; crítica da economia política. Livro I: O processo de produção capitalista. São Paulo, Civilização Brasileira, 1971. v.2., p. 659-673.
- _____. Salário, preço e lucro. Lisboa, Latitude, 1898.
- PIERSON, Donald. Cruz das Almas. São Paulo, Livraria José Olympio Editores, 1966.
- RICHARDS, Audrey I. Hunger and work in a savage tribe. Glencoe, Free Press, 1948.
- SAHLINS, Marshall. Stone age economics. Chicago, Aldine, 1972.
- WAGLEY, Charle. Uma Comunidade Amazônica. Estudo do Homem nos Trópicos. São Paulo, Editora Cia. Nacional, 1957.
- WILLEMS, Emílio. Aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo, Editora Cia. Nacional, 1946.
- MACCARRA DE CAMPOS, Reginaldo. Alguns resultados preliminares do Censo Demográfico e Sanitário do Município de Paulínia. Campinas, UNICAMP, FCM. Depto. de Med. Preventiva e Social, 1974. (mimeografado).

АНЕКО 1

ANEXO 1

ROTEIRO 1: Orçamento DomésticoA. Obtenção de Recursos.

1. Fonte dos recursos: (trabalho, herança, trabalho da mulher, doação de parentes, doação de conhecidos ou instituições).
2. Quantias mensais recebidas em dinheiro: (salário, bônus, taxas, fundos, adiantamentos, empréstimos, juros, carteira de poupança, % produção, extra).
3. Despesas: (orçamento por semana, mês e ano).
4. Administração da casa: gastos domésticos: (quem faz, como faz, porque um cônjuge e não o outro). Porque, como e onde você guarda as coisas que compra? Como você guarda o dinheiro? (quem guarda o dinheiro?, quem administra o dinheiro?, quem controla: marido ou mulher?). As crianças ganham dinheiro dos pais?: quanto, como, porque, em que ocasiões?). Poupança, se é feita: como, porque, como guarda? se não: porque?, porque não dá? (observar: a poupança pode ocorrer em termos de "objetos". Se este for o caso, explorar os termos deste item). Como você guarda a comida? (onde, quem controla os gastos?). Em que você gasta mais em casa? (alimentação, vestuário, habitação: (água, luz), prestações, saúde, educação).

B. A Vila.

1. Motivos de mudança - se tinha parentes - quais moravam em Paulínia ou nas proximidades - de quem eram os parentes (marido ou mulher) - ano em que mudou.
2. O que pensa sobre a vila, seus recursos, vizinhos, facilidades, dificuldades que encontra no "morar" na Vila COHAB.
3. Oposição Vila COHAB/Paulínia. Como as pessoas pensam a respeito da Vila, seus moradores em relação a Paulínia ou outras cidades onde estiveram ou outras vilas onde moraram.
4. Oposição vida na Vila COHAB/outras locais de residência, quer tenham sido rurais ou urbanos.
5. Relações com vizinhança: Verificar os vizinhos com os quais se relacionam em que ocasiões, se costuma visitar, se há ajuda mútua, cooperação em que termos é feita. Como se iniciaram tais relações. Verificar como são designados tais vizinhos, a terminologia adotada ao referir-se a eles (bons, maus, prestativos, etc.). Verificar as rupturas de relações - quando, como, porque. Verificar os

- nomes dos vizinhos e os locais onde residem (ruas); partes da vila. Anotar com precisão como essas partes da vila são designadas.
6. Relacionamento com parentes residentes na vila ou fora, como são mantidos os laços, visitas, comunicações feitas (cartas ou outras formas de comunicação).

C. Habitação.

1. Aquisição da casa - como ficou sabendo da construção das casas populares, porque prefere morar nas casas populares e não em outras - quem participou no processo de compra (marido, mulher, ou filhos ou outros parentes).
2. A escolha da casa - como foi escolhida, quem escolheu o tipo de casa e a rua onde ia residir.
3. As noções de aluguel/financiamento.
4. Melhoramentos - o que pretende fazer, que quer fazer aumentar, porque, se quer fazer muros, grades, garagem, se já existem verificar porque foram feitos tais melhoramentos e porque.
5. O jardim - verificar como eles concebem o jardim, as plantas cultivadas, bem como o quintal. (Fazer observação a respeito).
6. Objetos da casa - observar os móveis, adornos, eletrodomésticos, quadros, utensílios de cozinha, etc.

RÔTEIRO 2: Dados gerais sobre a alimentação.

A. A compra de alimentos: o que a senhora costuma comprar em casa para comer? Quais as quantidades de alimentos que a senhora costuma comprar por mês? (discriminar para os diferentes tipos de alimentos comprados as quantidades na unidade kg). Quanto gasta em alimentação por mês? Tem meses em que a senhora gasta mais ou menos? Quais e porque? Quem escolhe os alimentos para serem comprados? Quem faz a lista de compras para comprar? Porque essa pessoa e não outra? Na escolha dos alimentos para comprar o que a senhora leva em consideração? (verificar aqui os conceitos que podem aparecer tais como caro, barato, os mais necessários, os menos necessários, os de luxo e outras categorias que possam aparecer). Onde a senhora costuma comprar? porque nesse local e não em outro? Onde a senhora foi criada era diferente a forma de comprar, de pagar? Em que era diferente? Como a senhora costuma pagar as compras que faz? Porque desta forma e não de outra? Costuma comprar os alimentos por mês, por semana ou por dia? Em que dias costuma comprar? Porque?

Obs.: procurar sempre que se apresentarem, os termos como "despesa", "mercadoria", "pagamento", "salário", "juros", "empréstimos", "fiado", "compra", "aos punhados", "compra de saco", verificar os conceitos apresentados pelas pessoas.

B. A não compra de alimentos: a senhora costuma ganhar alimentos para comer? De quem os ganha e em que ocasiões? Costuma ganhar leite do centro de saúde? A senhora costuma dar comida de presente para outras pessoas? Para quem? Em que ocasiões? A senhora costuma emprestar alguns alimentos? Quais? Com quem? Como é retribuído o empréstimo? A senhora recebe alimentos emprestados de outras pessoas? Quais? E de quem? A senhora costuma trocar certos alimentos? Quais e com quem? Como se processa essa troca? (procurar descrever situações). A senhora costuma comer alimentos que são pescados, caçados, plantados no quintal, ou no jardim? Quais? Quem pesca? Quem caça? Quem cuida do quintal? Quem cuida do jardim?

Obs.: se possível observar o quintal e o jardim da casa para verificar se há plantas, animais, ervas existentes. Anotar os nomes e a utilização que fazem nos mesmos, quer na alimentação ou curas.

C. Consumo de alimentos: o que as pessoas da família comeram na última semana: (obter os dados para cada pessoa da família em separado durante uma semana). O que comeram em cada refeição? (café da manhã, almoço, jantar e intervalos entre as refeições e a noite antes de dei-

tar). As crianças compraram balas, doces, sorvetes entre as refeições? Tomaram lanche na escola? (verificar se o lanche foi distribuído gratuitamente pela escola ou se compraram o lanche). Existe alguém na família que toma refeições no trabalho? Quem? O que comeu na última semana? Quais as bebidas ingeridas pelas pessoas da família? (nesse item estão subentendidos, chás, café, bebidas alcoólicas, refrigerantes, leite, etc.).

- D. O anti-consumo: quais os "restos" de alimentos que a senhora costuma jogar fora? (verificar como são definidos os termos "resto", "sobras", "lixo", "sujeira", "imundice", "lavagem", "limpeza", "fartura"). Onde é colocado o lixo? Como é ele cuidado? É ele utilizado na alimentação dos animais? Que tipo de restos de alimentos são utilizados no cuidado dos animais ou plantas? Porque?

E. O discurso sobre os alimentos:

Obs.: Obter para cada alimento consumido na semana as categorias, os conceitos, definições, as valorações que fazem os indivíduos desses alimentos. Em relação às bebidas, verificar as categorias, como são elas definidas pelas pessoas.

- 1) A água: de onde vem a água de Paulínia? O que a senhora pensa sobre ela? Exemplo, se é limpa, suja, boa para beber. Existe diferença entre a água daqui e de outros lugares? Qual é a diferença? Costuma ferver a água para beber? Porque? Quem bebe água fervida? Costuma filtrar a água? Porque? Costuma usar água benta? Para curas? Como é benta a água? Já utilizou-a em casos de doença? Quando? Com que pessoa da família? Para que a senhora utiliza a água? Como a senhora acha que deve ser dada a água para as crianças? Em muita ou pouca quantidade, porque? Em que ocasiões? Quem falou?
- 2) O arroz: o que a senhora pensa sobre o arroz? É ele forte, fraco, pesado, leve? Tem vitaminas ou substâncias que fazem bem para o organismo, ou tem substâncias que não fazem bem para o organismo? Porque? Como é ele comprado? Que marca prefere? Porque desta forma e não de outra? É ele caro, barato, mais necessário, menos necessário, de luxo? Com quais outros alimentos pode ser ele misturado? Porque? Com quais não pode ser ele misturado e porque? Quem falou para a senhora? Como a senhora prepara o arroz? Qual a utilização que faz dele? Costuma fazer doces, ou outras receitas com arroz, quais?
- 3) O feijão: o que a senhora pensa sobre o feijão? (verificar como é ele classificado pelas pessoas). É ele barato, caro, mais necessário, menos necessário, de

luxo? Como é ele comprado? Porque desta forma e não de outra? Que marca prefere? Pode ele ser misturado com outros alimentos? Quais? Se misturado ele se torna mais fraco, ou mais pesado, mais leve, etc.? Porque? Em relação a quais alimentos ele é mais forte ou mais pesado? Como a senhora costuma preparar o feijão (observar se põe muita ou pouca gordura, muito ou pouco sal, temperos, quais, porque?).

- 4) O leite: o que pensa sobre o leite (procurar verificar como as pessoas pensam sobre o leite em pó, leite de vaca, produtos que se misturam com o leite, tais como o nescau, chocolate, os derivados: queijo, danone, o leite materno). É ele caro, barato, necessário, menos necessário, de luxo, porque? É o leite materno, o que pensa sobre ele? Em relação a quais alimentos é o leite mais forte, fraco, mais substancioso? Porque? Como é utilizado o leite? Como é ele preparado para a alimentação infantil? Quais as pessoas que podem tomar leite? Quais as que não podem? Porque? Em que ocasiões ele não pode ser bebido, porque? O leite pode transmitir doenças? Quais? Já teve doenças que as crianças tiveram devido ao leite? Onde é comprado? Como é comprado? Que marca prefere? Ele pode ou não ser misturado com outros alimentos, frutas? Porque?
- 5) O pão: o que a senhora pensa sobre o pão? Costuma comprá-lo todos os dias? Se sim, porque? Se não, porque? Verificar como as pessoas classificam o pão, quer no seu valor alimentício, quer no seu valor econômico. Pode o pão ser jogado fora? Porque sim ou porque não? Como é ele utilizado? Costuma fazer pão em casa? Quando, é feito esse pão? Quais os tipos de pão que usa?
- 6) As verduras: o que pensa sobre as verduras? O que é verdura para a senhora? Quais as verduras que costuma comprar? Onde compra? Procurar verificar como as pessoas categorizam as verduras. Como são preparadas? Quais as formas de prepará-las? (observar como prepara, os tipos de preparo "afogadinho, abafadinho, etc.").
- 7) As frutas: o que pensa sobre as frutas? Verificar como as pessoas classificam as frutas. Costuma comprar frutas?.
- 8) As carnes: (considerar nestas perguntas, as diferentes categorias de carnes, tais como: carne de vaca, de porco, de frango, peru, pato, outras aves caçadas, outros animais caçados, peixos, sardinhas, camarões, carnes em conserva, carnes secas, carnes industrializadas: tais como: mortadela, presunto, salame, patês, etc.). O que pensa sobre as carnes. Como são classificadas as carnes, como as pessoas as denominam e porque? O que é car-

ne de primeira e de segunda? Costuma comprar carne todo dia? Onde compra? Porque esse tipo e não outro? Como é preparada? Como é utilizada a carne? (verificar as categorias assado, frito, afogado, cozido, cru). Tem hábito de comer carnes cruas? Quais? Podem as carnes serem jogadas fora? Porque sim, ou não? (verificar como são valorizadas as carnes em relação a outros alimentos tais como o arroz, feijão, macarrão, então perguntar: a senhora acha que carne de vaca por exemplo é mais rica que o arroz ou o feijão. Porque? Quais os temperos que costumam pôr nas carnes?

- F. Conceitos sobre alimentação: o que a senhora entende por alimento? O que a senhora entende por comida? O que a senhora entende por mistura? Quais são elas? O que a senhora entende por verdura? O que a senhora entende por legume? O que a senhora entende por tempero? O que a senhora entende por refeição, sobremesa? Existem semelhanças ou diferenças entre comida de dia de festa e de todo dia? Qual? Porque? Costuma fazer festas em sua casa?
- Existem semelhanças ou diferenças entre comida de criança e comida de gente grande (adultos e velhos)? Quais são? O que costumam as crianças (recém-nascidas, com seis meses e de um ano em diante) comerem? O que costuma os adultos comerem? E os velhos?
- Existem semelhanças ou diferenças entre comida enlatada e não enlatada em casa? Porque? Quais são? O que costuma comprar, enlatado e não enlatado? Porque?
- Existem semelhanças ou diferenças entre comida de rico e comida de pobre? Quais são? O que a senhora acha que rico come e o que pobre come? Existem semelhanças e diferenças entre comida de doente e de não doente? Quais são? O que costuma comprar e comer quando tem uma pessoa doente em casa? Existem formas de preparo dos alimentos para pessoas doentes e para não doentes? Quais são elas?
- Conhece alguns casos de pessoas que morreram ou ficaram doentes porque comeram alguma coisa que fez mal? Quando, e como ocorreu? (relatar com precisão tais casos). Há diferença ou semelhança entre comida de todo dia e comida de domingo? Qual? O que costuma comer todo dia em sua casa, e o que costuma comer no domingo? Porque?
- Existe semelhança ou diferença entre comida de todo dia e comida de quaresma? Quais são? O que costuma comer na quaresma?
- Existe semelhança ou diferença entre comida para os de casa e para os de fora? Quais são elas? O que costuma comer quando vêm outras pessoas em sua casa (parentes, amigos, vizinhos)?
- Existem semelhanças ou diferenças entre comida para quem trabalha e para quem não trabalha? Quais são? As pessoas que trabalham na família, costumam comer coisas diferentes?

Existem diferenças ou semelhanças entre comida para o homem e para a mulher? Qual? Porque?

G. Conceitos sobre alimentos: explorar as noções de alimentos fortes, pesados, leves, fracos, frios, quentes, podres, ácidos, sujos, limpos, azedos, pica-ntes, que tem vitaminas, os que sustenta, perguntando quais são esses alimentos e porque são fracos, frios, pesados, le-ves, etc. Quais os alimentos que fazem bem para a saúde? O que é ser forte, sadio, bonito, gordo? Como a senhora acha que seus filhos são? E a senhora se sente forte, sadia, fra-ca, porque?

Quais as comidas que fazem mal para a saúde? A senhora co-nhece comidas que não podem ser misturadas? Quais são elas? E porque não podem ser misturadas? Em que ocasiões?

A senhora conhece comidas que fazem mal para o estômago, que dão ânsia, enjôo, que provocam vômitos, diarreias? Quais são? Para a senhora quais são as comidas que lhe fazem mal? Quais as comidas que são boas para o sangue, que afinam o sangue, engrossam? Porque? E as que fazem mal para o sangue, e porque?

Quais as comidas que fazem mal para o fígado? E porque?

Quais as comidas que fazem bem para os rins? Quais as que fazem mal? Porque?

Obs.: nesse item devem ser observados e explorados outros conceitos que podem ser emitidos pelas pessoas no re-ferente a qualidades ou não qualidades de certos alimentos em si ou em relação a outros alimentos. O nosso objetivo é encontrar outras categorias e verificar suas relações. Ob-servar sempre como os indivíduos configuram os conceitos e como os descrevem.

II. Preparo dos alimentos, uso, objetos e as refeições: a que horas inicia o preparo dos alimentos? A que horas as pessoas da família costumam tomar as refeições? Quem prepara a comi-da? Existem ocasiões em que o marido ou outras pessoas par-ticipam do preparo dos alimentos? Quando? Como a senhora aprendeu a cozinhar? Quem ensinou? As pessoas da família costumam comer juntos ou separados? Quando comem juntos? Quando comem separados? Que tipo de fogão a senhora usa? Por-que tem preferência por esse tipo e não outro? Quais os ti-pos de fogão que a senhora conhece? É forno? Para zona ru-ral: como a senhora utiliza o forno? Do que ele é feito? Por-que utiliza esse tipo e não outro?

Quais os utensílios de cozinha que a senhora utiliza? De que material são feitos? Porque prefere esse tipo e não outro? Que tipo de temperos a senhora usa? Gosta de comida com mui-to ou pouco sal? Gosta de comida doce ou salgada?

Obs.: nesse item se o entrevistador for convidado para ali-moçar com a família observar como são servidos os ali-mentos, as quantidades servidas, o que é servido em maior e

- menor quantidade, os alimentos que são servidos na mesa, bebidas, a distribuição das pessoas na mesa, o uso de talheres, travessas, sobremesa, etc.

Quando for servido café, perguntar como as pessoas fazem o café, porque prepara forte, fraco, mais doce, etc.

Solicitar também os tipos de cozimento, de assar, de fritar, as valorações que as pessoas fazem em relação a tais formas de preparo.

- I. Restrições: existem comidas ou bebidas que não podem ser ingeridas porque? Quais são elas? Quem falou que não pode? O que não pode ser comido durante a gravidez, por que? O que essas comidas contém que não podem ser comidas? O que não se pode comer durante a menstruação? Quem falou? Porque? O que não pode ser comido na dieta? Quem falou? Por que? O que não pode ser comido durante o período de amamentação? Porque? Quem falou? Existem alimentos que não podem ser misturados? Quais, porque? Quem falou? O que esses alimentos contém que não podem ser misturados? O que não se pode comer na quaresma? (para os católicos). Porque? Costuma deixar de comer ou beber alguma coisa em outros períodos ou datas religiosas? Quem falou? Para outras religiões: a sua religião proíbe de comer determinados tipos de alimentos? Quais e porque? Quem falou? Quais as comidas que fazem mal para a senhora? Porque?
- J. Permissões: O que a senhora gosta de comer? Porque? O que a senhora pode comer? Porque? O que a senhora pode comer e não pode comprar? Porque? O que a senhora gostaria de comer todo dia? Porque? Quais as comidas que fazem bem para a senhora e porque? Quais as comidas que são boas para quem está dando de mamar, ou está na dieta, na gravidez, e porque? O que elas têm de bom?
- L. Alimentação Infantil: até com que idade a senhora deixa a criança mamar no peito? Até que idade os filhos da senhora mamaram no peito? Como é ou era o leite da senhora? O que a senhora comia para aumentar o leite? Costumava modificar o tipo de alimentação nessa época? Se comesse alguma coisa que fizesse mal, o que acontecia à criança? A senhora conhece casos em que aconteceu alguma coisa de ruim para a criança quando a mãe comeu alguma coisa que fez mal? Que outros tipos de leite a senhora usa quando a criança não mama no peito? Como costuma preparar as mamadeiras? Como a senhora segue os horários para dar de comer para as crianças? Quando a criança começa a comer comida de gente grande? O que a senhora costuma dar? É melhor para a criança comer toda vez que chorar ou é melhor dar comida só em horas certas? Quais os cuidados que a senhora tem para com a comida das crianças? Quem falou que deve ter esses cuidados? (verificar o que a mãe costuma fazer: ferver mamadeiras, lavar os bicos, ferver água, ferver chupetas). (Procurar observar se não tem cuidados com a alimentação infantil, descrever situações concretas que observa). Há diferença entre a nunciada como sua mãe cuidava? Em que? Como é feito o desmame? Costuma passar pimenta ou outras substâncias no peito? Como é a sopinha da criança?

ANEXO 2

TABELA 1A - Distribuição da população residente no Município de Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, segundo o local anterior de residência.

REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL	POPULAÇÃO	
	n	%
Norte	1	0,0
Nordeste	140	1,1
Sudeste (menos S.P. e M.G.)	116	0,9
Sul	109	1,6
Centro Oeste	36	0,3
Minas Gerais	1424	11,4
São Paulo	6525	52,4
Brasil (sem especificar)	3982	32,0
Outros países	35	0,3
TOTAL	12458	100,0

PONTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

TABELA 2A - Distribuição percentual da população residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, conforme situação do domicílio no município.

TEMPO DE RESIDÊNCIA	URBANA	RURAL	TOTAL
Menos de 1 ano	22,8	19,1	21,3
1 - 5 anos	43,0	41,0	42,3
6 - 10 anos	14,3	14,4	14,3
11 anos e mais	19,9	25,5	22,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. PCM/UNICAMP, 1973.

TABELA 3A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, segundo os setores de atividade econômica.

SETOR DE ATIVIDADE	ZONA DE RESIDÊNCIA				URBANO		RURAL		TOTAL	
	URBANO		RURAL		n	%	n	%	n	%
	n	%	n	%						
Primário	127	5,2	1034	49,2	1161	25,6				
Secundário	1225	50,3	579	27,5	1804	39,7				
Terciário	711	29,2	242	11,9	950	21,1				
Outras Categorias	374	15,3	241	11,4	615	13,6				
TOTAL	2437	100,0	2103	100,0	4540	100,0				

NOTA: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. DMU/UNICAMP, 1973.

TABELA 4A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, sexo e ocupação nos diferentes setores de atividade econômica.

SECTOR DE ATIVIDADE	ZONA DE RESIDÊNCIA		URBANO			RURAL			TOTAL
	= SEXO		MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	GERAL
Primário	115 (4,7)	12 (0,5)	127 (5,2)	839 (39,9)	195 (9,3)	1034 (49,2)	1161 (25,4)		
Secundário	1155 (47,4)	70 (2,9)	1225 (50,3)	565 (26,8)	14 (0,7)	579 (27,5)	1804 (39,2)		
Terciário	481 (19,7)	230 (9,4)	711 (29,2)	130 (6,2)	119 (5,7)	249 (11,3)	960 (21,1)		
dos estabelecimentos	258 (10,3)	122 (5,0)	374 (15,3)	157 (7,4)	84 (4,0)	241 (11,4)	615 (13,7)		
	209 (8,3)	108 (4,3)	317 (12,6)	1691 (80,1)	111 (0,5)	2108 (100,0)	4540 (100,0)		

Nota: Todos os percentuais são arredondados para cima ou para baixo. Denominador do percentual correspondente ao total da população residente em Paulínia.

TABELA 5A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio e ramo de atividade no setor secundário.

RAMO DE ATIVIDADE	ZONA DE RESIDÊNCIA		URBANO		RURAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
	Construção Civil	405	33,0	151	26,0	556	31,0	556
Indústria Alimentar	12	1,0	-	-	12	0,6	12	0,6
Indústria de Cerâmica	40	3,0	24	4,0	64	3,5	64	3,5
Indústria Mecânica	15	1,2	-	-	15	1,0	15	1,0
Indústria de Papel	161	13,0	51	8,8	212	11,7	212	11,7
Produção de Gás	33	2,5	32	5,5	65	3,6	65	3,6
Refinação de Petróleo	65	5,5	38	6,5	103	5,7	103	5,7
Indústria Têxtil	101 [†]	8,2	-	-	101	5,5	101	5,5
Indústria Química	197	16,3	181	31,5	378	21,0	378	21,0
Indústria Petroquímica	35	3,0	25	4,5	61	3,2	61	3,2
Indústria de Borrachas	17	1,3	11	2,0	28	1,5	28	1,5
Indústria de Revimentação	17	1,3	-	-	17	1,0	17	1,0
Construção Industrial	113	9,2	66	11,2	179	10,0	179	10,0
Indústria de Serralheria	13	1,0	-	-	13	0,7	13	0,7
TOTAL	1225	100,0	579	100,0	1804	100,0	1804	100,0

[†] Estão incluídas 70 mulheres que trabalham na indústria têxtil.

FONTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

TABELA 6A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, sexo e ramo de atividade no setor terciário.

RAMO DE ATIVIDADE	ZONA DE RESIDÊNCIA E SEXO						TOTAL GERAL
	URBANO			RURAL			
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	
Comércio de Combustíveis	53	-	53	18	-	18	71
Comércio de Mantimentos	29	13	42	22	10	32	74
Comércio de Frutas, Verduras e Hortaliças	-	-	-	15	-	15	15
Comércio de Materiais de Construção	20	-	20	-	-	-	20
Comércio de Medicamentos	11	-	11	-	-	-	11
Bancos	13	-	13	-	-	-	13
Serviço de Alimentação	27	23	50	-	-	-	50
Serviço de Limpeza	36	21	57	17	-	17	74
Serviço Doméstico	-	130	130	-	99	99	229
Serviços Mecânicos Hidráulicos e Elétricos	26	-	26	-	-	-	26
Transporte Rodoviário	81	-	81	32	-	32	113
Polícia Militar	12	-	12	-	-	-	12
Ensino Público	-	23	23	-	-	-	23
Executivo Municipal	162	20	182	26	10	36	218
Serviço de Vigilância	11	-	11	-	-	-	11
TOTAL	481	230	711	130	119	249	960

Fonte: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. IBGE/UNICAMP, 1973.

TABELA 7A - Distribuição percentual da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, por ocasião do Censo de 1973, por situação do domicílio, sexo e ramo de atividade no setor terciário.

RAMO DE ATIVIDADE	ZONA DE RESIDÊNCIA E SEXO			URBANO			RURAL			TOTAL GERAL	
	MASC.		TOTAL	FEM.		TOTAL	MASC.		FEM.		TOTAL
Comércio de Combustíveis	7,5	-	7,5	-	-	7,5	7,2	-	-	7,2	7,4
Comércio de Mantimentos	4,1	1,8	5,9	-	-	5,9	8,8	4,0	-	12,8	7,7
Comércio de Frutas, Verduras e Hortaliças	-	-	-	-	-	-	6,0	-	-	6,0	1,6
Comércio de Materiais de Construção	2,8	-	2,8	-	-	2,8	-	-	-	-	2,1
Comércio de Medicamentos	1,6	-	1,6	-	-	1,6	-	-	-	-	1,2
Bancos	1,8	-	1,8	-	-	1,8	-	-	-	-	1,3
Serviço de Alimentação	3,8	3,2	7,0	3,2	-	7,0	-	-	-	-	5,2
Serviço de Limpeza	5,0	3,0	8,0	3,0	-	8,0	6,9	-	-	6,9	7,7
Serviço Doméstico	-	18,3	18,3	18,3	-	18,3	-	39,0	-	39,0	23,0
Serviços Mecânicos Hidráulicos e Elétricos	3,6	-	3,6	-	-	3,6	-	-	-	-	2,7
Transporte Rodoviário	11,4	-	11,4	-	-	11,4	12,0	-	-	12,0	11,8
Polícia Militar	1,7	-	1,7	-	-	1,7	-	-	-	-	1,2
Ensino Público	-	3,2	3,2	3,2	-	3,2	-	-	-	-	2,4
Executivo Municipal	22,9	2,8	25,7	2,8	-	25,7	10,5	4,0	-	14,5	22,7
Serviço de Vigilância	1,5	-	1,5	-	-	1,5	-	-	-	-	1,2
TOTAL	67,7	32,3	100,0	32,3	67,7	100,0	52,2	47,8	100,0	100,0	100,0

FCNTE: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

TABELA 8A - Distribuição das residências do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, segundo o tipo, o valor de venda em UPC e cruzeiros, e metros quadrados de construção.

TIPOS	VALORES DE VENDA EM		M ² DE CONSTRUÇÃO	TOTAL	
	UPC ¹	CR\$ 1.000,00		n	%
+2/38	139,70	6.240,40	38	30	14,5
2/40	146,45	6.541,92	40	75	36,0
2/44	152,97	7.145,85	44	55	26,5
3/52	204,62	9.140,37	52	48	23,0
TOTAL	-	-	-	208	100,0

1 - Valor de UPC em 1971: 44,67

2 - As numerações 1 e 2 correspondem ao número de quartos das casas.

3 - Valor de venda em cruzeiros, 1971.

TABELA 9A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, por ocasião do Censo de 1973, por sexo e o setor de atividade econômica a que se dedica.

SECTOR DE ATIVIDADE	SEXO					
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Primário	10	2,6	-	-	10	2,6
Secundário	153	40,3	9	2,3	167	43,1
Terciário	93	21,5	48	12,4	131	33,9
Não especificados	54	13,9	25	6,5	79	20,4
TOTAL	305	78,8	82	21,2	387	100,0

Fonte: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. Paulínia, 1973.

TABELA 10A - Distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, residente em Paulínia, no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, por ocasião do Censo de 1973, por sexo e ramo de atividade a que se dedica.

RAMO DE ATIVIDADE	SEXO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO		n	%
	n	%	n	%		
Avicultura	5	1,3	-	-	5	1,3
Picultura	5	1,3	-	-	5	1,3
Construção Civil	38	9,8	-	-	38	9,8
Indústria de Cerâmica	11	2,8	-	-	11	2,8
Indústria Mecânica	10	2,6	-	-	10	2,6
Indústria de Papel	38	9,8	-	-	38	9,8
Indústria Têxtil	6	1,6	9	2,3	15	3,9
Indústria Química	22	5,3	-	-	22	5,3
Construção Industrial	23	5,9	-	-	23	5,9
Comércio de Combustível	11	2,8	-	-	11	2,8
Comércio de Material de Construção	5	1,3	-	-	5	1,3
Serviço de Limpeza	6	1,6	9	2,3	15	3,9
Transporte Rodoviário	13	3,4	-	-	13	3,4
Executivo Municipal	40	10,3	-	-	40	10,3
Serviço de Manutenção	8	2,1	-	-	8	2,1
Serviço Doméstico	-	-	39	10,1	39	10,1
Outros especificados	54	13,9	25	6,5	79	20,4
TOTAL	305	78,8	82	21,2	387	100,0

Fonte: Censo Demográfico e Sanitário de Paulínia. Departamento de Medicina Preventiva e Social. FCM/UNICAMP, 1973.

TABELA III - Gastos médios realizados em alguns itens do consumo da amostra das famílias residentes no Núcleo Habitacional José Faullino Nogueira, de acordo com os estratos de rendimentos realizados no mês de maio de 1973.

ITENS DO CONSUMO	FAMILIAS							
	FAMILIAS E GASTOS				FAMILIAS			
	"Fobre"		"Não muito pobre"		"Bem de vida"			
	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%
Habituação	93,00	17,3	93,89	10,1	87,50	7,3		
Água	12,96	2,4	11,44	1,2	10,42	0,9		
Luz	22,17	4,1	31,25	3,4	35,17	2,9		
Gás	14,03	2,6	13,50	1,4	15,00	1,3		
Prestações	21,66	4,0	106,12	11,4	170,33	14,9		
Empréstimo	-	-	30,75	3,3	16,67	1,4		
Alimentação	295,46	54,9	470,81	50,5	333,94	27,7		
Outros	77,75	14,5	168,11	18,0	527,30	43,7		
TOTAL	537,33	100,0	931,67	100,0	1.205,33	100,0		

TABELA 12A - Distribuição dos gastos médios "per capita" realizadas na aquisição de alimentos em
 los diferentes estratos de famílias em São Paulo no mês de maio de 1971.

GASTOS MENSUAIS EM CR\$	FAZENDA						TOTAL	
	"Folras"		"CASA - 100,00"		"Bom de vida"		CR\$	%
	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%		
LEITE E DERIVADOS	1,97	3,3	3,3	3,3	5,35	7,2	3,14	1,9
Líquido (ml)	3,41	5,3	3,8	3,8	4,86	5,7	1,41	1,7
Em pó	1,19	2,0	1,28	1,3	1,11	0,8	1,38	2,3
Queijo	1,07	1,8	0,35	0,3	1,0	1,3	1,35	1,6
CARNES E DERIVADOS	2,71	4,5	2,7	2,7	11,1	14,1	11,1	11,9
Bovina	1,42	2,4	4,07	4,0	1,1	12,0	4,36	7,1
Suína	0,34	0,6	1,58	1,6	1,32	2,5	1,25	2,1
Aves	0,42	0,7	-	-	1,38	1,7	0,41	0,7
Peixe	0,63	1,0	1,66	1,7	1,3	2,9	1,37	2,2
Industrializadas	-	-	1,71	1,7	1,31	1,7	1,37	2,2
HORTALIÇAS	1,59	2,7	1,39	1,4	1,32	1,8	1,93	2,6
Feijão	8,12	13,7	10,1	10,1	12,97	15,7	1,97	15,9
Arroz	10,73	18,1	13,56	13,6	11,19	14,1	11,94	11,6
Batata	1,20	2,0	1,75	1,8	2,09	2,8	1,33	3,4
Massas	1,62	2,7	2,73	2,8	3,17	4,2	2,45	4,1
Frutas	0,37	0,6	0,56	0,6	0,56	0,8	0,55	0,9
Açúcar e doces	2,32	3,9	1,15	1,2	2,37	3,2	2,31	4,7
Farinhas	0,57	1,0	0,53	0,5	0,5	0,7	0,5	1,0
BEBIDAS	1,12	1,9	4,1	4,1	1,1	1,5	1,1	1,1
Alcoólicas (ml)	0,19	0,3	0,36	0,4	1,1	0,1	0,1	0,1
Não alcoólicas (ml)	-	-	0,46	0,5	1,71	0,9	0,37	0,6
Café e chá	1,93	3,3	3,3	3,3	1,1	1,5	2,7	1,6
GRENDIAS	1,71	2,9	1,7	1,7	1,7	2,3	1,47	1,7
Animal	0,71	1,2	1,1	1,1	1,1	1,5	0,44	0,7
Vegetal	0,84	1,4	1,72	1,7	1,7	2,3	1,38	1,3
Óleos (ml)	2,12	3,6	2,1	2,1	1,7	2,3	2,55	4,1
Ovos	0,42	0,7	1,33	1,3	1,1	1,5	1,20	2,0
Outros	1,03	1,7	1,77	1,8	1,1	1,5	1,80	1,0
TOTAL	41,22	100,0	65,07	100,0	21,1	100,0	59,92	100,0

Obs.: O gasto mensal "per capita" de cada estrato de família foi obtido partindo-se do total considerado, tendo-se em mente as quantidades adquiridas de cada produto e multiplicando-as pelo preço médio unitário de cada produto; obtve-se desta forma os gastos que cada estrato de família efetuou com os diferentes produtos. Somado os totais destes gastos (de cada um dos produtos) e dividido pelo número de pessoas de cada estrato obtve-se o gasto mensal "per capita".

TABELA 13A - Distribuição do consumo "per capita" diário dos diferentes estratos de famílias da amostra no decorrer do mês de maio de 1973.

ESTRATOS DE FAMÍLIAS	"Pobre"	"Não muito pobre"	"Bem - vi da"	TOTAL
ALIMENTOS				
LEITE E DERIVADOS	74	127	111	311
Líquido (ml)	71	120		
Em pó	3			
Queijo	-	7		
CARNES E DERIVADOS	17	40	77	134
Bovina	10	17		27
Porcina	1	7		8
Aves	3	-		3
Peixe	3	10		13
Industrializadas	-	6		6
HORTALIÇAS	19	46		65
Feijão	53	53		106
Arroz	160	108		268
Batata	47	43		90
Massas	40	63		103
Frutas	3	13		16
Açúcar e doces	70	131		201
Farinhas	26	28		54
BEBIDAS	14	33		47
Alcoólicas (ml)	4	6		10
Não alcoólicas (ml)	-	10		10
Café e chá	10	17		27
 gorduras	28	49		77
Animal	4	14		18
Vegetal	5	6		11
Óleos (ml)	19	29		48
Ovos	3	10		13
Outros	16	24		40
TOTAL	575	905	1.111	2.591